

THIAGO GUIMARÃES

**A “crise” do jornalismo em perspectiva: uma investigação psicossocial sobre identidades profissionais em transformação**

**Versão Corrigida**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do  
título de Doutor em Ciências.

Orientador: Marcelo Afonso Ribeiro

São Paulo  
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE  
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,  
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Guimaraes, Thiago

A 'crise' do jornalismo em perspectiva: uma investigação psicossocial sobre  
identidades profissionais em transformação / Thiago Guimaraes; orientador Marcelo  
Afonso Ribeiro. -- São Paulo, 2023.

184 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto  
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Psicologia do Self. 2. Identidade Profissional. 3. Jornalismo. I. Afonso  
Ribeiro, Marcelo, orient. II. Título.

Nome: GUIMARÃES, Thiago

Título: A “crise” do jornalismo em perspectiva: uma investigação psicossocial sobre identidades profissionais em transformação

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

## **AGRADECIMENTOS**

Aos colegas, professores e funcionários do Instituto de Psicologia da USP e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho;

Aos Profs. Alessandro Soares da Silva, da EACH/USP, Heloísa Teixeira de Souza Martins, da FFLCH/USP, José Luiz Rattton e Maria Eduarda da Mota Rocha, da UFPE, pelo apoio inicial à pesquisa;

Aos Profs. Eda Terezinha de Oliveira Tassara e Marcelo Afonso Ribeiro, pela orientação generosa durante o trabalho;

Aos colegas jornalistas que gentilmente se dispuseram a contar suas histórias profissionais;

Ao Martins, Heloísa, Veridiana, Marcelo, Felipe, Zé Guimarães e Myria, pelo apoio firme;

À Juliana e ao Theo, pela alegria de seguir com vocês.

## RESUMO

GUIMARÃES, T. A **“crise” do jornalismo em perspectiva**: uma investigação psicossocial sobre identidades profissionais em transformação. 2023. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O jornalismo passa por transformações estruturais desencadeadas por uma ampla reconfiguração de forças tecnológicas e econômicas, comumente descritas como “crise”. A presente pesquisa investigou como jornalistas articulam sentidos e discursos sobre a dita crise do jornalismo à luz de suas trajetórias profissionais. O objetivo foi ampliar a reflexão em torno do tema ao tratar a noção de crise no jornalismo como um conceito analítico, que molda entendimentos sobre identidades profissionais à luz das transformações do ofício, e como um fenômeno cultural, que mobiliza linguagem e discurso. Orientada por uma concepção interacionista de identidade e uma abordagem socioconstrucionista acerca da realidade social, a pesquisa explorou narrativas articuladas por jornalistas em torno da profissão, suas ideias comuns e modos de justificação, considerando o surgimento de novos padrões de comprometimento cívico e moral que caracterizam a atividade. A metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas em profundidade com 12 jornalistas de diferentes faixas etárias, sendo seis empregados em Redações tradicionais de veículos impressos e seis que exerciam o jornalismo em ambientes profissionais distintos, como ONGs e veículos “nativos digitais”. Entre os achados da pesquisa estão a coexistência, nas narrativas dos profissionais, de sentidos de crise sobre a profissão dissociados de sentidos pessoais de crise profissional; a relevância de códigos culturais tradicionais sobre o ofício na articulação de discursos sobre a atividade; a presença de narrativas de *fechamento* (RIBEIRO, 2012) e de resistência em torno de identidades profissionais tradicionais; o emprego de discursos metajornalísticos nas apresentações cotidianas do *self* e a proeminência de questões de saúde mental entre os entrevistados.

Palavras-chave: Psicologia do Self. Identidade Profissional. Jornalismo.

## ABSTRACT

GUIMARÃES, T. **The “crisis” of journalism in perspective**: a psychosocial inquiry on changing professional identities. 2023. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Journalism undergoes structural transformations triggered by a broad reconfiguration of technological and economic forces, commonly described as "crisis". This research investigated how journalists articulate meanings and discourses about the so-called crisis of journalism as related to their professional trajectories. The objective was to broaden the reflection around the theme by treating the notion of crisis in journalism as an analytical concept, which shapes understandings about how professional identities of journalists can be negotiated among the transformations of the craft, and as a cultural phenomenon, which mobilizes language and discourse. Oriented by an interactionist conception of identity and by a socioconstructionist approach to the nature of social reality, the research explored narratives articulated by journalists about the profession, its common ideas and modes of justification, considering the emergence of new patterns of moral and civic commitment that characterize journalism. In-depth interviews were conducted with 12 journalists of different age groups, six of whom were employed in traditional newsrooms of print outlets and six who practiced journalism in other professional environments, such as NGOs and "digital native" outlets. Among the findings of the research are the coexistence, in the narratives of the professionals, of meanings of crisis about the profession dissociated from personal meanings of professional crisis; the relevance of traditional cultural codes about the craft in the articulation of discourses about the activity; the presence of narratives of closure (RIBEIRO, 2012) and resistance around traditional professional identities; the use of metajournalistic discourses in everyday presentations of the self and the prominence of mental health issues among respondents.

Keywords: Psychology of the Self. Professional Identity. Journalism.

## LISTA DE SIGLAS

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 A CRISE EM PERSPECTIVA .....	21
1.1 Paradigma clássico do jornalismo: história e críticas .....	21
1.2 A diversidade de diagnósticos e olhares .....	25
1.3 Fundamentos tecnológicos e econômicos .....	30
1.4 Discursos em circulação .....	36
1.5 Um denominador comum .....	41
2 PERSPECTIVA TEÓRICA .....	44
2.1 Sociologia das profissões .....	44
2.2 Interacionismo simbólico e o estudo do <i>self</i> .....	47
2.3 <i>Self</i> e identidade .....	51
2.4 Claude Dubar e o refinamento da análise do <i>self</i> .....	54
2.5 Contribuições do construcionismo social .....	58
2.6 Construcionismo social, identidades e narrativas .....	63
3 METODOLOGIA .....	67
3.1 Tipo de pesquisa .....	67
3.2 Participantes .....	68
3.3 Instrumentos .....	69
3.4 Análise .....	71
4 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS .....	75
4.1 Mayara, 23 anos: “As pessoas e as histórias que conheci acabam fazendo a coisa valer a pena no fim do dia” .....	75
4.1.1 Relato .....	75
4.1.2 Análise .....	78
4.2 Bruna, 27 anos: “Acho que se não tiver crise, não tenho trabalho” .....	81
4.2.1 Relato .....	81
4.2.2 Análise .....	86
4.3 Joana, 35 anos: “Eu me sinto um pouco a violinista do Titanic” .....	89
4.3.1 Relato .....	89
4.3.2 Análise .....	93
4.4 Samuel, 37 anos: “A nossa identidade se dá em torno do nosso trabalho, mas não existe nenhuma possibilidade para além do trabalho precarizado” .....	96
4.4.1 Relato .....	96
4.4.2 Análise .....	100

4.5 Catia, 46 anos: <i>“O jornalismo é você revelar informações que não estão ali”</i>	104
4.5.1 Relato .....	104
4.5.2 Análise .....	107
4.6 Paula, 47 anos: <i>“Jornalismo é um jeito de ver o mundo que pode ser útil para todo mundo”</i>	110
4.6.1 Relato .....	110
4.6.2 Análise .....	114
4.7 Leandra, 50 anos: <i>“Não é qualquer pessoa que pode ser jornalista (...) poucos serão os sobreviventes”</i>	117
4.7.1 Relato .....	117
4.7.2 Análise .....	120
4.8 Bianca, 51 anos: <i>“Hoje a gente tem que conviver com vários atores nesse mundo midiático: a gente não é herói, mas também não é o vilão”</i>	123
4.8.1 Relato .....	123
4.8.2 Análise .....	126
4.9 Claudio, 52 anos: <i>“Eu constatei que aquilo não tinha mais jeito e que estava nascendo uma coisa nova”</i>	129
4.9.1 Relato .....	129
4.9.2 Análise .....	132
4.10 Silvia, 56 anos: <i>“Existe uma mudança cultural e política em curso que não está sob nosso controle”</i>	135
4.10.1 Relato .....	135
4.10.2 Análise .....	138
4.11 Bruno, 59 anos: <i>“O jornalismo nunca está em crise”</i>	141
4.11.1 Relato .....	141
4.11.2 Análise .....	144
4.12 Victor, 64 anos: <i>“Crise também pode ser oportunidade”</i>	147
4.12.1 Relato .....	147
4.12.2 Análise .....	151
<b>5 DISCUSSÃO</b> .....	<b>155</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>172</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>183</b>

## INTRODUÇÃO

Grandes transformações estruturais verificadas nos últimos 20 anos no setor jornalístico, movidas por uma ampla reconfiguração de forças tecnológicas e econômicas desencadeadas pela universalização da internet, são frequentemente descritas por meio de uma palavra: crise. Quem se interessar pelos 12 significados que o dicionário Houaiss apresenta para o verbete pode encontrar ali concepções de cunho econômico (“grave desequilíbrio conjuntural entre a produção e o consumo”), social (“situação socioeconômica repleta de problemas” / “momento histórico indefinido ou de riscos inquietantes”) e até médico (“na evolução de uma doença, o momento decisivo para a cura ou para a morte”).

As mudanças pelas quais o jornalismo passa se prestam, sim, a diversos significados da palavra crise, sobretudo em suas acepções econômicas, e impactam trajetórias de profissionais da área, como indica uma bibliografia extensa de estudos de jornalismo e comunicação e relatórios de conjuntura do setor. Mas esses textos, em geral, empregam o termo crise como uma noção descritiva, um termo a caracterizar um estado de coisas. Esta pesquisa busca ampliar essa reflexão ao tratar a noção de crise no jornalismo<sup>1</sup> como um conceito analítico, que molda compreensões sobre como as identidades profissionais dos jornalistas podem ser ressignificadas à luz das transformações do ofício. Pensar a crise do jornalismo como um fenômeno cultural, que mobiliza linguagem e discurso, pode oferecer contribuições para os estudos em psicologia social, jornalismo e, em última análise, para as investigações sobre o mundo do trabalho.

O turbilhão de mudanças que arrebatou a atividade jornalística possui uma clara dimensão material – como aponta Waisbord (2019), a economia da imprensa tradicional se transformou neste século, com implicações significativas para as condições de trabalho dos profissionais da área. Vive-se um abalo estrutural no chamado modelo de negócio<sup>2</sup> da notícia, com impactos que afetam tanto as organizações jornalísticas como o jornalismo como prática. Por todo o mundo, trabalhos recentes descreveram aspectos como pulverização do público, avanço das chamadas redes sociais digitais e consequente redesenho das fronteiras entre jornalista e

---

<sup>1</sup> O termo crise é empregado entre aspas no título da presente tese com o objetivo de reforçar a intenção subjacente ao trabalho de negar-lhe caráter absoluto ou independente no que tange o tema em questão. Uma vez estabelecida essa relativização, os sinais de pontuação são omitidos posteriormente por opção estilística, de modo a facilitar a leitura.

<sup>2</sup> Christofolletti (2019) define modelo de negócio como “um conjunto de arranjos para equilibrar receitas e despesas e, assim, garantir a manutenção financeira de uma atividade” (p.39)

audiência, reestruturações no processo de produção da notícia e impactos como corte de custos e de empregos, percepção de declínio na qualidade do serviço e perda de credibilidade social das organizações jornalísticas (USHER, 2010; PEREIRA e ADGHIRNI, 2011; COSTA, 2013; MEYERS e DAVIDSON, 2014; PICARD, 2010, 2016; TONG, 2018). Em muitas democracias ocidentais, entre elas o Brasil, mercadores de notícias que experimentaram o auge do prestígio e da lucratividade nos anos 1980 e 1990 hoje lutam para atrair uma fatia de um público gradativamente dominado por plataformas digitais poderosíssimas, como Google e Facebook. Nessa transição iniciada em meados dos anos 1990 e que se acelera na segunda década do século 21, o jornalismo impresso – principalmente em nível local e regional, e ambos hoje conjugando operações online e em papel – é o primeiro a sentir o choque, mas a queda vertiginosa nas receitas publicitárias e de venda direta de conteúdo que a caracteriza não distingue suportes (CURRAH, 2009; LINS DA SILVA, 2017; WEAVER *et al.*, 2019). Diante desse quadro, algumas análises, em tom por vezes alarmista, chamam a atenção para o risco de “perda de identidade” por parte do jornalista, que teria se tornado refém do “combo” formado pela multiplicação de meios digitais de comunicação, de informações assimétricas e de concorrentes amadorísticos (COSTA, 2021).

Há, porém, lacunas relevantes na investigação das transformações do jornalismo, e que apontam para possibilidades de contribuição de disciplinas como a psicologia social e a sociologia<sup>3</sup> para a investigação desses fenômenos. Estudos sociológicos recentes sobre a atividade jornalística já destacaram que investigar o atual momento somente pelo prisma econômico e tecnológico implica em perder de vista a emergência de novas maneiras de defender e colocar em prática os padrões de comprometimento cívico e moral que historicamente caracterizaram essa atividade, neutralizando potenciais aspectos danosos da mudança tecnológica e tecendo novas construções identitárias (ALEXANDER, 2016; BREESE, 2016). Deve-se levar em consideração, no caminho de análise sugerido por Alexander (2016), que essa mesma conjuntura coloca em cena novas formas organizacionais e arranjos institucionais que podem permitir a sustentação de comprometerimentos culturais da profissão, desafiando determinismos econômicos e tecnológicos. A história do jornalismo moderno, afinal de contas, vem sendo marcada pelo surgimento de crises financeiras, que também no passado estiveram associadas a momentos de mudança tecnológica e reorganização

---

<sup>3</sup> A opção estilística pelo emprego de minúsculas na referência a disciplinas e campos do chamado “conhecimento científico” se deve à assunção de que todos esses campos são múltiplos e comportam práticas diversas, e pela linha ontológica e epistemológica do trabalho, de viés relacional e de ceticismo no que tange a reivindicações de objetividade associadas à concepção clássica de ciência.

econômica. Breese (2016) lembra, em observação sobre o setor jornalístico nos Estados Unidos que se aplica ao Brasil, que a crise no jornalismo tem caráter “perpétuo”, por ser articulada hoje e em tempos pretéritos por meio de uma narrativa de declínio, que vê o passado como auge do profissionalismo e o futuro incerto e sob risco. Almiron (2010) toma como referência a tendência de financeirização dos grandes grupos de comunicação na Espanha e no mundo para afirmar que o jornalismo sempre esteve em crise desde que um conjunto de valores ideais, que embasa a construção de discursos sobre a profissão, se chocou com a instrumentalização da indústria pelas ditas “classes dominantes”. Leal *et al.* (2014) consideram que os “alarmistas da crise” parecem negligenciar que o jornalismo sempre envolveu formas e processos contraditórios, que o discurso da crise no setor é recorrente, e quase sempre ligado à legitimação de um modelo específico para o ofício, em prejuízo de uma “alteridade pulsante” (p. 9) que ameaçaria o *status quo*.

Rádio, TV e TV por assinatura também foram interpretados, em seus anos iniciais, como portadores da mesma ameaça aos padrões jornalísticos que a internet representa hoje, em discursos que se prestaram a reforçar códigos e valores da profissão (2016, p. 33). Para além, portanto, da crise econômica real que se apresenta, em diferentes escalas, a veículos jornalísticos no Ocidente, é fundamental também analisar a “crise” como fenômeno perceptivo, de eventos interpretados por atores do campo como ameaças urgentes a valores e estruturas, dado o papel chave do discurso metajornalístico na acomodação dessa atividade como prática cultural central à sociedade civil (CARLSON, 2016). Alexander (2016) advoga por uma nova perspectiva sobre as possíveis crises do jornalismo, que considera a força de valores éticos e morais no cotidiano da profissão, narrativas que remetem à organização da vida democrática e impulsionam contrapontos individuais e coletivos às lógicas tecnológicas e de mercado. Um olhar, portanto, atento aos códigos culturais<sup>4</sup> que perpassam o setor, sobretudo aqueles relacionados à identidade profissional do jornalista. Essa identidade envolve um entendimento comum sobre o que é esse trabalho e como ele deve ser feito (WIIK, 2010) e pode ser construída tanto com foco nas rotinas e práticas laborais como priorizando valores e ideais associados à atividade (SHERWOOD e O’DONNELL, 2018).

É o que fazem autores que procuram ampliar o argumento tecnológico-econômico a partir do qual a dita crise do jornalismo vem sendo debatida, analisando o fenômeno pelas lentes da sociologia da cultura (ALEXANDER, 2016; LUENGO 2016a, 2016b), o que permite

---

<sup>4</sup> Hyatt e Simons (1999) oferecem uma definição sintética e útil de códigos culturais como “símbolos e sistemas de significação relevantes a membros de uma cultura ou subcultura particular” (p.1)

ancorar a discussão nos fundamentos cívicos, culturais e democráticos do jornalismo. Subscreeve a sociologia cultural de Alexander, portanto, a ideia de que “toda a ação, independentemente de seu caráter instrumental, reflexivo ou coercitivo, materializa-se em um horizonte de emoção e significado, ou seja, possui um entorno interno que não pode ser reduzido à sua dimensão externa” (BEZERRA, 2011, p. 142). Realça ainda a necessidade de uma “descrição densa” de códigos, narrativas e símbolos que conformam teias de significação. María Luengo (2016a, 2016b) valeu-se dessa perspectiva para analisar o cenário em dois jornais tradicionais – o americano *The Times-Picayune* e o espanhol *El País*<sup>5</sup> – e mostrou como persistentes códigos culturais estavam presentes e operavam na construção de enfoques distintos sobre tais crises, tanto para justificar as reestruturações feitas pelas direções como para desencadear reações corporativas de oposição às mudanças<sup>6</sup>. Conforme a autora, tais códigos culturais ajudam a moldar práticas e instituições jornalísticas, conectam tais práticas e instituições às sociedades democráticas e oferecem o contexto cultural dessas crises, conectando-as a motivações sociais, políticas e econômicas. C.W Anderson (2016) investigou o sistema da mídia<sup>7</sup> dos jornalistas no Estado americano da Filadélfia de 2006 a 2012 e argumenta que os profissionais baseiam sua cultura ocupacional<sup>8</sup> nesse momento de disrupção em uma forma particular de trabalho – a reportagem original – e em uma visão específica do público como entidade única. A análise de Carlson (2016) sobre o documentário *Page One: Inside the New York Times*, que retrata a luta do centenário jornal americano para sobreviver na era da internet, revela como as reações discursivas dos jornalistas a ameaças econômicas e tecnológicas remetem a arraigados códigos e narrativas culturais, e que atores sociais do campo respondem à percepção de crise com apelos a valores tradicionalmente associados às instituições jornalísticas, como objetividade, equilíbrio e independência. Grubenmann e Meckel (2017) investigaram a identidade profissional de jornalistas suíços e encontraram manifestações

---

<sup>5</sup> O diário de Nova Orleans teve suas edições impressas diárias extintas em maio de 2012, e o jornal espanhol passou por cortes significativos da força de trabalho em outubro do mesmo ano.

<sup>6</sup> Ao analisar artigos na imprensa sobre as mudanças no jornal, debates públicos e entrevistas com atores do campo, a autora descreve como os valores nucleares associados ao jornalismo do *The Times-Picayune* eram códigos de civilidade, como inclusão, confiança, transparência e coletividade, enquanto as ações dos executivos por trás do *downsizing* da publicação eram associadas a valores anticívicos, como exclusão, individualidade, segredos e interesses financeiros.

<sup>7</sup> A noção de sistema (ou subsistema) da mídia, proposta por Blumler e Gurevitch (2005) e desenvolvida por Maia (2006) pressupõe a globalidade dos processos de comunicação política, em que diferentes componentes – instituições e profissionais da mídia, instituições e representantes políticos, grupos de lobby e movimentos sociais, audiências que recebem os *outputs* dessas instituições e o ambiente sociopolítico ao redor desses componentes – interagem e se influenciam mutuamente, de modo que mudanças em um componente podem impelir mudanças adaptativas nos demais.

<sup>8</sup> O autor define cultura ocupacional como “símbolos e metáforas que guiam os entendimentos dos jornalistas sobre o que fazem e por que fazem”. (p. 153)

de defesa de valores tradicionais da atividade, busca de novos pontos de referência e abertura para encarar a mudança como benéfica. Ao mapear as posições no campo jornalístico em Bruxelas, Domingo e Le Cam (2016) indicam que jornalistas de grandes empresas defendem seu posicionamento hegemônico na construção das narrativas noticiosas minimizando a qualidade de vozes alternativas e de mídias comunitárias, em um exemplo de embate intracampo pela valorização e imposição de princípios de qualificação da realidade social.

Tais investigações dos componentes culturais das alegadas crises do jornalismo são essenciais para contextualizar causas e efeitos tecnológico-econômicos que são reais, mas, por serem estudos sociológicos, são pesquisas por vezes mais interessadas nos aspectos mesossociais do problema, como arranjos econômicos e novas formas organizacionais. A partir do momento em que essas transformações, em sua materialidade, passam a ser frequentemente nomeadas como crise, abre-se a possibilidade de análise desse fenômeno pelas lentes da psicologia social, principalmente aquela inspirada por abordagens teóricas como o construcionismo social e o interacionismo simbólico. Tal possibilidade se abre porque classificar o cenário como crise é entrar no terreno do discurso, entendido aqui como um arranjo de significados, metáforas, imagens, histórias e afirmações que estendem seu alcance e influência para além de seu contexto de uso imediato (BURR, 2015). Discursos refletem não apenas objetos, eventos e categorias pré-existentes no mundo natural e social: são práticas linguísticas situadas por contextos sociais, históricos e culturais, e que formam os próprios objetos que descrevem (FOUCAULT, 1981; INIGUÉZ, 2005). Segundo Ribeiro (2013), é possível tomar o discurso como uma espécie de narrativa compartilhada coletivamente, um posicionamento coletivo que se informa por processos de significação mais estáveis e discursos socioculturais mais abrangentes, e que está intimamente ligado a questões de poder em sociedade. É preciso, portanto, problematizar o uso da palavra crise na descrição do estado da indústria jornalística e de seus trabalhadores, dedicando maior atenção ao poder da linguagem como ação performativa e reflexiva, de expressões que não apenas descrevem um estado de coisas num determinado campo profissional, mas constroem o campo e as identidades de seus profissionais (POTTER e WITHERELL, 1987).

Esses processos de construção e reconstrução identitária, que no caso dos jornalistas podem encontrar novas inflexões por meio da noção de crise que ronda a atividade, têm nas narrativas seu principal veículo de expressão. Analistas de narrativas apontam a imbricação entre narrativas e identidade, e argumentam que as histórias que contamos moldam quem somos. A fala, articulada em narrativas, vai além de descrever ações, situações e eventos, mas

é uma força constituinte dessas mesmas ações, situações e eventos, alimentando-se de discursos em circulação na sociedade (POTTER e WITHERELL, 1987; DE FINA, 2015).

Antes de apresentar o desenho da presente proposta de investigação, cabe ressaltar que neste trabalho não é possível nem prudente separar mensagem e mensageiro. Sou um trabalhador que forjou sua identidade profissional na indústria do jornalismo e, como muitos no setor, vivencio os impactos econômicos recentes sobre a atividade e as inquietações sobre o futuro do ofício. Como uma das últimas safras da chamada geração X, de pessoas nascidas entre meados dos anos 1960 e o início dos anos 1980, situo-me num período de transição entre a dita “velha ordem da informação” e a era da sociedade em rede e da digitalização massiva dos conteúdos. Uma geração familiarizada com novos ambientes informacionais, mas cujos processos dinâmicos de socialização, sobretudo aqueles de socialização secundária, que remetem à educação formal mais específica<sup>9</sup>, ainda são fortemente marcados pela “velha ordem” – e, no caso do jornalismo, pelos discursos que tradicionalmente circundaram essa prática. Minha formação universitária como jornalista se deu em um ambiente em que as Redações jornalísticas ainda eram a forma dominante de emprego e de organização do trabalho, um arranjo que, como apontam Deuze e Witschge (2018), se prestou a estabilizar a indústria jornalística e caminhou ao lado da consolidação de procedimentos técnicos e educacionais relativos à atividade. A Redação ainda era, como apontam os autores, “o” lugar para ser um jornalista e ser reconhecido como tal. Já nos primeiros anos pós-universidade, minhas escolhas profissionais me levaram a publicações impressas de circulação nacional, onde é possível dizer que desenvolvi boa parte do meu processo de socialização profissional. Hoje, em um momento em que o jornalismo como indústria mais ou menos consolidada atravessa uma transição em que incorpora um espectro mais variado de práticas, a Redação perde o status de entidade sólida e coerente de referências identitárias positivas.

No meu caso, a experiência, na primeira metade dos anos 2010, de sucessivas ondas de demissões em massa na Redação do jornal de circulação nacional onde havia forjado muitos elementos de identidade profissional me fez incorporar traços dessa cultura de insegurança trabalhista, vivenciada plenamente durante o meu próprio desligamento, ocorrido numa leva de demissões no segundo semestre de 2014. Essa demissão, à época a primeira em mais de dez

---

<sup>9</sup> Os interacionistas simbólicos tomam a socialização como um processo contínuo de interação por meio do qual desenvolvemos identidades e incorporamos cultura. A socialização primária seria aquela relacionada aos processos mais primordiais de desenvolvimento, em que aprendemos, por meio de instituições sociais fundamentais, como família e escola, a internalizar atitudes alheias, a tornar-nos autorreflexivos e a conviver em sociedade. Já a socialização secundária remete a processos de aprendizado de ofícios, pelos quais nos integramos a grupos e mundos sociais específicos (SANDSTROM *et al.*, 2016).

anos de carreira, não impediu a continuidade da minha trajetória em Redações tradicionais – o período sem emprego formal, em que mantive o ofício como jornalista *freelancer*, acabou sendo uma experiência relativamente curta, e desde então tenho transitado por outras posições em empresas tradicionais do setor. Acredito, no entanto, poder dizer que a vivência, por dentro, da cultura contemporânea de insegurança trabalhista nas Redações, observando a redução gradual e persistente da força de trabalho e dos recursos disponíveis dentro de uma empresa, em episódios cíclicos e sofridos de demissões coletivas, tenham acionado uma duradoura epifania, no sentido atribuído à palavra pelos interacionistas simbólicos. Eventos transformadores, momentos que alteram compreensões, perspectivas ou autoimagens das pessoas. Ali era a minha identidade em fluxo, buscando novas ancoragens em meio às águas revoltas de uma profissão em transformação. Esse vagar, que impõe incertezas em relação ao futuro, mas também instiga a busca por respostas, é o que move este trabalho. Este observador não é e não pode ser neutro nem desinteressado.

Essa constatação motivou uma aproximação com perspectivas teóricas que enfatizam a natureza socialmente construída dos significados e dos conceitos que circulam em sociedade, como o interpretativismo e o construcionismo. Abordagens que rejeitam a ideia de observações neutras da realidade e da aplicação de leis universais, como as das ciências naturais, aos problemas sociais, e entendem que os pesquisadores também constroem reflexivamente significados e interpretações juntamente com as pessoas observadas (ORMSTON *et al.*, 2014). A assimilação de estudos nessas perspectivas, sobretudo a construcionista, fez-me perceber que tratar a crise do jornalismo como algo dado, e não construído socialmente, induzia a perder de vista outras realidades possíveis para uma atividade em adaptação. O objeto desta pesquisa são pessoas que exercem o jornalismo e suas respectivas formas identitárias profissionais. Formas identitárias apreendidas na concepção de Dubar (2016), como formas discursivas, definições de si no campo profissional e concepções da vida social. O objetivo principal foi investigar como jornalistas atribuem sentido à ideia de crise dentro de suas trajetórias laborais e como essa noção se presta conceitualmente à articulação de identidades profissionais e de discursos sobre a profissão. O trabalho envolveu um conjunto intencional de 12 jornalistas, sendo seis empregados em Redações tradicionais de veículos impressos, notadamente a modalidade de imprensa mais afetada pelas transformações econômicas do setor, e seis que exerciam o jornalismo em outros ambientes profissionais, como ONGs, novas formas organizacionais jornalísticas e empresas não-jornalísticas. O percurso procurou estabelecer um diálogo entre referências teóricas de matrizes distintas, mas afins: da sociologia interacionista de George H.

Mead e da Escola de Chicago à sociologia cultural de Jeffrey Alexander, do construcionismo social de Kenneth Gergen à abordagem sociológica das identidades de Claude Dubar. A busca foi por uma contribuição original aos estudos sobre como jornalistas vêm organizando e conferindo continuidade e sentido às suas histórias de vida e trabalho, num momento em que seu campo de atuação profissional se vê fortemente impactado pelas consequências da universalização da internet e de outras tecnologias da comunicação.

Se a chamada crise das identidades (DUBAR, 2005) já ressurgiu há pelo menos 20 anos no vocabulário das ciências sociais e da linguagem corrente, ainda há muito o que dizer, por exemplo, sobre o comportamento das construções identitárias em campos que experimentam rearranjos como aos que o jornalismo se submete. Numa sociedade já marcada pela saturação social, em que sentidos estáveis do *self* se perdem (GERGEN, 1991) e sujeitos se descentram (HALL, 2001), em um cenário marcado pelo avanço da pós-verdade<sup>10</sup> e da dita crise de financiamento e credibilidade da imprensa tradicional (COSTA, 2021; CREECH e NADLER, 2018), como o trabalho pode continuar a organizar, em meio ao desemprego crescente nas Redações tradicionais, os processos de construção e reconhecimento de si dos profissionais do campo? Como essas questões se apresentam – ou se escondem – nas interações e nas experiências observadas ou relatadas *a posteriori*? Essas foram inquietações que alimentaram as indagações que mobilizaram essa empreitada.

Da perspectiva, portanto, de um campo profissional marcado por mudanças estruturais e pela ação de grupos e pessoas defendendo, lutando para definir formas identitárias profissionais, ou mesmo as perdendo em algum grau, como sugerem certas análises, a pesquisa procurou discutir como o acoplamento entre formas identitárias, práticas de trabalho e contextos laborais está sendo recalibrado nesse cenário. Como ponto de partida, o projeto estabeleceu a seguinte questão de pesquisa: *como os jornalistas articulam sentidos, significados e discursos sobre a dita crise do jornalismo à luz de suas trajetórias profissionais?* Para analisar esse fenômeno em sua complexidade, o trabalho se apoiou em diferentes frentes da produção acadêmica sobre o tema e em dados qualitativos coletados por meio de entrevistas individuais em profundidade.

O objetivo geral da tese, portanto, é compreender, sob o prisma da psicologia social e de abordagens sociológicas atentas à intersubjetividade da vida social, como formas identitárias profissionais de jornalistas vem sendo ressignificadas em face de um contexto amplamente

---

<sup>10</sup> Adjetivo que, segundo o dicionário Oxford, se relaciona ou denota “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”.

descrito como crise – tomando, contudo, a noção de crise menos pelo seu valor de face, nominal, e mais como um conceito analítico, um eixo móvel de construção de discursos sobre a profissão. Pretende-se, desta maneira, somar aportes originais ao corpo de pesquisas sobre as transformações estruturais do jornalismo contemporâneo e as consequências dessas mudanças para as trajetórias dos comunicadores sociais.

Como aponta Dahlgren (2016), nesse período tumultuado da história da mídia e da política não está sempre claro se – e em que medida – códigos e valores jornalísticos estão em risco ou se estão sendo negociados em novas práticas, sob circunstâncias distintas. Acrescentaríamos a essa colocação a própria identidade profissional dos jornalistas, pois nos parece precipitado afirmar que ela esteja sendo tragada, de modo inevitável, rumo à vala comum das alegadas múltiplas crises do ofício. A própria abrangência das inovações e a heterogeneidade de avaliações sobre o caráter dessas transformações impõem a necessidade de aprofundamento da reflexão e da pesquisa acadêmica sobre o tema (PEREIRA e ADGHIRNI, 2011). Em chave qualitativa, a pesquisa delineada abaixo buscou produzir relatos e interpretações que informem esse debate e ajudem a construir entendimentos sobre esse momento histórico, reconhecendo que analisar, interpretar e escrever sobre a vida de outras pessoas implica em mesclar nossas próprias vidas, crenças e valores a essas histórias.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo possui cinco seções. A primeira delas discute condições culturais e materiais da construção do chamado paradigma clássico de legitimação social do jornalismo e apresenta contrapontos contemporâneos críticos a esse conjunto de definições. A segunda promove uma revisão de bibliografia nacional e internacional sobre a noção de crise no jornalismo e seus desdobramentos atuais. A terceira seção apresenta dados e estudos sobre as mudanças recentes de base tecnológica que impactam o arcabouço econômico e organizacional da atividade jornalística, relacionando-as a processos mais amplos de transformação estrutural e de reestruturação produtiva no capitalismo. Destaca ainda pesquisas que descreveram efeitos psicossociais negativos decorrentes desses processos na saúde de trabalhadores em geral e, especificamente, dos jornalistas. A quarta seção seleciona e analisa discursos tradicionais e contemporâneos de legitimação e reivindicação normativa da atividade jornalística em circulação na sociedade, à luz das inflexões que esses discursos assumem diante das transformações do ofício e em relação aos diferentes entendimentos sobre a existência de crises no setor. A quinta e última seção do capítulo se dedica a delinear a noção de crise no jornalismo encampada na tese, que reconhece a materialidade econômico-financeira

do fenômeno ao mesmo tempo em que destaca seu caráter múltiplo como construto cultural, linguístico e psicossocial.

O segundo capítulo traz seis seções. A primeira discute aspectos sociológicos da questão da profissionalização e da profissão como matriz cultural, destacando o papel do trabalho na mediação de processos de socialização e de mobilização da identidade. A segunda seção sistematiza princípios da perspectiva de análise psicossocial conhecida como interacionismo simbólico, que balizam as noções de indivíduo e sociedade reivindicadas neste trabalho, com destaque para os conceitos de *self* e de “outro generalizado”. A terceira seção aprofunda a discussão sobre o conceito de *self* e o aspecto duplo da pessoa como objeto social na perspectiva interacionista de George H. Mead, e seus desdobramentos para uma abordagem relacional de processos de construção intersubjetiva de significados e de identidades no trabalho. A quarta seção reivindica contribuições de Claude Dubar como meio de consolidar diferentes tradições acadêmicas do estudo das identidades, entre elas o interacionismo simbólico, logrando a superação de recorrentes dicotomias de análise, a introdução de dimensões biográficas nos estudos e um refinamento conceitual que permite avanços na investigação do *self*. Refinamento que se dá, entre outros caminhos, pelo conceito de formas identitárias e em sua ênfase discursiva que viabiliza o emprego de tipologias de análise. A quinta seção propõe a incorporação de aportes da abordagem conhecida como construcionismo social, também herdeira do interacionismo, como orientação geral sobre conhecimento psicológico e epistemologia social. A sexta seção apresenta considerações sobre a identidade na perspectiva do construcionismo social e o conceito de narrativa como operador de processos de construção moral e identitária.

O terceiro capítulo tem quatro seções. A primeira situa o presente trabalho dentro da tradição de pesquisa qualitativa e expõe a conexão dessa abordagem com preceitos do interacionismo simbólico e do construcionismo social. Tais conexões são suscitadas de modo a reconhecer a relevância de aproximações híbridas em pesquisa qualitativa e de uma relação dialógica entre entrevistado e entrevistador. A segunda seção expõe o desenho de pesquisa e o critério de seleção dos participantes. A terceira seção detalha os instrumentos de pesquisa, e a quarta expõe elementos argumentativos, padrões de formas identitárias e fragmentos de discursos que estiveram no foco da análise, e justifica a opção pela teorização a partir de casos únicos, em que o emprego de categorias não é fim em si, mas meio de identificação de padrões, aproximações e afastamentos entre relatos. O quarto capítulo apresenta as histórias de vida e trabalho dos jornalistas entrevistados, em 12 seções, uma para cada participante, e cada uma dividida em suas subseções: relato e análise.

Os resultados indicaram, entre outros pontos, que os profissionais, em suas construções do *self* profissional, reconhecem a existência de crises no jornalismo, sobretudo em seus aspectos econômicos, mas o fazem muitas vezes sem incorporar sentidos de crise pessoal em relação à profissão. Mostraram que códigos culturais tradicionais do jornalismo continuam oferecendo subsídios para a articulação de discursos de defesa do ofício, e que movimentos de defesa e resistência de identidades profissionais no setor coexistem com um cenário amplamente descrito como crise. Outros achados se referem ao emprego variado de discursos em circulação sobre a profissão como recurso de expressão de coerência e continuidade da identidade profissional, à proeminência de questões de saúde mental entre os entrevistados e a impactos da pandemia de Covid-19 nas definições de situação apresentadas pelos participantes.

## 1 A “CRISE” EM PERSPECTIVA

### 1.1 Paradigma clássico do jornalismo: história e críticas

No final da década passada, Dahlgren (2009, 2010) já destacava como os estudos existentes desde os anos 1990 sobre crise do jornalismo elaboravam diagnósticos sempre a partir do dito paradigma<sup>11</sup> clássico do ofício, ancorado nos ideais liberais tradicionais de democracia e civilidade. Nesse modo de se pensar e justificar o jornalismo, a imprensa ocupa uma posição chave na vida da maioria das sociedades, produzindo relatos sobre eventos e processos e ajudando a definir a agenda pública. Oferece descrições imparciais e precisas de uma realidade que existe independentemente dos discursos sobre ela e das próprias instituições jornalísticas. Promove trocas de argumentos em público sobre temas de interesse amplo e, em última análise, governos mais responsáveis e transparentes<sup>12</sup>. Essa normatividade moderna encontrou raízes nos Estados Unidos no século 19, disseminou-se pelo mundo ocidental ao longo do século seguinte e até hoje fundamenta discursos hegemônicos sobre o jornalismo, subsidiando entendimentos, expectativas e critérios específicos de análise. Considera-se nesse paradigma, em geral, que o jornalismo seja imprescindível à governança democrática e ao engajamento cívico, por ter entre suas funções o fornecimento de conhecimentos válidos e críveis sobre o mundo que ajudem as pessoas a tomar decisões embasadas.

Ainda que o papel da atividade jornalística na promoção da democracia suscite controvérsias e seja amplamente discutido, o paradigma clássico sobrevive na visão de que jornalismo e democracia estão intimamente ligados, e suas respectivas reconfigurações trazem implicações mútuas. A legitimidade e a autoridade moral da atividade jornalística como um corpo institucionalizado de práticas e processos dentro do sistema da mídia assentaram-se em torno de normas e valores profissionais como objetividade, interesse público, precisão, neutralidade e transparência. Para prestar bons serviços à democracia, espera-se que o jornalismo expresse pontos de vista diversos; que seja exercido por profissionais de diferentes perfis e interesses sociais; que submeta a escrutínio ações de elites econômicas, políticas e

---

<sup>11</sup> Segundo Kuhn (2012), paradigmas são modelos organizativos globais ou teorias com amplo poder explicativo.

<sup>12</sup> Fuller (2010), por exemplo, assinala que a “missão social” do jornalismo está ligada a quatro premissas básicas: que uma sociedade livre e autogovernável requer, para manutenção desse status, fontes de informação que não sejam estatais; que a qualidade da governança reflete a qualidade da informação disponível ao público; que é preciso energia, recursos e habilidade para reunir e disseminar informações que detentores do poder eventualmente não queiram públicas; e que a atenção de cidadãos e cidadãs precisa ser atraída para temas relevantes de interesse público, sobretudo quando essa importância não é devidamente atribuída.

religiosas; que conecte diferentes públicos, que examine questões relevantes aos cidadãos e dê espaço a diferentes atores sociais (CLAYMAN, 2002; SCHUDSON, 2005; BOYD-BARRETT, 2009; DAHLGREN, 2016; WAISBORD, 2019).

Leal *et al.* (2014) destacam, contudo, que esse modelo de *modus operandi* jornalístico, citado com frequência em relatórios de conjuntura e manuais de Redação, nunca existiu plenamente deste modo, e que qualquer definição apriorística acerca da atividade pode perder de vista sua diversidade e relevância. Convergimos com os autores na defesa do desvelamento das condições históricas e da historicidade por trás do discurso da crise, de modo a evitar um apagamento das disputas de sentidos em curso na sociedade. É o que fazem Manna *et al.* (2017), que observam como a caracterização acrítica do cenário como crise pode por vezes negligenciar contradições inerentes às matrizes culturais hegemônicas do jornalismo. Para entender, portanto, como a noção da crise contemporânea do jornalismo vem sendo articulada e pode ser concebida como um conceito analítico, é importante resgatar o paradigma clássico em sua perspectiva histórica, bem como particularidades dos discursos construídos em torno desse marco cultural predominante. Posturas críticas em relação ao desenvolvimento da atividade contribuem para evitar a sacralização de códigos culturais da profissão e a própria idealização do campo.

A autoridade do jornalismo como uma forma de conhecimento e o paradigma clássico relacionado ao ofício não surgem do nada tampouco são estáticos – como lembra Carlson (2016), são produto de discursos que foram, ao longo dos séculos, delimitando e legitimando suas formas culturais. O jornalismo como ocupação suplementar e parcial das pessoas se desenvolve no século 17 na Europa, mas o jornalismo profissional moderno é fruto das revoluções políticas e industriais burguesas dos séculos 18 e 19, e alcança sua institucionalização com o advento dos meios de comunicação de massa no século 20. No século 18, como informa Pallares-Burke (1995), o jornalismo, como gênero, e os jornalistas, como escritores, passam a adquirir “uma dignidade que havia sido prerrogativa dos livros e de seus autores”. Na Londres daquele século, por exemplo, livros e periódicos, estes muitas vezes disponíveis em volumes encadernados, eram considerados objetos culturais assemelhados. Ainda no final do século 19, líderes e referências no setor começam a impulsionar uma visão do jornalismo como profissão, e a articulação de normas e valores éticos foi uma parte essencial de um projeto de profissionalização.

O avanço de uma cultura de profissionalismo se alinhava com os interesses de empresários do setor, que apostavam na autorregulação da atividade como alternativa a cenários

de forte intervenção estatal ou de criação de organizações jornalísticas sem fins lucrativos. Motivações econômicas também contribuíam para reorientar o modo como os próprios jornalistas definiam o que era notícia, que deixava de ser apenas um recurso político para se tornar um ativo financeiro, um meio de atrair propaganda e, conseqüentemente, dinheiro. Como aponta Brock (2013), goste-se ou não, o jornalismo sempre esteve emaranhado ao negócio da produção de notícias.

À medida em que publicações passavam a professar autonomia política e alcançavam certa estabilidade financeira, também reivindicavam sua prerrogativa de exercer julgamentos jornalísticos independentes, baseados em critérios supostamente racionais. A alegada habilidade dos jornalistas em determinar o que deveria ser apresentado como notícia começava a assumir um papel central num discurso de legitimação, perante a esfera pública, de uma atividade em vias de formalização. Trata-se do discurso sobre o papel do *gatekeeper* (guardião dos portões, em tradução livre), uma metáfora que destaca a capacidade de os jornalistas decidirem o que é notícia: julgarem quais informações são verdadeiras e pertinentes para serem apresentadas ao público. A legitimação social dessa prática de verificação dos fatos se apoiou em outro discurso, o do “valor-notícia”, que sublinhava a contribuição para a vida pública de informações e eventos selecionados como notícia. A articulação normativa desses e de outros discursos em torno do jornalismo se fez acompanhar pela emergência de normas e padrões para a atividade, como a separação entre os setores comercial e editorial das organizações e a incorporação de uma ética de objetividade, operacionalizada no apego a fatos comprováveis e em consultas a fontes especializadas. Ainda no começo do século 20, já havia um certo consenso sobre o que seria o tal “valor-notícia” e seus respectivos critérios de noticiabilidade – como proximidade, ineditismo e magnitude –, normas profissionais tidas como manuseáveis apenas pelos jornalistas. Juntamente com a confiança da audiência na habilidade dos jornalistas em cumprir essas normas, esses discursos, que poderiam ter matizes diferentes, garantiam legitimidade e autoridade cultural à atividade (SPLICHAL e DAHLGREN, 2016; VOS e FINNEMAN, 2017; CREECH e NADLER, 2018; VOS e THOMAS, 2019).

No caso brasileiro, a interpretação mais consagrada na produção acadêmica e na própria prática jornalística situa os primórdios da chamada “modernização” da imprensa nacional nos anos 1950, como consequência, entre outros fatores, de uma maior diversificação da atividade produtiva e de investimentos mais numerosos em publicidade. Até então o setor dependia de auxílio estatal, pequenos anúncios e propagandas do varejo. Esses relatos descrevem o jornalismo praticado à época no país como de cunho amadorístico, doutrinário e literário,

marcado por paixões políticas e com forte teor opinativo e refletindo influências da imprensa francesa, que depois perderiam espaço para o modelo norte-americano, que em tese privilegia a informação e a notícia em detrimento dos comentários e opiniões. Alguns jornais tidos como precursores dessa mudança de paradigma foram *A Última Hora*, pelas técnicas de gestão e diagramação moderna; o *Jornal do Brasil*, por ações como a ampliação do noticiário e emprego de fotografias na primeira página; e *O Diário Carioca*, que introduziu técnicas como o uso do *lead* – um resumo dos principais aspectos da notícia no primeiro parágrafo – e equipes de revisão (*copy desk*) (ABREU, 2002). Albuquerque (2000) identifica, contudo, lacunas factuais nessa narrativa sobre a modernização da imprensa brasileira. Ao analisar especificamente a reforma jornalística de *O Diário Carioca* nos anos 1950 e os relatos que a associam à fundação, no Brasil, de um modo de fazer jornalismo objetivo e comprometido com o ideal de serviço público, o autor sustenta que houve elementos autoritários nessa transição, como a introdução da função do *copy desk* como instância de controle da produção. Conclui que o processo foi mais complexo do que sugere o “viés evolucionista do modelo dominante” (p. 110). Analisando um marco posterior da modernização da imprensa nacional, Albuquerque (2019) aponta como a reforma editorial da *Folha de S.Paulo* nos anos 1980 também assumiu um significado dominante, assentado ao longo dos anos, como exemplo de mudança rumo a um jornalismo ativo, independente e alinhado com a normatividade do paradigma clássico, da imprensa como “Quarto Poder”. Ele argumenta que essa interpretação incorre mais em uma visão idealizada dos fatos, por corresponder aos argumentos do próprio jornal, do que em uma descrição factual. O autor reconhece que o modelo americano é referência normativa neste caso e em outros pelo mundo, mas defende que a dominância dessa interpretação, no caso brasileiro, pode minimizar aspectos importantes da evolução histórica da prática e das instituições jornalísticas nacionais<sup>13</sup>.

Manna *et al.* (2017) identificam, já no século 21, citando como exemplo o lançamento dos Princípios Editoriais do Grupo Globo, em 2010, e a reforma editorial da *Folha de S.Paulo* naquele mesmo ano, discursos autorreferentes que denotavam a consolidação desse mesmo modo hegemônico de se pensar o jornalismo, em que, entre outros pontos, os jornalistas são dotados de um *know-how* específico em suas técnicas e o jornal detém o monopólio dos instrumentos da produção e circulação de notícias. Destacam, como contraponto, expressões das chamadas mídias alternativas, como os coletivos *Mídia Ninja* e *Jornalistas Livres*, que

---

<sup>13</sup> De acordo com o autor, a interpretação hegemônica sobre o processo de modernização do jornalismo brasileiro omite, por exemplo, a influência da presença de jornalistas comunistas nas Redações nacionais, e como esses atores contribuíram para a incorporação de um *ethos* leninista – em seus aspectos de autodisciplina e sacrifício por uma missão – na cultura jornalística local.

rejeitam a retórica do jornalismo como processo isento ou imparcial, sem abdicar da reivindicação de que fazem jornalismo e são, de fato, jornalistas. Há semelhanças, portanto, como indica Brock (2013), entre o jornalismo panfletário e artesanal de uma era passada, anterior à normatividade moderna do paradigma clássico, e a dinâmica dos fluxos informacionais em ambientes digitais.

## **1.2 A diversidade de diagnósticos e olhares**

Ecoss do dito paradigma clássico do jornalismo e da retórica hegemônica sobre o ofício no Brasil e no mundo podem ser notados em estudos e análises sobre a alegada crise da atividade. Feith (2021) considera que a crise do jornalismo profissional<sup>14</sup> e outra dita crise, a da democracia liberal, sejam, sob muitos aspectos, faces de um mesmo problema. Para o autor, o problema em relação à imprensa é motivado pelos efeitos da disseminação das plataformas digitais de comunicação e informação, que estreita a conexão das pessoas com o mundo e drena receitas publicitárias. No entanto, ao mesmo tempo que descreve um cenário de “transformações que ameaçam o jornalismo profissional” (p.8), Feith sugere que os argumentos econômicos sob os quais assenta sua análise podem não contar essa história por inteiro, ao registrar, por exemplo, que em 2020, ano marcado no Brasil pelo acirramento da polarização política e pela pandemia de Covid-19, houve recordes de audiência e “revitalização do jornalismo e das mídias” no país<sup>15</sup>. Costa (2021) vê o jornalismo no “momento mais complicado em mais de cinco séculos de vida” (p.87), e desdobra a crise do ofício em cinco: crise sistêmica, do modelo de negócio; crise econômica, que teria modulações no tempo; crise da perda de papel de protagonista da informação, com jornalistas supostamente passando a coadjuvantes na produção de notícias; crise geracional, que oporia “analógicos” e “digitais” dentro das Redações; e uma crise tópica de credibilidade, estimulada por críticas virulentas de setores do público. Christofolletti (2019) também busca apoio no paradigma clássico ao identificar múltiplas crises no setor – financeira, política e existencial, de ética e credibilidade e de governança e gestão. Incorre em idealização do ofício ao descrever como “derrota” a perda de primazia dos jornalistas na informação dos públicos. Para o autor, outros atores sociais hoje

---

<sup>14</sup> A ideia de “jornalismo profissional” passou a ser empregada com maior frequência nos anos 2010, sobretudo por representantes de veículos tradicionais de imprensa, como um recurso discursivo de diferenciação em relação a iniciativas nativas digitais que propagam desinformação e disputam com eles audiência e reputação no mercado midiático.

<sup>15</sup> Segundo Lins da Silva (2020), veículos tradicionais de imprensa no Brasil e nos EUA registraram aumento na audiência durante a pandemia do novo coronavírus, mas houve também impactos negativos em faturamento publicitário e maiores dificuldades logísticas.

“atrevem-se a fazer algo parecido” com as atividades dos jornalistas, cuja “credibilidade residual” seria “fruto histórico do cumprimento de uma finalidade pública” (p. 68).

Em perspectiva mais global, Anderson *et al.* (2012) chegam a apontar, diante da aniquilação de tudo que pudesse ser descrito como uma indústria nesse setor, a emergência de uma era “pós-industrial” no jornalismo ocidental. Usher (2010) atesta a perda do caráter fordista dos produtos jornalísticos – engendrado em rotinas e divisões rígidas de trabalho em ambientes corporativos estruturados e com financiamentos garantidos. Nielsen (2016) analisou a receita per capita de jornais em seis países na década passada<sup>16</sup> para afirmar que existem três crises em curso no jornalismo: uma crise econômica, que remete à existência mesma da indústria da mídia que acolhe o jornalismo como ocupação assalariada; uma crise profissional que envolve a demarcação do jornalismo como atividade e uma crise de confiança que encampa as relações entre o jornalismo e o público que ele reivindica servir. Carlson e Usher (2016) consideram que a “crise da notícia” surge como efeito de uma “tempestade perfeita”<sup>17</sup> formada pelos seguintes fatores: ascensão da internet, ocaso do modelo de negócio tradicional da imprensa, queda na participação política aliada ao acirramento da polarização ideológica e enfraquecimento da crença na autoridade dos jornalistas como narradores críveis da realidade social. Waisbord (2019) emprega o termo crise para descrever a combinação de quatro desdobramentos: as transformações nas bases econômicas na indústria da notícia, a precarização das condições de trabalho, o surgimento de forças antidemocráticas e o recrudescimento da violência contra a integrantes da imprensa. Blumler (2012) *apud* Splichal e Dahlgren (2016) sugere que a alegada crise do jornalismo tenha duas faces: uma crise de viabilidade, não exclusivamente financeira, e uma crise de adequação cívica, de retração das possibilidades de contribuição da atividade para a cidadania e para a democracia.

Em relação a interpretações recorrentes em circulação que descrevem o que seria uma crise de confiança (ou de credibilidade) na imprensa ocidental. Siles e Boczkowski (2012), por exemplo, indicam como há autores que atribuem o declínio do jornal impresso à perda de

---

<sup>16</sup> O autor encontrou diferenças entre os países no período 2000-2009: quedas modestas na receita per capita dos jornais em países com níveis já altos de gastos, como Alemanha (-15%), Finlândia (-5%) e Reino Unido (-5%); quedas modestas em países com níveis relativamente mais baixos de gastos, como França (-3%) e Itália (-9%), e queda acentuada nos Estados Unidos (-43%), país em que os jornais apresentavam alto nível de receita per capita em 2000. No Brasil urbano, a TV aberta comercial ainda domina o ambiente midiático, mas a provedora principal, a Rede Globo, que alcançava cerca de 70% da audiência nos anos 1980, hoje chega a 50%. Jornais vem registrando aumento nas assinaturas digitais no modelo de *paywall*, que restringe acesso a usuários não pagantes, mas houve queda de 5% em 2016 na circulação dos cinco principais títulos em relação ao ano anterior (REUTERS INSTITUTE, 2014, 2017).

<sup>17</sup> A expressão “tempestade perfeita” como epíteto da crise, com foco no contexto brasileiro, seria retomada em COSTA *et al.* (2021).

confiança nos jornais e no jornalismo. Splichal e Dahlgren (2016) relatam que a confiança no jornalismo entre cidadãos caiu drasticamente no século 21 em países como EUA e Reino Unido, fenômeno que caminharia junto com a chamada “desprofissionalização” da atividade<sup>18</sup>. Tong (2018) também aponta o declínio da confiança na categoria como um dos elementos-chave das transformações no campo. Costa (2021), em análise focada na realidade brasileira, atribui a “crise tópica de credibilidade” a fatores externos – no caso, ataques de autoridades e indivíduos a publicações<sup>19</sup>.

Para decretar a existência de tal abalo na relação com o público, muitos desses textos se fiam em dados de relatórios de pesquisas de opinião, como o *Edelman Trust Barometer*, da empresa de relações públicas Edelman, o *Digital News Report*, do Reuters Institute, ligado à agência de notícias homônima, e ao *Índice de Confiança Social* do Ibope, empresa brasileira de pesquisas de opinião, atualmente incorporado à multinacional Kantar Media. No entanto, no caso brasileiro, somente a pesquisa da Reuters<sup>20</sup> indica declínio acentuado da confiança na mídia no intervalo de 2015 a 2022 (62% a 48%). No mesmo período, o estudo da Edelman<sup>21</sup> apontou queda de nove pontos percentuais (56% a 47%), e o levantamento do Ibope, cuja versão mais recente é de 2021, registrou aumento de dois pontos percentuais (59% a 61%). É importante ainda pontuar que muitas dessas pesquisas de alcance global empregam metodologias distintas e tendem a agrupar sob o rótulo “mídia” ou “noticiário” (*news*, no termo em inglês) meios de comunicação distintos entre si. A pandemia de Covid-19 introduziu novos elementos nesse cenário, ao aumentar globalmente a confiança no jornalismo – como apontado pelos relatórios da Edelman e da Reuters<sup>22</sup> – e a audiência de veículos tradicionais de imprensa. Mick (2019) também destaca outra nuance importante ao apontar que, no Brasil, há uma

---

<sup>18</sup> Os autores citam pesquisa do Gallup que mostra que, nos EUA, o percentual da população que declarava ter “bastante” ou “muita” confiança nos jornais caiu de 51% em 1979 para 22% em 2007, com números semelhantes para a confiança em meios televisivos. Mencionam ainda, no Reino Unido, pesquisa IPSOS Mori de 2013 segundo a qual um em cada cinco entre 1.018 entrevistados dizia acreditar que jornalistas dizem a verdade. Os autores ressaltam, porém, que a profissão ainda mantinha altos níveis de confiança entre o público em países como Argentina, Brasil e Índia.

<sup>19</sup> Um relatório de janeiro de 2021 da Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas) associou a retórica do presidente da República, Jair Bolsonaro, a um aumento nos ataques contra jornalistas no país. Em 2020 o órgão computou 428 ataques verbais ou físicos, entre eles dois homicídios, o número mais elevado desde o começo dos anos 1990. O presidente, segundo a Fenaj, foi responsável por 175 (40,8%) desses ataques.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>>. Acesso em 14. jun. 2022.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/edelman-trust-barometer-2022>>. Acesso em 14. jun. 2022.

<sup>22</sup> A edição 2022 do Digital News Report da Reuters, contudo, apontou uma reversão parcial dos ganhos de confiança durante a pandemia de Covid-19 – entre 46 países investigados, em quase metade a confiança no noticiário caiu, enquanto houve aumento em apenas sete. Em média, quatro em cada dez entrevistados (42%) disse confiar na maioria dos meios noticiosos na maior parte do tempo. Em relação ao interesse pelo noticiário, a série histórica desse levantamento indica uma queda consistente entre os mercados, de 63% em 2017 para 51% em 2022, o que mostra também a necessidade de se diferenciar interesse e confiança.

diferença significativa entre a confiança nos jornalistas e nas mídias jornalísticas, com a credibilidade dos profissionais assumindo um patamar duas vezes superior ao dos meios. Os pontos citados acima indicam que a tese de uma “erosão” definitiva da confiança na mídia como combustível da alegada crise da atividade carece de mais elementos para eventual comprovação, e não pode ser dissociada da percepção generalizada de desconfiança em relação às instituições existente hoje no mundo, como apontado, por exemplo, pela própria pesquisa da Edelman em 2022.

Siles e Boczkowski (2012) já alertavam que crise é um conceito “rico e escorregadio”, muitas vezes usado para analisar o setor jornalístico sem que as devidas definições do termo sejam fornecidas. Segundo os autores, o termo normalmente é associado a ideias de redução, contração, encolhimento, mas também aciona um repertório erguido em torno das noções de decadência e extinção. Tong (2018) destaca que o discurso dominante sobre o futuro do jornalismo no mundo anglo-americano é pessimista, e que tal discurso contribui para uma perda de “prestígio ocupacional” da profissão, em meio à permanência de incertezas sobre efeitos e implicações das transformações descritas como crise. Schapals (2018) constatou, ao investigar a autopercepção de jornalistas australianos e britânicos, que, de fato, há potenciais caminhos positivos no jornalismo que parecem estar sendo obnubilados pelo discurso fatalista da crise, e que talvez seja melhor conceber a atividade como em transição, num estado de fluxo e de adaptação contínua a um ambiente digital.

Na seara de estudos que procuraram dar voz aos profissionais do campo, Meyers e Davidson (2014) analisaram histórias de vida de jornalistas israelenses e identificaram o que relatam ser um sentimento generalizado de crise, expresso em falas de “resignação passiva” de profissionais afetados pela incerteza e pela dificuldade em considerar ocupações alternativas num cenário de dificuldades econômicas para a profissão. Witschge e Nygren (2009) estudaram práticas de jornalistas na Suécia e no Reino Unido e apontaram uma tendência de enfraquecimento das identidades profissionais, um processo movido por constrangimentos de mercado que classificam como “desprofissionalização” – ao mesmo tempo, identificaram que jornalistas tentam proteger as fronteiras e valores tradicionais de uma profissão sob pressão. Nos Estados Unidos, Weaver *et al.* (2019) ressaltam que em 2013 seis em cada dez jornalistas<sup>23</sup> consideravam que a atividade estava indo na direção errada no país e declaravam que suas equipes haviam sido reduzidas nos anos anteriores. Os autores descreveram percepções de

---

<sup>23</sup> Os autores conduziram uma enquete online nacional com 1.080 jornalistas empregados em período integral, e compararam os resultados com levantamentos semelhantes realizados nos anos de 1971, 1982, 1992 e 2003.

satisfação e de autonomia em queda no trabalho, indicaram maior risco de danos à saúde mental dos jornalistas e associaram a tendência às mudanças em curso no setor. O'Donnell *et al.* (2016) aplicaram 95 questionários a jornalistas demitidos na Austrália e reportaram que esses profissionais manifestaram percepções que denotam perda de identidade profissional e sentimentos amplificados de raiva e ansiedade em relação ao futuro do trabalho jornalístico. Ekdale *et al.* (2015) vão além e indicam que as Redações passaram a ser, com as rápidas mudanças no setor e a prevalência de cortes de custos, demissões e fechamentos, o foco de uma cultura de “insegurança trabalhista” (*job insecurity*, no original em inglês) que passou a definir a experiência em muitos ambientes de trabalho contemporâneos. A partir do estudo de caso de uma empresa jornalística numa cidade média americana, os autores concluem que as respostas dos jornalistas diante dessa cultura de insegurança variam de acordo com a avaliação desses profissionais sobre o risco de demissão, sobre a qualidade dos produtos editoriais que oferecem e sobre a confiança na gestão das empresas, e que essas respostas afetam eventuais esforços para a mudança de práticas de trabalho. Identificaram três posicionamentos básicos: o de jornalistas “esperançosos”, que por não verem seus empregos em risco, e, conseqüentemente, não expressarem um senso de insegurança, engajavam-se mais em iniciativas de inovação propostas pela empresa e se viam como parceiros ativos no futuro dos empreendimentos. Os jornalistas “prestativos” tendiam a ver a estabilidade no emprego como uma função do alinhamento e adaptação aos objetivos da empresa, enquanto jornalistas “cínicos e temerosos” manifestavam receio e visões fatalistas sobre a possibilidade de perderem o trabalho. No Brasil, Lelo (2019) identificou deterioração nas condições de trabalho de jornalistas no Estado de São Paulo e um cenário de descumprimento de obrigações trabalhistas por empresas do setor, assinalando o risco de impactos negativos ao bem-estar e à identidade profissional de repórteres e editores.

Em suma, os últimos 20 anos testemunharam o acúmulo de um volume significativo de estudos e ensaios sobre a crise do jornalismo, suas causas, condições e efeitos de curto e longo prazos. Mas permanece uma lacuna identificada por Alexander (2016): o problema parece não residir na escassez de dados empíricos, mas em sua confiabilidade, visto que há uma divergência significativa entre os achados. Embora Alexander tenha centrado a análise em países desenvolvidos, a revisão de bibliografia nacional e internacional realizada neste trabalho aponta para um quadro semelhante, sobretudo em relação a análises de cunho mais ensaístico, em que há diferenças importantes nas descrições de componentes e conseqüências da crise e no grau de otimismo ou pessimismo associado aos relatos. Neste sentido, contribuições

importantes têm sido dadas por investigações empíricas que procuram praticar a escuta dos jornalistas acerca de suas visões de si e do mundo do trabalho, pois são narrativas que nos aproximam de consequências concretas das transformações reais no ofício e que refletem disputas no campo do discurso, reivindicações normativas e processos de construção identitária associados à profissão.

### **1.3 Fundamentos tecnológicos e econômicos**

Quando se trata da alegada crise no jornalismo ocidental, parte-se, sobretudo, da constatação, nas duas últimas décadas, do declínio econômico-financeiro dos meios, que impacta, em diferentes escalas, veículos impressos, de rádio e televisão. O revés na operação comercial da imprensa, principalmente a escrita, resulta do processo de conversão e crescente proeminência da informação em formatos digitais, a chamada “revolução da informação”, um salto tecnológico que, ao multiplicar os polos emissores da comunicação social, desarticulou a cadeia de valor que sustentou a atividade jornalística durante boa parte do século 20. Cadeia de valor baseada no papel de mediação da imprensa entre conteúdo, consumidor e anunciante, que floresceu em um cenário de espectro de transmissão e circulação limitados e de poucos *players* aptos a financiar os custos de capital necessários às operações. Em um contexto em que os fluxos de informação se tornaram praticamente onipresentes – podem vir do telefone celular, da tela de LED no elevador ou pelo circuito interno das academias de ginástica, entre infinitos exemplos –, as maneiras pelas quais a imprensa historicamente alcançou seu público perderam efetividade. Pelo lado da demanda, as audiências se tornaram mais heterogêneas, resultado da fragmentação cultural, da crescente individualização social e da proliferação de formatos para produção e distribuição de notícias. Nesse contexto, empresas jornalísticas como TVs, rádios, revistas e jornais enfrentam dificuldades para encontrar um modelo lucrativo no ambiente digital – onde “dólares impressos” se transformam em “centavos digitais” – e vêm reduzindo custos, pessoal e até seus próprios produtos na busca por sobrevivência (DAHLGREN, 2009; FULLER, 2010; DELLI CARPINI, 2012; FLETCHER e YOUNG, 2012; GUIMARÃES, 2013).

Nos EUA, o maior mercado mundial e que costuma antecipar tendências para o restante do mundo, os sinais de queda datam dos anos 1990, época em que a internet se popularizou naquele país: a indústria de jornais impressos encolheu 10% na última década do século 20. O boom de receitas publicitárias dos anos 1980 e 1990 tirou o foco da piora gradativa da economia

dos meios impressos, mas a deterioração das finanças da imprensa se acelerou no novo século. Em 2012, a receita publicitária total dos jornais americanos foi de US\$ 19 bilhões, quase o mesmo valor dos US\$ 20 bilhões de 1950 e após bater US\$ 63 bilhões apenas 12 anos antes, em 2000.

Ao final da década de 2010, num cenário descrito por Abramson (2019) como a nova “Era da Ansiedade” do jornalismo, o país acumulava redução de 60% da força de trabalho em Redações jornalísticas desde 2000. Um em cada cinco jornais impressos desapareceu entre 2004 e 2018, perfazendo cerca de 1.800 publicações fechadas. O fenômeno projetou sobre o território norte-americano grandes “desertos de notícias” – comunidades sem jornais locais ou com acesso reduzido a fontes de notícias e informações locais. A tendência corresponde ao período da popularização da internet em banda larga e da explosão do acesso à rede em dispositivos móveis. A circulação diária de publicações impressas recuou 40% nos EUA nesses 15 anos, de 122 milhões para 73 milhões, lançando dúvidas, sobretudo, sobre a sustentabilidade financeira de publicações menores.

Com exceção de mercados asiáticos como Índia e China, que se beneficiam do avanço da alfabetização, do crescimento econômico e de baixos custos de produção, a circulação de jornais, por exemplo, caiu de forma generalizada pelo mundo na primeira metade da década passada<sup>25</sup>. Em geral, os primeiros sinais do declínio dos meios impressos vieram com a fuga de leitores jovens e dos chamados anúncios classificados. No Reino Unido, por exemplo, a internet respondia por 4% da fatia dos classificados, enquanto meios impressos ficavam com 96% dessa receita. Em 2015, as cifras eram praticamente invertidas: 83% para a internet e 17% para os impressos. Historicamente os classificados sempre representaram uma fonte de renda mais importante para veículos de menor tiragem – no Reino Unido, por exemplo, chegou a perfazer 51% da receita de jornais regionais, enquanto para publicações nacionais esse índice era de 12%. Os reflexos se fizeram notar nos cortes da força de trabalho – relatórios de sindicatos e associações em países como Austrália, EUA, Holanda e Reino Unido sugerem que há uma percepção dos associados sobre o fechamento definitivo de vagas em Redações e sobrecarga imposta aos profissionais remanescentes (BROCK, 2013; ABERNATHY, 2018; DEUZE e WITSCHGE, 2018; ABRAMSON, 2019).

No Brasil, os efeitos que assustavam mercados nos EUA e na Europa só seriam sentidos na década de 2000, já que de 1990 a 1999 a circulação média diária dos jornais impressos, por

---

<sup>25</sup> Segundo dados da WHA (World Association of Newspapers and News Publishers), as quedas foram de 1,2% no Oriente Médio e África, 1,5% na América Latina, 10,9% na América do Norte, 23,8% na Europa e 22,3% na Austrália e Oceania.

exemplo, cresceu 69%, impulsionada por soluções que depois se revelariam paliativas, como a criação dos chamados jornais populares de qualidade, ou *quality papers*<sup>26</sup>, e a política de distribuição de fascículos e brindes e de sorteios associados às publicações (ABREU, 2002; ABRAMSON, 2019; CHRISTOFOLETTI, 2019). Mas os impactos chegaram. No Brasil, jornais e revistas detinham 32,5% do bolo publicitário em 2001 e passaram a 17% em 2012, uma queda de 47%<sup>27</sup>. Considerando os dez principais jornais diários, a tiragem total caiu quase 52% de dezembro de 2014 a outubro de 2019<sup>28</sup>. Gandour *apud* Costa (2021) cita pesquisa do Projor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo) segundo a qual 81 empresas jornalísticas brasileiras fecharam publicações de 2011 a 2018, e, em dez anos, 78% dos veículos cortaram quantidade de páginas e 83% reduziram pessoal. Em relação aos “desertos de notícia” brasileiros, não existe uma série histórica para fins comparativos, mas o principal levantamento sobre o tema no país indicou que o primeiro ano da pandemia de Covid-19, diferentemente do que se poderia esperar em razão do revés econômico geral, indicou uma queda de 6% no número de municípios sem presença de veículos jornalísticos independentes, ou seja, sem jornal, site, blog ou emissora de rádio e TV – de 3.487 em dezembro de 2019 para 3.280 em fevereiro de 2021<sup>29</sup>.

Os números de demissões de jornalistas nas Redações brasileiras não são claros, seja pela ausência de um banco de dados nacional, de acompanhamento extensivo do mercado de trabalho por parte de órgãos de classe como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) ou mesmo pela informalidade existente no setor, mas há estimativas que se valem de fontes noticiosas e estudos de abrangência estadual. Um levantamento a partir de notícias publicadas em sites especializados apontou 2.327 demissões em empresas jornalísticas pelo país de 2012 a 2018<sup>30</sup>. No Estado de São Paulo, pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para o sindicato da categoria indicou a perda de 3.368 empregos com registro em carteira de 2013 a 2018<sup>31</sup>, redução de quase 20% no mercado formal de trabalho no período, que configurou um retorno ao patamar de dez anos

---

<sup>26</sup> Segundo Christofolletti (2019), essas publicações, embora mais baratas em relação aos jornais tradicionais, se diferenciavam dos jornais sensacionalistas dos anos 1970 e 1980 por adotarem uma fórmula mais branda no conteúdo, com foco em temas caros aos leitores de classes mais populares, como previdência, esporte e segurança pública.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.anj.org.br/2013/10/13/investimento-publicitario/>>. Acesso em: 27 maio 2017.

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-imprensa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/desertos-de-noticia/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://passaralhos.voltdata.info/metodologia.html>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://sp.cut.org.br/noticias/perfil-dos-jornalistas-em-sao-paulo-emprego-encolhe-1a40>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

antes. A pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coletou dados de 7.029 jornalistas pelo país e registrou avanço da precarização do trabalho, aumento de vínculos não-formais (*freelancers*, prestação de serviços sem contrato, pessoa jurídica e microempresa individual), alto índice de jornalistas com carga superior a 8 horas diárias (42%) de trabalho e relatos recorrentes de estresse e transtornos mentais relacionados ao trabalho<sup>32</sup>.

Mudanças de base econômica e tecnológica que hoje afetam a atividade jornalística refletem particularidades do setor, mas o jornalismo também se insere no contexto das transformações estruturais do capitalismo que impactaram os modos de produção a partir dos anos 1970 e 1980. A implementação de processos produtivos flexíveis trouxe avanço na automação de tarefas, desregulamentação trabalhista e recuo da representatividade sindical, entre outras tendências que subverteram o *modus operandi* dominante no campo do trabalho no Ocidente e respondem, em maior ou menor escala, por ciclos de elevação do desemprego. Essa reestruturação produtiva envolve ainda aspectos como inovações em equipamentos e materiais, mudanças nas relações entre empresas (com a introdução de fusões e *joint ventures*), na organização da produção (mediante conceitos como *just-in-time* e qualidade total) e do trabalho (introdução de trabalho em grupo, polivalência). São processos que podem implicar em redução de vínculos, utilização do “trabalho estágio”, intensificação do ritmo do trabalho e da rotatividade da mão de obra, em um cenário em que redes de proteção social se contraem e o emprego sucumbe à informalidade e perde o papel de eixo estruturante do mercado tradicional. Surge então uma ampla zona intermediária de relações trabalhistas que se interpõem entre o emprego e o desemprego.

Ao descrever tendências da reestruturação produtiva no Brasil, Antunes (2012) aponta que esse processo se intensificou a partir dos anos 1990, quando grandes empresas procuraram elevar a competitividade por meio da flexibilização de regimes laborais, da subcontratação e da terceirização. Essas decisões impulsionaram um processo de erosão do trabalho “contratado”, prevalente no século 20 e que passa a perder espaço para diferentes formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo” e “trabalho voluntário”. O impacto desses processos nas Redações jornalísticas começa a se fazer sentir nos anos 1990, com os supracitados cortes de pessoal e aumento de funcionários contratados sem registro em carteira profissional e a disseminação de novas formas de contratação, como terceirizações, admissões via pessoa jurídica (PJ) e acordos com *freelancers*. Paralelamente às transformações estruturais do

---

<sup>32</sup> Disponível em < <https://perfildojornalista.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

capitalismo, fatores como a expansão do ensino superior no país e mudanças na regulamentação profissional<sup>33</sup> reconfiguraram as possibilidades de atuação dos jornalistas, que passam a exercer cada vez mais funções fora de Redações tradicionais, como assessoria de imprensa, marketing e comunicação corporativa. Todo esse movimento, independentemente dos indicadores de mercado de trabalho, exerce forte pressão sobre os trabalhadores, que são instados a ser cada vez mais “produtivos”, polivalentes e flexíveis. Isso não significa, contudo, que o trabalho esteja perdendo sua centralidade como fundamento ontológico do ser social no mundo contemporâneo. O que ocorre é uma diferenciação entre o trabalhador “multifuncional” da era informacional e uma massa de trabalhadores precarizados. Além disso, as rupturas do arcabouço sociolaboral multiplicam as instâncias de mediação entre indivíduo e sociedade e os espaços de reconhecimento que servem de base para processos de socialização profissional e construções identitárias. Como consequência, instala-se uma espécie de paradoxo contemporâneo do trabalho, sobretudo para profissionais com formação superior: se por um lado a flexibilização gera uma ampliação de oportunidades em potencial, por outro há menos garantias e mais insegurança diante da retração de padrões mais coletivos e estáveis de organização. Abre-se, assim, caminho para a negociação de formas identitárias mais heterogêneas e complexas (ANTUNES, 2005; COUTINHO, 2009; RIBEIRO e UVALDO, 2011; FIGARO *et al.*, 2013; KREIN, 2013; MICK e LIMA, 2013; MICK *et al.*; 2020).

A inflexão do mercado de trabalho nos anos 1990, impulsionada pela abertura econômica e pela globalização financeira, transforma o desemprego em fenômeno de massa no Brasil, uma sociedade que nunca chegara a se organizar plenamente a partir do trabalho assalariado e de sua conseqüente rede de direitos e proteção social. A terceirização, que atinge tanto os trabalhadores manuais como os trabalhadores intelectuais, torna-se um fenômeno expressivo no mercado de trabalho nacional, já marcado por características estruturais como alta rotatividade e informalidade, baixos salários e desigualdade social. A partir daí crescem as pressões pela “legalização” desse mecanismo, que culminam, em 2017, com a aprovação da chamada reforma trabalhista, que legitimou formas de contratação até então consideradas fraudulentas e ampliou de forma significativa as possibilidades de terceirização da mão-de-obra no Brasil (GIMENEZ e KREIN, 2016; POCHMANN, 2016; BIAVASCHI *et al.*, 2021).

Diferentes autores brasileiros, em chave quantitativa e qualitativa, já descreveram efeitos psicossociais deletérios do desemprego e dos vínculos precários de trabalho, como

---

<sup>33</sup> Em 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão no país. No Brasil, segundo Pereira (2018), 98% dos jornalistas possuem formação superior, uma das mais altas taxas de diplomação entre jornalistas no mundo ocidental.

deterioração do bem-estar psicológico (BARROS e OLIVEIRA, 2009; ESTRAMIANA *et al.* 2012; MACHADO *et al.* 2016), ruptura biográfica (RIBEIRO, 2007) e perda de meios de afirmação da existência (MANDELBAUM, 2009). No campo do jornalismo nacional, Figaro *et al.* (2013) investigaram mudanças no perfil do profissional jornalista e no modo de organização do trabalho, e notaram como a dita flexibilidade crescente no setor, com desestruturação do emprego formal, transfere aos trabalhadores o ônus das incertezas do mercado. Como consequência, os discursos dos profissionais expressam inquietação diante da instantaneidade protagonizada pelos novos meios, que incide sobre práticas e rotinas que se diversificam e se intensificam. Lelo (2020) registrou tendência semelhante em entrevistas com jornalistas que atuavam no Estado de São Paulo: um certo sentimento de resignação e “sofrimento ético” dos profissionais diante do contraste entre os fundamentos éticos do ofício e a realidade das empresas de mídia. Pereira (2018) analisou qualitativamente a trajetória de 32 jornalistas brasileiros e identificou como o período de inserção no mercado, sobretudo para aqueles que ingressaram na profissão a partir dos anos 2000, é marcado pela insegurança, mas aponta, por outro lado, que a diversidade de áreas de atuação ampliou possibilidades de negociação de carreira e da identidade profissional, em um exemplo do paradoxo contemporâneo do trabalho citado acima.

Sobre a contribuição da psicologia às questões do trabalho, Sato (2011) ressalta que a disciplina por muito tempo ignorou o chamado mundo informal do trabalho, e destaca a importância de se considerar a historicidade e a polissemia do termo “trabalho informal”, bem como preconceitos e estereótipos associados a ele, ainda amplamente reconhecido como aquilo que não é normal ou justo e vinculado discursivamente a atividades precárias ou ilegais. Há, notadamente, abertura para opções produtivas e significativas para determinados grupos e pessoas, mas também muita instabilidade e insegurança – sobretudo nos países do chamado Sul Global, em que a informalidade no mercado laboral é estrutural. Independentemente das encruzilhadas que se apresentam aos sujeitos em campo, o trabalho, em suas novas, flexíveis e complexas configurações, continua a ser um domínio da existência a partir do qual sujeitos, grupos e comunidades cotidianamente costuram significados e discursos, tecendo subjetividades e formas identitárias e, assim, imprimindo suas marcas no bordado da vida social (ARAÚJO *et al.*, 2011; RIBEIRO, 2014; BLUSTEIN *et al.*, 2017; MANDELBAUM e RIBEIRO, 2017).

#### 1.4 Discursos em circulação

Como indicamos na seção 2.1, há mais de 150 anos circulam discursos que servem – e continuam a servir – à consolidação da legitimidade da atividade jornalística em meio a pressões externas. Essa legitimidade, contudo, é um processo dinâmico que precisa ser sustentado ao longo do tempo. Hoje, com as vulnerabilidades expostas pelas mudanças econômicas e tecnológicas, muitos se questionam se o jornalismo poderá continuar a satisfazer tais demandas. Essa seção se dedica, a partir de uma revisão da bibliografia nacional e internacional sobre o tema, a descrever discursos a respeito do jornalismo e da alegada crise do ofício que circulam atualmente e que se prestam a processos de ressignificação de identidades profissionais no setor.

Vos e Finneman (2017) mostraram como atores que praticam ou se relacionam com o jornalismo exercem papel significativo na tentativa de formalização desses discursos de legitimação de seus papéis sociais. Os pesquisadores analisaram publicações (jornais e periódicos, publicações jornalísticas de comércio e livros-texto embrionários sobre a atividade) nos EUA no período compreendido entre as décadas de 1870 e 1930 e mostraram como desde então os próprios jornalistas se mobilizavam para articular bases legitimadoras para seu trabalho. As estratégias discursivas para justificar o julgamento, a capacidade de avaliação e discernimento das notícias (*news judgement*, no original) e o papel do *gatekeeper* poderiam explicar esse atributo em termos de uma habilidade especial dos jornalistas, enquanto outras destacavam características externas dos eventos ou os valores sociais e econômicos das informações fornecidas. Os autores sugerem que tendências atuais, como a emergência do “jornalismo cidadão”, por vezes nomeado “comunitário” ou “participativo”, o ceticismo em relação à objetividade jornalística e a diluição do papel do *gatekeeper* exponham a “instabilidade das reivindicações normativas” tradicionais da profissão. Indicam, por outro lado, como até hoje discursos com o do *gatekeeper* e o do “valor-notícia” continuam a descrever o processo noticioso como simples atos de coleta das informações, como se as notícias existissem ontologicamente independentemente da percepção dos jornalistas. Veem a atividade entrando num ciclo de “experimentação discursiva” em que normas e práticas são postas em questão e em que se torna cada vez mais difícil justificar os julgamentos jornalísticos apenas por capacidades intrínsecas de seus praticantes. Ao mesmo tempo, abordagens noticiosas mais emocionais, muitas vezes de forte carga opinativa e avessas a verificações factuais, ganham credibilidade e audiência, bem como se impõe a impossibilidade de se ignorar o fluxo conversacional das redes sociais e de não assumir uma presença nessas redes (FULLER, 2010;

WEISS, 2015). São desdobramentos que impactam uma das relações mais importantes dos jornalistas, que é com o chamado público consumidor de seus serviços, em nome do qual esses trabalhadores se engajam em disputas por status e dignidade pessoal.

Tal como os músicos profissionais de jazz descritos no estudo clássico de Becker (1951), os jornalistas tendem a se ver como pessoas com habilidades especiais que a diferenciam de outras pessoas e que deveriam ser livres de controles externos. Assim como os músicos se isolam espacialmente em relação à audiência, recorrendo a palcos e plataformas que estabelecem uma barreira física à interação, os jornalistas também criaram ao longo das décadas mecanismos de autossegregação que a internet gradativamente eliminou, o que abriu as portas para críticas, ataques e questionamentos sobre a legitimidade da atividade. Isso hoje insta os jornalistas a renegociar e a rerepresentar de forma mais intensa, para consumo público, valores, práticas e fronteiras normativas da profissão.

Autores como Matt Carlson e Tim P. Vos, que analisaram a construção histórica de discursos em torno do jornalismo, empregam o termo “discurso metajornalístico” para descrever manifestações públicas e interpretações compartilhadas sobre a atividade, suas práticas e condições de recepção. Descrevem como jornalistas se envolvem ativamente na construção e circulação desse discurso, mas estão longe de controlar essas interpretações, que são ofertadas e negociadas por outros atores sociais que se relacionam com jornalistas ou apenas consomem jornalismo: analistas políticos e econômicos, historiadores, funcionários públicos, gestores de organizações da sociedade civil e pesquisadores, políticos e eleitores. Essas interpretações que, em geral, conformam o discurso metajornalístico podem ter caráter mais implícito, como em suposições a partir de significados naturalizados, ou mais explícitos, na defesa de pontos de vista específicos sobre a prática do jornalismo. Em geral, a expressão pode se referir a qualquer discurso sobre jornalismo, que comumente presume considerações sobre o que é (ou não) jornalismo, como ele deve ser praticado e quem pertence (ou não) aos seus domínios. É um discurso que, ao articular definições, limites e reivindicações de legitimidade, performa uma espécie de “trabalho duplo” (BERKOWITZ, 2000), fornecendo significados para a comunidade jornalística e definindo o jornalismo para um público mais amplo. Vos e Craft (2017) buscaram exemplos de discurso metajornalístico em 15 publicações norte-americanas sobre jornalismo (boletins sobre o mercado de trabalho, resenhas e ensaios jornalísticos e sites de associações de jornalismo) no período de 1997 a 2015, para examinar a emergência de um novo discurso que estaria se apresentando como norma legitimadora para a atividade: o discurso da *transparência*. A noção de transparência começa a se popularizar no início dos anos 2000

no meio jornalístico e hoje, segundo os autores, se coloca como possível “herdeira” da noção de objetividade, que estaria perdendo seu potencial epistemológico e normativo, e, conseqüentemente, a força de ancoragem das reivindicações de legitimidade dos jornalistas. Na prática, a transparência pode ocorrer na exposição de etapas e aspectos do processo de produção noticiosa, como seleção e apresentação de conteúdo, ou mesmo no envolvimento da audiência nos processos de produção. A pesquisa conclui que cada vez mais atores do setor recorrem à transparência como uma fonte de legitimação para o trabalho que exercem, e embora tenha apontado inconsistências e divergências nas avaliações sobre o valor da transparência para o jornalismo, chega a sugerir que uma “mudança de paradigma” normativa esteja em curso. Iniciativas de checagem de fatos (*fact-checking*), por exemplo, sejam elas nativas digitais ou projetos gestados dentro de veículos tradicionais, enfatizam a verificação como elemento diferencial do jornalismo em tempos de *fake news*, e assumem com frequência o discurso da transparência como uma nova maneira de autoafirmação da credibilidade jornalística (SEIBT, 2019).

Nesse cenário de instabilidade de reivindicações normativas e experimentação discursiva, há quem chame a atenção para outro discurso em circulação: o da *inovação*. Um discurso que enquadra a inovação como chave para a saída de uma assumida crise do jornalismo e concebe a mudança no setor como inevitável. São pesquisas que procuram reunir evidências de que essas transformações criam oportunidades para novas formas de operação e financiamento das empresas jornalísticas, e destacam o aparecimento de inúmeras *start-ups*<sup>34</sup> digitais e empreendimentos de menor dimensão que começam a se tornar negócios viáveis. Cook e Sirkkunen (2015) coordenaram uma pesquisa de 69 casos em nove países de *start-ups* jornalísticas com modelos até então sustentáveis, e concluíram que essas firmas mais suplementam do que desafiam os *players* tradicionais do mercado, ao servir audiências menores e de nicho ou fornecer conteúdo especial a grupos jornalísticos maiores. Em análise de oito projetos sem fins lucrativos de jornalismo investigativo na América Latina, Requeno-Alemán e Lugo-Ocando (2016) não encontraram um modelo viável em razão da dependência excessiva de apoio financeiro externo, mas ressaltaram a longevidade das iniciativas e a qualidade dos serviços públicos prestados pelos projetos. Um estudo de 100 *start-ups* de jornalismo digital na

---

<sup>34</sup> Costuma-se definir *start-ups* de maneiras distintas, sendo que a mais simples é companhia nova começando do zero. Carlson e Usher (2016) descrevem as *start-ups* como empresas que recebem financiamento de fontes externas como bancos ou companhias maiores, em arranjos geralmente dissociados de empréstimos bancários tradicionais, o que blinda de certa forma essas novas firmas de metas financeiras de curto prazo, permitindo um foco maior em inovação, experimentação e crescimento. Na indústria da notícia, o termo também é usado para se referir a organizações sem fins lucrativos e a pequenas organizações sem fonte definida de recursos.

Argentina, Brasil, Colômbia e México identificou mais de 15 tipos diferentes de receita, como eventos, treinamento, assinaturas, *crowdfunding* e publicidade nativa<sup>35</sup>.

Creech e Nadler (2018) analisaram o discurso metajornalístico de inovação em mais de 50 relatórios de pesquisa, estudos de casos e guias práticos de fundações, institutos e organizações envolvidas com o jornalismo, publicados entre 2009 e 2016, e criticam o que identificaram como uma orientação individualista e pró-mercado nesses relatos. Seriam relatórios que naturalizariam um estado de inevitabilidade das forças impessoais – tecnológicas, econômicas e demográficas – a impulsionar as mudanças do jornalismo. Para os autores, ao insistir em questões de qualidade de processos e geração de receita, esse discurso estaria ignorando problemas estruturais do universo da informação digital, como desigualdades e deformações no processo de produção e circulação da notícia e ocorrências de fracassos de novas empreitadas jornalísticas, sejam comerciais ou filantrópicas. A consequência dessa omissão seria a normalização de dinâmicas de mercado estabelecidas pelos grandes conglomerados tecnológicos, numa espécie de capitulação aos verdugos da crise, expressa numa assunção ingênua de que a debacle do jornalismo seria um problema a ser solucionado pelo espírito empreendedor de firmas, gestores e jornalistas. Nessa perspectiva, argumentam os autores, o foco acrítico na inovação e na cultura *start-up* minimiza as pressões econômicas e culturais que se abatem sobre o setor e, por isso, deve ser problematizado. Carlson e Usher (2016) expuseram, por meio de uma análise temática textual de manifestos de lançamento de dez *start-ups* jornalísticas comerciais lançadas nos EUA e na Europa entre 2012 e 2014, como essas organizações caminhavam numa linha tênue entre a exaltação de uma suposta superioridade tecnológica, em críticas sutis ao jornalismo tradicional, e a necessidade de endossar compromissos normativos e práticos desse mesmo jornalismo, para legitimar as inovações que seus sites apresentavam. Esse movimento simultâneo de afirmação e crítica do jornalismo tradicional, num contexto em que as *start-ups* atraíam atenção e entusiasmo do setor, fazia-se acompanhar por uma reivindicação de associação simbólica a áreas ligadas à cultura das *start-ups*, como a do capital empreendedor (*venture capital*, na expressão em inglês) e a da programação de sistemas, esferas originalmente pouco relacionadas ao jornalismo. Há também construções que se apoiam no discurso metajornalístico da *inovação* que recorrem ao argumento da dita crise de confiança no jornalismo, que seria uma das justificativas para a aposta imperativa no “novo” como solução. Como toda construção discursiva, cabe colocá-las

---

<sup>35</sup> Disponível em

<[www.omidyar.com/sites/default/files/file\\_archive/Inflection%20Point/Ponto%20de%20Inflexao.pdf](http://www.omidyar.com/sites/default/files/file_archive/Inflection%20Point/Ponto%20de%20Inflexao.pdf)> Acesso em 13 jun. 2019.

em perspectiva, e, neste caso, como exposto na seção 2.2, indagar até que ponto uma alegada tendência, descrita de diferentes maneiras, se traduz, no caso brasileiro, em uma “crise de confiança” generalizada na imprensa.

Outro exemplo de discurso metajornalístico, acionado por atores e estudiosos do setor que sublinham questões de redução do alcance das publicações e da força de trabalho, é o da *extinção*. Nesse registro, a linguagem da decadência é tida como a mais apropriada para descrever os efeitos da crise sobre a indústria jornalística. Meyer (2009 *apud* Siles e Boczkowski, 2012), por exemplo, cita o jornal impresso como uma entidade em “estado de desaparecimento”. Usher (2010) analisou manifestações de despedida (e-mails, cartas, discursos, posts em blogs e colunas) de jornalistas que perderam o emprego em meios impressos tradicionais norte-americanos e concluiu que os textos revelavam profissionais nostálgicos, descolados da realidade e com pouca disposição à autocrítica. Nos EUA, o consultor Paul Gillin manteve de 2007 a 2018 um site ironicamente intitulado *Newspaper Death Watch*, ou Relógio da Morte dos Jornais, em que se propôs a enumerar publicações extintas – neste caso em chave esperançosa, expressa no lema da iniciativa: “Registrando o declínio dos jornais e o renascimento do jornalismo”. Christofolletti (2019) evoca todo um repertório de termos relacionados à doença e à morte para descrever, no caso brasileiro, o quadro que assume como de crise: “A crise tem graus, como a febre” (p.22); “A infecção ainda habita silenciosamente o organismo” (p.23), “(...) recorro ao fim dos dinossauros como metáfora que ajuda a interpretar a crise do jornalismo” (p.89). O autor, contudo, também procura matizar o discurso da extinção, ao reafirmar que as transformações forçam adaptações e novas maneiras de exercer a atividade, e endossa elementos do paradigma clássico ao relacionar a sobrevivência do negócio ao “cultivo e manutenção de altos graus de confiabilidade” (p.64). Há também articulações do discurso da extinção no que se refere à identidade profissional do jornalista. Costa (2021) vê os jornalistas como “reféns” do desenvolvimento estrondoso dos meios digitais, pressionados pela saturação de informações assimétricas e por “infinitas pessoas fazendo-se passar por jornalistas” (p. 98), e aponta risco de perda da identidade profissional.

Estudos também descrevem processos de reconstrução de discursos tradicionais legitimadores do ofício. Por meio de uma análise de discurso metajornalístico em publicações norte-americanas, Vos e Thomas (2019) investigaram como o discurso do *gatekeeper* está sendo articulado no século 21, e mostraram que jornalistas vêm buscando acionar outros valores profissionais para legitimá-lo, numa linha de discurso que denominamos, para fins de análise, *gatekeeper 2.1*. Se o *gatekeeping* como seleção de notícias tem sido enquadrado como discurso

anacrônico, num papel visto como datado e em extinção, as preocupações com a multiplicação das notícias falsas (*fake news*) e as discussões sobre a possível instauração de uma era da “pós-verdade” têm dado margem a uma defesa da função de *gatekeeper* do jornalismo e dos jornalistas. Os autores diferenciam quatro versões do discurso metajornalístico sobre o papel do *gatekeeper*, que concebem a função sob matizes distintos: como seleção, como direção editorial, como controle editorial e como supervisão editorial. Dizem acreditar que os processos de reconstrução do discurso do jornalismo como *gatekeeper* tenham experimentado momentos diferentes neste século, sendo um primeiro na virada do século, onde ainda contava com algum fôlego normativo, um período de intensas críticas entre 2005 e 2010 e desde então um contexto de maior receptividade à reconstrução de qualidades positivas desse papel. Concluem que os aparentes deslocamentos do discurso do *gatekeeper* parecem ser um aspecto central de um sentimento de ansiedade em torno das identidades profissionais dos jornalistas e que o discurso metajornalístico deixa claro, embora nem sempre de maneira explícita, que os jornalistas estão de fato lutando para reconstruir discursivamente suas formas identitárias e seus papéis sociais.

### 1.5 Um denominador comum

No início deste texto, é mencionada a relação de doze significados do verbete crise. Se tivéssemos que eleger um desses significados, a opção seria por uma definição de cunho social e econômico: situação socioeconômica repleta de problemas. Isso porque eventos associados a crises existem fora das narrativas que os enquadram como tais, e o declínio econômico e financeiro de setores da imprensa brasileira e mundial é incontestável. É essencial destacar, porém, que essa situação não atinge todos os veículos da mesma forma. Não se trata de uma crise do jornalismo como um todo, mas de um desequilíbrio estrutural que afeta, principalmente, os meios de comunicação que possuíam ou possuem publicações impressas como principal fonte de receita. Parece mais adequado, portanto, falar de uma *crise econômica e financeira em setores da imprensa*, e não no jornalismo ou na imprensa de modo geral. A constatação de um abalo no modelo de negócio de determinadas publicações, desencadeado pela digitalização do ambiente informacional, não significa que todas as empresas e profissionais do campo sejam afetados de maneira uniforme por esses desdobramentos. Um exemplo comumente citado de sucesso no ambiente digital é o do jornal norte-americano The New York Times, que desde a introdução, em 2011, da restrição de acesso para conteúdo no

site da publicação (instrumento conhecido como *paywall*), conseguiu fazer gradativamente a transição de um modelo baseado em publicidade para um negócio ancorado em assinaturas digitais – em 2020, a receita “digital” da empresa superou a “impressa” pela primeira vez<sup>36</sup>. Como aponta Bresse (2016), as reivindicações de uma crise, ou mesmo do fim do jornalismo, são comumente articuladas por meio de uma narrativa de declínio que decreta, de antemão, que o futuro do jornalismo será pior do que o passado, o que nem sempre é verdade. Compreender essas afirmações é também demonstrar como elas se apoiam em padrões interpretativos e estruturas culturais que historicamente alimentaram inquietações sobre uma alegada deterioração da atividade.

Por isso, dentro da proposta de se tratar a “crise” do jornalismo como uma construção social, a noção de crise aqui tomada como referência pode ser vista como uma espécie de “mínimo denominador comum”, um núcleo factual básico a partir do qual camadas de discursos e narrativas podem ser somadas – ou subtraídas. Afinal, os efeitos sociais das transformações tecnológicas e econômicas da atividade não se manifestam isoladamente (ALEXANDER, 2016), uma vez que são mediados pela ética profissional dos jornalistas e pela moralidade cívica de práticas e instituições democráticas, âmbitos que se conectam há séculos no Ocidente. Essa opção conceitual não é mais ou menos correta do que as outras nem pretende fazer as vezes de régua para avaliar a distância desses relatos de uma alegada realidade. Almeja apenas funcionar como uma baliza para a interação entre investigador e o fenômeno em questão (que, em ciências sociais, normalmente se materializam em pessoas), já que o objetivo do trabalho, dentro de uma orientação socioconstrucionista, está mais focado em como certos fenômenos ou formas de conhecimento são expressos por pessoas em interação, por meio da linguagem (BURR, 2015), do que na busca de respostas definitivas sobre a natureza da sociedade ou das pessoas.

Zelizer (2015) toca em um ponto chave ao afirmar que o uso da palavra crise para explicar um conjunto heterogêneo de circunstâncias econômicas, políticas, tecnológicas, legais, morais e ocupacionais pode impedir o reconhecimento de futuros diferentes para o jornalismo, e isso se aplica tanto para quem o consome como para quem o produz. A autora lembra que o termo comumente é empregado pelos próprios jornalistas, por oferecer uma resposta discursiva útil para a raiva e a ansiedade geradas pelas incertezas financeiras que rondam a imprensa tradicional, já que normalmente pressupõe a ideia de que toda crise é passível de superação. “O termo ‘crise’ emerge como um descritor do desarranjo institucional porque tem uma utilidade

---

<sup>36</sup> Disponível em <<https://www.nytimes.com/2020/08/05/business/media/nyt-earnings-q2.html>>. Acesso em 28. mar. 2023.

para aqueles que o invocam” (p.891). O caminho de análise sugerido por Zelizer indica como uma análise focada na linguagem como meio de construção do social e do indivíduo pode oferecer um caminho profícuo e ainda pouco explorado de investigação das transformações do trabalho jornalístico. Um caminho que historicamente só pôde ser aberto quando posições epistemológicas características das ciências “duras”, como a física, a química e a biologia, cederam espaço dentro das ciências humanas e sociais para enfoques alternativos, eminentemente qualitativos e que desafiaram a noção de que o conhecimento seja baseado em observações objetivas da realidade, feitas por um pesquisador neutro. Enfoques que incorporaram o ponto de vista dos próprios atores sociais na compreensão e interpretação de suas realidades (POUPART, 2008). Na psicologia social, esse movimento está no cerne da – sintomaticamente denominada – “crise” da disciplina, que a partir dos anos 1970 passou a endereçar críticas ao modelo positivista/funcionalista até então predominante no meio, fundado na distinção entre sujeito e objeto, herança cartesiana que valoriza a objetividade supostamente garantida por sua exterioridade em relação ao mundo.

## 2 PERSPECTIVA TEÓRICA

### 2.1 Sociologia das profissões

Parece sensato pensar o jornalismo como atividade, como trabalho e como um conjunto de práticas culturais referentes à produção e à circulação de notícias. Práticas e procedimentos para coleta e apresentação das notícias e entendimentos sobre como essas ações legitimam relatos sobre a realidade. Uma forma de produção de conhecimento que articula discursos sociais e saberes técnicos e, como aponta Carlson (2016), é variável no tempo e no espaço, dependente dos contextos e vivenciada por meio de relações sociais. E que pode – ou não – também ser classificada como profissão. Segundo Meyers e Davidson (2014), o apoio à categorização do jornalismo como profissão tradicionalmente vem de pessoas ligadas ao setor, e há quem sugira que a atividade não atenda critérios de profissionalismo, pela ausência de mecanismos formais de autorregulação e por não subscrever um regime global de obrigatoriedade de formação e registro. Singer (2003), por exemplo, em um estudo que pretendeu analisar os primeiros impactos do trabalho online sobre as noções de profissionalismo jornalístico, sustenta que o jornalismo norte-americano nunca se encaixou em definições sociológicas de profissionalismo – não teria requerimentos de ingresso à atividade, nenhum corpo de “conhecimento sancionado e compartilhado” como no direito e na medicina e nenhum meio efetivo *intracorporis* de autocorreção. O autor incorre numa generalização questionável ao afirmar que sociólogos tendiam, predominantemente, a categorizar o jornalismo como “profissão emergente”, em razão dessa inadequação a supostas dimensões sociológicas fundamentais do profissionalismo.

Autores como Singer e demais entusiastas desse debate anacrônico ignoram algo que a própria sociologia já apontou. O caminho de superação da controvérsia mais ampla em torno da questão da profissionalização e da profissionalidade está dado pelo menos desde os anos 1950, pelo sociólogo Everett Hughes e outros sociólogos interacionistas da chamada segunda geração da Escola de Chicago, como Howard Becker e Anselm Strauss, para quem a qualificação como “profissional” não deve se restringir a trabalhadores organizados em “profissões”. Dubar (2012) lembra como os interacionistas, sob a batuta de Hughes e sua teoria da socialização profissional, rejeitaram a sociologia funcionalista que tradicionalmente opunha as profissões, como fonte de identificação positiva, às ocupações, como trabalhos sem reconhecimento social e exercidos por pessoas desqualificadas, “não profissionais”,

redefinindo, portanto, a questão da profissionalização como um processo geral, em construção permanente e não limitado a atividades de prestígio social. Partindo da premissa de que todo trabalhador almeja reconhecimento e proteção por um conjunto de regras e normas, e que “ocupações” tendem a se organizar para se tornarem “profissões”, os interacionistas descartaram a cisão entre “profissionais” e “não profissionais”, considerando que o processo de socialização profissional não pode ser tomado como algo exclusivo de certos grupos.

Hughes (1971) foi pioneiro ao tocar num ponto chave deste debate, e que tem importantes implicações para esta pesquisa: o conceito de profissão não é apenas descritivo, pois carrega consigo valores e prestígio. Tornou-se um símbolo cultural das sociedades urbanas e industrializadas, associado a uma concepção desejada de trabalho e do próprio *self*. O autor lembra como o termo “profissão” nasce na língua inglesa associado ao ato de tomar votos de uma ordem religiosa, e é secularizado no século 17, passando a definir aquilo que “professa ser qualificado”. “Profissão” originalmente se referia ao ato ou ao fato de professar: profissionais, portanto, professam. E nesses atos de profissão, reivindicam determinados saberes legítimos e especializados, o direito de praticar esses saberes e a confiança dos clientes para desenvolvê-los, oferecendo à sociedade o que pensam ser bom e certo em sua atividade. Essa é a base da ideia de profissionalismo, que se apoia no que Hughes definiu como uma espécie de licença, tanto no senso estrito de permissão legal como na acepção ampla que remete à autonomia de trabalho decorrente do reconhecimento social. A pergunta “Essas pessoas são profissionais?” é, portanto, uma falsa questão, pois ocupações, ofícios e sujeitos estão sempre tentando construir suas imagens de si e dos outros em busca da profissionalização<sup>38</sup> e de um posto confortável na divisão moral do trabalho. Diante de lutas por status que são, portanto, crônicas, o termo “profissional” deve então ser considerado mais uma categoria da vida cotidiana do que uma descrição. O mérito de Hughes e dos sociólogos interacionistas que o seguiram foi associar o universo do trabalho aos mecanismos da socialização. Como apontou Dubar (2005), ao mostrar que o mundo do trabalho não poderia ser reduzido a relações econômicas, por se tratar de um âmbito de mobilização da identidade, em que sujeitos negociam definições de si, representações ativas e percepções de reconhecimento social, esses pesquisadores tiveram seu principal *insight*. Tomadas em sentido amplo, as profissões são também meio de socialização, em que se desenvolvem visões de mundo que perfazem valores e sentidos acionados pelo

---

<sup>38</sup> Hughes (1971), escrevendo ainda sobre os EUA da década de 1960, já enumerava uma série de ocupações em busca de profissionalismo: bibliotecários, corretores de seguros, enfermeiras, administradores hospitalares, pessoal de relações públicas, oficiais do serviço prisional, entre outras, uma lista que poderíamos atualizar com novas ocupações nos dias de hoje, como *personal trainers*, *coaches*, terapeutas de diferentes orientações, especialistas em marketing digital e analistas de redes sociais.

trabalho. Profissões dependem muito de práticas discursivas – do compartilhamento de uma ontologia, de um leque de ideias comuns e modos de justificação (GERGEN, 1994). Apesar da classificação ou não do jornalismo como profissão, o mais importante parece ser a constatação de que, como em outras ocupações, ofícios e artes, o discurso do profissionalismo exerce no jornalismo ação fundamental na construção de identidades e na legitimação da atividade e de sua influência sobre domínios sociais (HUGHES, 1971; WAISBORD, 2013 *apud* MEYERS e DAVIDSON, 2014).

Uma concepção de profissão atenta às ancoragens do conceito no cotidiano e nos discursos que alimentam construções identitárias guarda afinidades e se fortalece no diálogo com abordagens que elegeram a esfera da vida como *locus* principal de análise do mundo do trabalho. Richardson (1993), por exemplo, sugere, em matriz epistemológica socioconstrucionista, um deslocamento de teorias e modelos da psicologia vocacional e de desenvolvimento de carreira que tradicionalmente apreenderam as trajetórias laborais de modo circunscrito a estruturas ocupacionais. Para a autora, um foco nos contextos de vida mais amplos relacionados ao trabalho, e não apenas na carreira em si, ajuda a evitar armadilhas que enviassem os estudos de psicologia vocacional na direção da realidade de grupos brancos e de classe média, desconsiderando a diversidade econômica, racial e de gênero das populações pesquisadas e a articulação entre âmbitos distintos da existência, como cultura, política e família. Analisar o trabalho como prática que extrapola o *framework* organizacional de carreira parece ser mais adequado ao desafio de descrição e interpretação da multiplicidade de sentidos associados à atividade e dos contextos relacionais que abrangem esses processos na contemporaneidade. Daí a opção, aqui subscrita, pelo afastamento de uma noção operacional estática de carreira ligada às chamadas ciências da gestão, limitada à trajetória objetiva por postos e funções e sob risco de alheamento à tessitura social.

Escrevendo num momento em que a globalização, a internacionalização do capital e a introdução de novas tecnologias impactavam de forma até então inédita as pressões concorrenciais de mercado e a própria gestão do trabalho, Fonseca (2002) já vislumbrava uma ampla reconfiguração dos territórios existenciais no mundo laboral. Quando o novo paradigma produtivo deslocava as noções de continuidade, rigidez e previsibilidade que até então orientavam a vida dos trabalhadores, era preciso recalibrar o olhar e os conceitos para dar conta de novas configurações identitárias. A concepção de modos de trabalhar proposta pela autora compartilha da ênfase interacionista e de Richardson (1993) em práticas de trabalho que pressupõem e se constroem mediante negociações intersubjetivas de significados. Num

contexto em que carreiras e profissões continuam a perder ancoragens fixas e os vínculos trabalhistas são marcados por transitoriedade e ambivalência, tal abordagem mantém a atualidade ao endossar uma noção relacional de subjetividade, imbricada a processos sociais e históricos, e que guia e fortalece a possibilidade de construção de uma análise verdadeiramente psicossocial sobre o trabalho, na articulação entre modos de trabalhar e modos de subjetivar.

Em suma, jornalismo é profissão. Profissão é matriz cultural carregada de simbolismo. Estamos diante de um ato de profissão quando qualquer sujeito de trabalho reivindica saberes e práticas específicas, aciona valores e busca prestígio em seu ramo de atividade. Profissão não se resume a arranjos econômicos e institucionais – observação que se presta, por extensão, a qualquer noção de crise relacionada a uma profissão. Profissão não se materializa apenas em tarefas e requerimentos, mas em negociações intersubjetivas de significados. Como aponta Geertz (2013), disciplinas que integram o pensamento moderno e compõem as artes e as ciências são, para seus praticantes, mais do que funções técnicas e demandas vocacionais. São marcos culturais que emolduram atitudes e modos de vida. É preciso considerar, portanto, em análises sobre o jornalismo, forças culturais que moldam a atividade, que subsidiam processos de socialização profissional e se atualizam permanentemente por meio de narrativas e discursos.

## **2.2 Interacionismo simbólico e o estudo do *self***

Analisar as múltiplas crises do jornalismo contemporâneo sob o prisma da psicologia social e do trabalho é procurar novos meios de explorar os sentidos que os atores desse universo dão às suas ações, o modo como representam o mundo e vivenciam situações profissionais em transformação. Nesse intuito, a perspectiva de análise sociológica e psicológica social conhecida como interacionismo simbólico tem sido uma das mais voltadas ao estudo dos significados que as pessoas atribuem a ações e eventos e à compreensão da construção e negociação, em sociedade, desses significados, entendidos como o propósito ou a significância de algo.

O interacionismo simbólico, termo aplicado inicialmente de forma involuntária no final dos anos 1930 pelo sociólogo Herbert Blumer, passou nesse intervalo de perspectiva marginal nos campos da psicologia social e da sociologia, um contraponto “underground” à ortodoxia funcionalista predominante à época, para hoje ter boa parte de seus conceitos-chave plenamente aceitos dentro das disciplinas. Uma tradição em movimento que vem reafirmando sua relevância em debates-chave da pesquisa social – as dicotomias micro/macro, ação/estrutura,

objetividade/subjetividade, realismo/interpretativismo –, somou contribuições significativas em áreas como teorias do *self* e da identidade, sociologia das emoções e construcionismo social (FINE, 1993; SANDSTROM *et al.*, 2016) e constitui terreno comum entre as principais referências teóricas neste trabalho.

Tendo como base os ensinamentos do filósofo e psicólogo social George H. Mead<sup>39</sup>, Blumer criticava o fato de que boa parte da produção das ciências sociais e da psicologia da época tendia a tomar os significados atribuídos pelos sujeitos como algo dado, concentrando-se no comportamento e em fatores que alegadamente o produziram – estímulos, atitudes, motivos conscientes e inconscientes – como chave para explicar determinados estados mentais ou formas de ação. No esquema sociológico típico, esses fatores a desvendar o comportamento seriam posições de status, prescrições culturais, normas. No esquema psicológico típico, motivos, atitudes, complexos, tudo sem qualquer referência a processos de interação. Em ambos os esquemas, destaca-se uma cisão entre indivíduo e sociedade, entre “eu” e “outro”, que está no cerne da crítica interacionista.

Em ensaio ao final dos anos 1930, Blumer destacou a maneira como a obra de Mead estava erguendo as fundações de um novo enfoque psicológico, que transcendia as abordagens dominantes da época. As ideias de Mead sobre o comportamento humano compunham uma filosofia social que partia de uma dupla crítica à psicologia: tanto à psicologia comportamentalista radical como à psicologia focada exclusivamente no estudo da consciência. Ao desafiar esse dualismo clássico vigente à época, Mead defendia uma psicologia que não se curvasse à primazia de fatores não-sociais – como instintos e processos neurofisiológicos – nem ao internalismo que isolava episódios da consciência de suas bases comportamentais na realidade exterior. Com isso, teceu um relato sociológico da consciência e do comportamento humanos relacionando o processo comunicativo, mediado pela linguagem, ao desenvolvimento da capacidade de nos tornarmos objetos sociais, de nos considerarmos e sermos considerados por outrem como pessoas (MILANELLO, 2015; SANDSTROM *et al.*, 2016; NUNES, 2017). Blumer reconhecia Mead como fundador do interacionismo simbólico, mas foi ele quem sistematizou as hoje amplamente aceitas três premissas clássicas do interacionismo: conhecemos e agimos em relação às coisas com base nos significados que as coisas têm para

---

<sup>39</sup> George Herbert Mead (1863-1931) foi professor do departamento de filosofia da Universidade de Chicago, onde ministrou curso sobre psicologia social. Seu trabalho mais conhecido, *Mind, Self and Society* (1934), foi elaborado *a posteriori* a partir de transcrições de alunos de seus cursos, e representa um texto-chave no desenvolvimento do interacionismo simbólico.

nós; os significados são criados em processos de interação social e os significados também se transformam nessas interações.

Em resumo, este trabalho subscreve a definição de indivíduo em Mead, que remete a um ser que não é só corpo, mas identidade, um núcleo psicossocial que aciona significados moldados intersubjetivamente. Essa articulação de significados se dá em movimentos de organização de si e na relação com os ditos “outros generalizados”: regras, modelos, percepções e imagens sociais à disposição dos sujeitos, que após internalizadas acompanham, controlam e permitem a emergência do *self* (si-mesmo, ou identidade social<sup>40</sup>) na experiência do indivíduo. Desta noção de indivíduo deriva a ideia de sociedade que, dentro da perspectiva interacionista, perfaz uma concepção simultânea da realidade objetiva (condições materiais, externas ao indivíduo) e da realidade subjetiva (representações de conhecimento sobre a sociedade). Sociedade não como entidade autossuficiente, unificada e funcional, mas construção oriunda das ações e interações de indivíduos que produzem padrões de ações e significados compartilhados. (MEAD, 1972; SANDSTROM *et al.*, 2016).

Mead reconhecia o *self* essencialmente como processo, algo que “emerge na experiência social” (MEAD, 1972, p. 140). Esse jogo de assimilação de papéis, em que incorporamos as reações de outros em diferentes posições, começa ainda na infância, por meio do contato com os chamados “outros significativos”, pessoas mais presentes na vida da criança, com quem mantêm relações emocionais mais intensas e servem de referência para o mundo social. À medida que a socialização avança, a criança passa a perceber que ações e papéis copiados dos “outros significativos” remetem a quadros sociais mais amplos. É quando a pessoa passa a se relacionar com a espécie de comunidade organizada de papéis que Mead nomeia como “outro generalizado” – sob o ponto de vista da ação, trata-se do ato de assumir um papel em sua universalidade (MORRIS, 2015). O autor propunha, assim, um caminho útil para superar o conflito entre as perspectivas subjetivistas e objetivistas nas ciências sociais, a insistente discórdia sobre qual deve ser o ponto de partida na análise das dimensões da vida: se a pessoa ou a estrutura social. Apontava como as pessoas podem, de forma simultânea, serem sujeito e objeto social, que reproduzem – mas também produzem – padrões, ações e pensamentos. Nesse sentido, Mead foi um dos pioneiros em propor a inseparabilidade entre o “eu” e os “outros

---

<sup>40</sup> Hoje, quase um século após as reflexões de Mead, parece mais adequado falar apenas em identidade, já que o entendimento sobre o caráter social intrínseco ao conceito está pacificado, e ademais evita-se a confusão com o termo “identidade social” tal como empregado em estudos sociológicos que promoveram uma análise crítica desse termo como instância alienante da dimensão pessoal, restrita à interiorização do externo e ao cumprimento de papéis sociais.

generalizados”<sup>41</sup> que nos interpelam diariamente, e o primeiro autor a empregar a expressão “psicossocial” como síntese do caráter relacional da identidade humana, lançando bases para o entendimento da relação entre “eu” e “outro” como polos de uma mesma continuidade ontológica (RIBEIRO, 2018). Os interacionistas nesse diapasão seguem o tom dado por Adorno e Horkheimer (1956) quando estes assinalaram que a pessoa só se define em sua correlação vital com outras pessoas – mesmo antes de ser indivíduo, o humano é um semelhante, que se relaciona com os outros antes de se referir ao “eu”. Os teóricos críticos de Frankfurt mostraram como o próprio conceito de indivíduo como individualidade substancial, concreta e autossuficiente é uma construção histórica, que inexistia na Antiguidade, plantou raízes em dogmas cristãos de imortalidade da alma individual e avançou sob influência do Renascimento, do liberalismo e da teoria da livre concorrência.

Além dos conceitos de indivíduo e sociedade sob o viés interacionista, interessa a este trabalho o conceito de “outro generalizado”, quando, por exemplo, Mead indica que “a comunidade organizada, ou o grupo social que dá ao indivíduo sua unidade de *self* pode ser chamada de ‘outro generalizado’” (p.155) e que “somente quando os indivíduos adotam as atitudes do outro generalizado em relação a si mesmos é que se torna possível a existência de um universo de discurso, como aquele sistema de significados comuns ou significados sociais que o pensamento pressupõe como seu contexto” (p.157). Nesse sentido, o próprio jornalismo pode ser pensado como um “outro generalizado” a interpelar as pessoas que praticam a atividade, uma peça importante no jogo de espelhos e das dinâmicas entre “eu” e “mim” que refletirão a construção de identidades por parte desses profissionais.

Utilizando uma lente interacionista social para analisar o mundo do trabalho, pode-se considerar como a profissão e o emprego historicamente exerceram o papel desse “outro generalizado” meadiano, de modelo a seguir. Hoje, numa conjuntura em que o trabalho aprofunda processos de flexibilização de suas relações, ele perde também de forma gradativa o poder de conferir segurança ontológica à pessoa, que passa a ter menos referências identitárias à disposição e é cada vez mais instada a equacionar sua própria estabilidade como trabalhadora, vivendo na chamada “flexissegurança” ou “estabilidade contemporânea” (ANTUNES, 1999; BLANCH, 2003 *apud* RIBEIRO, 2014). O emprego formal permanece, no entanto, como um

---

<sup>41</sup> O emprego da expressão no plural remete à atualização do termo proposta em Malo (2007), para quem Mead, que escreveu nas primeiras décadas do século 20, sobvalorizava, para os padrões de hoje, a perspectiva da comunidade na conformação do horizonte social das pessoas, porquanto seria mais apropriado atualmente falar em “outros generalizados” do que empregar a expressão no singular.

polo conferidor de coerência identitária e o desemprego, uma fonte de impactos psicológicos e psicossociais.

### **2.3 *Self* e identidade**

Para Mead, na medida em que o animal consegue assumir a atitude do outro e empregar essa atitude para controlar a própria conduta, entra em cena o que chama de *self*. O *self*, segundo pressupostos básicos compartilhados pelos interacionistas, aqui subscritos, é um processo de atividade reflexiva e comunicativa, que inclui tanto o fluxo de consciência subjetivo de uma pessoa, e seus respectivos elementos como percepções, pensamentos, sentimentos e escolhas, como o seu conceito do *self* como um ente físico, moral e social (MEAD, 1972; SANDSTROM *et al.*, 2016).

A teoria do ser social desenvolvida por Mead, base do interacionismo simbólico, ancora-se na constatação da natureza simbólica do comportamento e da comunicação humana. Direciona o olhar do pesquisador aos símbolos significativos, palavras e gestos empregados por pessoas que suscitam mais ou menos o mesmo significado para elas e para os outros, em processos de interpretação que continuamente acionam dimensões intersubjetivas do mundo social. Mead situa a dimensão social na essência da agência humana, não como adendo. Os indivíduos são ativos e autorreflexivos, respondem ao ambiente e optam por comportamentos e linhas de ação “assumindo o papel do outro” para modulação de sua própria conduta. De forma intencional, baseiam-se em “definições de situação”: interpretações e avaliações contingentes de si e dos outros.

Ao assegurar que o ser humano possui e expressa um *self*, Mead basicamente afirmava que esse ser humano é sujeito, mas também objeto para si. Descrevia, assim, o aspecto duplo da pessoa como objeto social: o “eu”, o sujeito iniciante, a dimensão pura do *self*, origem da identidade social e de difícil observação científica em seus fluxos transitórios de consciência, e o “mim”, o aspecto empírico do *self*, o *self* como objeto e que se realiza na comunicação. O “eu” e o “mim” são parceiros inseparáveis nesse processo de conversação interna: o “eu” como o discernimento espontâneo e ininterrupto da individualidade, tendências espontâneas e impulsivas da pessoa que se apresenta como sujeito para si mesma, sendo, portanto, “produtora” do mundo; e o “mim” como a dimensão da individualidade configurada pela sociedade, que se dá quando a pessoa é objeto para si mesma, sendo reprodutora da realidade. O *self*, é, portanto, esse dado social, não biológico, que se desenvolve e é permanentemente modelado em interação

com outras pessoas, emergindo em processos de socialização, por meio dos quais o indivíduo aprende a ser membro da sociedade (BLUMER, 1969; BERGER e BERGER, 1977; DUBAR, 2005; NUNES, 2017; RIBEIRO, 2018).

Para Mead, a mente depende, sim, do desenvolvimento do sistema nervoso central e do córtex cerebral, mas sua emergência não prescinde de fatores sociais. Para o autor, a mente, entendida como origem da consciência, se define como a incorporação da atitude do outro em relação a si mesmo ou em relação à própria conduta. Ou, como indicou Morris (2021), “a internalização, no indivíduo, do processo social da comunicação em que emerge o significado” (p.29). É um processo que se desenvolve na infância, mediante ajustes e adaptações a um mundo social de regras, papéis e instituições, que invariavelmente incluem interações por meio das quais assimilamos habilidades de interpretação e de uso dos símbolos significativos, atravessando processos de socialização em que internalizamos regras que conformam o “outro generalizado”. Ou seja, apenas mediante a interiorização das vozes dos outros é que podemos falar e descobrir-nos a nós mesmos. Se ninguém nos interpelasse com uma palavra qualquer oriunda de fora, o silêncio dominaria nosso “interior”. O olhar interacionista sobre o comportamento humano toma seus elementos essenciais – como a consciência, a interação, a individualidade e a sociedade – como peças mais ou menos articuladas num fluxo constante, sustentadas e modificadas pelo processo intersubjetivo e essencialmente simbólico da comunicação (BERGER e BERGER, 1977; SANDSTROM *et al.*, 2016; NUNES, 2017).

A despeito de suas variadas escolhas metodológicas e embasamentos teóricos, os interacionistas em geral concordam que o *self* não é um objeto que tenha significado inerente, dado seu caráter de construto oriundo das escolhas das pessoas, mediado pelas culturas, situações e relacionamentos em que estão imersas. Assumem a impossibilidade, ao indivíduo, de ser alguém por muito tempo apenas por conta própria – como seres sociais que somos, nossa experiência é marcadamente intersubjetiva. Precisamos que outros significativos e generalizados nos digam quem somos, confirmem nossa identidade e nos forneçam sentimentos de segurança sobre nossa própria realidade – afinal, negociar uma vida social implica em ser capaz de se fazer inteligível como uma unidade coerente e permanente (BERGER e BERGER, 1977; FINE, 1993; DUBAR, 2005; GERGEN, 2005; BOSCO, 2017). Embora ressalte não buscar uma síntese da heurística da tradição interacionista e de suas influências, Nunes (2017) enumera algumas proposições que devem ser levadas em conta pela pesquisa orientada pela perspectiva: prioridade epistemológica à interação social contextualizada situacionalmente; derivação da natureza emergente do *self* e da organização social do processo social de interação,

cuja correspondência subjetiva são os processos de definição da situação; incorporação da perspectiva das pessoas na explicação ou interpretação do comportamento social; valorização da agência e do caráter deliberadamente ativo dos seres humanos, enfatizando estratégias usadas para o alcance de objetivos individuais e coletivos.

Procuramos mostrar nesta seção como o interacionismo lança as bases de um olhar relacional para a identidade, que evita conotações essencialistas da personalidade. Este trabalho também toma o conceito de identidade e seus derivados em seu caráter social implícito, de construção resultante da relação das pessoas com os “outros generalizados”, as perspectivas e expectativas de uma rede de outros ou da comunidade como um todo. É preciso evidenciar a perspectiva dos atores sociais e, ao mesmo tempo, insistir na importância do contexto social no delineamento de suas trajetórias. Não cabe pensar a identidade a partir do indivíduo ou da sociedade, mas com foco nas dimensões do “entre”, nos pontos de encontro – e desencontro – entre ambos, em que as experiências sociais se revelam tanto nas interpretações dos atores como nas coerções impostas pelo meio. Nesse sentido, o horizonte de análise interacionista parece não ser compatível com estudos<sup>45</sup> que se propõem a investigar trajetórias ocupacionais reproduzindo visões compartimentalizadas sobre a “objetividade” (como histórico escolar e profissional, por exemplo) e a “subjetividade” (como formas de falar sobre si) nesses percursos, o que acaba por incorrer no dualismo que uma perspectiva relacional procura superar em prol de uma ligação orgânica e dialética entre essas instâncias. A identidade é negociada e narrada por pessoas que interagem em contextos institucionalizados de maior ou menor formalização, como espaços de socialização primária e secundária, encontros sociais rotineiros, relações sexuais, familiares, comunitárias e de mercado, momentos de transição de vida, política partidária e políticas públicas, entre outros. No que tange às situações de trabalho, a abordagem interacionista tende a tomá-las, naturalmente, como partes de sistemas de interação, um palco em que entram em cena distintos e cambiantes *selves* e “outros generalizados”, negociados por pessoas envolvidas em relações. Concepções que, ao nosso ver, podem ser empregadas de modo a superar dicotomias tradicionais da investigação social, por meio de uma imbricação originária entre as noções de indivíduo e de sociedade, que reconhece o papel dinâmico das instituições e formas sociais na restrição de significados e canalização de interações, mas mantém o foco na construção intersubjetiva de significados e de identidades (HUGHES, 1971; JENKINS, 2000; POUPART, 2008).

---

<sup>45</sup> Exemplos desse tipo de abordagem da identidade profissional pode ser encontrado em COUTINHO *et al.* (2007), CHREIM *et al.* (2007) e COUTINHO *et al.* (2013).

## 2.4 Claude Dubar e o refinamento da análise do *self*

O estudo das identidades possui longa tradição nas ciências sociais e, na psicologia, sobretudo na área da psicologia social e do trabalho. Numa perspectiva ancorada na sociologia, mas com forte interlocução com a psicologia social, Claude Dubar oferece um percurso instigante de conciliação entre universos distintos de sentido tradicionalmente vinculados à identidade desde as origens do pensamento filosófico e nas ciências sociais em geral. O autor expõe como duas orientações de sentido se opuseram – a de uma identidade “psicologizante”, essencialista, anterior à categorização social e construída ainda na primeira infância, versus uma identidade “sociologista”, mais relativista e nominalista<sup>46</sup>, moldada por categorias e instituições sociais historicamente variáveis. Procura superar essa dicotomia ao introduzir dimensões biográficas e subjetivas no âmago da análise sociológica, erguendo-se assim contra a própria “sociologia clássica” francesa inaugurada por Durkheim, que se constituiu em contraposição à psicologia e ao seu foco tradicional no indivíduo. Seus estudos consolidam, a partir de uma sólida herança de diferentes tradições acadêmicas que lançaram um ponto de vista relacional sobre os processos identitários, como a psicologia piagetiana, a sociologia weberiana, a fenomenologia e o próprio interacionismo simbólico, a possibilidade de se considerar a articulação discursiva entre “mundos vividos”, estruturas institucionais e códigos culturais mais amplos. Assim como Mead, Dubar quer mostrar que os sistemas humanos de denominação, nossas maneiras de identificar, ligam e repelem identidades atribuídas por e para outros (o que ele chama de “identidade para outrem”) e identidades reivindicadas por e para si mesmo (“identidade para si”). Diferentemente da “sociologia clássica”, que excluiu de seu repertório a noção de “identidade para si” e onde o “ser social” é apenas “identidade para outrem”, identidade em Dubar é, ao mesmo tempo, diferenciação e generalização, ou seja, diferença e pertencimento comum (DUBAR, 1998, 2009).

O interesse pelo conceito de identidade vem sendo renovado diante de mudanças recentes nas dinâmicas sociais, motivadas, entre outras razões, pela fragmentação de referências que tradicionalmente ofereceram coerência e continuidade às práticas de categorização. Sem tantas âncoras identitárias à disposição, as identidades se tornam menos fechadas ou dadas, conquanto mais abertas e inconclusas. Sujeitos transitam por redes articuladas e móveis, e são

---

<sup>46</sup> A referência aqui é à corrente filosófica do nominalismo, que chama a atenção para o fato de que nomes, construções linguísticas e emissões fonéticas são a matéria real de ideias, conceitos e termos gerais.

instados a se envolver em construções mais flexíveis e complexas das imagens de si no mundo e no trabalho (RIBEIRO, 2012). Ao refletir sobre o mundo do trabalho dentro desse contexto de modernização e inovação capitalistas, Dubar (2006) se recusa a endossar teses sobre o “fim do trabalho-emprego” ou da destruição da “sociedade salarial”, por considerar que as mudanças no trabalho àquela altura ainda eram contraditórias, mas reconhece que desde os anos 1950 e 1960 há registros de crises nas chamadas “identidades de ofício”, que pressupõem regras e comunidades de pertencimento mais estáveis, e também em outras categorias assalariadas (DUBAR, 2006). Tais crises, segundo o autor, remetem ao tipo de “crise identitária” que interacionistas simbólicos descreveram e que se dá quando trabalhadores manifestam perda de reconhecimento, enfraquecimento da cultura profissional e de convicções em relação à profissão, que passa de um “ofício” incorporado e transmitido entre gerações a uma “atividade” incerta, problemática e pouco reconhecida – tendência que parece se prestar em alguma medida às transformações contemporâneas já descritas no campo do jornalismo.

Metodologicamente, a análise de Dubar toma como ponto de partida as trajetórias subjetivas, os enredos construídos em entrevistas de pesquisa, mas tendo em vista que o próprio ato de organizar as palavras em narrativas aciona categorias, referências e universos de crença socialmente identificáveis. Entende as expressões desses processos identitários individuais como limitadas por categorias lexicais e por regras sintáticas que integram discursos em circulação nas sociedades e, ao mesmo tempo, como também restringidas pelos cenários de entrevista e interlocução. Propõe então, a partir do conjunto das entrevistas, delimitar de maneira indutiva algumas modalidades de identificação, que são tipos de argumentação, disposições e configurações categoriais que ele agrupa sob o conceito de *formas identitárias*. Dubar (1998, 2005, 2009, 2016) e Demazière e Dubar (2006) entendem essa identidade complexa e heterogênea por meio dessa denominação, também visando evitar interpretações essencialistas da identidade e se aproximar mais de seu caráter fluido e transitório característico da contemporaneidade. Tais formas identitárias emergem nos processos de socialização e em outros contextos institucionalizados, e são permanentemente construídas e reconstruídas na articulação dialética entre duas dimensões da existência: a relacional (“mim”) e a biográfica (“eu”). Aquela conforma um eixo sincrônico, da identidade para o outro, baseada na identificação a categorias institucionais, posições de status e papéis esperados dos atores, enquanto essa percorre um eixo diacrônico, da identidade para si, centrada em reivindicações da história pessoal, de emoções e de fragmentos subjetivos de memória, ajustados ou não em relação a papéis sociais (DEMAZIÈRE e DUBAR, 2006). As formas identitárias, na concepção

de Dubar (1998, 2009, 2016), são ao mesmo tempo formas discursivas, definições de si no campo profissional e concepções da vida social – todas passíveis de investigação por meio de recursos como entrevistas aprofundadas e tipologias compreensivas.

O autor, por exemplo, inspirado nos chamados tipos ideais weberianos, propõe uma distinção entre duas formas identitárias básicas. A primeira são as formas identitárias comunitárias, mais antigas e até ancestrais, em que grupos de pertencimento como “culturas”, “nações”, “etnias” e “corporações” são tidos pelas pessoas e pelas instituições como fontes “essenciais” da identidade. Tais modos de identificação, ancorados na espacialidade das relações sociais, persistem na contemporaneidade e podem ser usados por pessoas para identificar os outros e a si próprios. Ou seja, apesar de remeter ao eixo relacional, da identidade para o outro, a forma identitária comunitária não se resume a ele, pois se articula nesse jogo duplo que também aciona dimensões biográficas da existência. As segundas formas identitárias básicas são as formas societárias, mais recentes e ligadas a um processo histórico em que os sujeitos individuais passam a se sobrepor a pertencimentos coletivos e as “identidades para si” ganham terreno. Essas formas se apoiam no reconhecimento de uma multiplicidade de coletivos e de recursos de identificação à disposição dos atores sociais, e, novamente, podem produzir tanto “identidades para outrem” como “identidades para si”, a depender das categorias empregadas.

Dubar reconhece aprimoramentos na noção de identidade apresentada por Sainsaulieu em *L'identité au travail* (A identidade no trabalho), obra de 1977, e destaca como a obra em questão logra evitar um uso essencialista e puramente psíquico da identidade no trabalho, ao descrevê-la por meio de maneiras distintas de enfrentar as mesmas relações sociais de poder (de conflito, de aliança, de negociação e de submissão). A partir de observações de campo, Sainsaulieu estabeleceu uma tipologia de maneiras de ser no trabalho<sup>47</sup>, que Dubar procurou adaptar para contemplar tipos de trajetórias no contexto contemporâneo de mobilidade generalizada, delineando uma acepção de identidade no trabalho com a qual também nos alinhamos:

---

<sup>47</sup> Sainsaulieu (*apud* Dubar, 2016) relaciona os seguintes tipos de indivíduos: aqueles que vivem a relação no trabalho de modo “fusional”: de identificação a um líder sindical e de oposição ao patrão e também a “pequenos chefes”; aqueles que restringem relações na empresa e acionam o modo “de retirada”; aqueles que buscam mobilidade interna mediante negociações de reconhecimento; e aqueles que enfatizam relações dentro e fora do trabalho, dando espaço a experiências de mobilidade interna e externa. O autor chegava à conclusão de uma forte independência das identidades no trabalho em relação às posições sociais ocupadas pelos indivíduos, e procurava demonstrar que o paradigma marxista de classe era insuficiente para abranger a diversidade de posições daqueles que compartilhavam a mesma classe social.

*Contrariamente a Sainsaulieu, a identidade não é mais definida apenas como um tipo de maneira de ser no trabalho, mas como uma forma de discurso sobre sua trajetória profissional, suas práticas de trabalho, de mobilidade e de formação, sua visão de futuro e, além disso, sobre as relações sociais.*  
(DUBAR, 2016, p. 183)

Tratando, portanto, de maneira mais específica das identidades profissionais, Dubar (1998, 2016) distingue, de forma sintética, quatro formas identitárias, entendidas não apenas como maneiras de ser no trabalho, mas tipos de trajetórias em contextos de mobilidade ampla: 1) assentada fora do trabalho e caracterizada pela ameaça de exclusão, marginalizada pela exclusão da modernização; 2) calcada na mobilização interna em troca de mobilidade interna, visando ascensão e promoção na empresa mediante adesão às normas e práticas gerenciais; 3) focada na identidade de categoria, no reconhecimento de ofício e de laços sindicais, com discurso reflexivo de contestação da modernização; e 4) estruturada em rede e em busca por sucesso individual, mediante mobilidade externa e realização de si. A partir da contribuição de diferentes autores que trataram a questão da identidade, entre eles o próprio Dubar, Ribeiro (2012) apresentou uma proposta de tipologia de identidades de trabalho que, grosso modo, definiu como nostalgia (apego institucional ao passado, estabilidade e permanência), fechamento (busca de proteção em grupos e coletivos trabalhistas tradicionais), possibilidade (necessidade de mudança e opção pelas descontinuidades) e instrumental (resignação, desengajamento e ênfase na adaptação). O emprego de tipologias deve considerar o risco de reificação da realidade social e a possibilidade de emergência de novas categorias durante o processo de análise, bem como o fato de que tais classificações estão sujeitas ao hibridismo das formas identitárias e sua eventual alternância ao longo do tempo. Embora, como detalharemos abaixo, a opção da atual pesquisa seja também pela construção de categorias emergentes, a organização de tipologia de formas e construções identitárias, como todo ato de classificação, elaboração de categorias e identificação de tendências, é um procedimento válido e útil na análise do mundo do trabalho e serve como referência importante de análise. Tipologias como as propostas acima ajudam a representar o movimento do singular para o universal que aciona dimensões coletivas da existência, mediadas pelo discurso.

Procuramos destacar nesta seção, e incorporar à análise, o conceito de formas identitárias em sua ênfase discursiva e na distinção metodológica, de inspiração interacionista, entre seus eixos sincrônicos e diacrônicos. Recorre-se ao conceito como uma possibilidade de avanço na operacionalização da noção de identidade, mas sem negar a intercambialidade entre os termos. A menção a tipologias de formas identitárias (DUBAR, 1998) e de identidades de

trabalho (RIBEIRO, 2012) se alinha com o foco das mesmas nas articulações entre indivíduo e sociedade e elege caminhos possíveis para a observação e análise das transformações no campo profissional do jornalismo.

## 2.5 Contribuições do construcionismo social

A ênfase interacionista na intersubjetividade da vida social é também uma das fontes da abordagem conhecida como construcionismo social, que reforça, entre outros aspectos, a necessidade de assumirmos uma inclinação crítica em relação a entendimentos aparentemente dados sobre as sociedades e seus componentes. Assimilando contribuições da sociologia do conhecimento<sup>48</sup>, da história da ciência e de outros movimentos culturais e intelectuais, como a etnometodologia, a antropologia simbólica e a filosofia crítica da linguagem, reunidos frequentemente sob o guarda-chuva de termos como pós-modernismo, pós-estruturalismo ou pós-empiricismo, o construcionismo social destaca que termos e formas pelos quais adquirimos conhecimento sobre o mundo são produtos de trocas histórica e culturalmente situadas entre as pessoas, e que o conhecimento não pode ser tomado como uma percepção direta da realidade. A partir dos anos 1970, essa abordagem começa a questionar o *Zeitgeist* prevalecente na psicologia da época, ancorado na crença na existência de processos universais da mente (cognição, motivação, atitudes, preconceitos, imagens de si) passíveis de identificação e descrição por meio de pesquisas empíricas e testes de hipóteses aparentemente sistemáticos e neutros. Defende que uma ontologia particular da mente humana, ocidental, situada historicamente, não deve assumir o status de verdade universal (GERGEN, 1985; 1994; 1996; BURR, 2015). Nesse sentido, o construcionismo desenvolve uma reflexão dialógica sobre os fundamentos do conhecimento psicológico e promove um deslocamento fundamental em que a esfera relacional, e não a “mente” individual, passa a ser o local mais promissor a partir do qual tecer explicações sobre a atividade humana. O construcionismo social alerta sobre o perigo de possibilidades patologizantes decorrentes do ato de se considerar a pessoa como origem do significado e da ação, sendo a mais clara delas a construção de sentidos de déficit pessoal, que podem operar por meio de termos das profissões de saúde mental de modo a essencializar a pessoa como defeituosa, deficiente, algo a ser remediado. Uma maneira de contornar esse

---

<sup>48</sup> Embora as referências de base variem entre autores construcionistas, Gergen (1994) indica relativo consenso em torno da influência da obra clássica de sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, *A Construção Social da Realidade* (1966), por ter, de forma efetiva, despedido a objetividade de seu caráter de pedra fundamental da ciência, substituindo-a por uma visão de uma subjetividade informada por processos sociais e institucionais.

discurso do déficit mental e demais consequências culturais de discursos patologizantes é tomar descrições e explicações como resultado de ações humanas coordenadas, e deixar que palavras só assumam significados dentro de padrões de relações, que devem constituir a materialidade mais relevante ao pesquisador. O objetivo da psicologia social informada pelo construcionismo social é explorar as maneiras pelas quais a realidade é construída em sociedade, analisando como discursos e narrativas podem indicar modos de construção do mundo e de identidades, e descartando qualquer intenção de demonstração de princípios universais. Exploração que não é conduzida por um detentor absoluto do conhecimento, aquele que testa teorias, analisando sozinho seus “objetos” em situações experimentais e interpretando resultados. Considerando que a abordagem socioconstrucionista demanda uma nova relação de poder entre pesquisador e pesquisado, em que necessidades, objetivos e análises dos participantes, tidos como sujeitos, são incorporados aos processos e resultados da investigação, os termos pelos quais as transformações do jornalismo são traduzidas e interpretadas não devem estar colocados de antemão pelo pesquisador, e, sim, discutidos de forma dialógica com os participantes da pesquisa.

Em linha com a tradição interacionista, ao colocar as interações cotidianas e os processos sociais no centro da produção de conhecimento, o construcionismo social concede à linguagem um papel que transcende a mera expressão de estados psicológicos internos, por ser um meio de construção do mundo, um veículo primordial da socialização e uma forma de ação, possui consequências práticas que devem ser levadas em consideração. Toma-se os termos pelos quais o mundo é compreendido como artefatos sociais, situados historicamente em interações entre pessoas, e não por referentes neutros. Há uma preocupação com os constrangimentos e limitações impostas ao conhecimento por convenções linguísticas e de poder, e interesse em investigar como “comportamentos”, “emoções” ou “atitudes” adquirem significado em seus contextos de uso (BERGER e BERGER, 1977; GERGEN, 1985; BURR, 2015). Burr (2015) observa que o objetivo da investigação social construcionista não é a busca de respostas sobre a natureza das pessoas ou da sociedade, mas por considerações embasadas sobre processos pelos quais certos fenômenos e formas de conhecimento são negociados por pessoas e grupos em interação. Interações que se dão, sobretudo, por meio da linguagem, que não é concebida como representação de estados psicológicos internos ou cognições como atitudes, crenças e emoções, mas como o palco onde a experiência de si é significada e formas identitárias são construídas, mantidas e questionadas. O movimento é de afastamento de uma epistemologia experimental rumo a uma epistemologia social, que encara o desafio de

transcender o dualismo sujeito-objeto e a antinomia insistente entre perspectivas exogênicas (que associam a fonte do conhecimento a eventos no mundo real) e endogênicas (conhecimento depende de processos internos, inatos) na história da teoria psicológica (GERGEN, 1985).

Gergen (1994) destaca que, sob uma perspectiva construcionista, a linguagem tradicional da ciência é vista como constituída por dispositivos pragmáticos, que favorecem certas interpretações enquanto desqualificam outras. Consciente ou não, afirma o autor, o pesquisador não deixa de ser uma espécie de pregador moral e político, e melhor do que se ater a uma utópica e inalcançável neutralidade, a opção mais sensata talvez seja abandonar a busca inglória pela separação de fatos e valores, em detrimento de uma postura que procure tornar inteligíveis as questões morais e políticas relacionadas à atuação do pesquisador. Pesquisador que, por sua vez, conforme aponta Gergen (1994), pode e deve advogar por teorias, métodos e práticas que expressem sua visão de uma sociedade melhor. Uma investigação, portanto, que parta do princípio de que há uma crise em curso no jornalismo, ao nosso ver estará apta a fazê-lo ao procurar descrever de forma clara sua posição na luta pela “autoridade discursiva” (HANITZSCH e VOS, 2018) em conversações sobre o significado e o papel do jornalismo na sociedade. Qual é a visão de jornalismo que essa investigação endossa e como ela se situa em relação a outras visões? Essa é a arena, como apontam os autores, em que a cultura jornalística é reproduzida e contestada, foco das lutas pela manutenção ou transformação da identidade profissional do jornalista. Uma pesquisa social que pretenda iluminar essas questões não pode se furtar ao papel de reconhecer e tentar esclarecer sua posição dentro desse debate.

Este trabalho procura promover uma aproximação com perspectivas teóricas que enfatizam a natureza socialmente construída dos significados e dos conceitos que circulam em sociedade, como o interpretativismo e o construcionismo. Abordagens que rejeitam a ideia de observações neutras da realidade e da aplicação de leis universais, como as das ciências naturais, aos problemas sociais, e entendem que os pesquisadores também constroem reflexivamente significados e interpretações juntamente com as pessoas observadas (ORMSTON *et al.*, 2014). A vivência de estudos nessas perspectivas, sobretudo a construcionista, fez-me perceber que tratar a “crise” do jornalismo como algo dado, e não construído socialmente, induzia a perder de vista outras realidades possíveis para uma atividade em adaptação. Também trouxe a crença de que qualquer investigação que pretenda analisar esse fenômeno não deveria incorrer numa adoção acrítica do discurso da crise e de seus subprodutos, como o discurso da extinção e o da inovação. Caso contrário, estaria negando a possibilidade de que a investigação em si também possa representar uma reação discursiva a um cenário

percebido como crítico, e expondo, sem nenhuma análise, o próprio processo de internalização de crenças associadas a um papel ocupacional que se pretendia estudar. O apelo abstrato a códigos e valores culturais arraigados da profissão, desacoplado de contextos práticos, parece não se prestar ao papel de tábua de salvação para a atividade. A bússola aqui aponta para uma “neutralidade empática” (ORMSTON *et al.*, 2014) na conduta da pesquisa, que se esforça para evitar vieses óbvios e sistemáticos e tenta ser, na medida do possível, neutra e não-invasiva na coleta e interpretação de dados, reconhecendo que não existe pesquisa social “objetiva” e livre dos valores e da influência do pesquisador.

Não se trata de negar de forma absoluta o valor nem condenar de antemão abordagens empiristas ou o emprego de técnicas quantitativas na análise das transformações do mundo do trabalho jornalístico, mas apenas marcar o distanciamento, com Gergen (1994, 1999, 2001), de reivindicações universalistas de verdade e de estudos que se alinhem a uma metateoria que pressuponha uma realidade ordenada, de relações causais e regularidades prontamente disponíveis à descrição pelos métodos prometidos. Conceber a realidade como desafetada pela linguagem pode sobrevalorizar o papel do pesquisador “pensador” e perder de vista as implicações ideológicas da ciência e dos próprios recursos linguísticos que usamos para descrever o social. Jeffrey Alexander já alertava para esse risco ao lembrar que em ciência social, onde os objetos muitas vezes são estados mentais ou condições para estados mentais, “a possibilidade de confundir os estados mentais do observador científico com os estados mentais das pessoas observadas é endêmica” (1996, p.36). Nesse sentido, o cientista social Karl Mannheim, tido como pai da chamada sociologia do conhecimento, apontava, como lembra Alexander, que todo ato de distinção “traz em si todo o sistema de pensamento que representa a posição do pensador em questão” e que “a própria maneira de definir um conceito e o matiz com que é empregado já encarnam, até certo ponto, um julgamento prévio relativo ao final da cadeia de ideias construídas sobre ele (MANNHEIM *apud* ALEXANDER, *Op cit.*, p.37). Segundo Toulmin, *apud* Becker (1994), a pesquisa social frequentemente adota o determinismo como um modo de explicação, ao aplicar noções convencionais de definições científicas a sistemas complexos. Para o filósofo, que estudou a fundo questões epistemológicas, problemas e potências das ciências sociais, quando lidamos com sistemas como instituições sociais e estados mentais, nunca é possível especificar todas essas condições desses sistemas. Portanto, a generalização do procedimento científico básico – a ideia segundo a qual conhecer todas as condições iniciais de um sistema sob investigação e as leis que governam seu funcionamento é poder prever sua configuração resultante em um determinado momento – é insuficiente diante

de sistemas complexos. Podemos, sim, escolher o que foi importante para a ocorrência de um evento, mas não podemos especificar todas essas condições, pois quando falamos de eventos humanos e sistemas complicados, nunca será possível coletar e analisar toda a quantidade de dados e informações que explicam aquela determinada configuração. Descrito por Becker, o argumento de Toulmin contra o formalismo na concepção da vida social passa ainda pela distinção aristotélica entre causas necessárias e suficientes, cujo corolário afirma que mesmo a mais detalhada e complexa afirmação sobre as pré-condições de um evento não garante que o evento em questão irá acontecer<sup>49</sup>. Ou seja, condições necessárias, não importa o quanto sejam exaustivamente discutidas, não são suficientes para explicar a ocorrência de um evento.

Para o pesquisador em psicologia social, interessado em compreender questões subjetivas presentes em fenômenos coletivos, essas constatações não podem passar despercebidas. Sem essa reflexão, arriscamos descrever um cenário subjetivista em que imagens do social são artificialmente constrangidas a se orientar no sentido do que se pretende demonstrar ou explicar. Independentemente da posição epistemológica que o pesquisador venha a assumir – todas as posições podem ser legítimas desde que bem fundamentadas e alinhadas ontologicamente e metodologicamente –, a investigação social, notadamente aquela pautada por métodos qualitativos, não deveria prescindir da reflexão sobre o papel do pesquisador-entrevistador na construção dos sentidos (individuais) e significados (coletivos) traduzidos pelos relatos acadêmicos. Becker expõe a relevância desse debate ao apontar que “não se pode ter uma ciência quando se permite que proposições sejam feitas sem outra garantia que não a de que ‘parece ser assim para mim’” (1993, p.23). Reconhece a dificuldade de se reduzir a ciência a procedimentos estritos e sugere um caminho à investigação qualitativa social calcado na transparência e na densidade na descrição dos dados. E conclui: “(...) em vez de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano podemos tentar tornar as bases desses julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar a suas próprias conclusões” (1994, p. 5). Apenas entendendo, refletindo e explicitando suas bases de julgamento, o pesquisador interessado em narrar as mudanças em curso na indústria no jornalismo pode evitar um uso determinístico e reducionista da palavra crise como epíteto dessas transformações. Para este pesquisador, essa reflexão foi fundamental para a

---

<sup>49</sup> Sobre esse ponto, Becker (2010) forneceu, ao discutir o campo das artes, um exemplo profícuo sobre todas as coisas que precisam ocorrer para a realização de um concerto sinfônico. Mesmo se todas as pré-condições necessárias ao concerto estiverem presentes – músicos no local, instrumentos afinados, som ensaiado e checado, maestro posicionado, plateia esperando –, essas condições (ou dimensões) podem ser satisfeitas e, ainda assim, o concerto não ocorrer por inúmeras razões.

constatação de que a crise do jornalismo que o projeto originalmente se propunha a tratar, numa reprodução acrítica do discurso sobre essa mesma “crise”, revelava muito sobre a perspectiva do pesquisador, um profissional que vivencia “por dentro” as mutações da atividade jornalística e todas as inquietações pessoais advindas desse contexto, e esse aspecto não deve ser isento de análise.

O construcionismo social se impõe a este trabalho como orientação geral sobre os fundamentos do conhecimento psicológico. Além de fornecer um norte compartilhado com disciplinas e correntes teóricas aqui referenciadas, direciona o olhar para padrões de relações humanas, em detrimento a supostos processos universais da mente, e ajuda a fundamentar uma epistemologia social que propõe bases menos hierarquizadas para a relação entre pesquisador e pesquisado. No que tange ao trabalho jornalístico, um olhar socioconstrucionista toma os papéis e funções legitimados ao longo dos séculos – e o jornalismo em si – como práticas constituídas discursivamente, estruturas de significados que delimitam o que seria desejado em determinados contextos sociais e institucionais, e que estão sujeitas a processos de criação, interpretação, poder, apropriação e contestação. No centro dos discursos acerca dessas práticas figuram a identidade profissional e o lugar do jornalismo entre a pessoa e a sociedade, objeto desta pesquisa.

## **2.6 Construcionismo social, identidades e narrativas**

O construcionismo social incorpora a insistência pós-estruturalista na natureza transitória, mutante e aberta a contestações da linguagem e, conseqüentemente, de nossas experiências identitárias. Uma abordagem que se inclina pelos dados qualitativos, relatos de experiência, palavras, opiniões e representações que são resistentes à conformação estatística, como apontam Deslauriers e Kérisit (2008), mas que descrevem uma parte significativa da vida social e não devem ser negligenciados. Burr (2015) procura responder a críticas ao fato de que a ofensiva construcionista contra a psicologia cientificista e essencialista, de cunho comportamentalista ou cognitivo, teria deixado o ser humano vazio, sem uma experiência subjetiva e de personalidade. E encontra saída para em conceitos como o de narrativas ou o de posicionamentos de sujeito (DAVIES e HARRÉ, 1990; HARRÉ e LANGENHOVE, 1999; BROCKMEIER e HARRÉ, 2003; HARRÉ *et al.*, 2009), que reconhecem o modo ativo como pessoas buscam se situar dentro de discursos específicos, incorporando, como seus, grupos de conceitos, imagens e metáforas. Recorre ainda, numa tentativa de conceituar o sujeito

psicológico dentro de uma abordagem socioconstrucionista, às contribuições pioneiras do interacionismo simbólico e sua concepção do *self*. Segundo a autora, essas contribuições ajudaram a superar o dualismo eu/outro ao fornecer descrições da pessoa que são integralmente sociais, abrindo caminho para abordagens psicossociais, que procuram conceitualizar esses âmbitos da existência de forma unificada. As identidades na perspectiva do construcionismo social derivam de posições de sujeito em discursos sociais permeados por questões de poder e de posições reivindicadas e negociadas em interações. E assim como essa perspectiva pode retomar contribuições do interacionismo para reinstalar a pessoa no social sob novos ângulos, ela contribui para responder a críticas à abordagem interacionista do profissionalismo por supostamente isolar os sujeitos das estruturas de poder e de opressão (SAKES, 1983 *apud* HODGSON, 2005). As narrativas pessoais são um dos artefatos à disposição dos atores sociais nos processos de construção identitária. São atos de elaboração de sentidos, pelas pessoas, que remetem a significados e discursos moldados intersubjetivamente, em movimentos de organização de si e da relação com os ditos “outros generalizados”. Construções em que os sujeitos, ao tecerem relatos biográficos e histórias de vida, articulam temporalidades e diferentes dimensões das relações sociais (como religião, raça e gênero) para conferir sentido às suas existências e às dos outros. As narrativas vêm atraindo o interesse de novas investigações em ciências humanas, numa “virada discursiva e narrativa” que se opõe à busca por leis do comportamento humano e noções positivistas de explicações científicas, em favor de investigações interpretativas sobre as múltiplas formas de vida social (BROCKMEIER e HARRÉ, 2003; RIBEIRO, 2012).

Pensar as narrativas na abordagem do construcionismo social é, de partida, negar as “mentes individuais” como seu ponto de origem e compreensão, situando-o no domínio dos discursos. Fazendo uma síntese de autores socioconstrucionistas, Ribeiro (2013) diferencia discurso e narrativa pelo caráter individualizado da última, de posicionamentos legitimados em relações psicossociais e ancorados em discursos sociais disponíveis – um caminho, segundo o autor, pelo qual a “singularidade da existência” adentra o mundo humano e a ordem do discurso. O conceito de narrativa oferece, portanto, um caminho para a compreensão de como os atores do mundo do trabalho organizam a visão que têm de si valendo-se de discursos situados histórica e culturalmente. É uma ferramenta de construção moral e identitária que, sempre operacionalizada na relação com o outro, integra experiências e oferece um senso de continuidade à vida. Analistas de narrativas apontam a imbricação entre narrativas e identidade, e argumentam que as histórias que contamos moldam quem somos. A fala, articulada em

narrativas, vai além de descrever ações, situações e eventos, mas é uma força constituinte dessas mesmas ações, situações e eventos, alimentando-se de discursos em circulação na sociedade (POTTER e WETHERELL, 1987; DE FINA, 2015).

Para Gergen (2005), a própria noção de identidade é uma espécie de subproduto das narrativas, já que ser associado a determinadas características, se tornar objeto de atributos ou promover autorreferências são ações que se efetivam por meio da linguagem. As categorias mesmas de entendimento das identidades individuais derivam de elaborações discursivas situadas historicamente – o pensamento iluminista dos séculos 17 e 18, por exemplo, permitiu a emergência de um senso de *self* racional e objetivo, enquanto o romantismo do século 19 ensejou o reconhecimento de paixões profundas e gênios inspirados. “Os limites das nossas tradições narrativas servem como limites de nossas identidades”, escreveu Gergen (2005) numa paráfrase de Wittgenstein. O autor concebe as narrativas como vitais em processos de negociação de valores morais e culturais, e identifica três formas básicas amplamente difundidas no mundo ocidental: 1) narrativa de estabilidade, que encadeia eventos de modo a construir uma trajetória imutável em direção a uma meta ou resultado; 2) narrativa progressiva, em que há apenas melhoras ao longo do caminho; e 3) narrativa regressiva, marcada por pioras e decréscimos constantes. A combinação dessas narrativas pode ser identificada em formas típicas da cultura contemporânea, como a tragédia (narrativa progressiva seguida por uma rápida narrativa regressiva), o romance/comédia (narrativa regressiva seguida por uma narrativa progressiva) e a saga do herói (uma série intercalada de narrativas progressivas e regressivas).

Narrativas são componentes basilares de relatos produzidos em situações de entrevista. A incorporação do conceito ao repertório teórico deste trabalho implica no reconhecimento de sua centralidade na articulação de histórias de vida profissionais e de sua pertinência para a superação do alegado esvaziamento da dimensão psicológica do sujeito na perspectiva do construcionismo social. Espera-se captar, em entrevistas de pesquisa, fragmentos de discursos mais amplos em circulação na sociedade, mas as narrativas, em toda sua particularidade, são a materialidade imediata disponível ao pesquisador. Nesta pesquisa, pensar a sociedade e, por consequência, o mundo do trabalho sob a ótica da construção dos sujeitos significa explorar narrativas articuladas por jornalistas em torno da profissão, suas ideias comuns e modos de justificação. Orientada por uma concepção interacionista de identidade e uma abordagem socioconstrucionista em relação à natureza do conhecimento psicológico e da realidade social, a investigação das narrativas sobre carreira e histórias de vida de jornalistas pode suprir uma

lacuna importante na pesquisa sobre impactos psicológicos e psicossociais das mudanças no setor.

## 3 METODOLOGIA

### 3.1 Tipo de pesquisa

A preocupação com as interpretações e significados que as pessoas associam às suas ações sociais e com os contextos que informam tais comportamentos aproxima a presente pesquisa da tradição de pesquisa qualitativa e de uma proposta que busca contribuições em dois movimentos complementares dentro dessa tradição: o interacionismo simbólico e o construcionismo social. O interacionismo, em seu objetivo de explorar ações, papéis e formas identitárias para entender como as pessoas interpretam e reagem ao ambiente. Já o olhar construcionista procura compreender as “realidades construídas” das pessoas num determinado contexto social, explorando explicações e negociações de significado. Em linha com Barbour (2008), para quem “não há vergonha” em abordagens híbridas em pesquisa qualitativa, este estudo também se inspira num corpo de investigações interacionistas (DENZIN, 1977; BECKER *et al.*, 1992; HUGHES, 1993; FINE, 1996) que analisaram processos sociais e de interação pelas lentes de grupos ocupacionais específicos, tentando mostrar como o engajamento nesses processos aciona processos de significação e de desenvolvimento gradativo de uma autoimagem profissional. Já uma abordagem socioconstrucionista ampla oferece a perspectiva de conexão entre as dimensões micro e macro do social, por meio de um foco conjunto em processos de interação e elementos contextuais.

Nesse sentido, dentro de uma moldura de uma ciência social interpretativista, adota-se uma ontologia relacional, que toma a realidade externa como construções sociais de atores sociais. Nessa posição, a ideia de uma realidade social única é rejeitada em favor do reconhecimento de que as realidades sociais podem ser múltiplas e dinâmicas, e que não há maneira independente ou neutra de estabelecer a “verdade” dessas realidades, já que cada contexto pode ser vivenciado como “real” por seus habitantes.

Partindo do princípio de que pessoas se tornam inteligíveis em seus mundos sociais por meio das histórias que contam, e que essas “narrativas do eu” não são poses individuais, mas, fundamentalmente, derivadas de relações historicamente situadas (GERGEN, 1994), elementos fornecidos por entrevistas parecem ser adequados à investigação desses tópicos, numa perspectiva relacional e socioconstrucionista que toma o conhecimento por algo negociado na entrevista entre entrevistador e entrevistado, sendo que este participa ativamente na construção do conhecimento. Autores já destacaram como as entrevistas permanecem sendo um método

efetivo de construção narrativa e apontam como o foco na pessoa advindo de conversas individuais pode viabilizar uma investigação detalhada da perspectiva de cada pessoa e entendimentos mais aprofundados dos contextos sociais (LEWIS e NICHOLLS, 2014; YEO *et al.* 2014). O interesse pelas narrativas de trabalhadores e trabalhadoras implicou na dedicação de uma etapa das entrevistas às histórias da vida profissional dos participantes, com atenção às experiências selecionadas, valores, circunstâncias, argumentações, sentimentos, opiniões e crenças.

### 3.2 Participantes

Como toda pesquisa qualitativa, o desenho da pesquisa prevê algum elemento de comparação. Ao todo, participaram das entrevistas 12 jornalistas<sup>51</sup>, sendo seis empregados em Redações tradicionais de veículos impressos, notadamente a modalidade de imprensa mais afetada pelas transformações econômicas do setor, e seis que exerciam o jornalismo em outros ambientes profissionais, como ONGs, novas formas organizacionais jornalísticas, como veículos “nativos digitais”, e empresas não-jornalísticas. O critério primário de seleção do conjunto de participantes foi, portanto, a situação de trabalho (dentro e fora das Redações). Critérios secundários foram idade e gênero, de forma a abranger gerações e experiências de vida distintas, em um conjunto que, obviamente, não visou atingir representatividade estatística, mas tentar contemplar, na medida do possível, alguma diversidade. A matriz dos participantes se distribuiu da seguinte forma:

	<b>Situação</b>	<b>Quantidade</b>
Situação de trabalho	Redação tradicional	6
	Outro ambiente profissional	6
Idade	18-39 anos	4
	40-55 anos	5
	+ 55 anos	3
Gênero	Masculino	4

<sup>51</sup> RITCHIE *et al.* (2014) apontam que normalmente amostras qualitativas para um estudo que envolva entrevistas individuais fica em número abaixo de 50, e mencionam autores que recomendam tamanho da amostra entre 12 e 60 entrevistas.

	Feminino	8
--	----------	---

Os participantes se apresentaram de forma voluntária para colaborar com a pesquisa, a partir de chamados distribuídos pelo autor por e-mail em Redações jornalísticas e em associações de classe, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), além de publicações na rede social LinkedIn.

### 3.3 Instrumentos

As entrevistas foram realizadas e gravadas de forma remota, por chamadas em vídeo, entre os meses de março e maio de 2022. Com exceção de uma entrevista, que foi realizada em duas sessões, as demais ocorreram em uma sessão. As entrevistas tiveram durações que variaram de 31 minutos a 1 hora e 8 minutos. Houve ainda um contato posterior por e-mail com cada entrevistado para esclarecimento de dúvidas e solicitação de informações adicionais. Todos os entrevistados receberam instruções sobre a pesquisa e uma cópia de um termo de consentimento livre e esclarecido, em que tais instruções estavam descritas. Todas as gravações foram transcritas e encontram-se em posse do pesquisador.

Houve confecção de um roteiro geral para orientar a realização das entrevistas, que foi adaptado mediante o andamento das conversas. As questões procuraram abordar aspectos da história de vida pessoal e, sobretudo, profissional do participante, a dinâmica de interações sociais narrada nesses relatos, e, mais especificamente, as considerações sobre o atual momento da trajetória de cada um e da profissão como um todo, à luz da noção de crise no jornalismo. Seguimos aspectos-chave das entrevistas em profundidade, como a combinação entre estruturação e flexibilidade, interatividade, reciprocidade, uso de questões claras e não-diretivas, abordagem não-hierárquica e atenção à linguagem dos participantes, dentro do seguinte guia de questões, concebido menos como estrutura engessada e mais como recordatório de temas possíveis.

A “crise” do jornalismo em perspectiva:  
uma investigação psicossocial sobre identidades profissionais em transformação

ROTEIRO DE QUESTÕES

### Introdução

Introdução ao pesquisador e ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Explicação sobre metas e objetivos da pesquisa

Explicação sobre confidencialidade e anonimato

Explicação sobre gravação, duração da sessão e aspectos epistemológicos relacionados à entrevista

Questões sobre consentimento e possibilidade de desistência

Verificação de dúvidas adicionais

### Dados pessoais/história pessoal e profissional

Aferição idade / sexo / estado civil / filhos / raça / orientação sexual / tempo de carreira / vínculos empregatícios predominantes ao longo da carreira / faixa salarial / tipo de trabalho jornalístico que desempenha / presença em redes sociais

Qual é sua formação acadêmica?

Por que você acha que se tornou jornalista?

Antes de se formar, qual era a ideia que você tinha da profissão e do emprego como jornalista?

O que a sua família achava da escolha? Qual é/era o trabalho dos pais?

Em resumo, qual é a sua história profissional como jornalista?

Há pontos altos nessa história? E pontos baixos?

Você já vivenciou alguma situação de desemprego? Como foi?

### Discussão sobre trabalho, jornalismo e crise

O que é para você ser jornalista?

Competências e habilidades necessárias ao seu trabalho mudaram em relação ao começo da carreira?

Você se sente defasado em relação a tais competências e habilidades?

O trabalho que você desenvolve tem sido fonte de novas competências e habilidades? Por quê?

Há mudanças nas condições de trabalho em relação ao período em que começou? Se sim, quais?

Qual o seu grau de satisfação hoje no trabalho? Por quê?

Quais palavras e significados lhe vem à cabeça quando pensa, de modo geral, em crise?

Você já ouviu falar na existência de uma crise no jornalismo? Se sim, que tipo de crise?

O jornalismo está em crise? Por quê?

Essa suposta crise afeta seu trabalho?

Existem soluções para essa suposta crise? Se sim, quais?

### Rotinas, saúde mental e perspectivas

A pandemia de Covid-19 afetou seu trabalho? Se sim, como?

Sente-se estressado (a) com frequência no trabalho e/ou já teve diagnóstico médico de estresse, transtornos mentais ou Ler/Dort; Faz uso de antidepressivo?

Já precisou de ajuda terapêutica para lidar com a rotina de trabalho?  
Como costuma lidar com o sofrimento no trabalho?  
Arrepende-se da escolha pelo jornalismo? Pensa em trocar de profissão?  
Quais são suas perspectivas de futuro na profissão?

Em muitos casos, perguntas suscitavam respostas para questões posteriores, de modo que o roteiro foi ajustado de forma dinâmica durante as conversas. Por limitações de tempo, procurou-se privilegiar temas entendidos como mais relevantes para cada entrevistado.

### 3.4 Análise

Com o intuito de ampliar a reflexão acadêmica sobre esses temas, a tese aqui proposta buscou inspiração em diretrizes dos chamados métodos de análise narrativa temática (RIESSMAN, 2008; SPENCER *et al.*, 2014). A contribuição da análise temática vem de uma orientação de tratamento em que os dados são interpretados à luz dos temas desenvolvidos pelo pesquisador, a partir de aspectos como teorias e estudos existentes e emergentes, os propósitos da pesquisa e os dados em si. A unidade de análise, portanto, foram considerações do participante sobre sua trajetória e atividade profissionais, e o trabalho analítico centrou-se em cada caso, sem intenção *a priori* na geração de categorias indutivas que pudessem ser usadas para a teorização entre casos, o que seria mais típico da abordagem conhecida como teoria enraizada (*grounded theory*). Mas diferentemente de métodos de codificação temática em geral, que reservam menor atenção à forma da entrevista, a linguagem aqui não foi vista só como recurso. É também tópico de investigação de aspectos mais formais como escolhas de palavras, articulação de pausas e interrupções, funções de metáforas no texto narrativo e estratégias de interação. E tendo também em vista as conexões entre narrativas pessoais e estruturas sociais mais amplas, expostas em relações de poder e contingências históricas.

A característica central das questões de pesquisa e os objetivos do estudo aproximaram o trabalho de métodos de análise narrativa que procuraram retratar a experiência subjetiva das pessoas, refletindo e descrevendo os modos como atribuem sentido às suas vidas. O foco não esteve na procura de causas determinísticas ou na subordinação da realidade das experiências a categorias pré-determinadas, mas em um exame que pudesse clarificar a natureza e a interrelação de diferentes fatores ligados a determinados estados. Pesquisadores de narrativas tentam de certo modo manter as histórias “intactas”, na tentativa de priorizar a teorização a partir de cada caso, evitando o emprego de categorias como ponto de partida analítico

(WHITTEMORE *et al.*, 1986; RIESSMANN, 2008). Isso não significa, contudo, rejeitar a existência de elementos comuns a trajetórias distintas – esses podem, inclusive, se manifestar em narrativas que se apoiem, em maior ou menor medida, em discursos existentes sobre a atividade jornalística e as mudanças no setor. São aspectos que merecem a atenção de pesquisadores e praticantes do jornalismo, bem como da sociedade em geral. Nesse aspecto, a proposta aqui delineada assumiu uma orientação biográfica (DE FINA, 2015), que toma o narrador individual como a fonte primária de informação e o alvo principal de análise.

A análise narrativa reserva, portanto, atenção especial à preservação da integridade das histórias de vida individuais e à construção de “análises internas” às entrevistas. Não obstante, considera que somente mediante uma avaliação interpretativa do conjunto de dados é possível identificar padrões, semelhanças e diferenças entre os relatos. Esse esforço comparativo deve levar em conta não apenas o conteúdo das narrativas, mas também as razões e os motivos pelos quais os sujeitos constroem a realidade de suas trajetórias laborais de maneiras distintas. A análise das histórias de vida no trabalho, articulada com narrativas sobre o *self* profissional e discursos em circulação sobre o jornalismo, pode ampliar a compreensão, por exemplo, sobre sujeitos que se posicionam de forma ativa em suas narrativas, descrevendo suas escolhas e decisões de carreira como resultado de valores e aspirações pessoais. Por outro lado, a literatura também já descreveu sujeitos que constroem seus caminhos profissionais como trajetórias impulsionadas por fatores externos, como oportunidades, limitações, apoio de terceiros, sorte e circunstâncias familiares (BARBOUR, 2008).

A presente investigação se propôs a promover descrições densas de trajetórias de formação e atuação profissional de 12 jornalistas brasileiros, atuando em Redações de veículos tradicionais, que iniciaram atividades em meio impresso, e em novas formas organizacionais do setor, nativas digitais. Pretendeu construir tais descrições em diálogos em profundidade e lançando mão da articulação de critérios e da operacionalização de conceitos e ferramentas analíticas presentes em estudos sobre identidade e na tradição mais ampla da análise narrativa. A ideia foi executar um movimento analítico de aproximação de contribuições de autores como Kenneth Gergen, por um lado, e George H. Mead, Claude Dubar e Marcelo A. Ribeiro, de outro. Como resultado desse pressuposto de aproximação de contribuições teóricas afins, a análise se desdobrou em três eixos, não-exaustivos, de modo a contemplar os fundamentos teóricos e conceituais que embasam a investigação: *self* e identidade profissional, discursos normativos e metajornalísticos e discursos sobre a crise. Dentro de cada eixo, os elementos de operacionalização dos conceitos advêm de exemplos de trabalhos aqui referenciados. No

primeiro eixo, o objetivo foi identificar nas entrevistas os seguintes elementos: padrões de relações ao longo da carreira, definições da situação em relação a si e aos outros, momentos que revelassem assunção do papel do outro na modulação da própria atuação, considerações sobre expectativas alheias, tensões entre diferenciação e pertencimento, manifestações do “outro generalizado” – expectativas e interpretações sobre a comunidade profissional de referência – e expressões de insegurança ontológica em relação à atividade. Buscou-se ainda verificar eventual aproximação dos relatos a elementos da tipologia de identidades no trabalho de Ribeiro (2012): *nostalgia, fechamento, possibilidade e instrumental*. No segundo eixo, a análise procurou investigar como discursos normativos e metajornalísticos recorrentes, como o paradigma clássico/*gatekeeper*, “valor-notícia”, transparência, inovação como saída, extinção e *gatekeeper 2.1*, – são acionados pelos jornalistas na construção de narrativas. O terceiro eixo visou mapear definições gerais sobre a dita crise no jornalismo, além de referências a interpretações em circulação, como a “crise econômica pontual” do jornalismo, crise do modelo de negócio/sistêmica, crise geracional (COSTA, 2021), crise de credibilidade e de perda de protagonismo, crise de adequação cívica (SPICHAL e DAHLGREN, 2016) e crise de resignação e sofrimento ético (LELO, 2020).

Como complemento à análise, verificou-se nos relatos eventuais aproximações a tipos de formas identitárias propostos por Dubar (2016) – identidade assentada fora do trabalho, dentro do trabalho, identidade de categoria e em rede –, e a formas narrativas básicas descritas por Gergen (1994): progressiva, estável e regressiva, também em suas variantes mais complexas, como a narrativa trágica, que se baseia na queda rápida de alguém que atinge uma alta posição; a narrativa de comédia-romance, em que uma narrativa regressiva é sucedida por uma progressiva; a narrativa do mito “felizes para sempre”, em que uma narrativa progressiva se estabiliza e se mantém ao longo do tempo nesse patamar, e a narrativa da “saga heroica”, que alterna uma série de fases progressivas e regressivas.

Em que medida é possível associar as narrativas de si dos jornalistas a essas formas? Para quem endossa a crença, como Gergen, de que processos efetivos de socialização devem, no mínimo, municiar-nos de recursos para interpretar nossas vidas como estáveis, em ascensão ou declínio (1994, p. 202), parece fundamental e desafiador estudar as narrativas dos jornalistas, justamente no momento instável pelo qual passa a profissão – como todo período dramático, um tempo que favorece a cristalização ou o enfraquecimento de sentidos de identidade. Em que medida esses profissionais projetam suas vidas como tragédia? Ou estariam mais próximos de construções de sagas heroicas?

Ao negociarem a vida social narrando suas identidades profissionais como unidades mais ou menos coerentes, jornalistas podem fornecer elementos à investigação da alegada crise da profissão e das relações que são a própria matéria-prima dessas identidades.

## 4 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS

**4.1 Mayara, 23 anos<sup>52</sup>: “As pessoas e as histórias que conheci acabam fazendo a coisa valer a pena no fim do dia”**

### 4.1.1 Relato

Mayara<sup>53</sup>, 23 anos, é acadêmica do último ano de comunicação social e repórter em um jornal de circulação nacional com sede na região Sudeste do país. Negra, solteira, sem filhos. Ingressou no jornal em regime CLT<sup>54</sup> durante a pandemia de Covid-19 e até o momento da entrevista nunca havia pisado na Redação da empresa, em razão do regime de trabalho remoto instaurado durante a pandemia de Covid-19 – ela brinca com a situação ao se definir como “jornalista pandêmica”. Fez ensino médio técnico, em área distinta à comunicação, e entrou no jornalismo “meio no escuro”, como define. Diz que sempre teve “paixão” pela comunicação, mas que se apaixonou pela profissão e por suas possibilidades durante a faculdade.

Ela conta que sempre ouviu dizer que era “muito difícil” conseguir emprego na área, reconhece a situação, mas chama a atenção para o fato de sua própria trajetória fugir a essa suposta regra. “Por mais que eu concorde, realmente é difícil ter vaga hoje, não sou formada e hoje estou na Redação de um dos principais jornais do país”. Ao fim da resposta sobre conhecimento prévio das possibilidades de emprego no setor, fala novamente em paixão pela “possibilidade” que encontrou, e justifica sua escolha profissional:

*É difícil, tem todas essas questões, mas ao mesmo tempo eu me apaixonei pela possibilidade de o que eu encontrei dentro do jornalismo, de conhecer pessoas interessantes, de ser um instrumento para informar as pessoas com qualidade. Acho que as pessoas que conheci ao longo do caminho, as histórias que eu conheci ao longo do caminho acabam fazendo a coisa valer a pena no fim do dia.*

---

<sup>52</sup> As idades dos entrevistados correspondem àquelas do momento das entrevistas.

<sup>53</sup> Todos os nomes foram trocados para preservar a identidade dos entrevistados.

<sup>54</sup> Sinônimo de trabalho formal no Brasil, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) é uma unificação de regras do direito do trabalho brasileiro de 1943 que configura até hoje a principal referência legal para relações de emprego no país.

Mayara também atua como voluntária em uma organização independente de jornalismo, que define como “coletivo de imprensa livre” e “mídia comunitária”. Diz sentir-se dividida entre o trabalho na grande imprensa e o “jornalismo de favela, periférico”. Embora ainda estivesse na faculdade, também já somava passagens e estágios em outras áreas, como assessoria de imprensa, marketing e gestão de redes sociais. No jornal em que atua, a contratação veio após a aprovação e a participação em um programa de *trainees*, que ela define como uma experiência “muito bacana” e que a fez “gostar do negócio”.

Questionada sobre seu grau de satisfação no trabalho, ela diz “gostar das histórias” e de “estar no centro da notícia”, mas aponta a existência de um “choque geracional” na Redação. Embora prefira não mencionar situações específicas de trabalho, diz que há, por parte de colegas “que já estão há muito tempo no jornal”, dificuldade de “abraçar” o jornalismo digital e alguns dos seus imperativos:

*(...) Hoje em dia o jornalismo digital é uma coisa muito mais presente. Eu cresci nisso. (...) O jornal sinto que tem essa receptividade, mas algumas pessoas optam por não seguir nesse caminho. E aí, às vezes, a gente vai ficando, às vezes a gente pode acabar ficando um pouco para trás nesse sentido, de não abraçar tanto a coisa do digital, que está crescendo bastante. Hoje em dia as pessoas leem mais notícias pelo celular.*

Mayara menciona um sentimento de estranhamento por trabalhar com pessoas que não conhece pessoalmente, por força do esquema de trabalho remoto durante a pandemia, e um certo desconforto por integrar uma minoria racial na Redação, que descreve como “espaço majoritariamente branco”:

*Então, a gente acaba, às vezes, vendo algumas questões, e aí há coisas que só a gente vai perceber (...), essa questão de ver algumas palavras, algumas expressões, algumas coisas que às vezes acabam atingindo a gente, as pessoas nem sabem. Elas não sabem que aquilo atingiu.*

Sobre o que é ser jornalista, destaca o “papel social” da profissão, de ser um “instrumento muito importante para entender a realidade”, mas manifesta uma preocupação em não idealizar a ocupação. “A gente faz para pagar as contas e, enfim, eu escolhi isso e agora estou nisso (...). Mas é uma profissão como outra qualquer”.

Mayara associa a ideia de crise, em termos gerais, a palavras como “ruptura” e “escândalo”. “Eu penso em coisas que deram errado”. Em relação à noção de crise no jornalismo, afirma que os relatos mais recorrentes nesse sentido que chegam a seu conhecimento envolvem cortes de pessoal em Redações – ela lembra como no dia da entrevista houve anúncio do fechamento de uma revista impressa. Também associa ao cenário de crise um descompasso entre oportunidades decrescentes e demandas crescentes por novas habilidades profissionais:

*(...) A gente sempre tem essas conversas sobre como os jornais estão acabando, as revistas estão acabando, tudo se acabando (risos) e eu vejo mais essa crise no sentido de oportunidades, de mercado de trabalho, como está tudo cada vez mais difícil. E como que o jornalista precisa ser cada vez mais multitarefa. Ele não é mais o profissional que só vai escrever a matéria, apurar, entrevistar. Ele que vai botar no sistema, editar, achar uma boa foto, linkar, achar um bom título pro Google... Ele tem que saber ser um bom jornalista de dados. Então são cada vez menos oportunidades e mais qualificações necessárias.*

Mayara não arrisca diagnósticos definitivos sobre a suposta crise do jornalismo, diz “não ter opinião formada” a respeito. Afirma que embora números mostrem a redução de vagas nas Redações, diz que “toda crise pode gerar algo bom”, no caso uma “democratização maior do acesso à informação”.

Para ela, não é possível separar os sentimentos em relação à profissão da situação geral do país, que responsabiliza por uma sensação de “ansiedade geral” e de “anestesia” diante dos fatos. Menciona um “plano B” fora de Redações tradicionais e diz não ver problema em atuar em outras áreas na comunicação:

*O Brasil me desanima, como um todo. Então não é só profissão, não são só esses cortes que me desanimam hoje. Sinto em mim e em meus colegas uma ansiedade geral. É uma geração que, eu conheço muitos profissionais que tomam remédios, eu às vezes tenho que tomar calmante. Acho que é tão ruim a situação que eu me sinto anestesiada. E eu tenho sempre um plano B. Eu fico sempre pensando: ‘Bom, estou aqui hoje, carteira assinada, (...) mas se amanhã for demitida, vou tentar uma vaga numa empresa’. Eu já trabalhei com assessoria de imprensa, com comunicação, então vou tentar a vaga de analista de comunicação e é isso.*

Mayara diz ter transtorno de ansiedade e que se sente estressada no trabalho “todos os dias”. Faz uso pontual de calmantes e tem feito psicoterapia durante quase toda a graduação. Sobre estratégias para lidar com o sofrimento no trabalho, diz procurar colegas mais velhos para conversar, mas que se sente em uma experiência “um pouco solitária” e em que “ninguém tem muitas respostas” pelo fato de integrar uma geração que está entrando no mercado de trabalho em meio à crise social, sanitária e econômica. Para ela, a ausência de contato presencial por força da pandemia afeta a relação de confiança com as chefias e eleva a carga de trabalho. “Quando você se dá conta, você já está trabalhando demais”, afirma.

Sobre perspectivas de futuro na profissão, Mayara diz não as ter. Afirma viver em um “estado permanente de cansaço” por ter começado a trabalhar ainda durante a graduação. “Hoje, sinceramente, eu só espero conseguir terminar a graduação e ver no que dar”.

#### ***4.1.2 Análise***

Crise é um estado dado de coisas na vida de Mayara. Da adolescência aos seus primeiros anos de socialização profissional, não houve um Brasil sem crise. Crises política e econômica, sanitária e social. Crises que se sobrepõem e motivam, segundo ela, um sentimento de “ansiedade geral” e de desânimo em relação aos rumos do país. “É tão ruim a situação que me sinto anestesiada”.

Mas quando o assunto é a crise no jornalismo, embora reconheça a onipresença dessa possibilidade em sua trajetória (“A gente sempre tem essas conversas sobre como os jornais estão acabando, as revistas estão acabando, tudo se acabando”), Mayara não enfatiza aspectos negativos. Ela os relativiza à luz de sua trajetória profissional, de mulher negra que conseguiu emprego em um grande jornal antes mesmo da conclusão da graduação (“Sempre ouvi que era muito difícil. Mas por mais que concorde não sou formada e hoje estou na Redação de um dos principais jornais do país”). Descreve de maneira positiva o que vê como necessidade de ampliação de competências e habilidades em um mercado de trabalho mais restrito.

A noção de crise no jornalismo, portanto, não parece ser um elemento relevante quando Mayara articula o eixo diacrônico de sua identidade profissional, o “eu” que a permite se afirmar em seu ofício. Sintomaticamente, discursos de legitimação do jornalismo que ecoam em suas falas tendem a enquadrar a suposta crise na atividade sob um viés positivo, como o discurso da *inovação* (“Acho que toda crise pode gerar algo bom”) e o *gatekeeper 2.1* (“O jornalista é um instrumento muito importante ajudar a pensar a nossa realidade”). A profissional transmite

conformidade e resignação diante do diagnóstico que faz sobre a necessidade de o jornalista precisar ter cada vez mais qualificações e competências diante de oportunidades decrescentes de emprego em Redações tradicionais.

A narrativa de Mayara sobre sua trajetória profissional por vezes se aproxima da identidade de trabalho de *possibilidade*, tal como definida por Ribeiro (2012), pela orientação pragmática e receptiva em relação a mudanças dentro de sua área de atuação (“Eu tenho sempre um plano B”). Eventuais adaptações a diferentes áreas do campo não despertam desconforto, característica que poderia ser relacionada ao fato de Mayara ter uma formação técnica prévia distinta do jornalismo e ter tido até aquele momento mais experiências profissionais em outras áreas dentro do campo da comunicação, como marketing e assessoria de imprensa.

Mayara está nos primeiros anos de sua socialização profissional. Fortaleceu o “mim” de seu *self* como jornalista no programa de treinamento que cursou, oportunidade que lhe rendeu uma contratação posterior (“Foi uma experiência muito bacana e eu acabei gostando do negócio”). Mas esse mesmo vínculo empregatício que alimenta a construção de seu *si-mesmo* profissional proporciona contextos de ação em que essa identidade, em seu eixo da “identidade para o outro”, sincrônico, se depara com situações de conflito e negociação.

A vivência na Redação faz com que o “eu” profissional de Mayara, embora ciente do risco de ser enfraquecido pelos outros, passe a questionar a outra face de sua identidade de trabalho, o “mim” que internaliza o espírito de seu grupo social. Isso se manifesta quando ela identifica um “grande choque geracional” na Redação e contesta a postura de colegas mais velhos que “não abraçam tanto a coisa do digital”. Embora não nomeie esse choque como crise, a descrição de Mayara se aproxima do que Costa (2021) classificou como “crise geracional” do jornalismo, que “opõe nativos analógicos a nativos digitais tanto no comando das Redações como nas estratégias de conquista do público jovem” (p.87). Momentos de contestação de regras, de negociação com o “outro generalizado”, que ela diz não se sentir à vontade para externar na Redação (“Eu, como foca, chegando agora, às vezes não tenho subsídios para falar”).

Mayara destaca ainda o desconforto de ser minoria em um “espaço majoritariamente branco” – o que motiva desequilíbrios pontuais no processo de consolidação de seu *self* profissional (“Algumas coisas às vezes acabam atingindo a gente e as pessoas nem sabem”) – e o “estado permanente de cansaço” engendrado pela rotina de trabalho. Elementos que sugerem certa tensão, nesse *self* profissional em construção, entre a dimensão mais coletiva da

identidade, sinônimo de disciplina e conformismo, e o âmbito individual, ligado, como indica Dubar (2005), a aspectos como originalidade e criatividade, risco e insegurança.

Há outra manifestação dessa dinâmica identitária entre diferenciação e pertencimento quando Mayara se diz dividida entre áreas tradicionais de atuação do jornalista, como assessorias de imprensa e Redações, e a comunicação comunitária, o “jornalismo de favela” em que eventualmente se engaja. Mayara parecia expressar um sentimento de incompatibilidade entre o jornalismo profissional que lhe fornecia uma ocupação formal naquele momento e a comunicação comunitária de base voluntária que acionava positivamente dimensões distintas de sua identidade profissional.

Tendo o Brasil e suas crises recentes nos pilotes da construção de sua identidade profissional, a crise que parece ser a maior fonte de insegurança ontológica para Mayara não é a alegada crise do jornalismo, mas a crise sanitária desencadeada pela Covid-19. Sem contato presencial com colegas após quase um ano de contrato, ela via impactos na relação de confiança com a chefia e citava a experiência “solitária” de ser “jornalista pandêmica” em um cenário em que “ninguém tem muitas respostas” e que levava à sobrecarga de trabalho (“Às vezes eu vejo as pessoas trabalhando bem mais do que elas deveriam”).

Dubar (2005) lembra que o emprego, item raro, condiciona a construção das identidades sociais, e que o trabalho, ao passar por mudanças significativas, impele transformações identitárias delicadas. Percebe-se que Mayara enfrenta tais transformações. É uma jovem repórter, de minoria racial, em uma posição de status importante em um jornal de circulação nacional, mas que convive com quadros de “ansiedade geral” e “cansaço generalizado” que ofuscam suas perspectivas de futuro na profissão. Por outro lado, tomada de modo mais amplo, sua narrativa profissional pessoal parece se aproximar mais, no que tange às formas básicas enumeradas por Gergen (2005), de uma história progressiva, de melhoras contínuas ao longo do caminho e em que as ditas crises do jornalismo são coadjuvantes em um elenco de crises mais amplas. O que pode ser lido como indicativo de que, a despeito do caráter conflituoso intrínseco das dinâmicas identitárias, as histórias e pessoas que o jornalismo lhe apresenta continuam a fazer, para Mayara, “a coisa valer a pena no fim do dia”.

## 4.2 Bruna, 27 anos: “Acho que se não tiver crise, não tenho trabalho”

### 4.2.1 Relato

Bruna, 27 anos, é branca, heterossexual, solteira, sem filhos. Com sete anos de carreira, trabalha em um veículo independente de jornalismo online, baseada em um Estado da região Norte do país. Seu contrato de trabalho é de pessoa jurídica, e o salário se situa na faixa de cinco a dez salários-mínimos. Ela se define como “repórter e jornalista focada na área socioambiental”. Possui graduação em jornalismo por uma faculdade privada na região Sudeste. Antes de iniciar o curso, sabia alguma coisa sobre a profissão e pouco sobre o mercado de trabalho. Filha de uma dentista e de um funcionário público, tornou-se jornalista porque à época do vestibular tinha interesses diversos e concluiu que “conseguiria sempre estar aprendendo em diferentes áreas”. Os pais apoiaram a decisão.

Ela conta que “nunca quis fazer outra coisa na comunicação que não fosse ser repórter”, embora conhecesse, desde a faculdade, relatos sobre crise no jornalismo e escassez de empregos no setor. Afirma que “foi dando sorte” nessa missão, pois mesmo tendo iniciado estágios na área apenas na reta final do curso, logo que começou a procurar emprego conseguiu trabalho numa Redação. Esse veículo contava com versões impressa e online. Ali Bruna atuou por três anos como estagiária e ao final da faculdade foi contratada em regime CLT. Por ser um veículo ligado a uma organização social, terminava por vezes realizando funções de comunicação da entidade. Foi demitida desse emprego e trabalhou em seguida por um período curto, em contrato temporário, em um site de cobertura socioambiental. O emprego seguinte foi em uma agência de jornalismo digital sem fins lucrativos, em que esteve por cerca de dois anos com contrato CLT, até decidir se mudar para a região Norte e pedir demissão. Na nova cidade fez trabalhos como autônoma para ONGs e veículos jornalísticos e obteve financiamentos pontuais por meio da aprovação em editais. Descreve esse período como *freelancer* com ponto baixo da carreira, pelas restrições ao trabalho em campo em razão da pandemia e por ter tido que aceitar demandas que não envolviam jornalismo. “Porque viver de *frila* é meio isso, vai-se aceitando o que tem”. A resposta sobre pontos altos da trajetória profissional evita episódios específicos:

*Vários, quando eu comecei. Quando eu comecei a... (pausa) Não sei, é mais essa coleção de histórias e experiências que você vive no jornalismo. (...) Já viajei muito, já conheci o Brasil trabalhando em diversos momentos. Foi muito importante na minha vida.*

Razões pessoais e profissionais explicam a mudança da jornalista para o Norte do Brasil: pela centralidade da região no que tange aos conflitos agrários no país, foco de sua cobertura até então, e pelo interesse em ingressar em uma pós-graduação em uma universidade pública local.

A jornalista considera que sua migração para uma área do jornalismo que exige habilidades específicas, como conhecimentos de antropologia, geolocalização e gestão de dados, auxiliou na obtenção de novas competências e habilidades. “Acho que cada vez mais quanto mais se puder oferecer, você é mais competitiva. Eu sou fotógrafa, trabalho com drone, texto, podcast, foto, vídeo, tudo o que for necessário”, afirma. Questionada se se sentia defasada em relação à aquisição dessas novas competências, em princípio diz “não, mas é impossível saber tudo”, mas ao longo da resposta reconhece a existência desse sentimento e de um certo descasamento entre suas habilidades e as exigidas pelos empregadores:

*Você tem que saber usar o QGis [software de visualização e edição de dados georreferenciados], o Tableau [software de visualização de dados], (...) e eu acho que são outras linguagens, e isso está sendo mais priorizado no jornalismo, saber montar uma reportagem multimídia por conta própria em um site. Isso é uma coisa que eu me sinto defasada porque não é uma escolha minha acompanhar completamente, mas sinto que é uma preferência dos veículos.*

Bruna é uma profissional que se diz “muito insatisfeita com o jornalismo”, mas que ao mesmo tempo acredita que a atividade no Brasil como um todo tenha se fortalecido em decorrência da profissionalização da chamada mídia independente. Cita como exemplo o nicho socioambiental e o que vê como aumento de possibilidades de financiamento por influência do contexto político. “O jornalismo socioambiental mudou muito nos últimos dois anos. Quando comecei, pouca gente fazia. E hoje, com o governo Bolsonaro, entrou muito recurso para investigações sobre os impactos [em decorrência] do governo. Está ultra especializado e mais competitivo”. Questionada se teria pistas acerca desse sentimento de insatisfação com a profissão, sobre estar em uma “fase de pensar que não quero ser mais jornalista”, afirmou:

*Eu acho que um pouco do ritmo, não compactuo. É mais do que estar cansada, é uma coisa de não querer isso para mim mesmo. Esse ritmo mais acelerado. (pausa) Sinto que já fiz coisas que queria fazer e que não tem muito mais que o jornalismo pode me oferecer. (...) Tenho pensado em mudar de área ou em*

*pausar por um tempo, mas não sei muito explicar. (...) Não sei se eu vejo mais sentido.*

Instada a citar definições e associações sobre a palavra crise, entendida em sentido amplo, Bruna menciona novamente o cenário político e social do país, que descreve como um estado de crise permanente desde o começo de sua carreira, em 2016, período do impeachment da presidente Dilma Rousseff. “Cobrando direitos humanos e política não vivi um Brasil que não estivesse à beira de um ataque de nervos. Então, para mim, eu cubro crises. Acho que se não tiver [crise], não tenho trabalho”.

Sobre a existência de uma crise no jornalismo, conta que durante a graduação havia, em geral, um sentimento de apreensão entre os colegas em relação a um possível fim da mídia impressa e à viabilidade econômica da mídia online, e que isso a assustava porque “queria escrever no papel e ser publicada no papel”. Acabou tendo apenas uma oportunidade de ter texto publicado em meio impresso, e afirma acreditar que desde então o jornalismo em geral tenha encontrado fontes adicionais de financiamento, como campanhas de *crowdfunding* e apoios institucionais, embora manifeste dúvidas sobre a sustentabilidade dessas soluções. Diz pouco saber sobre o estado das finanças da grande imprensa e manifesta resignação diante do fechamento de veículos. “Toda vez que fecha alguma coisa que gosto fico triste ainda, mas a gente já se acostumou”. Afirma, contudo, evocando o contexto político, que sente o jornalismo no país mais “fortalecido por ter virado oposição”, embora esteja sofrendo mais ataques. Fortalecido “no sentido de que a treta entre informação e desinformação se tornou uma coisa tão primordial nesse governo que o jornalismo se torna uma profissão mais importante”. Diz que o cenário de “guerra de informação” aumenta a demanda por jornalismo, mas descreve o “outro lado”, que associa à “desinformação” e a “opiniões emburrecidas”, também fortalecido:

*Eu acho que é o momento meio crítico que a gente está vivendo, então eu não sei se isso é uma crise do jornalismo, porque o jornalismo está tendo que resistir muito, sabe? E entre si ele está buscando muito se fortalecer. (...) Então não sei se crise resume, a palavra, o que está acontecendo agora. (...) Porque parece que a conjuntura atual jogou os parâmetros de preocupação para outro nível.*

Bruna relata ter tratado por três anos um quadro de depressão e transtorno de personalidade *borderline*<sup>55</sup>, motivado, segundo ela, por questões pessoais, mas também agravado pelo que chamou de “gatilhos de conjuntura”, em referência ao agravamento da crise política e social brasileira, e pelo “cansaço generalizado de você ter que estar em contato com tudo o que acontece”. Afirmar acreditar ter “casca dura” para não ser afetada pelos assuntos que trata no trabalho, mas diz que a profissão a impede de se afastar da “tristeza generalizada” causada pela realidade política e social. Diz que o veículo em que trabalhou durante o ano eleitoral de 2018 sofreu ameaças, e que isso a impactou. Questionada sobre a vivência profissional em meio a crises no país e o cansaço que descreve em relação à profissão, desenvolve mais a resposta, citando impactos negativos do trabalho remoto que exercia naquele momento:

*Porque eu consigo ficar mais em casa, cuidando das minhas coisas e tendo mais tempo, mas é aquilo das fronteiras de trabalho, meu trabalho tem se diluído. É uma sensação eterna de não está entregando o suficiente porque eu estou lavando roupa, mas enquanto isso estou mandando mensagem para a fonte, esperando, pensando. Só que a minha sensação, como eu não estou no trabalho, batendo ponto, parece que o dia de trabalho não valeu. Então estou sempre achando que não estou entregando o suficiente. É um pouco essa ansiedade que está me consumindo. Eu acho que é uma coisa que eu não estou mais a fim de fazer. Eu acho que os ambientes de Redação eles sempre foram... um ponto positivo de ser jornalista, sabe? Eu sempre trabalhei em Redações cheias que tinham um pouco essa visão da coisa boêmia, que eu discordo, eu acho que é uma visão superprecarizadora sobre o jornalista, mas na Redação ela era um pouco mais verdadeira. Eram pessoas que saíam no meio do dia para tomar um café, xingar os chefes e no fim do dia para beber. E isso dava um alívio. E agora no home office a gente não tem isso. E o trabalho que eu estou é home office, não é a pandemia que está fazendo eu ter home office. Então é muito solitário, uma conjuntura muito solitária.*

Bruna revela se sentir estressada com frequência no trabalho. Conta que no período mais agudo da doença se envolveu em discussões sobre saúde mental no trabalho, por ter se sentido desamparada pela empresa em que atuava, e que isso acabou motivando sua demissão em um “passaralho”, desligamento significativo de funcionários em um período curto. Ela relata que havia um clima de insatisfação generalizado na Redação em relação à direção do veículo, motivado por discordâncias editoriais que se agravaram no período eleitoral. Paralelamente, diz, houve uma cobrança dos funcionários por atenção à saúde mental dos funcionários, e que

---

<sup>55</sup> O chamado transtorno de personalidade *borderline* se caracteriza por um padrão generalizado de instabilidade e hipersensibilidade nos relacionamentos interpessoais, instabilidade na autoimagem, flutuações extremas de humor e impulsividade.

essas demandas acabaram motivando demissões, inclusive a dela, e que isso desencadeou um processo pessoal de mudança de percepções, entendimentos e de sua própria expressão sobre o tema da saúde mental no trabalho:

*A gente cobrou algum tipo de atenção para saúde mental e começou a rolar esse ‘passaralho’... Eu ouvi diretamente... Eu fui demitida com três semanas de tratamento psiquiátrico. Estava tomando remédio, ainda em fase de adaptação. E ouvi essas frases assim, que ‘trabalho não é para trazer felicidade’, que eles ‘não estavam lá pra acolher a saúde do trabalhador’, que ‘a missão era outra’. E várias pessoas ouviram coisas semelhantes. Eu percebo que, desde então, na verdade, se tornou uma questão muito importante no jornalismo, pelo menos na mídia independente. E várias das coisas que nessa época a gente não sabia nem como formular e como pedir, a gente sabia que tinha alguma coisa errada, porque estava ficando adoecida por conta do trabalho. Hoje existem soluções para isso e na época a gente foi tachada como gente mimada, querendo coisa que não fazia parte do ambiente de trabalho. Então, desde então, eu fui muito mais acolhida em [emprego seguinte], por exemplo, em relação à saúde mental. Eles têm hoje um trabalho com uma psicóloga que atende a equipe numa periodicidade, e isso começou depois de eu ter saído. (...) Então vejo que isso está sendo discutido. Vejo discussões e palestras sobre saúde mental no jornalismo. Eu acho que porque já chegou num ponto surreal de ter que ser discutido. Mas quando a gente começou a puxar esse assunto nessa Redação específica, eu fui tratada de uma forma péssima. Então eu me sinto mais apta hoje em dia para falar sobre isso também, porque se tornou uma questão muito relevante na minha vida.*

No período em que expôs publicamente suas questões de saúde mental no trabalho, Bruna diz ter sido desaconselhada por amigos “o tempo todo” a fazê-lo. “Diziam que era um tiro no pé, que nunca mais ia ser contratada”. Afirma que houve um momento em que temeu impactos na carreira, mas que não sente que isso tenha ocorrido. Embora diante da perspectiva de mudar de profissão, Bruna afirma não se arrepender da escolha (“Proporcionou experiências que me agregaram muito.”) e encara a incerteza em relação ao futuro:

*[Sobre] minha perspectiva de mudar de profissão não faço a menor ideia, se isso que eu fiz até agora pode me ajudar a ter outra profissão, sabe? Eu tenho muito medo e às vezes tenho a impressão de o que eu faço fora do jornalismo não vai me dar base para fazer nada. Então pensando no futuro, sem ser jornalista, eu não tenho muita perspectiva do que eu poderia fazer.*

#### 4.2.2 Análise

Bruna é uma jornalista cercada por crises. Formou-se no primeiro semestre de 2016, meses antes do afastamento provisório da então presidente Dilma Rousseff, e vivenciou os anos seguintes sob a égide das crises política, econômica, sanitária e social que se sucederam no Brasil.

Mas a Bruna de hoje, aos seis anos de carreira, já não é aquela estudante que “nunca quis fazer outra coisa na comunicação que não fosse ser repórter”. Expectativas que alimentaram seus primeiros anos de socialização profissional, durante a faculdade, não se sustentaram diante da realidade de trabalho que vivenciou na profissão (“Eu me lembro muito quando estava na faculdade e falavam que era a melhor profissão do mundo... Eu tenho uma visão crítica sobre esse negócio.”).

Bruna é uma jornalista cuja identidade está em movimento. Expressa a dinâmica de desestruturação/estruturação (DUBAR, 2005) que na contemporaneidade por vezes assume a aparência de uma crise identitária. Quer mudar de área de atuação ou “pausá-la” por um tempo. Está “muito insatisfeita” com a profissão e percebe que a “chama do jornalismo” se apagou dentro de si (“Não sei se eu vejo mais sentido.”). Insegurança ontológica que pode ser associada a particularidades de seu processo, ainda em curso, de socialização profissional.

Um processo atravessado, como costuma ser, por atos de negociação de seu “eu” profissional com o “outro generalizado” representado pelo jornalismo e pelos jornalistas, o grupo social que lhe confere maior ou menor unidade do *self*. Mas, no caso de Bruna, tais atos de negociação assumiram contornos mais intensos de conflito, resultando em um processo de socialização profissional, em certa medida, incompleto, de contestação e desengajamento em relação a maneiras de ser e visões de mundo de seu grupo de referência. Traço que se manifesta, por exemplo, quando ela diz não compactuar com o “ritmo mais acelerado” da profissão. Ou quando descreve a exaustão pela ansiedade de “sempre” considerar que não está “entregando o suficiente” no trabalho.

Bruna quer um tempo sabático da profissão, para buscar oportunidades em áreas correlatas da comunicação, como editoração e fotografia, e até cursar nova graduação. Diz não saber explicar com clareza seus novos desejos profissionais e reconhece dificuldade de solucionar sua própria estabilidade na era da dita “flexissegurança” (“Foi difícil me adaptar à rotina de *freelancer*, preferia estar contratada.”). Expressa, assim, percalços na construção de sua identidade de trabalho, pelo desejo de transição profissional e pelo sentimento de

exasperação diante do cenário de crise permanente em que vive. Características que a aproximam, nos termos de Ribeiro (2012), de uma identidade *instrumental*, marcada por uma orientação pragmática e por uma aposta numa transitoriedade de cenários que impõe a adoção de diferentes estratégias de adaptação.

O modo como Bruna se refere à noção de crise aplicada ao jornalismo expõe uma dissociação entre seu momento de desestruturação identitária, de perda de convicções e insegurança ontológica em relação à profissão, e a dita crise no setor. Ao narrar sua história de trabalho, ela promove uma separação entre essas instâncias. Diz que há um “momento meio crítico” em seu campo de atuação, mas que não sabe se o termo crise se aplica ao setor, já que o jornalismo “está tendo que resistir muito” e “está buscando se fortalecer”. Repercute, portanto, elementos daquele que denominamos discurso da *inovação*, que renova as reivindicações normativas da profissão ao destacar arranjos organizacionais e procedimentais originais como alternativas para as dificuldades do ofício (“Acho que o jornalismo brasileiro, com a mídia independente fortalecida e com novas fontes financeiras, ficou mais forte.”). Demonstra também adesão a outra nova fonte legitimadora do ofício, o discurso da *transparência* (“A origem do financiamento do meu trabalho é importante para mim.”).

Bruna relata como, ainda na faculdade, teve contato com o chamado discurso metajornalístico da *extinção*, que enfatiza a decadência da atividade, sobretudo em seus meios impressos. Algo que assustava a estudante que queria “escrever e ser publicada no papel”, mas acabou posteriormente trilhando um caminho por meios “nativos digitais”. Embora tenha tido contato com esse discurso, ela não o endossa (“Desde então soluções e financiamento surgiram.”). Por outro lado, repercute e reproduz elementos caros ao discurso *gatekeeper 2.1*, que restabelece a defesa da capacidade de jornalistas organizarem o fluxo informativo em um cenário de proliferação de notícias falsas e politização exacerbada do debate público (“O jornalismo se torna uma profissão mais importante.”).

Um episódio significativo nesse processo de conflito entre as duas faces do *self* profissional de Bruna – o “mim” que interioriza o espírito do grupo e o “eu” que se identifica com papéis específicos – parece ter sido o momento em que é demitida de um jornal em que atuava, associando essa demissão ao fato de ter se unido a colegas na cobrança de atenção à saúde mental dos empregados. Naquele momento, o que Bruna gostaria de ser na profissão entra em choque com as afirmações da direção da empresa sobre a natureza do ofício (“Nessa demissão eu ouvi que trabalho não tem que trazer felicidade, que eles não estavam lá para acolher trabalhador.”). A partir dali traços de idealismo e sentimentalismo em relação à

profissão parecem dar lugar a uma postura mais pragmática e instrumental (“Eu acho que existe um romantismo sobre ser repórter e que confunde muito trabalho e militância.”). De outro modo, não há conflito quando ela encara com naturalidade o que vê como demandas do mercado de trabalho – e, nesse sentido, do próprio jornalismo como “outro generalizado” – pela ampliação das competências e habilidades necessárias aos jornalistas (“Eu sou fotógrafa, trabalho com drone, texto, podcast, foto, vídeo, tudo o que for necessário.”).

A crise instaurada pela pandemia de Covid-19 alimenta sentidos de instabilidade associados ao *self* profissional de Bruna e, em alguma medida, seu desejo de deixar a profissão. As fronteiras que outrora delimitara entre trabalho e descanso se diluem no compasso de prontidão permanente do regime de *home office*, ensejando noções de ansiedade, cansaço e incompletude. As válvulas de escape cotidianas proporcionadas pelo convívio com colegas de Redação se fecham (“Eram pessoas que saíam no meio do dia para tomar um café e xingar os chefes, e no fim do dia para beber. Isso dava um alívio.”), enquanto a solidão e as descontinuidades que dificultam o entendimento das expectativas do outro se ampliam (“Estou sempre achando que não estou entregando o suficiente.”).

Em expressão das tentativas de negociação que perfazem sua relação com o jornalismo como “outro generalizado”, Bruna parece conceder um *habeas corpus* à profissão ao buscar as causas de certos problemas que a afligem, como tristeza, cansaço e depressão. Ela entende que o jornalismo a obriga a estar em contato com “tudo que acontece”, mas é a conjuntura de um país “à beira de um ataque de nervos” que responsabiliza, e não o ofício, quando reconhece ser impactada negativamente pela realidade que deve acompanhar de perto como trabalhadora (“Tive muitos gatilhos [para depressão] que são simplesmente a conjuntura em si, não o jornalismo.”). Por outro lado, o jornalismo se torna réu em seu tribunal do *self* quando ela identifica que “outras áreas” de sua vida “ficaram empacadas” e passa a repensar o espaço e o tempo do trabalho em sua trajetória pessoal (“Trabalhar [para mim] sempre foi muito central e o trabalho não é uma coisa que vai necessariamente ocupar [apenas] as oito horas [diárias regulamentares.]”).

Bruna narra sua vida de trabalho como saga heroica, com fases progressivas e regressivas. Cita desamparo à saúde mental no trabalho, “passaralhos” e serviços autônomos distantes do jornalismo que desejaria não ter feito, mas também valorização recente de sua atuação, viagens, histórias e “experiências que agregam” acumuladas durante a carreira. A crise é inerente ao processo de construção identitária e as narrativas por meio das quais ela se expressa denotam a busca intrínseca por coerência e direção em nossas vidas.

Bruna quer fazer coisas para si, mas não sabe direito quais são – está tentando descobrir. Ao mesmo tempo em que almeja novas construções profissionais, tem a impressão – e, conseqüentemente, medo – de que o conhecimento que adquiriu não lhe forneça “base” para fazer algo fora do jornalismo. Suas perspectivas de futuro são incertas, mas ela não se arrepende das escolhas que a trouxeram até aqui. Para ela, a crise perene que se impõe na realidade geral dos fatos se mistura e se torna a própria condição de seu ofício: “Para mim, eu cubro crises. Acho que se não tiver [crise], eu não tenho trabalho”.

### **4.3 Joana, 35 anos: “Eu me sinto um pouco a violinista do Titanic”**

#### **4.3.1 Relato**

Joana, 35 anos, é repórter em um jornal impresso de circulação nacional, com sede na região Sudeste do país. Branca, bissexual, solteira, sem filhos. Aos 15 anos de carreira, acha “estimulante” atuar em Redação, pela “possibilidade de trabalhar em histórias e temas novos a cada semana”, mas o cotidiano do jornal a tem deixado “cada vez mais esgotada e frustrada”, o que a faz hoje considerar uma mudança de área profissional.

Joana vem de uma família “bem de classe média baixa”, de professores. “Rolava um pouco esse espaço para você ser criativo, essa coisa menos preocupada com dinheiro, status. E mais ‘Vai fazer o que você curte’”. Formada em Rádio e TV por uma universidade particular na região Sudeste, Joana diz que “acabou virando jornalista”. “Eu tive que aceitar que eu sou jornalista, na verdade. Demorei um tempo para pegar e falar que sou jornalista, penso que acabei virando, mas eu me considero mais uma profissional de comunicação”, afirma. Joana conta que escolheu o curso porque queria ser roteirista. Chegou a fazer alguns trabalhos na área como *freelancer* após se formar, mas “não se sentia muito confiante tendo que ser criativa”. “E acabei percebendo que gostava mais de escrever textos objetivos”. Reconhece que antes de concluir a faculdade não tinha muitos conhecimentos sobre a rotina da profissão. Afirma que o ofício do jornalista é “uma coisa muito romantizada”, no cinema e na TV, por exemplo, e que isso acaba sendo “inspirador para o pessoal do audiovisual”. “E aí hoje em dia eu acabo me vendo nesse lugar”.

A trajetória profissional de Joana inclui estágios em assessorias de imprensa e em uma editora. A primeira passagem pelo jornal em que atua hoje durou três anos, sem vínculo formal

(*frila fixo*, no jargão jornalístico) e em um setor do site da empresa em que considerava seu “potencial meio desperdiçado”, pois as tarefas envolviam aspectos mais operacionais de pesquisa e publicação. Cita aspectos contraditórios da experiência:

*Você estar dentro da Redação de um jornal grande é um negócio que é muito legal, causa impacto e dá uma credibilidade também. Só que foram três anos como frila fixo, em que eu não tinha nenhum benefício, não tinha férias. Foram três anos sem tirar férias.*

A jornalista menciona ainda o salário “nem perto do piso” como um aspecto frustrante dessa primeira experiência no jornal. Joana recebeu uma proposta para atuar como assistente de comunicação em um órgão público, em que permaneceu por cerca de dois anos. “Ou seja (*risos*), eu não... tive que continuar trabalhando, escrevendo, e não consegui ir para o audiovisual”, diz sobre o emprego, em que chegou a exercer cargo de chefia. Ela aceita em seguida um convite para retornar ao jornal, desta vez em regime CLT e em cargo de coordenação. Conta que voltou “já querendo e pensando” em não “ficar por tanto tempo assim”. Consegue uma transferência interna e deixa uma área mais operacional para atuar como repórter. “E foi assim... eu ralei *muito* (ênfatisa) para aprender as coisas. Muito, muito, muito mesmo”, afirma ela, sobre o “mundo novo” em que passou “um ano correndo atrás de entender”. Após um ano, Joana decide aceitar uma proposta em uma agência de publicidade – “Era um trampo que pagava melhor, era mais das 1h às 18h, sabe? E acabei aceitando”. Em seis meses, foi demitida em um grande corte de pessoal na agência. E entrou em um período de três anos como *freelancer*, sobre o qual expressa sentimentos distintos:

*Não queria voltar para Redação como fixa, porque eu achava muito desgastante, era muito intenso. Só que eu devo ter ficado uns três anos como frila, fiz vários frilas para [jornal]. Mas eu não queria voltar fixa. Só que eu vi que ser freelancer estava me fazendo mal. Eu sentia falta de ter uma segurança. (...) Ficar desempregada era meu maior medo, porque eu não tinha grana e não queria voltar pro interior.*

Joana conta que “começou a ver que sentia falta da segurança da CLT”, e por isso aceitou um convite, pela terceira vez, para voltar ao jornal. Questionada sobre o grau de satisfação no trabalho, diz que gosta da área em que atua, mas que está frustrada e quer novamente sair do emprego. Embora considere ter crescido bastante em relação ao aprendizado

do ofício, ganhando confiança sobre o próprio texto e minimizando a insegurança por não ser “jornalista de formação”, menciona o salário que considera baixo e a ausência de plano de carreira. “Eu me sinto um pouco a violinista do Titanic”, afirma, em referência à sequência do filme de 1997 em que músicos permanecem tocando enquanto o transatlântico afunda lentamente. Diz considerar o jornalismo feito pelo jornal em que trabalha “engessado” e descreve um sentimento de desconexão com o público leitor:

*A gente não faz... o jornalismo do jeito que a gente está fazendo, por mais que seja digital e online, a gente faz um jornal ainda para o leitor dos anos 80, dos anos 90. (...) E o público não entende muito bem o que é o jornal. Ainda não, né? Não há obrigação nenhuma de entender. Só que o jornal também não faz nenhum esforço para acompanhar e fazer mudanças para entender como teria que ser uma comunicação mais assertiva, que funcionasse melhor para a contemporaneidade. (...) Sou jornalista, não tenho uma resposta para essa equação, mas é muito difícil a gente comunicar as coisas hoje em dia nesse contexto de guerra de narrativa, de rede social, meme, todo mundo falando muita coisa. (...) Uma coisa também que me dá uma desanimada no trabalho é que junta todos esses fatores e vira uma maluquice trabalhar com comunicação num jornal hoje em dia. (...) Parece às vezes que a gente só faz o jornal para jornalista mesmo.*

Em seguida, Joana cita, introduzindo o tema de forma espontânea, ainda dentro da resposta sobre satisfação no trabalho, “outras coisas que acabam afetando a saúde mental e emocional”: uma “pressão que vem de todos os lados”:

*Parece que nada do que eu faço está bom nunca, sabe? E para ninguém. Não está bom para o leitor, que está sempre me ‘chuchando’ nas redes sociais. Meu chefe direto ele é ótimo, eu não tenho um ‘a’ para reclamar. Mas todos os dias a gente tem uma autocrítica, (...) é muito assim, nada do que eu faço (risos) serve para ninguém. Eu me sinto muito vulnerável às vezes, porque é o meu nome, só que ninguém está valorizando, eu recebo um salário de m\*\*\*\*, eu não tenho para onde crescer nessa empresa.*

Joana diz ouvir relatos sobre crise no jornalismo e em alguma medida se refere a eles como algo externo a si: “Está rolando um momento *com eles* (grifo nosso) que acho que o modelo de negócio mesmo que está em crise”. Acredita que a crise exista de fato, citando o exemplo de setores da Redação que passaram a ficar vazios nos últimos anos pela redução de pessoal, ao mesmo tempo em que há “pressão por agilidade e competências”, inclusive com metas a serem batidas pelas equipes. Tais metas, para ela, funcionam como “fator de pressão e

decisão”, pois é preciso sempre pensar se o esforço decorrente da produção irá se traduzir em audiência. Descreve dificuldade em encontrar equilíbrio entre critérios jornalísticos e imperativos comerciais de audiência:

*(...) A gente dá uma suada para não fazer clickbait [caca-cliques, no jargão jornalístico em inglês], sabe? Mas a tentação é grande e acaba fazendo uns títulos mais... que é o que a gente chama de clicável, mas que não é exatamente jornalístico, quer dizer, é jornalístico, (...) que a gente faz um esforço para não ser clickbait, não é o título mais sério, assim, são títulos mais pop um pouco. E enfim, conversam muito com a comunicação hoje em dia, como ela é feita, mas ao mesmo tempo é estranho.*

Ela atribui ao trabalho remoto inaugurado pela pandemia de Covid-19 alguns problemas físicos que a levaram de volta a fisioterapia, mas em geral diz que a “vida melhorou muito” no esquema *home office*. “Eu era bem resistente no começo, mas agora eu sou completamente, eu não queria voltar para a Redação jamais”, afirma. Joana possui diagnóstico de LER e trata, com acompanhamento psiquiátrico e psicológico, quadros de ansiedade e depressão.

Questionada sobre estratégias para lidar com o sofrimento no trabalho, ela menciona uma tentativa frustrada de ignorar críticas que recebe via redes sociais. “Não ficava indo ver o que pessoas achavam, tentava me desligar um pouco no começo, porque ficava muito ansiosa. E acabei vendo que não é o melhor jeito de lidar com isso”, diz.

Joana conta que pensa em trocar de profissão por questões financeiras, apesar de gostar do que faz. Diz ter considerado a área de *UX Writing*<sup>56</sup>, que descartou por parecer “chata”. Avalia “ceder” para a publicidade, o que a deixaria triste porque não gosta da atividade, mas por ser algo que talvez lhe trouxesse “alguma estabilidade financeira”. O desejo de deixar a rotina de Redação lhe é recorrente:

*Tenho pensado em trocar, sim, porque eu queria ganhar mais dinheiro. Mas eu sinto que, por outro lado, é o que eu gosto de fazer. Eu acho que jornalismo é mais do que um trabalho, o jornalismo é um estilo de vida. Isso é f\*\*\*. Eu gosto de não ter rotina. Eu gosto de estar circulando e estar vendo mil coisas, de estar falando com um monte de gente... É um trabalho que é legal, sabe? Só que é isso: eu não quero chegar aos 40 anos fazendo plantão de domingo. (...) Tem as coisas que são legais, mas as coisas que não são legais são muitas. A conta não fecha.*

---

<sup>56</sup> Escrita estratégica para produtos digitais.

### 4.3.2 Análise

Joana reconhece a alegada crise do jornalismo e percebe suas manifestações no ambiente de trabalho, como os crescentes espaços vazios na Redação do jornal de circulação nacional em que atua. Tende, contudo, a narrar essa crise de modo insular, como um problema empresarial, sem relacionar o conceito de forma explícita em suas articulações do *self* profissional. Identidade de trabalho que, por sua vez, enfrenta tensões características entre as faces do “mim”, da identidade para o outro, e do “eu”, da identidade para si.

Num circuito elétrico, tensão é a diferença de potencial entre dois de seus pontos. No processo de negociação do *self* profissional de Joana, existe tensão na manifestação de forças distintas na conversação interna do si-mesmo. O “mim”, o *self* como objeto social, se reconhece como membro de seu grupo social profissional e reproduz atitudes internalizadas do outro – Joana “gosta de não ter rotina”, de “circular e ver mil coisas” e de “falar com um monte de gente”. “Mais do que um trabalho, jornalismo é um estilo de vida”, afirma. Mas nesse diálogo contínuo, o “eu”, que se refere às tendências espontâneas do indivíduo, não consegue se afirmar plenamente de forma positiva no grupo. No caso de Joana, isso se dá por fatores como insatisfação financeira (“Está insustentável viver com o meu salário.”), ausência de reconhecimento interno e externo (“Parece que nada do que eu faço está bom nunca.”) e falta de perspectivas (“Eu me sinto um pouco a violinista do Titanic.”).

Mas há também espaço para valorização pessoal e sentimentos de autoeficácia na expressão da “identidade para si” de Joana, um dos aspectos do *self*. Radialista que se reconhece tardiamente no jornalismo, por imposição dos fatos (“Eu tive que aceitar que sou jornalista.”), ela manifesta orgulho quando interpreta sua história profissional como uma trajetória de busca de conhecimento por conta própria e de superação de inseguranças (“Ninguém pega na sua mão para te ensinar as coisas, e eu fiquei um ano correndo atrás de entender.”). Busca harmonia em suas cognições e motivos para autovalorização quando conta, por exemplo, que desistiu do sonho de início de carreira de ser roteirista e poder exercitar mais a criatividade no trabalho porque não se sentia confiante na função, mas também por ter percebido que “gostava mais de escrever textos objetivos”, típicos do jornalismo diário que se tornou sua atividade primordial.

A opção pelo jornal – ou as três opções pela mesma empresa em diferentes momentos da carreira, consideradas as idas e vindas de Joana da publicação em que mais atuou – se deu também em razão da dificuldade experimentada por Joana em assumir, como permanente, a

situação de trabalhadora temporária. Três anos de atuação como autônoma, com trabalhos para o próprio jornal que a contrataria posteriormente em regime CLT, serviram para mostrar que o emprego formal, para ela, se impôs como a principal alternativa – e talvez a única possibilidade – de segurança e estabilidade ontológica em um mundo do trabalho em mutação (“Eu vi que ser *freelancer* estava me fazendo mal. Eu sentia falta de ter uma segurança.”). Convicção que se fortalece à luz de seu passado recente, em que a migração intraestadual constituía rota obrigatória para a realização laboral (“Minha família não tinha como me bancar. Se eu ficasse sem dinheiro, teria que voltar para o interior, e não queria voltar de jeito nenhum.”).

A dinâmica do *self* pode ser descrita, em alguns de seus aspectos, em termos do magnetismo, a expressão de uma forma de energia comumente associada a forças de atração e repulsão entre tipos específicos de materiais. Assim como o “eu” e o “mim”, as partes do *self* descritas por autores como George H. Mead e Claude Dubar, os polos magnéticos não podem ser separados: são indivisíveis, elementos de um mesmo corpo.

Atração e repulsão – ou pertencimento e diferenciação, em termos do processo reflexivo do *self* – parecem caracterizar a relação de Joana com seu principal empregador. Em seu caso, as “forças dipolo” desse magnetismo profissional seriam, por um lado e conforme as palavras da jornalista, a “credibilidade” e o “impacto” de estar dentro de uma Redação de um grande jornal, além da expectativa de crescimento profissional e melhoria salarial que se seguiram às ofertas de trabalho que motivaram seus sucessivos retornos à empresa. Por outro lado, muito embora ela diga se sentir estimulada e atraída pela “possibilidade de trabalhar em histórias e temas novos a cada semana”, promessas e expectativas frustradas de promoções de cargo e reajustes salariais exercem para Joana o papel de forças de repulsão em relação ao jornalismo que pratica (“Eu me sinto muito vulnerável às vezes, porque é o meu nome, só que ninguém está valorizando, eu recebo um salário de m\*\*\*\*, eu não tenho para onde crescer nessa empresa.”).

Joana gostaria de continuar escrevendo suas reportagens, mas o cotidiano da Redação a tem deixado “cada vez mais esgotada e frustrada”. Espaço mais característico do jornalismo, a Redação não lhe é mais uma referência identitária positiva (“Eu quero sair. Eu não quero ser jornalista de Redação”). Negando o senso arraigado de competitividade que, segundo Usher (2016), é uma característica embutida no DNA dos jornalistas, manifesta incômodo com a existência de uma cultura interna de competição na Redação em que atua (“Ouvi um editor meu falar: você tem que pensar que tem uma competição saudável com tal pessoa. (...). Então lá dentro tem vários braços de gente fazendo coisa que eu deveria, que é da minha alçada.”). O

saldo dos julgamentos que faz sobre satisfação e descontentamento no trabalho obstrui a indução de impressões favoráveis e o controle de definições sobre a situação que configuram parte importante do processo de apresentação do *self* profissional (“Tem as coisas legais que são, mas as coisas que não são legais são muitas. A conta não fecha.”). A declaração revela um descontentamento em relação à impossibilidade de manter autonomia relativa sobre as condições de trabalho, algo que Becker e Strauss (1960) apontavam nos anos 1950, quando indicavam que organizações criadas em torno de um tipo particular de trabalho ou situação de trabalho tendiam a registrar tensões envolvendo esse tipo de busca por autonomia por parte dos trabalhadores.

A noção de crise no jornalismo atua como uma força tangencial entre os elementos narrativos que materializam a identidade de trabalho de Joana e suas tensões com o “outro generalizado” da profissão. Ela considera haver uma crise de modelo de negócio na imprensa, mas não organiza sua narrativa de modo a atribuir causalidades diretas entre essa crise e sua insatisfação no trabalho. Ela relativiza o impacto econômico da crise na empresa em que trabalha (“Acho que tem uma certa estabilidade lá dentro.”) para em seguida, na situação de entrevista, citar a existência de pressões sobre os jornalistas por agilidade, aquisição de novas competências e cumprimento de metas de audiência. As objeções que a jornalista faz ao caracterizar essas novas demandas de seu empregador como atos de pressão constituem outro elemento de fricção entre os aspectos do “eu” e do “mim” de sua identidade de trabalho, assim como a recusa à internalização de procedimentos laborais tradicionais da profissão, como os regimes de plantão (“É um trabalho que é legal, só que não quero chegar aos 40 anos fazendo plantão de domingo.”).

Diferentemente de outros profissionais entrevistados nesta pesquisa, Joana enumera apenas aspectos positivos do regime de trabalho remoto instaurado pela pandemia de Covid-19. Diz que sua qualidade de vida “melhorou muito” em áreas como a alimentação e que, embora tenha sido resistente no começo, “não queria voltar jamais” para o trabalho presencial.

Não há na narrativa de Joana traços claros de discursos normativos sobre o jornalismo, mas em determinado momento da entrevista em que se diz “frustrada” no emprego pela ausência de reajustes e plano de carreira, Joana classifica o jornalismo feito pela publicação em que atua como “muito engessado”. Nesse ponto, embora não esteja relacionando diretamente esse diagnóstico a um eventual quadro de crise na profissão, ela se aproxima da descrição de duas alegadas crises do jornalismo contemporâneo, tais como citadas por Costa (2021): a crise *geracional*, de descasamento de expectativas entre jornalistas e leitores (“A gente faz um jornal

ainda para o leitor dos anos 80, dos anos 90.”), e a crise de *perda do protagonismo*, que coloca o jornalista como ator coadjuvante no processo de produção de notícias (“É muito difícil a gente comunicar as coisas hoje em dia, nesse contexto de guerra de narrativas, de rede social, de todo mundo falando muita coisa.”).

Ao narrar sua identidade de trabalho, Joana expressa um desejo difuso por mudanças. É como se ela almejasse uma identidade de rede, como descrita por Dubar (2009), aquela que resulta de uma ruptura e implica em uma identificação nova para si. Vive uma crise profissional em que os aspectos negativos da profissão superam os positivos (“A conta não fecha”) e nisso sua identidade manifesta aspectos de *instrumentalidade* (RIBEIRO, 2012), pela orientação pragmática e de procura por adaptações que, em seu caso, se revelam insatisfatórias. Enquanto uma eventual ruptura rumo a uma nova construção identitária não acontece, Joana gerencia as vozes internas do *self* calibrando expectativas e incertezas, conforme se dedica à imaneente tarefa de discernir “quem realmente é” em um mundo do trabalho em rápida transformação e tenta lidar com as frustrações, financeiras e de carreira, que vive no atual emprego. “Eu me sinto um pouco a violinista do Titanic”, afirma, em referência à sequência do filme de 1997 em que músicos permanecem tocando enquanto o transatlântico afunda lentamente.

#### **4.4 Samuel, 37 anos: “A nossa identidade se dá em torno do nosso trabalho, mas não existe nenhuma possibilidade para além do trabalho precarizado”**

##### **4.4.1 Relato**

Samuel, 37 anos, é branco, heterossexual, em união estável, sem filhos. É editor em um veículo independente de jornalismo online, baseado em um Estado da região Sudeste do país. O contrato é em regime de pessoa jurídica, pelo qual recebe por mês um salário na faixa de cinco a dez salários-mínimos. Graduou-se em jornalismo em uma universidade pública do Sul do país, na segunda metade dos anos 2000. Define-se como alguém cuja vida – e trabalho – “é com a palavra”. Associa a escolha pelo jornalismo com o fato de “sempre” ter gostado muito de ler, incentivado pelos pais. Era um leitor assíduo de gibis na infância e depois passou aos jornais. Com a adolescência veio o gosto pela música e pelo jornalismo musical como fonte de informações. “Eu queria fazer jornalismo para falar de música”, diz. Enfrentou a oposição do pai, que gostaria que o filho cursasse direito. “Vá fazer uma faculdade decente, que te dê algum dinheiro”, afirmava. Samuel não discordava dos diagnósticos do pai. Diz que tinha ciência que

o jornalismo é uma “profissão de difícil entrada”, mas que o desejo de deixar a casa dos pais para fazer a faculdade em outra cidade também pesou em sua decisão. Faz um paralelo entre a situação socioeconômica do país no período em que ingressou no ensino superior, no começo dos anos 2000, e o momento atual do país. “A falta de esperança era muito parecida com a nossa falta de esperança hoje”, afirma.

Na universidade, Samuel interessou-se pelo jornalismo literário de influência norte-americana. Após concluir o curso, passou um período trabalhando no laboratório de TV da própria faculdade. Mudou-se para uma capital do Sudeste, onde teve diferentes empregos: trabalhou na área de comunicação de uma editora, foi repórter de um grande site noticioso nacional e editou o site de uma revista independente. Também atuou na filial brasileira de um site internacional, em um período em que a versão impressa do veículo estava em vias de extinção. Diz ter sido demitido desse emprego em meio ao que define como “crise de 2015”, em referência ao cenário econômico do país, e também por “briga interna com a chefia”. Quando esteve no site noticioso nacional de grande porte, afirma ter pedido demissão porque “não aguentava mais plantão”. Teve ainda uma passagem curta por um site de conteúdo corporativo. “Era um ambiente corporativo que não tinha nada a ver comigo, nada a ver com jornalismo. Esse era um mundo (*suspiro*) muito... um mundo corporativo no qual eu não consigo me encaixar”, diz ele, que nunca atuou em um veículo que tivesse o suporte impresso como fonte principal de receita. “Sempre fui um jornalista de internet”, relata. De forma espontânea, menciona como um ponto negativo do meio digital o “risco de sua obra se perder”. Afirma que seus trabalhos em dois empregos em sites estão fora do ar. “A gente falava que jornal impresso virava embrulho de peixe, mas jornalismo online sempre um risco muito grande de sua obra se perder”. Passou períodos como *freelancer* que descreve como “aquela vida de *frila* meio b\*\*\*\*”. Conseguiu um trabalho na área de monitoramento de redes sociais até surgir uma oportunidade no site independente em que trabalhava no momento da entrevista.

Samuel lamenta o fato de ter atuado em regime de pessoa jurídica pela maior parte da carreira. “Só tive minha carteira assinada duas vezes na vida. Isso que é f\*\*\* da vida de jornalista. No século 21, no Brasil, conheço muita gente que nunca teve carteira assinada. Eu sou bem próximo”. Após a demissão em meados de 2015, diz ter ficado “super deprimido” e que o mercado de trabalho naquele momento já estava “muito ruim”. “Era muito ‘passaralho’ em Redação, muito projeto pequeno já fechando e aí não consegui posição fixa por muito tempo”. Questionado sobre o grau atual de satisfação no trabalho, diz ter a “felicidade” de estar sustentando a si e a namorada:

*Então eu tenho sorte de poder estar me sustentando, pagando as minhas dívidas que eu fiz durante esse período, onde era muito precária a minha situação de emprego. E estar vivendo. Isso para mim é essencial.*

Em seguida, enumera uma “série de perrengues” relacionados ao fato de trabalhar em um veículo independente. Cita a ausência de sede física e a imprevisibilidade de receitas, em razão do atrelamento a financiamentos externos com prazos definidos. Descreve um conflito interno ao mencionar que sua satisfação no trabalho é afetada pelo fato de o veículo, segundo ele, não procurar “se adaptar ao tamanho que tem”. Diz sentir que colegas que “vieram do jornalismo impresso e do jornalismo diário têm uma limitação quase imaginativa de como a gente pode operar”. Afirma discordar do regime de plantões aos finais de semana instituído na Redação, por pressupor uma capacidade de veicular material inédito que não se sustentaria mais diante da dimensão e capilaridade dos grandes sites noticiosos. Menciona a rotatividade alta de sua equipe, colegas deixando o emprego esgotamento mental e o fato de “não ter horário”. “A gente tem um horário de entrada, às 10h, mas em tese a gente deveria largar às 19h, mas isso não acontece. Não é incomum uma vez na semana eu sair às 23h”.

Sobre sua percepção acerca de mudanças no jornalismo, Samuel afirma que “o fim do jornalismo impresso é uma realidade cada dia mais patente”. Relaciona a “derrocada dos monopólios de mídia” à revolução das mídias sociais, e o advento da internet e do jornalismo online ao “enxugamento de Redações em ritmo muito avançado”. “É sinistro que a gente tenha tantos cursos de jornalismo no Brasil, porque é uma profissão que você não tem essa demanda”, afirma. Diante da pergunta sobre eventual crise na profissão, reverte a indagação:

*Há 20 anos que acompanho de perto, desde que entrei na faculdade acompanho mesmo o que é o mercado. Há 20 anos de carreira a gente fala que o jornalismo está em crise (risos). Então a pergunta é: a crise não é o normal para o jornalismo?*

Samuel diz considerar que as redes sociais “precarizam imensamente” o trabalho do jornalista e de profissionais de outras áreas da comunicação, deterioração que associa a um processo de perda de estabilidade paralelo a um aumento da exigência que por vezes contradiz princípios da profissão:

*Qualquer coisa relacionada à comunicação tem que lidar com essa crise. Na área da música, na área de entretenimento em geral, isso é uma questão. Quem faz livro, filmes, televisão sofre. E quem faz jornalismo sofre. A principal questão é a precarização do trabalho jornalístico. Não que antes fossem mil maravilhas, mas você tinha um mercado com uma necessidade tão grande que você podia contar com uma certa estabilidade no seu emprego. (...). Então hoje você precisa ser relativamente supercompetente, e supercompetente hoje no jornalismo é uma desgraça, envolve uma série de problemas contraditórios. É você não errar, mas também precisa ser rápido. Você tem o tempo da internet e das redes sociais de um lado e do outro lado você tem a necessidade do jornalismo... O perigo que é o jornalismo errar. O jornalismo errar enfraquece a credibilidade jornalística. O jornalismo errar mata gente. Então você não pode errar, errar no título. (...) E ao mesmo tempo está sendo cobrado para fazer essas coisas em tempo real, como nunca tinha acontecido antes. (...) A segunda coisa é que se espera que os jornalistas produzam muito ganhando muito pouco.*

Para o jornalista de 37 anos, esse estado de coisas causa um “problema que gera um estresse tremendo”. Ao responder sobre como a crise lhe impacta, aponta mudanças na visão da sociedade em relação à profissão. Afirma que “antes dessa crise atual, que é essa crise de credibilidade, das redes sociais e do processo de *fake news*, ser jornalista era uma coisa meio indiferente, a tendência média [na sociedade] era tratar com indiferença”. A situação atual, segundo ele, é de “ódio”. “Hoje se você for jornalista você é um alvo. Além de ser um alvo do Estado, você é um alvo social”. Algo agravado pela natureza específica do trabalho jornalístico que desenvolve, que inclui denúncias de violência praticada por agentes de Estado:

*Isso desgasta a gente muito, muito. Eu faço terapia. Uma parte da equipe faz terapia e eu acho que alguns dos problemas que a gente tem nos debates internos advêm do fato de que os veteranos, a galera mais antiga nunca fez terapia e sempre lidou com essas mesmas questões assim, e que eu acho que... Cara, síndrome do estresse pós-traumático. Sabe, eu sonho com polícia. Eu nunca sonhei do jeito que eu sonho hoje. Eu tenho pesadelos com polícia no mínimo uma vez por mês.*

Outro aspecto que cita é a “precarização das condições de trabalho” e processos consequentes de depressão e ansiedade como “fenômenos do capitalismo tardio”:

*Só tem uma coisa pior do que estar num trabalho precarizado: é estar sem trabalho precarizado (risos). (...) A nossa identidade se dá em torno do nosso trabalho, mas em nossa condição de vida não existe nenhuma possibilidade para além disso, para além do trabalho precarizado, você não consegue imaginar outra coisa.*

Samuel explica que já havia feito terapia antes do emprego atual porque tem depressão desde a adolescência, e que retomar o tratamento logo que entrou na função foi “essencial”. Ao mesmo tempo, reconhece que a ocupação atual o ajudou a sair da depressão, embora se sinta estressado e ansioso com frequência neste trabalho. Diz que lidar com sua própria ansiedade e a da chefia é “muito difícil”, e entra no tema do consumo de álcool por jornalistas como forma de automedicação:

*O jornalista se automedicar com álcool é uma coisa muito comum, e por muito tempo eu me automediquei com álcool. Minha família sempre bebeu muito, e depois de muito tempo eu descobri que não era uma coisa tão comum. Achei que era normal. Mas nos últimos três anos, e a pandemia também fez diferença nisso, eu diminuí bastante o consumo de álcool, o que fez muita diferença na minha vida.*

Samuel afirma que se tivesse uma situação financeira mais estável gostaria de trabalhar com “uma coisa menos urgente” do que o jornalismo diário, com “pressão menor para entrega direta do resultado”, como traduções e edições de livros. Diz acreditar que isso reduziria seus níveis de ansiedade. Associa sua perspectiva de futuro na profissão ao próprio destino político do país. “Enquanto a gente não garantir a saída do [presidente Jair] Bolsonaro, eu não consigo me planejar para alguma coisa diferente, não vejo futuro”. Diz não pensar em trocar de profissão por considerar “muito difícil não trabalhar com a palavra”. “Não acho que seja impossível, mas eu não consigo me enxergar”. Com parentes vivendo fora do país, diz que, sem mudanças no cenário político, sua própria mudança do Brasil para “recomeçar a vida” passa a ser uma possibilidade. “Não é para mim uma escolha fácil nem tranquila, mas é uma perspectiva que está sempre no meu horizonte”.

#### **4.4.2 Análise**

Termos como crise e revolução pressupõem em geral uma ruptura entre condições passadas e presentes. Pode haver otimismo sobre possibilidades de progresso, mas somente depois que causas da instabilidade e da agitação tenham sido contidas, solucionadas e ultrapassadas (BREESE, 2016). Em geral, como aponta Zelizer (2015), o emprego da palavra crise para descrever o momento atual do jornalismo presume a noção de que toda crise está fadada à própria superação.

Samuel é um jornalista que questiona esses pressupostos ao conceber a noção de crise em sua profissão sob um prisma de perpetuidade. Como a crise sempre fez parte de seu caminho, quem lhe pode garantir a retomada ou mesmo a existência prévia de alguma “era de ouro” da atividade? Ninguém, a julgar por sua provocação que inverte a conjectura comumente reproduzida por pesquisas e análises sobre o tema (“A pergunta é: a crise não é o normal para o jornalismo?”).

Nascido na última leva da chamada geração X, de pessoas de 36 e 55 anos de idade, primeira a experimentar os avanços tecnológicos da chamada revolução informática, mas quase na transição com a dita geração Y, dos “nativos digitais” (também conhecida como geração do milênio ou dos *millenials*), Samuel se define como um “jornalista de internet”. O que não o eximiu de vivenciar crises que, para alguns, seriam exclusividade de veículos de mídia impressa e seus respectivos profissionais.

O *self* profissional de Samuel parece diante de um beco, uma ruela sem saída. De um lado, o que ele considera a “realidade cada vez mais patente” do “fim do jornalismo impresso”. De outro, o “trabalho precarizado” que define sua experiência em quase 20 anos de carreira no jornalismo digital. No centro, um jornalista com altos níveis de estresse e ansiedade no trabalho.

Samuel evoca afeto ao narrar sua história pessoal com o jornalismo. Do prazer de ler à escolha da profissão como subsídio para a independência dos pais, o ofício estabelece marcos em sua vida antes mesmo do início da trajetória profissional. Nesse eixo sincrônico da identidade, de expressão de um percurso subjetivo socialmente construído, sobressaem-se as memórias do jovem que desbravava interesses por música, cultura alternativa e conexões entre literatura e jornalismo, e que conclui que “sua vida é com a palavra”.

Como aponta Dubar (2005), essa primeira “identidade profissional para si”, resultado do que chama de “processo identitário biográfico”, tem cada vez menos chances de ser definitiva, sobretudo em um cenário de modernização tecnológica e flexibilização dos vínculos laborais. Segundo o autor francês, é na confrontação com o mercado de trabalho que se localizam as implicações identitárias mais importantes para profissionais da “geração da crise” como Samuel, que já não vivem conforme a lógica moderna do sistema emprego-desemprego (RIBEIRO, 2009).

Nota-se nas declarações de Samuel uma espécie de desacordo entre a “identidade para si”, interiorizada ou projetada, e a “identidade para o outro”, imposta ou proposta por outrem e forjada em um “processo biográfico relacional”, na expressão de Dubar. Diferentemente de outros entrevistados de perfil etário semelhante nesta pesquisa, Samuel encara de forma crítica,

por exemplo, o que entende como maior demanda dos empregadores por competências e habilidades (“Então hoje você precisa ser relativamente supercompetente, e isso é uma desgraça, [porque] envolve uma série de problemas contraditórios.”). Entre os “problemas contraditórios” que aponta estão um possível aumento no cometimento de erros pelo jornalista em decorrência de uma cobrança intensa por rapidez e a exigência de maior produtividade em meio a achatamentos salariais.

Em outro sinal de tensão entre os aspectos do *self* “para si” e “para o outro”, Samuel lamenta como algo “difícil” o fato de o jornalista ser hoje, em sua avaliação, um “alvo social”, hostilizado por setores da sociedade política. Situação que associa à “crise de credibilidade” do ofício (“Ser jornalista era uma coisa meio indiferente, mas não existia essa situação atual, de ódio”).

A crise perpétua que Samuel identifica na profissão tem, para ele, contornos sistêmicos. Não é uma crise apenas do jornalismo, mas de outros âmbitos da produção cultural, como música e cinema, que também sofrem abalos em sua organização econômica por força da digitalização dos conteúdos. Como reflexos da crise no jornalismo, ele aponta a “precarização” do trabalho e o aumento da demanda por competências (“A nossa identidade se dá em torno do nosso trabalho, mas em nossa condição de vida não existe nenhuma possibilidade para além do trabalho precarizado.”).

Samuel pode ser visto como representante do grande núcleo intermediário de pessoas premidas entre a instabilidade contemporânea e a estabilidade do mundo do trabalho tradicional, instadas a impulsionar sua continuidade laboral em um mercado de oportunidades muitas vezes decrescentes. O emprego formal é exceção em sua trajetória e ele critica a insegurança que experimentou nos períodos como *freelancer*. Cita a precarização como um atributo generalizado na “vida de jornalista”, ainda que reconheça anacronismos nesse cenário (“No século 21, no Brasil, conheço muita gente que nunca teve carteira assinada. Eu sou bem próximo, quase um desses.”). Ao lamentar a ausência de vínculos formais em sua carreira, expõe a manutenção da relevância do trabalho formal como fonte de segurança e significado na elaboração de sua identidade laboral.

Para Samuel, crise do jornalismo e precarização do trabalho caminham juntas. A crise é resultado de “uma mudança muito grande criada a partir da internet”, em que “as redes sociais são uma nova fase” e “precarizam imensamente o trabalho do jornalista”. Para ele, o “fim do jornalismo impresso é uma realidade”, mas a produção em plataformas digitais tampouco lhe oferece alternativas à precarização. Num exercício sintomático de equalização, ele compara a

impermanência essencial do jornal impresso à ausência de controle, na internet, sobre a permanência dos próprios textos (“A gente falava que jornal impresso virava embrulho de peixe ou tapetinho para cachorro, mas jornalismo online sempre tem um risco muito grande de sua obra se perder, é f\*\*\*.”).

No horizonte de trabalho precarizado de Samuel, a inconstância como fonte de insegurança ontológica se manifesta também na instabilidade financeira, no estresse e na ansiedade que acompanham sua rotina de trabalho. Questionado sobre como a crise do jornalismo o afeta, tal como a concebia, ele tece uma argumentação em que aborda diferentes aspectos: a supracitada mudança na identidade do jornalista “para o outro”, com perda de protagonismo e antagonismo social, a precarização do trabalho, o desejo de trabalhar com “uma coisa menos urgente”, como traduções e edições de livros, o “medo interno” causado pela natureza de seu trabalho, que envolve apuração e publicação de denúncias de violações de direitos humanos, e a negligência da chefia em relação a questões de saúde mental, inserindo um componente de conflito interno geracional (“Uma parte da equipe faz terapia e acho que alguns problemas nos debates internos advêm do fato de que os veteranos, a galera mais antiga, nunca fez terapia.”). Mas para um profissional que “não consegue se enxergar” fazendo algo que não seja “trabalhar com a palavra”, esses fatores parecem não afetar sua face do *self* profissional que interioriza o espírito do grupo, o “mim” em George H. Mead (“Não consigo me enxergar sem trabalhar com a palavra.”).

A experiência de Samuel em novas formas organizacionais jornalísticas não o faz um entusiasta do discurso da *inovação*. Ele critica a organização em que atuava no momento da entrevista por “dificuldade de se profissionalizar”, por não “adaptar-se ao tamanho” que tinha e por reproduzir rotinas de trabalho de Redações tradicionais que ele considera inadequadas para equipes reduzidas, como plantões aos finais de semana. Manifesta insatisfação diante de obrigações e expectativas que não considera mais suas, pois fariam parte do papel de profissionais de outro tipo de organização jornalística. Lembra que o seu salário e o de seus colegas dependiam de financiamentos específicos e não estavam garantidos para o ano seguinte. Demonstra, em geral, poucas expectativas positivas em relação a projetos novos e interessantes no cenário brasileiro de jornalismo online. O discurso metajornalístico com mais eco em sua narrativa é o da *extinção*, limitado ao “jornalismo impresso” e aos “monopólios de mídia” e cético sobre alternativas a esse aniquilamento (“A gente não vai ter mais isso, mas vai ter o quê no lugar?”).

A onipresença da noção de crise na trajetória de Samuel o impede de mergulhar no futuro ou apegar-se ao passado, dois movimentos comuns a trabalhadores na era da “estabilidade contemporânea”. Preso em um presente em que a ideia de crise é perpétua, descreve o “hoje” como portador de “nenhuma perspectiva de futuro”. Deseja um trabalho com “menos urgência”, mas não consegue pensar opções para além do desejo de mudança política no país (“Enquanto a gente não garantir a saída do Bolsonaro, eu não consigo me planejar para uma coisa diferente [do jornalismo].”). Com a experiência de três diferentes episódios de demissão na carreira, predomínio de trabalho informal e ausência de perspectivas de crescimento, sua expressão do *self* profissional assume os contornos de uma narrativa regressiva.

Samuel tem pesadelos com protagonistas das injustiças que cobre. Encara o fim do jornalismo impresso como realidade, mas a realidade no jornalismo digital não lhe oferece alento. Em crise, o jornalismo já ajudou a lançar Samuel em uma depressão (“Quando eu fui demitido da [empresa], fiquei super deprimido e o mercado estava já muito ruim”). Em crise, o jornalismo já ajudou a tirar Samuel de uma depressão (“Ter trabalhado na [organização] me ajudou a sair da depressão.”). Em crise, Samuel expressa o conflito do jornalista entre identidade e condições de vida (“A nossa identidade se dá em torno do nosso trabalho, mas em nossa condição de vida não existe nenhuma possibilidade para além do trabalho precarizado.”), e desse espaço naturalizado de precarização decanta sentimentos de satisfação por poder viver do seu trabalho (“O que é satisfação no trabalho... Hoje eu tenho a felicidade de poder estar me sustentando e sustentando minha namorada.”).

#### **4.5 Catia, 46 anos: “O jornalismo é você revelar informações que não estão ali”**

##### **4.5.1 Relato**

Catia tem 46 anos de vida e 25 anos de carreira como jornalista. É branca, heterossexual, solteira, sem filhos. Trabalha em um jornal de circulação nacional na região Sudeste, com rendimentos na faixa de 5 a 10 salários-mínimos. Formou-se em jornalismo em uma universidade pública e possui quatro pós-graduações, entre especializações, mestrado e MBA.

Ela diz acreditar que tenha se tornado jornalista por ser “muito curiosa” e “gostar muito de escrever”, mas afirma que essa é uma percepção atual, reformulada com o passar do tempo.

Chegou a cogitar mudar de área durante o curso, mas decidiu continuar no jornalismo porque a conclusão da graduação estava próxima quando avaliou essa possibilidade. Antes de se formar, ela não tinha ideia de como era a profissão na prática, e o pai, advogado, se opôs a sua escolha – queria que ela tomasse o caminho profissional dele, o que a irmã mais velha já havia feito:

*Não foi uma escolha que eu tive apoio, mas não porque eles [pai e mãe] conhecessem a profissão ou tivessem uma visão negativa. Muito pelo contrário. Eu comecei a ler jornal muito cedo justamente porque eles sempre tinham em casa. Mas acho que os planos do meu pai eram outros.*

A trajetória profissional de Catia é marcada por uma série de idas e vindas do jornal em que trabalha hoje, e pelo exercício de diferentes cargos e funções nessa mesma publicação. Começou no início dos anos 2000, com uma passagem pela sucursal do jornal em outro Estado, seguida por períodos como correspondente internacional, redatora e editora-assistente. Algumas dessas passagens foram interrompidas para temporadas de estudos ou períodos sabáticos. Foi demitida em um corte amplo de pessoal na primeira metade dos anos 2010 e trabalhou em um site antes de aceitar um novo convite para retornar ao jornal, na segunda metade dos anos 2010. Pouco tempo depois dessa nova contratação, ela relata ter sofrido um “*breakdown* nervoso” relacionado ao trabalho, após o qual pediu demissão. Durante a pandemia de Covid-19 aceitou um convite para voltar a colaborar com o jornal, para pouco depois ser contratada novamente. Com a ressalva de que “gostaria de ganhar mais, afirma estar “bem satisfeita” com o trabalho hoje, em que atua em um projeto distinto de suas funções anteriores na Redação.

Catia afirma que competências e habilidades necessárias à função mudaram “muito” ao longo dos anos, mas não se sente defasada – por ter investido, por conta própria, em cursos de pós-graduação. Sobre mudanças nas condições de trabalho, diz acreditar que para iniciantes na carreira o salário seja “tão ruim como era antes” e que quem “esteja mais avançado na carreira” tenha condições de “negociar um pouco mais”, embora a “indústria” esteja “meio capenga”. Menciona acordos de redução de salário que entraram em vigor em muitas Redações durante a pandemia de Covid-19. Afirma que, em seu caso, consegue hoje “manejar muito melhor” sua “produção com o tempo de trabalho”, fazendo menos horas extras.

Para ela, o jornalismo e seus profissionais se diferenciam de outras áreas de produção de conteúdo por “trazer informações que o público não tem”. “Por isso não encaro quem faz

conteúdo de empresas como jornalista. (...) O jornalismo é você revelar informações que não estão ali”, diz. “Independência”, “responsabilidade” e “verdade” são os valores mais importantes para ela na profissão.

De modo geral, Catia associa a ideia de crise aos termos “desemprego”, “precariedade”, “emergência” e “mudança”. No caso do jornalismo, ela afirma ouvir “há décadas” sobre a existência de uma crise no setor e ameaças à sustentabilidade financeira dos veículos. “Há décadas a gente convive com essas ameaças de ‘passaralho’, que o jornal não consegue se manter, aí precisa demitir”. Ela afirma, contudo, acreditar que a crise não seja “puramente financeira”, mas uma “crise de identidade que leva a uma crise financeira”. Diz considerar que o jornal em que trabalha “lidou muito mal no começo” com a “mudança da realidade” em que o conteúdo gratuito noticioso se tornou onipresente na internet:

*Eu acho que o jornal (...), o jornal instituição lidou muito mal com isso no começo, com muito preconceito com quem fazia mídia digital. Você via muitos jornalistas mais das antigas falando em tom pejorativo de quem produzia jornalismo para internet. Então eu acho que ele [jornal] demorou muito para perceber que ia ter que se adequar a isso. (...) então, sim, eu vejo uma crise. Mas eu acho que é uma crise mais de identidade, é uma crise de identidade que leva a uma crise financeira. Não é uma crise puramente financeira.*

Ela afirma que a crise se manifesta em seu cotidiano na forma de um “achatamento evidente dos salários”, com “pessoas com muito tempo de experiência ganhando piso [da categoria]”, e cita sua própria mudança de função atual dentro da Redação, para atender demandas que nascem da digitalização dos conteúdos, como ações em redes sociais e de contato com a audiência.

Para a jornalista, há “incompreensão do papel do jornalista e do jornalismo” por parte do público. Algo que, em sua opinião, acaba por motivar críticas mal informadas sobre a atividade. “O público não entende como o jornalismo funciona, a dinâmica de um jornalista obter a informação”, diz ela, para quem há “grande necessidade de um trabalho de educação midiática”, de explicação sobre, por exemplo, a diferença entre texto opinativo e reportagem:

*As pessoas não entendem o que é uma coluna e o que é uma reportagem. Isso gera uma série de conflitos. E no governo Bolsonaro a relação da imprensa com o poder e com uma parte da sociedade piorou muito. Muitos ataques,*

*principalmente jornalistas mulheres sofrem mais ainda. Então acho que [educação midiática] é uma coisa a ser trabalhada com urgência.*

Catia diz se sentir “estressada circunstancialmente” no trabalho. Cita o estresse e a ansiedade causada por prazos de entrega e menciona uma de suas saídas do jornal em um quadro de “crise” de ansiedade e depressão. “Ali eu simplesmente parei de funcionar”, relata. Na pandemia de Covid-19, diz ter passado por um período de “muita insegurança” enquanto esteve sem emprego fixo, e que depois, novamente contratada, recorreu a acompanhamento terapêutico disponibilizado pela empresa – sessões que ainda mantinha no momento da entrevista. Relata fazer uso de antidepressivos e ansiolíticos, e que atividades físicas já a ajudaram a “manter um certo equilíbrio”.

As perspectivas de futuro profissional para Catia envolvem desenvolver o projeto atual em que trabalha no jornal. Ela diz não se arrepender da escolha pelo jornalismo e que não pensa, portanto, em trocar de profissão. “Eu penso em fazer coisas paralelas, mas eu me vejo como jornalista mesmo”.

#### **4.5.2 Análise**

A crise do jornalismo é um personagem na trajetória de Catia. Um personagem com cenas de protagonismo, mas que não chega a assumir o papel principal, diante da capacidade da narradora de construir e reconstruir sua identidade de trabalho de modo a manter continuidades e projeções de futuro sobre a profissão.

Nessa narrativa que se aproxima da forma básica da saga heroica (GERGEN, 1994), com uma série de fases progressivas e regressivas, a crise atua como um coadjuvante relevante para Catia. Uma referência que proporciona à sua leitura recente do *self* situações negativas, como a sensação de desvalorização salarial, mas também positivas, vide a criação do setor do jornal em que atua e da função que hoje ocupa e que lhe garante satisfação no trabalho.

Catia delimita a crise do jornalismo como um fenômeno “do papel”, ou seja, das empresas de mídia impressa, sobretudo do jornal em que trabalha. Um cenário em que o jornal como “instituição” demora a se adequar ao desenvolvimento tecnológico de múltiplos meios digitais e à saturação informativa decorrente desses processos. Essa “crise de identidade”, diz, alimenta a “crise financeira” dos meios (“Não é uma crise puramente financeira.”). Ela identifica um componente de conflito geracional dentro da Redação, e se diferencia de uma

geração que vê como avessa à era digital (“Você via muitos jornalistas mais das antigas falando em tom pejorativo de quem produzia jornalismo para internet.”).

A jornalista se diz otimista e marca distância do discurso metajornalístico da *extinção* (“Eu não sou daqueles que pensam que o jornal vai acabar.”). Para ela, há maneiras de se adaptar aos novos tempos, mas que exigem investimentos. Aproxima-se do discurso normativo da objetividade, ligado ao paradigma clássico do ofício, ao enumerar “independência”, “responsabilidade” e “verdade” como valores mais importantes no exercício da profissão, e demarca fronteiras de sua identidade (*borderwork*, na expressão em inglês) quando exclui de seu campo atividades como que as envolvem conteúdo de marca (*branded content*) ou canais em redes sociais que “só repercutem o que a imprensa está dando” (“Jornalismo é você revelar informações que não estão ali.”).

A jornalista empreende outra delimitação: a crise de identidade que identifica no jornalismo não é dela, embora tenha impactos sobre sua rotina. Ela se define como uma profissional que “corre atrás” de novas competências e habilidades necessárias à profissão, necessidade que diz em alta desde o início de sua carreira e à qual ela resolveu se atentar após uma de suas saídas do jornal, no fim dos anos 2000, quando se sentiu “muito defasada”.

A relação com seu empregador mais longo é a principal trama na trajetória de trabalho de Catia. Do ingresso por convite após um início de carreira com dificuldades de inserção no mercado ao terceiro retorno durante à pandemia de Covid-19, duas décadas depois, ela exerceu diferentes funções, incluindo postos internacionais, vivenciou uma demissão em “passaralho” e um pedido de demissão após uma crise de ansiedade e depressão. O jornal em que passou por “breakdown nervoso” hoje lhe oferece motivação e satisfação, sobretudo pelo trabalho em uma nova função, de maior contato com o público leitor da publicação (“Estou superanimada.”). Catia diz que maneja melhor sua dedicação ao trabalho e que o estresse se tornou “circunstancial”, embora continue a fazer tratamento psiquiátrico e tenha recorrido a atendimento psicológico disponibilizado pela empresa durante a pandemia.

Catia atuou a maior parte da carreira com carteira assinada e reconhece a importância desse aspecto em sua identidade profissional – relata como o último convite para retorno ao jornal, já durante a pandemia, ofereceu a possibilidade de encerrar um período de “muita insegurança” que experimentava ao atuar somente como *freelancer* (“Teve meses que eu não conseguia fechar a conta mesmo.”). Nesse sentido a pandemia e o consequente aumento da demanda pelo noticiário de saúde são também lembrados como oportunidade (“Foi o que

me salvou, na verdade.”), por um lado, e como precarização, com redução salarial como condição *sine qua non* para manutenção do emprego.

Aspectos primordiais da “identidade para si” da jornalista, ligados à história pessoal, evocam memórias afetivas da menina “muito curiosa”, que “gostava muito de escrever” e “tinha sempre jornal em casa”. Sugerem ainda ingredientes de conflito familiar, com a “imensa pressão” do pai para que optasse por outra profissão, e de busca por aprovação (“Ele não aceitava que eu tivesse feito essa escolha e só veio a aceitar quando me viu atuando e dando certo.”). Mesmo com altos e baixos ao longo dos anos, o fato de ter experimentado, como afirma, a maior parte da carreira em sua área de cobertura de preferência confere coerência e sentido à trajetória de trabalho.

O principal foco de tensão identitária hoje para Catia aparenta ser a “identidade para o outro”, a resposta à pergunta “quem sou eu para os demais”. Ela manifesta discordância em relação a críticas sobre a atividade e vê “incompreensão do papel do jornalista e do jornalismo” na sociedade. Afirma que “o público não entende como o jornalismo funciona” e que isso gera uma “série de conflitos”, agravados pela piora, no governo de Jair Bolsonaro, da relação da imprensa com o poder e com “parte da sociedade”. Diz ver a solução para essa lacuna na “educação midiática”, sem entrar em detalhes sobre quem seria responsável pela iniciativa.

Catia associa a ideia de crise em sentido amplo aos termos “desemprego”, “precariedade”, “emergência” e “mudança”. Sobrepostos à sua narrativa da dita crise da profissão, o último deles parece acionar os sentidos mais próximos de sua identidade no trabalho. Nesse sentido, crise, como mudança, pode ser sinônimo de algo positivo. Catia incorpora elementos da forma identitária de *mobilização interna* tal qual descrita por Dubar, de anseio por ascensão e promoção na empresa, mas também de *rede*, calcada no sucesso individual. Com quatro passagens diferentes pela mesma empresa, intercaladas por períodos de licenças por esgotamento, crises de ansiedade, pedidos de demissão e uma demissão, a jornalista expressa satisfação na função atual e não se vê fora do horizonte do seu ofício. Sua identidade se apoia, segundo a tipologia proposta por Ribeiro (2012) em elementos de *fechamento*, que sugerem necessidade de pertencimento a um coletivo profissional e valorização de referências estáveis e clássicas da identidade profissional, no caso, jornalística: “O jornalismo é você revelar informações que não estão ali”.

## **4.6 Paula, 47 anos: “Jornalismo é um jeito de ver o mundo que pode ser útil para todo mundo”**

### ***4.6.1 Relato***

Paula tem 47 anos, 26 deles como jornalista. É uma mulher branca que “se lê como amarela”, heterossexual, divorciada, com filhos, baseada na região Sudeste do país. Define-se como “jornalista que gosta de reportar e contar histórias, mas que se adaptou às burocracias da vida na Redação”. Atuou por muitos anos em veículos impressos, passou por sites noticiosos e hoje trabalha na comunicação da sede brasileira de uma organização internacional da sociedade civil e desenvolve pesquisa de pós-graduação em comunicação em uma universidade pública. Sua renda mensal está na faixa superior a dez salários-mínimos.

Sobre as razões que a levaram à profissão, ela conta que era “excelente aluna” e que queria ser professora – tinha um ímpeto por “dividir, comunicar, tornar comum” e considerava que o jornalismo oferecia um meio para que ela fosse uma espécie de “professora ampliada”. Os pais eram de classe média baixa – a mãe, professora, e o pai bancário – e nunca se opuseram à escolha dela, “mas também nunca apoiaram”. Paula conta que tinha um desejo de “mudar o mundo”. “Era bem uma visão do jornalismo romântico dessa menina que veio do interior”. Diz que essa visão romântica acabou influenciando um de seus “maiores erros” na escolha do jornalismo: não ter buscado conhecimento prévio sobre as rotinas e demandas da profissão.

Sua trajetória profissional começa em um curso de treinamento de uma grande Redação, inclui um longo período em uma revista impressa, passagem por assessoria de imprensa de órgão público e por sites noticiosos. Hoje, como se diz no jargão jornalístico, está “do outro lado do balcão”, na área de comunicação institucional. Vivenciou uma situação de desemprego na segunda metade dos anos 2010, quando considera ter sido demitida por uma avaliação de que “custava caro demais, em dinheiro e em paciência dos chefes”. Diz que foi um período em que teve preocupações financeiras, mas que acabou conseguindo um trabalho de forma fortuita, sem ter “procurado ativamente” um emprego. “Acho que também não soube procurar”.

A jornalista diz que, em uma escala de 0 a 5 – proposta por ela ao responder uma pergunta aberta –, encontra-se em um nível 4 de satisfação no trabalho. Afirma que aprende muito em sua atual função, mas que não considera jornalismo o que exerce, embora afirme pensar que esteja no emprego e tenha progredido na carreira “por causa do jornalismo”. Nesse

momento recorre ao tempo pretérito para se referir à profissão. “Eu gostava muito de ser jornalista, ser repórter, ser editora. Eu gosto ainda, eu acho. Não sei se eu tenho saúde ainda, mas eu gosto muito”.

Paula avalia que hoje, diferentemente de quando começou na função, exige-se maior exposição pública do profissional e habilidade para lidar com essa demanda. “Você passa a ser um personagem”, diz, com a ressalva de quem considera que “o repórter já tem enquadramentos demais” e “já se põe demais na matéria”:

*E agora, mais do que isso, ele aparece, está ali ao vivo, com a câmera, narrando, e esse tempo real que ele narra é uma coisa que as pessoas querem. Dá um pouco a sensação de que qualquer um pode fazer.*

Ela também diz que preocupações do jornalismo “mais commodity”<sup>57</sup> no ambiente digital, como emprego de técnicas de SEO, opção por títulos chamativos, por vezes sensacionalistas, e aferições constantes de audiência impõem perdas na “qualidade do fazer” jornalístico.

Questionada sobre como definir quem faz jornalismo ou não, diz que o assunto para ela é um “conceito em transformação”, algo que “vai muito no *feeling*”. Ela se insere e se exclui da categoria na mesma sentença. “Eu acho que os jornalistas, quando eles têm ali um método, acho que a gente tem um método jornalístico. Não sei se eu consigo definir”. Menciona o “jornalista profissional” como aquele “que está num veículo que se identifica como jornalístico” e “pode ser cobrado legalmente” como tal. Por outro lado, menciona ter, atuando no terceiro setor, a oportunidade de trabalhar com “mídia ativismo”. Elogia a “diversidade” que essas iniciativas alcançam, mas delimita fronteiras entre elas e o jornalismo:

*Então eu acho que ainda quem faz jornalismo é quem tem que ter esse compromisso com o contraditório e com o interesse público. O interesse da mídia ativista está muito colocado na transformação de mundo que ela quer ter. É legítimo. Mas eu acho que não é jornalismo.*

---

<sup>57</sup> Na definição técnica, commodity se refere a produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. No jargão jornalístico, alude ao sentido de produto de baixo valor agregado, normalmente uma referência ao chamado *hard news*, notícias curtas e recorrentes do cotidiano.

Paula afirma que endossa o “conceito bastante purista” de que “não tem jeito de pensar em jornalismo descolado da expressão interesse público”. Outras palavras que associa à atividade são o verbo “contar” e o substantivo “objetividade”.

Já a ideia de crise, para ela, relaciona-se de maneira geral com os conceitos de “impacto”, “prejuízo” e “confusão”. A profissional conta ter tido contato com várias expressões da noção de crise no jornalismo ao longo de sua carreira. Primeiro, logo após concluir a faculdade, a “crise do papel”, do formato físico das mídias, que estaria fadado à extinção. Depois, a crise do modelo de negócio da imprensa tradicional e a crise do estouro da bolha da internet na virada do século, essa última naquele momento muito associada à ameaça do desemprego. Ela cita ainda uma “crise da racionalidade”, em referência ao que descreve como perda de espaço do jornalismo em uma sociedade “imediatista”, “calcada nas telas e nas imagens” e “guiada pelos valores e pelo desejo”. É a crise cuja existência Paula endossa com mais convicção, uma crise “mais estrutural”, segundo ela, resultado de mudanças de “compleição de sociedade”. Nesse cenário, afirma, o “lugar” do jornalismo “fica mais difícil”. “Porque o jornalismo pede tempo, pede apuração para ser feito, tempo para ser consumido, de exposição ao contraditório”. Paula diz que essa crise mais ampla se torna um grande “desafio” para o jornalismo ao direcionar a atividade para uma “crise de confiança”, de perda de credibilidade dos produtos jornalísticos. Um diagnóstico sobre o qual expressa sentimentos pessoais de injustiça. “Estão dizendo que nada que o jornalismo faz presta. Isso não é verdade”.

Ela menciona que a crise que identifica na atividade afeta seu trabalho quando ela passa a questionar o destaque dado a reportagens da imprensa nas próprias campanhas de mobilização social levadas a cabo pela organização em que atua:

*Isso hoje me faz até pensar se a gente está agindo certo, porque aí tem também um lugar de escolha; é uma questão de valor e essa escolha está muito clara para a gente – para a gente, digo, a instituição em que trabalho, e para mim pessoalmente. Eu não vou mentir. Para convencer as pessoas de que (...) eu não vou inventar nada. Mas eu acho que a gente tem ainda, pelo menos eu sinto isso no campo [área em que atua], um apego a essa racionalidade. O jornalismo já está se lascando e às vezes acho que a gente tem que ser um pouco mais emocional também.*

Paula diz acreditar que a crise de confiança que observa no jornalismo, com críticas que muitas vezes considera injustas, teria um caminho de superação pela “educação midiática”, de formação de cidadãos mais críticos em relação às mensagens que circulam na esfera pública.

Ao mesmo tempo, reconhece que é difícil pensar em educação midiática quando os limites entre as áreas clássicas da comunicação social – jornalismo, publicidade e relações públicas – ficam cada vez menos nítidos, uma tendência que, afirma, lhe “tira o sono”:

*Nos anos 90 existia uma discussão se o jornalista devia ser assessor de imprensa. Hoje você tem jornalistas fazendo o dito conteúdo de marca, que seria um trabalho do publicitário. (...) É uma coisa que me tira o sono, porque eu não vejo muita saída pra gente. Uma das poucas em que acredito seria ter uma transparência na maneira como a gente faz o nosso trabalho de jornalista - olha eu aqui já voltando a ser jornalista - que seria algo na linha: 'Eu vou te contar como fiz essa matéria, quantas pessoas entrevistei, os obstáculos que tive'. Talvez esse pudesse ser um caminho, mas eu também não tenho certeza.*

Por fim, a jornalista ressalta ter tido o volume de trabalho “bastante” afetado pela pandemia de Covid-19, pela sobrecarga dos canais digitais de comunicação de sua organização em um contexto de isolamento social. Afirma ter tido uma crise de *burnout* diagnosticada durante essa crise sanitária e que vinha avaliando opções, como a introdução de tratamento medicamentoso, para superar o “estado de ansiedade moderada” que deseja evitar como seu “novo normal”.

Questionada sobre um eventual arrependimento na escolha da profissão, ela mais uma vez recorre a sentenças em que se coloca e se retira simultaneamente desse campo de atuação: “Não [se arrepende], não mesmo. O jornalismo me trouxe muitas.... Sou muito grata aos jornalistas. Eu gosto muito disso.” Afirma ter tido momentos na carreira em que passou muito tempo “fazendo um jornalismo no qual não acreditava”, que era “difícil” e “penoso”, resumindo-se a um “ganha-pão”. Mas que passou a ser feliz quando mudou de área de cobertura. “Eu gosto desse frisson da Redação. Eu gosto de poder ouvir pessoas. Eu gosto de poder estar perto de algumas coisas, meio essa figura da testemunha da história”.

Sobre suas perspectivas de futuro na profissão, afirma que pretende “aprender um pouco melhor” a prática da comunicação institucional, sua área de atuação à época da entrevista, e que “gostaria muito de ensinar jornalismo”:

*Eu acho ensinar jornalismo um barato, porque é um jeito de ver o mundo que pode ser útil para todo mundo. Acho que todo mundo tinha que ser um pouquinho repórter, no sentido de estar curioso, aberto, procurar o*

*contraditório. Então eu ainda sou uma apaixonada [pelo jornalismo], confesso para você. (risos).*

#### **4.6.2 Análise**

Paula é uma profissional em transição. Ela delimita suas novas fronteiras de atuação na comunicação fora do campo do jornalismo, submete o *self* a um processo de ajustamento (SANDSTROM *et al.*, 2016), mas não perde a identidade de jornalista. Narra e negocia o *self* laboral de modo a manter estáveis sentidos de autoeficácia e de uniformidade pessoal e o compartilhamento de regras, papéis e discursos que conformam o “outro generalizado” da profissão.

Em meio a transições de carreira e transações do *self*, Paula identifica diferentes crises do jornalismo – da crise “do papel” à crise de “racionalidade”, da crise da “bolha de internet” à crise do “modelo de negócio” da imprensa tradicional. No entanto, o modo como narra essas crises não aciona sentidos de crise pessoal. Seus diagnósticos da crise são, sobretudo, contextuais, e correm em trilhas tangenciais à construção do *self*, mantendo com ele momentos de aproximação e afastamento.

No fim dos anos 1990, logo após a graduação, ouvia sobre a crise do papel, de mídias físicas fadadas à extinção. Depois, sobre a crise da bolha da internet na virada do século 21 e a crise do modelo de negócios da imprensa, que ceifariam empregos recém-criados. Paula descreve as crises como fenômenos que não a atingem de forma cabal. De fato, os diagnósticos pessimistas que colhia em discursos em circulação não a impediram de passar mais de dez anos, como colaboradora e em regime CLT, na grande editora em que estabelecera relações desde o período como trainee. Ela fez a transição para meios digitais ainda nessa editora e em seguida trabalhou quase dez anos em um site noticioso que também é referência no mercado. Neste site ela vivenciou uma demissão, que absorveu de maneira “tranquila” porque tinha reservas financeiras, e poucos anos depois começou a transição de carreira na organização da sociedade civil em que atua. E a crise “estrutural” que “coloca o jornalismo em xeque”, a que descreve em mais detalhes, denominando-a crise de racionalidade, atinge o campo de forma mais incisiva quando Paula já havia rumado para o “outro lado do balcão” da comunicação.

A crise “de racionalidade” descrita por Paula se aproxima da crise de *perda de protagonismo* descrita por Costa (2021), motivada pelo “poder de mídia” conferido pela internet a pessoas, instituições e marcas. Paula relaciona essa crise ao que identifica como mudanças culturais contemporâneas na sociedade, como um narcisismo exacerbado nas

relações e uma “disputa entre palavra e imagem” em que a matéria-prima básica do jornalismo tem sido preterida. Essa crise conduz, para ela, a uma crise de *confiança* no ofício, uma tendência que procura minimizar à luz do que considera julgamentos equivocados sobre a atividade. Nesse ponto, Paula expõe certa tensão em relação a esse aspecto da “identidade para o outro” e se recusa a adotar a atitude, que avalia como generalizada, que tende a nivelar o jornalismo a “qualquer mentira que se invente na internet” (“Estão dizendo que nada que o jornalismo faz presta. Isso não é verdade.”).

Questionada sobre os impactos da crise sobre seu trabalho atual, Paula retoma o distanciamento do campo do jornalismo e assume o papel da “ativista”, da comunicadora para a mobilização. Nesse sentido, o amplo diagnóstico que faz da crise no jornalismo se traduz em efeito pontual sobre si: um sentimento de antecipação de possíveis efeitos negativos da influência da lógica jornalística na comunicação do campo do terceiro setor em que atua. Lógica que, para ela, envolve se “agarrar nessa âncora que é o fato noticiado como argumento para convencer” (“Eu sinto isso no campo [área específica de atuação atual], um apego a essa racionalidade. Que o jornalismo já está se lascando e às vezes acho que a gente tem que ser um pouco mais emocional também.”).

Visões interacionistas consideram que o *self* muda de caráter e expressão conforme nos introduzimos em contextos distintos e interagimos com outras pessoas. Paula expõe esse processo de ajustamento ao destacar que “não considera jornalismo” seu trabalho atual, embora reconheça que competências e habilidades da profissão a levaram até esse novo posto e a fizeram progredir na carreira. Reconhecendo “purismo” na escolha, recorre a discursos normativos clássicos da profissão para mapear os limites do fazer jornalístico, como o discurso da *objetividade* (“A objetividade faz parte da técnica e do método de relatar.”) e a defesa do interesse público (“Não tem jeito de pensar em jornalismo descolado da expressão interesse público. O jornalismo está sempre servindo a isso.”). Faz uma análise retroativa e coloca em questão se o “jornalismo de serviço” que praticou por dez anos em uma revista era mesmo jornalismo, por não se enquadrar, segundo ela, em critérios de interesse público. Nota-se nesse momento outro movimento característico do processo reflexivo do *self*, de busca de integração de novos elementos identitários com aqueles já existentes.

A cartografia do *si-mesmo* de Paula demarca ainda que “quem faz jornalismo” deve ter “compromisso com o contraditório”, e nesse ponto ela estabelece uma diferenciação fundamental com sua ocupação atual, que situa no campo de “mídia-ativismo”, de comunicação para mobilização social (“O interesse da mídia ativista está muito colocado na transformação

de mundo que ele quer ter. É legítimo? É legítimo. Mas eu acho que não é jornalismo.”). Ao final, cita que a própria situação de entrevista a ajudara a “definir um pouco essa fronteira”.

Se durante a situação de entrevista Paula traça fronteiras de sua identidade de trabalho, sua narração do *self* profissional também denota preocupação com a própria “dissolução” entre os limites das áreas clássicas da comunicação social: jornalismo, relações públicas e publicidade. Ela retoma a identificação com o ofício nesse exato momento de interlocução com o entrevistador (“É uma coisa que me tira o sono, porque eu não vejo muita saída para a gente.”). Como “uma das poucas saídas” que vê para essa decomposição das atribuições na comunicação, Paula alude ao discurso normativo da *transparência*, que se populariza no século 21 como herdeiro possível do paradigma da objetividade jornalística.

Paula considera que as competências e habilidades necessárias ao jornalismo mudaram em relação ao início de sua carreira. Afirma que hoje o jornalista precisa se envolver com a distribuição e com a audiência do conteúdo que produz (“Quando comecei, a gente não se preocupava mesmo.”), muitas vezes valendo-se de redes sociais pessoais para difusão de seu trabalho. Em trechos em que se insere e se exclui da profissão na mesma sequência verbal, manifesta incômodo com a constatação de maior demanda por exposição por parte do jornalista (“Você passa a ser um personagem” / “Ele [repórter] já se põe demais na matéria.”) – algo que, para ela, exige muita “habilidade” do profissional.

O emprego formal não se apresenta para Paula, que atuou muitos anos como *freelancer*, como aspecto fundamental em seus processos identitários. Possivelmente porque experiências de desemprego que vivenciou não foram acompanhadas por grandes dificuldades financeiras, servindo de oportunidade para períodos de descanso. Ela diz que “gostava muito de ser jornalista” (“Gosto muito ainda, acho.”) e que se sente bastante satisfeita na nova função pelo fato de “aprender muita coisa nova”. Ela atribui à pandemia de Covid-19 uma “confluência de fatores” que lhe causou sobrecarga de trabalho e um consequente diagnóstico de síndrome de *burnout* – narra o problema de “ansiedade moderada”, no entanto, como algo sob controle.

Um dos precursores de um olhar intersubjetivo sobre o fenômeno do *self*, Erikson (1960) descreve a fase final da adolescência como o momento em que a pessoa adquire um senso de continuidade interna e de uniformidade social que conecta o que era quando criança ao que irá se tornar, reconciliando sua concepção de si ao reconhecimento de seu grupo social. Além de atuar no terceiro setor, Paula também se dedica à carreira acadêmica. Há um possível paralelo, *mutatis mutandis*, dos ensinamentos de Erikson com a situação da jornalista. O desejo de Paula de ensinar jornalismo dialoga com os sentimentos da menina que sonhava em ser professora e

com os da mulher que ainda acalenta o desejo, típico da profissão, de “mudar o mundo”, conferindo a ela novas perspectivas de futuro e continuidade à sua expressão do *self* em um cenário de reconfigurações na profissão – e de crises em profusão.

Viver um processo de ajustamento do *self* profissional não muda, em Paula, o fato de que ela expressa uma identidade profissional. Nos termos da organização dos tipos de construções identitárias no trabalho propostos por Ribeiro (2012), há um movimento nítido de *fechamento*, de pertencimento a uma comunidade de práticas. Se por um lado ela procura coerência do *self* ao classificar seu trabalho atual no terceiro setor como ativismo, a identidade de jornalista permanece, da visão romântica da estudante ao desejo de lecionar o ofício já numa fase mais avançada da carreira. Ela percebe perda de espaço para o jornalismo na sociedade, mas não se vê fora desse espaço. Ainda que distante de Redações tradicionais e de práticas historicamente associadas ao jornalismo, é esse mesmo conhecimento que lhe fornece rumo no mundo do trabalho: “Jornalismo é um jeito de ver o mundo que pode ser útil para todo mundo”.

#### **4.7 Leandra, 50 anos: “Não é qualquer pessoa que pode ser jornalista (...) poucos serão os sobreviventes”**

##### **4.7.1 Relato**

Leandra tem 50 anos, sendo 29 de profissão. É branca, solteira, heterossexual, sem filhos. Define-se como uma “jornalista quase completa”, por ter atuado em diferentes meios (rádio, jornal impresso, assessoria de imprensa). No momento da entrevista trabalhava como repórter em um jornal de circulação nacional, com sede na região Sudeste do país, com vencimentos na faixa de 5 a 10 salários-mínimos.

Graduada por uma faculdade particular, Leandra diz acreditar que “sempre” tenha tido “as características dos jornalistas”. “Sempre fui muito questionadora e falante. (...) O universo da televisão e do rádio sempre me atraíram”. Não teve jornalistas na família. Pai e mãe eram bancários – o pai a desaconselhava sobre jornalismo e sugeria que procurasse “coisas que dão mais dinheiro”. Suas ideias sobre a profissão antes de ingressar no ensino superior não eram otimistas. “Eu já sabia que não seria fácil”.

Após se formar, ela trabalhou em um jornal de bairro e em uma assessoria de imprensa de pequeno porte. Após realizar um curso livre de locução, conseguiu um estágio curto em uma rádio de veiculação nacional. Acabou sendo contratada por essa rádio, em uma passagem que

durou um ano e foi seguida por outras experiências em rádio e assessorias de imprensa no setor público. No emprego atual, diz que “talvez” experimente o ponto alto da carreira. “Comecei na grande imprensa, fui para assessoria de imprensa e consegui voltar para a grande imprensa, o que poucos conseguem”. Ponto baixo foram situações de desemprego, em que trabalhos como *freelancer* não contornavam a “sensação de não ter perspectiva nenhuma”. Ela vivenciou processos de demissão em “passaralhos” em um dos empregos em Redação e em uma experiência como docente.

Leandra afirma ter vivido “duas fases muito diferentes” na “grande imprensa”. A primeira ainda no início da introdução dos telefones celulares, antes da chegada das redes sociais, em que “o pensamento das pessoas era diferente”. “Hoje você tem que tomar muito cuidado com as coisas que fale, porque mesmo que você não use na maldade, ela pode se tornar uma expressão maldosa”. Embora afirme identificar uma deterioração nas condições de trabalho na Redação, com “menos gente e mais exigência”, diz se sentir “muito satisfeita” com seu trabalho atualmente e que “gosta muito” do que faz. Declara não se sentir defasada em relação a competências da profissão e que o trabalho “sempre” lhe tem sido fonte de aprendizado.

Jornalismo remete à notícia, diz Leandra. Para ela, jornalista é “quem trabalha em Redação” ou em assessoria de imprensa. “Influenciador digital não faz jornalismo”, afirma, traçando suas fronteiras profissionais em relação a um tipo de conteúdo de entretenimento que vê como vulgar:

*A minha aversão a esse tipo de gente que cruza o nosso caminho no jornalismo beira até o preconceito. Eu assumo isso, eu não suporto. Para mim, quem faz a notícia é o jornalista. Não importa; acabou, ponto, acabou. O resto é resto.*

Leandra diz considerar que o jornalismo tenha mudado por abrir portas a “esse tipo de vulgaridade” e a “esse tipo de gente que não é preparada”. “Você tem que ter talento para ser jornalista, não é?”, questiona. Afirma que os valores mais importantes para ela na profissão são “caráter”, “honestidade” e “bom senso”.

De modo geral, a ideia de crise para Leandra remete a “desemprego” e a “falta de dinheiro”. Ela diz ouvir “todo dia” sobre a ideia de crise no jornalismo, que para ela se expressa em “Redações menores, chefes mais exigentes e muitas horas trabalhando”. Ressalta que a

questão da saúde mental dos jornalistas se somou a esse cenário. “Está todo mundo cansado, estressado”. Enumera ainda como componente da crise o fato de haver, em sua opinião, “muitos profissionais ruins no mercado”.

A jornalista relata que a crise que observa no jornalismo afeta seu trabalho, e cita como exemplo o fato de o jornal em que trabalha ter disponibilizado um psicólogo para atender a Redação durante a pandemia:

*A gente tem um psicólogo, a gente faz terapia. Todo mundo, tem um monte de gente. (...) Tem gente com burnout agora, entendeu? As pessoas estão tão cansadas, estão ficando doentes, estão estressadas. Trabalham horas, horas e horas. Não tem gente. Muito complicado.*

Ela diz acreditar que exista solução para a crise, e que essa solução passe pela contratação de pessoas – “adequar o tamanho da Redação ao tamanho do trabalho”. Afirma, contudo, que não há vontade das empresas de implementar essa solução, que para ela envolve necessariamente aporte de recursos. “Está cada vez pior. A gente acha que não tem onde cortar [pessoal], mas sempre encontram”.

Leandra vê o jornalismo hoje “totalmente desrespeitado” pela sociedade brasileira. Diz vivenciar essa situação “quase que diariamente” e cita o exemplo de uma leitora que a insultou e ameaçou agredi-la por discordar de uma reportagem. “Isso para mim foi uma chavinha para que eu entrasse quase em uma depressão”. Cita outro episódio em que publicou uma foto em seu perfil pessoal em uma rede social e passou a ser criticada por supostamente ter contrariado uma medida de prevenção à Covid-19 que o jornal enfatizava na cobertura da pandemia. “As pessoas invadem assim sua vida, xingaram minhas primas, pessoas que estavam comigo”.

A jornalista afirma que a pandemia de Covid-19 teve impactos em sua saúde mental. “Só morte, notícia ruim, morte e morte. Eu pirei [...] Não há filtro entre nós, a morte e a notícia ruim que você vai dar. Virou tudo uma coisa só”. Ela conta que “às vezes” se estressa no trabalho e que na pandemia teve encaminhamento para consulta com profissional de psiquiatria por ter tido um diagnóstico de pré-síndrome de *burnout*:

*É uma coisa que começa a acumular e você não percebe que seu balde está enchendo. Você se acostuma com a rotina ruim de notícias ruins, o teu baldinho*

*está enchendo e você não percebe porque a tendência é que a gente se acostume. Só que chega uma hora que ele transborda. E o meu transbordou quando fui xingada e recebi ameaças dessa pessoa que disse que quando me encontrasse iria quebrar minha cara.*

A despeito das dificuldades, ela diz não se arrepender da escolha pelo jornalismo e que não pensa em trocar de profissão. Sua perspectiva de futuro é “pelo menos continuar como estou”, ou seja, não ser demitida. Afirma que o “enxugamento das Redações” e o “fechamento de jornais” é uma “realidade em crescimento” e que “não há boas perspectivas para a carreira jornalística nos próximos anos”. “Poucos serão os sobreviventes”. Conclui: “Não dá para piorar. Perspectiva de mudança para melhor hoje não vejo”.

#### **4.7.2 Análise**

No dicionário Houaiss, a locução verbal “velha guarda” se presta a duas definições básicas: a geração de mais idade, dos mais antigos em determinado grupo, e o conjunto dos componentes mais vetustos e importantes de uma escola de samba. Repórter de um grande jornal impresso, Leandra se define como “velha guarda”, porém aquela que sintetiza os dois significados do dicionário: é velha, e mantém sua importância.

Nessa articulação de elementos do autoconceito, da imagem global que cultiva de si, Leandra revela um movimento característico de seu *self* profissional, o da busca de integração entre realidades aparentemente conflitantes. Essa procura se revela, por exemplo, quando narra um cenário “cada vez pior” para a profissão concomitante a seu “ponto alto” na carreira, a um momento de “muita satisfação” no trabalho.

Ao promover essa síntese, a jornalista se apoia em elementos da identidade de *categoria* descrita por Dubar, aquela que se projeta em profissões julgadas desvalorizadas (“[O jornalismo hoje é] totalmente desrespeitado.”), encontra traço relevante no vínculo administrativo (“Estar hoje em [empresa] talvez seja um ponto alto da minha carreira”), experimenta conflitos (“Hoje as pessoas te ofendem, te humilham, acham que têm o direito de falar o que quiserem para você.”) e contesta a modernização (“[O jornalismo] Mudou porque abre porta para muita vulgaridade, para gente que não é preparada. Não é qualquer pessoa que pode ser jornalista.”).

Em seu eixo sincrônico da identidade, de contextos de ação, Leandra descreve uma profissional sob ataque em sua busca por definição ao olhar do outro. Diz viver “quase diariamente” o desrespeito da sociedade brasileira pelo jornalista. Cita dois episódios como

exemplo: quando recebeu agressões verbais, via redes sociais, de uma leitora do jornal insatisfeita com uma reportagem e a ocasião em que foi cobrada por ter publicado, em um perfil pessoal numa rede social, uma foto criticada por supostamente desrespeitar protocolos de prevenção contra a Covid-19 (“As pessoas invadem assim sua vida, xingaram pessoas que estavam comigo.”). Dentro desse mesmo âmbito do “mim” do *self*, de processos de reconhecimento como membro do grupo, Leandra procura neutralizar tais ofensivas contra sua identidade com afirmações de identificação a categorias institucionais e a valores tradicionais do ofício (“Comecei na grande imprensa e consegui voltar, então talvez seja um ponto alto da minha carreira”; “O que faz do jornalista um bom jornalista não muda.”). O emprego na “grande imprensa” ganha valor ainda diante da constatação de que períodos em que atuou como *freelancer* foram um momento “muito ruim” da carreira, com “aquela sensação de perspectiva nenhuma”.

Leandra também busca defesa ao narrar seu eixo diacrônico da identidade, de interpretação da história pessoal, memórias e emoções. Diz considerar que “sempre” teve “características” dos jornalistas (“Sempre fui muito questionadora e falante.”) e enquadra a profissão como destino (“Acho que isso já era um sinal de que iria para o jornalismo.”), o que lhe confere sentido de continuidade à trajetória. Manifesta oposição à diluição de limites entre jornalismo e entretenimento, estabelecendo “identidade para si” em um movimento de forte antagonismo em relação a novos atores do campo da produção de conteúdo, como “influenciadores digitais” (“Minha aversão a esse tipo de gente que cruza nosso caminho beira o preconceito.”).

A jornalista recorre a esse mesmo movimento simultâneo de reconhecimento e neutralização de dificuldades ao expressar sentidos sobre a dita crise na profissão. Descreve a crise como fenômeno de origem econômica, que acarreta cortes de pessoal nas empresas e, conseqüentemente, maior cobrança e carga de trabalho para quem fica. Nesse processo de negociação da identidade, ela se situa como alguém que encara a crise como algo esperado (“Eu já sabia que não seria fácil.”) e que se diferencia em relação a maus profissionais que classifica como causa – e não consequência – do problema (“Acho também que está em crise porque tem muito profissional ruim no mercado.”). Um exemplo da familiaridade que Leandra procura expressar com a crise da profissão está no relato sobre a visita que fez a uma rádio durante um curso livre no início de sua carreira, durante a qual acaba testemunhando um “passaralho” na Redação – o que não a impede de conseguir um estágio e, posteriormente, um emprego na empresa.

Embora faça menção a valores associados a discursos normativos tradicionais da profissão, como o discurso da objetividade e qualidades afins como “caráter”, “honestidade” e “bom senso”, Leandra acusa impactos da crise imunes a neutralizações. Revela impactos psicológicos pelo fato de ter atuado na cobertura da pandemia de Covid-19 (“Eu pirei.”) e afirma que “chega uma hora em que a rotina ruim de notícias ruins transborda [para a vida pessoal]”. Exprime ainda algo semelhante a manifestações de resignação e sofrimento ético que Lelo (2020) identificou em entrevistas com jornalistas – diz não aceitar o “jornalismo pobre e sensacionalista” praticado por “muitos veículos” e critica, por não ser compatível com qualidade, a preocupação por audiência (“Como dar mais cliques numa notícia.”) no ambiente digital, hoje imperativa nas empresas do setor.

Quando relata não ver “boas perspectivas” para a carreira “nos próximos anos”, ou ao classificar o “enxugamento de Redações” e o “fechamento de jornais” como “realidade em crescimento”, Leandra reproduz traços do chamado discurso da *extinção* (“Poucos serão os sobreviventes.”). Esse diagnóstico influencia suas perspectivas de futuro, que se resumem à manutenção do atual emprego (“Não dá para piorar. Perspectiva de mudança para melhor hoje não vejo.”). Em sua apresentação do *self*, portanto, a jornalista da “velha guarda” que se vê como “quase completa”, pela experiência em meios diferentes, procura expressar sentidos de autoeficácia e autoestima, mas que encontram limite, paradoxalmente, na mesma realidade econômica da empresa em que atua e que lhe confere estabilidade identitária nas turbulências da atual conjuntura.

A despeito de enfrentar dificuldades cotidianas e perspectivas limitadas no trabalho, Leandra promove um movimento nítido de *fechamento* (RIBEIRO, 2012) em torno de uma identidade profissional. Evoca memórias afetivas da profissão, que encara como destino, e delimita fronteiras com novos atores da comunicação social, como os influenciadores digitais. Para ela, o emprego em Redação funciona como abrigo da crise e como vetor para a reafirmação de valores tradicionais do ofício. É a instância que viabiliza seu movimento identitário de se reconhecer como parte da crise e dela, ao mesmo tempo, se diferenciar: “Não é qualquer pessoa que pode ser jornalista (...) poucos serão os sobreviventes”.

## **4.8 Bianca, 51 anos: “Hoje a gente tem que conviver com vários atores nesse mundo midiático: a gente não é herói, mas também não é o vilão”**

### **4.8.1 Relato**

Bianca tem 51 anos, sendo 29 deles de carreira como jornalista. É branca, heterossexual, divorciada, sem filhos. Tornou-se jornalista sem concluir a graduação em jornalismo, que trancou e não retomou. No momento da entrevista fazia outra graduação na área de Ciências Humanas e um curso técnico na área de audiovisual. Era ainda coordenadora em uma associação de classe e repórter em uma agência de notícias. Pelos empregos recebia mais do que dez salários-mínimos. Acumulava mais de dez anos de atuação em veículos nacionais de mídia impressa, na região Sudeste ou Centro-Oeste.

Ela conta que uma parente próxima era repórter e que em casa sempre se gostou muito de notícia. Sua opção pelo trabalho em Redações acabou se dando ainda na faculdade, quando conseguiu emprego nessa área de atuação. Conta que a família sempre teve “muito orgulho” de sua carreira.

A profissional se define como “uma repórter” que “já viu de tudo” e “gosta muito de histórias”. Afirmar gostar da “energia da política” e de escrever sobre direitos humanos e sociais. Diz ser uma “entusiasta” da profissão. “Sou uma repórter feliz no que faço”. Relata um grau “muito elevado” de satisfação no trabalho, citando a “posição privilegiada” de poder trabalhar com colegas experientes.

Questionada sobre eventuais situações de desemprego, Bianca menciona um momento “duro” na carreira: a demissão do jornal em que trabalhou por mais tempo, durante um amplo corte de pessoal por volta da metade dos anos 2010. Afirmar ter sido desligada apesar de ter um histórico de reportagens importantes pela publicação, e de ter experimentado perseguições e até ferimentos em razão de coberturas:

*É a meritocracia te punindo, porque você vai recebendo aumentos de salário pelo seu trabalho e, de repente, o seu salário é tão alto para eles que você não vale mais do que estão pagando. Eles podem contratar dois com seu salário, então te mandam embora.*

Após essa demissão, a jornalista viveu o primeiro período como *freelancer* em dez anos de carreira, e avalia a experiência como positiva, por ter trabalhado para veículos diferentes e viajado a trabalho. Em seguida, foi contratada para um veículo multinacional “nativo digital”, publicação nascida e veiculada exclusivamente na internet, etapa que descreve como muito satisfatória. “Era tudo muito novo e fiquei muito apaixonada.” O site fechou “sumariamente” após alguns anos de atividade, episódio que Bianca define como “muito traumatizante”. Ao elaborar sobre esse sentimento, ela passa a descrever aspectos positivos daquele trabalho – a experiência no site era uma “escola muito boa” pela repercussão e pela “adesão imediata” do público. Na descrição de algumas reportagens de sucesso, expõe satisfação com a nova experiência:

*E aquilo, de repente, bateu no 1 milhão de audiência, 1,5 milhão. Coisa que eu nunca imaginei que pudesse ter esse alcance com o jornal de papel, sabe? Assim, de um único clique. E aí teve uma repercussão enorme e os jornais começaram a fazer a mesma coisa. (...) Foi uma das experiências mais legais da minha vida.*

Após o fechamento do site multinacional em que trabalhava, Bianca teve uma passagem curta por uma revista de circulação nacional, da qual foi demitida depois de um curto período. Afirma que a experiência confirmou sua avaliação de que seria “muito difícil” se “encaixar em Redações que pensassem com esse *drive* ainda dos anos 90 ou do começo dos anos 2000”. O trabalho em agência de notícias que exercia no momento da entrevista, segundo ela, traz um modelo diferente de negócio e de o que ela chama de “resposta ao leitor”, em que o assinante do serviço tem contato direto com o repórter e o jornalista “sente o impacto daquela apuração que você fez”.

Ela diz se sentir atualizada em relação a competências necessárias ao trabalho, e afirma que essas não se resumem a novas tendências, como vídeos, *podcasts* e redes sociais, mas ao próprio trabalho de apuração jornalística. Sobre condições de trabalho no mercado em geral, aponta a existência de uma “precarização absurda”, embora no seu caso se sinta privilegiada por atuar em uma agência de profissionais experientes e com um modelo distinto de negócio e de atuação. “Fazendo *frilas* você fica horrorizado com o que te oferecem e você também fica muito preocupado com esse modelo precarizado e terceirizado”. Avalia que o trabalho como *freelancer* não oferece segurança ao jornalista no caso de ações judiciais, sobretudo em um cenário de “assédio judicial” que identifica contra a profissão. Afirma que o quadro hoje é mais

“árido” para o jornalista, que é “muito mais cobrado” do que antes, às vezes “perseguido” e com maior demanda por rapidez nos processos:

*Outra coisa é que antes a gente, como jornalista, como veículo, era meio detentor das informações. Hoje não é assim, a gente tem que conviver com vários atores nesse mundo midiático que estão aí, alguns fazendo, produzindo alguma forma de noticiário, mas muitos produzindo só ideologias, muitas vezes com interesses escusos.*

As palavras e expressões que lhe vêm à mente ao pensar em jornalismo são “apuração, “excesso de trabalho” e “compromisso”. Sua distinção entre quem faz e quem não faz jornalismo tem como parâmetro “quem está comprometido em divulgar a visão mais aproximada do que está acontecendo”. “O resto é mimetismo”, completa.

A noção de crise, em sua acepção geral, remete para Bianca às ideias de “desemprego” e “precarização”. Em relação à noção aplicada ao jornalismo, ela diz acreditar na existência de uma “crise de sobrevivência dos meios de comunicação” e de precarização do trabalho, uma crise “sempre de viés econômico”. Acrescenta que existe ainda uma “crise de credibilidade muito grande” do jornalismo no Brasil. Cita como exemplo de mudança na percepção do público o contraste entre uma ocasião em que atuava como repórter e foi recebida com sentimentos de esperança por famílias pobres ameaçadas por um suposto pedófilo e as hostilidades atuais contra jornalistas:

*Foi até um pouco constrangedor a gente chegar naquela cidade do interior e as mães cercarem: “Graças a Deus vocês chegaram”. E hoje eu fico pensando nos protestos que cobri, muitas vezes de você ser ofendido e xingado. Aí fico pensando: ‘O que aconteceu?’ Aquele lugar também não era nosso. A gente não é salvadora de ninguém. Foi constrangedor, mas confesso que ser xingado na rua é muito mais constrangedor. (...) A gente não é herói, mas também não é o vilão.*

Bianca diz acreditar que esse “descrédito” em relação à imprensa se dê menos por erros dos jornalistas do que por “campanhas de difamação de pessoas que acham que podem estabelecer o diálogo direto com seus leitores e prescindir da imprensa”. Mas aponta que a crise de credibilidade que identifica também é aprofundada pela retração econômica que reduz as estruturas disponíveis ao fazer jornalístico:

*Um exemplo simples: eu estava lá em [capital da região Sul] fazendo [cobertura da agenda de um político]. Chegou um grande jornal, mas sem o correspondente freelancer, quando os dois podiam estar trabalhando juntos e arrebatando com a concorrência. Porque não querem pagar para aquilo. (...) A gente não está conseguindo estar lá na notícia com esse encolhimento das Redações, então o deputado que estava [no local da notícia] faz a live para os fãs dele e diz: ‘Eu estava aqui’.*

A jornalista considera que soluções para as crises que aponta passam pela adoção de novos modelos de negócio e de um posicionamento editorial mais atento a questões de gênero, raça e orientação sexual. “Só assim a gente vai conquistar esse leitor, porque você vai dizer para ele: ‘Estou atento ao que te preocupa’”, afirma. Diz que as atualizações importantes hoje para o jornalista relacionam-se menos com aspectos técnicos e mais com um olhar mais “amplo e ao mesmo tempo segmentado para essas questões”, algo que, para ela, “passa batido por muitos jornalistas *das antigas*”.

Sobre os impactos da pandemia de Covid-19 em seu trabalho, Bianca diz acreditar que seus desdobramentos econômicos tenham influenciado o fechamento do site internacional em que atuou, e afirma ter dificuldade para definir períodos de descanso no trabalho remoto. Conta que já teve diagnósticos de LER e de estresse relacionadas ao exercício da profissão e que já precisou de ajuda terapêutica para lidar com a rotina de trabalho. Não se arrepende, contudo, da escolha da profissão. Sua perspectiva de futuro no trabalho é sair “um pouco do jornalismo do dia-a-dia e ir mais para grandes projetos” ou conciliar as duas coisas. Ao fim, “trabalha como louca, mas feliz”.

#### **4.8.2 Análise**

Bianca identifica uma crise no jornalismo, descreve em detalhes suas visões sobre a crise e acumula experiências de trabalho ligadas à crise, mas não toma a crise como referência na elaboração do *self*. Egressa de uma geração que ingressou no mercado de trabalho antes da popularização da internet, marca diferença em relação a colegas “das antigas” e reconhece possibilidades distintas de futuro para a atividade e para si.

Considerando as formas rudimentares de narrativas do *self* resumidas por Gergen (1994), o relato de Bianca pode ser descrito como uma narrativa *progressiva*, que conecta

elementos de modo que a dimensão de avaliação dos fatos se torna majoritariamente incremental. A demissão de um jornal de circulação nacional em um “passaralho”, fenômeno típico da crise, é descrita como punição por mérito (“É a meritocracia te punindo.”). O trabalho como *freelancer* pode ser “precarizado”, mas as experiências que viveu são positivas (“A viagem para [destino] foi um marco em minha vida.”). A demissão após o fechamento sumário de uma publicação digital não compromete o aprendizado e a resposta positiva da audiência (“Foi uma das experiências mais legais da minha vida.”). O desligamento de uma revista nacional traz a constatação de que a publicação não se adaptara aos novos tempos (“Ia ser muito difícil me encaixar de novo em Redações que pensassem com esse drive dos anos 90, começo dos anos 2000.”).

Bianca consolida temporalidades profissionais distintas (DUBAR, 2005) na estruturação de suas formas identitárias e, conseqüentemente, na projeção de futuros possíveis para si. Sem ter concluído a graduação em jornalismo, referencia-se no espaço da formação, associado à construção incerta de uma identidade de *rede* – tem dois empregos, está em fase de conclusão de uma segunda graduação e de um curso técnico. Gostaria de investir mais nessa carreira técnica, ao mesmo tempo em que assume novos papéis no jornalismo. Nesse sentido, mantém a ligação com o espaço do ofício, ligado a momentos de consolidação e bloqueio de uma identidade *especializada*.

A Redação é o espaço que habita desde a graduação e do qual “nunca mais” saiu. É uma referência identitária fundamental na vida de Bianca, cuja família “sempre gostou muito de notícia” e “sempre teve muito orgulho” de sua profissão. Na Redação do jornal que “amava” ela vive grandes coberturas e uma demissão “muito dura”. Apaixona-se novamente por uma Redação “100% digital” e nela vivencia outra “saída traumática” – o que não a impede de se enamorar novamente por uma Redação, desta vez a de uma organização noticiosa “sênior” que “foge completamente da ideia de site, de papel”. Neste emprego afirma estar em uma “posição muito privilegiada”, com um grau de satisfação “muito elevado”. A Redação, ontem e hoje, é âncora do *self* profissional de Bianca.

A “precarização absurda do trabalho” que a jornalista identifica hoje nas Redações não a atinge (“Não posso me queixar das minhas remunerações.”). Ela manifesta preocupação com a piora na condição de trabalho para *freelancers* na profissão e identifica, de modo geral, uma maior pressão sobre o jornalista no mercado (“Em alguns pontos ele é perseguido, mas é muito mais cobrado e precisa hoje ser mais rápido.”), mas nem por isso deixa de propor, nesse “cenário mais árido” para o profissional de comunicação, uma convivência pacífica com novos atores

do campo (“A gente tem que conviver com vários atores que estão aí nesse mundo midiático, alguns produzindo só ideologias.”). Acumula experiências no jornalismo cujo eixo são as Redações e expressa uma identidade profissional de *fechamento* (RIBEIRO, 2012), de afirmação da ocupação (“Sou uma repórter feliz no que faço.”).

Em relação aos discursos em circulação em torno do jornalismo, Bianca faz menção ao discurso da *extinção* ao citar como a noção de crise no ofício lhe chega por meio de terceiros (“É a crise de sobrevivência mesmo dos meios de comunicação.”), porém sua avaliação da crise não passa pela retórica do aniquilamento. Reconhece causas externas para um fenômeno que “sempre é de viés econômico”, mas também motivações endógenas, que se originam no próprio campo (“Está em crise também em muitas vezes por não saber se posicionar diante das novas ferramentas e das novas formas de diálogo das novas gerações,”). Ao descrever uma “crise de credibilidade” em que o jornalista passa de salvador a vilão, destaca que o “descrédito é muito menos pelos nossos erros e muito mais por campanhas de difamação”. Em outro momento, lembra que a precarização que “está afundando mais ainda” a instituição do “grande jornal” também alimenta a “crise de credibilidade”.

Bianca suscita aspectos do discurso da *inovação* quando diz, em tom elogioso, ter conhecido um “novo modelo de trabalho” ao atuar pela primeira vez em um veículo exclusivamente digital. Da mesma forma, ao exaltar o “novo modelo de negócio” de um dos empregos que mantinha à época da entrevista (“Eu me sinto privilegiada porque estou numa agência de sêniores que a gente tem um outro modelo de negócio.”) ou quando se diz uma profissional em sintonia com a demanda por novas competências do ofício. Novas habilidades que, segundo ela, envolvem procedimentos básicos da profissão, aliados a novas demandas sociais, como questões de gênero, raça e orientação sexual, e não apenas aprendizados de caráter tecnológico (“São novas competências mesmo na questão da apuração.”). Nesse sentido ela se diferencia de colegas “das antigas” que, avalia, não dão a devida importância ao tema.

Bianca diz que a pandemia de Covid-19 prejudicou sua gestão do tempo de trabalho (“Eu ainda não aprendi a botar um ‘espera lá’.”). Passou por diagnósticos de LER e de estresse e hoje atua em dois empregos e três frentes de aprimoramento profissional (duas graduações e um curso técnico). “Trabalho como louca, mas estou feliz”, afirma. Na “tempestade perfeita” que para alguns configura o “momento mais complicado em cinco séculos de vida” do jornalismo (COSTA, 2021), Bianca faz de sua identidade profissional, ao mesmo tempo, embarcação para águas agitadas e porto seguro: “Hoje a gente tem que conviver com vários atores nesse mundo midiático: a gente não é herói, mas também não é o vilão”.

## **4.9 Claudio, 52 anos: “Eu constatei que aquilo não tinha mais jeito e que estava nascendo uma coisa nova”**

### **4.9.1 Relato**

Cláudio, 52 anos, dos quais 29 anos de carreira como jornalista, a maior parte em Redações jornalísticas tradicionais. É branco, heterossexual, casado e com dois filhos. Formou-se jornalista por uma universidade particular na região Nordeste, após cursar direito por um período e abandonar o curso. Hoje atua como coordenador de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que pratica e promove o jornalismo, baseada em um Estado da região Nordeste e da qual é um dos fundadores.

Ele diz acreditar que sua opção pelo jornalismo tenha se dado, inicialmente, a partir de uma “desilusão” com o direito, sobretudo com aspectos mais práticos da profissão, do direito processual. Conheceu alunos de jornalismo no movimento estudantil, assistiu aulas voluntariamente e trocou de curso. Criou o hábito de ler jornais desde a adolescência e gostava de escrever “depois de escrever”, já que o ato em si para ele era e é “muito tortuoso”. Sobre a ideia que tinha da profissão antes de se formar, afirma ter sido “mais ou menos a mesma percepção” que o ajudou na construção da organização que ajudou a fundar. Apresenta sua visão do ofício e do cenário atual:

*Eu via o jornalismo com uma função social importante, como um elemento de transformação da sociedade. Sou de uma geração que começou a militar no movimento estudantil no fim da ditadura, no começo da abertura política da Nova República, e eu via o jornalismo como um instrumento importante de transformação, de prestação de serviço. (...) Fui vendo que, como advogado, talvez não tivesse tanta possibilidade de uma atuação mais transformadora na sociedade, de mais impacto. Então, [n]o jornalismo eu acreditava. Embora depois que comecei a trabalhar na chamada da mídia tradicional, nas Redações, essa percepção foi mudando um pouco. (...) O jornalismo dentro desse modelo tradicional está muito distante do que eu imaginava. É uma coisa falida, tanto do ponto de vista editorial como do ponto de vista de modelo, de negócio, de sustentabilidade, como um todo. Cada vez mais eu ia percebendo que a indústria jornalística, esse jornalismo industrial baseado nesses monopólios, na publicidade, não tinha futuro. Aí começa a surgir [nome da organização], é uma retomada desse sentimento transformador do jornalismo, de a gente poder, quase 20 anos depois de formado, essa retomada.*

Ainda no início da carreira, Cláudio atuou em comunicação interna de empresas, para logo aceitar um convite para o jornal em que viria a trabalhar por mais de 10 anos. No começo da trajetória nesse jornal, investia esforços em reportagens investigativas diferenciadas, mas por vezes se decepcionava com o que interpretava como falta de repercussão e de impactos reais do que escrevia. Quando passa a atuar diretamente com o noticiário de política, constata uma ausência de neutralidade por parte da empresa, a qual recorre para explicar sua “sensação de irrelevância do jornal impresso”:

*Então a sensação de irrelevância do jornal impresso. Eu trabalhava no jornal de [cita data centenária], e aquilo era totalmente irrelevante para a sociedade. 1% da população não lia aquilo. (...) Aí em [data] passei a ser [cargo] de política. E aí é que começou a vir mais claro. Tanto a irrelevância como a total falta de ausência de espírito que eu imaginava do jornalismo, de não existir nenhuma prestação de serviço. (...) Ficou muito claro para mim (...) que os jornais eram pautados pelos políticos, e não o jornal que pautava a agenda pública ou o debate público.*

O profissional conta que não se furtava a buscar meios de ocasionalmente “furar o bloqueio” dos interesses da empresa em assuntos que julgasse de interesse público. Diz que ao exercer cargos de chefia acompanhava com atenção as mudanças no jornalismo, sobretudo o surgimento do chamado jornalismo digital. Relata que começou a conversar com colegas e superiores sobre as transformações em curso e sobre a necessidade de incorporação de algumas dessas mudanças, mas que ações foram pontuais e pouco efetivas, embora ele tenha aprimorado conhecimentos sobre o assunto em cursos e imersões patrocinadas pelo jornal. Esse sentimento de imobilismo motivou sua própria mudança profissional:

*Aí cada vez você vai vendo isso e vendo que aquilo não vai acontecer. Então você vai desanimando. Aí começou, a partir de [data], a necessidade de sair. Só que eu tinha um excelente salário, sabia que jamais ia ganhar isso de novo. Tinha total consciência, mas isso não era o principal. Mas você tem os laços que você construiu no jornal, uma série de coisas, o prestígio mesmo, todas essas coisas pesam na tomada de decisão. (...). E isso foi um processo de [x] anos, até tomar coragem de sair. E nesse tempo, digamos, de sofrimento e de amadurecimento, você cada vez fica menos no jornal. E aí começava a pensar no que fazer. (...) Eu comecei a ver também que existia um outro movimento que estava começando a ficar muito forte na Europa e nos Estados Unidos, que era o jornalismo sem fins lucrativos, o jornalismo de interesse público, que funcionava meio que como uma ONG, um jornal daqueles alternativos que a gente chamava nos anos 70. E, na verdade, isso era o recorte de olhar o que eu estava vendo ali, mas que na verdade era um surgimento de um ecossistema*

*extremamente variado, heterogêneo, várias experiências de vários tipos e vários tamanhos. Era uma diversidade muito grande de coisas que estava começando a acontecer. Nessa busca por uma solução para a mídia tradicional, eu constatei que, na verdade, aquilo não tinha mais jeito e que estava nascendo uma coisa nova.*

Questionado sobre a existência de eventuais mudanças nas competências e habilidades necessárias ao jornalismo, Cláudio aquiesce, mas prefere destacar a mudança no negócio e, conseqüentemente, nas possibilidades de emprego em Redações, que hoje vê muito reduzidas. Afirma que, em sua geração e nas gerações anteriores à dele, havia demanda permanente por mão-de-obra em Redações no seu Estado, fosse rádio, TV ou impresso. O ingresso em jornais, rádios e TVs era, portanto, algo que dependia basicamente do recém-formado, que também tinha o setor público como opção. Com o surgimento do que define como “jornalismo pós-industrial”, caracterizado pela “quebra do monopólio da produção, produção e distribuição do conteúdo”, ele considera que “não tem mais Redação para você ir”, embora perceba que hoje a formação universitária em jornalismo seja melhor do que em sua época de estudante. Vê o “ecossistema do jornalismo independente”, em que atua, como opção de trabalho a novos profissionais, por ser um setor de atividade que acredita estar em crescimento.

Unidos na “experiência desse sofrimento dentro da Redação”, como define Cláudio, ele e alguns colegas de trabalho decidiram empreender um “projeto coletivo, sem fins lucrativos e que fosse sustentável do ponto de vista do negócio”. “A gente não queria fazer uma coisa que fosse meramente militância”, afirma. No momento da entrevista, a organização somava entre 20 e 30 funcionários e se financiava sobretudo por meio de fontes internacionais, como empresas e fundações.

Cláudio relata que desde a faculdade “sempre” escutou que o jornalismo está em crise, e diz acreditar que o “jornalismo como indústria” esteja em “crise terminal”. Crise que para ele envolve o “modelo do final do século 19 baseado em grandes corporações, monopólio da produção, da distribuição, baseado na venda de publicidade e assinaturas”. Mas logo acrescenta que dessa crise surge o “movimento” de “lógica totalmente diferente”, de “pequenas organizações” que vê como “muito mais ágeis” e que “trabalham em forma de redes”. Cita iniciativas de cunho associativo entre essas organizações e menciona a movimentação financeira de sua organização e de outras similares como exemplo de que “essa lógica está crescendo muito e gerando movimento”. Sua resposta sobre a crise, portanto, destaca o crescimento e o fortalecimento dessas novas organizações. “Isso é uma possibilidade muito

grande do jornalismo. O jornalismo está muito mais plural e mais diverso”, afirma. Sobre a busca por audiência nesses novos meios digitais, descreve como uma “batalha muito grande” em que é preciso evitar o sensacionalismo fácil em busca de público e tentar preservar a credibilidade necessária para captação de recursos. “Mas é uma disputa muito difícil, porque quando a gente comemora que a gente chegou a [número] de *pageviews* no ano, a gente vê que tem um blog que faz sensacionalismo e *fake news* aqui que tem isso no mês”.

Questionado a respeito de satisfação no trabalho, afirma que a pergunta “anda meio contaminada” pelo contexto da pandemia, e diz que foi um período “difícil para todos e para o jornalismo”, citando a interrupção das relações presenciais. Diz não ter vivenciado nenhuma situação de estresse grave e prolongado na profissão, e cita apenas a sua preocupação atual, como gestor, acerca da captação de recursos para sua organização, da busca ainda em curso por estabilidade financeira de longo prazo. Lembra que nunca foi demitido nem vivenciou períodos de desemprego na carreira. Diz que não se arrepende da escolha pela profissão e que seu projeto de futuro é estruturar a organização que ajudou a fundar de modo que ela possa caminhar e sobreviver para além de seus fundadores, e afirma ter vontade de voltar a realizar matérias pontuais, de maior fôlego, em que tenha a oportunidade de escolher o assunto.

#### **4.9.2 Análise**

Claudio vive um renascimento identitário. Morre o jornalista de Redação tradicional, do “jornalismo como indústria”, nasce um entusiasta do “ecossistema de jornalismo independente”, que lhe permite revisitar o “sentimento transformador” do ofício. Nesse processo de reencarnação do *self* profissional, a crise do jornalismo está no epitáfio do morto, mas também na certidão de nascimento daquele que há pouco nasceu.

O jornalista aciona, por exemplo, elementos do discurso da *extinção* para justificar seu pedido de demissão da empresa de mídia tradicional em que atuou por muitos anos. Concebe a “indústria jornalística” como “coisa falida”, desprovida de futuro e em “crise terminal”. Estabelece nomenclatura específica para delimitar o sujeito da crise: o “jornalismo industrial”, do modelo de “grandes corporações”, baseado em “monopólio da produção e distribuição” e em “venda de publicidade e assinaturas”. A crise é, portanto, localizada.

A crise também pode permanecer latente. No caso de Claudio, diagnósticos fatalistas, como os que remetem ao discurso metajornalístico da *extinção*, passaram por um processo de maturação interna até poderem se expressar em seu processo de negociação do *self*. Enquanto

exerceu cargos de confiança em uma Redação tradicional, estabelecendo-se como objeto social para os outros, procurou, de certa forma, catequizar os colegas sobre mudanças que julgava necessárias ao jornal na era da internet. Alinhava, desta maneira, suas atribuições ao papel dele esperado naquela situação. Até o momento em que percebeu que pregava para descrentes, que marca uma conexão causal (GERGEN, 1991) significativa em sua narrativa do *self* profissional (“Você vai vendo que aquilo [mudança] não vai acontecer. Então você vai desanimando.”).

Claudio articula fragmentos de interpretações em circulação sobre a dita crise da profissão ao reconstruir narrativamente seu processo gradual de perda de convicções acerca do papel que exerceu por muitos anos dentro do “jornalismo industrial”. Há elementos que remetem, por exemplo, à explicação que associa a crise a um processo de *perda de protagonismo* (“Comecei a ter essa sensação, com um ano de jornal, da irrelevância do jornal para a sociedade.”) e outros que sugerem um problema de *adequação cívica* (SPLICHAL e DAHLGREN, 2016), como quando afirma ter ficado “muito claro que o jornal estava a serviço dos interesses da política”.

Há, portanto, perda de convicções quando o jornalismo não consegue cumprir suas funções e, conseqüentemente, o eixo da “identidade para si” de Claudio se vê sob reavaliação. A história de sua trajetória, afinal, é a de um jovem que “lia muito jornal”, que militava no movimento estudantil e via o jornalismo como “instrumento importante de transformação” e “prestação de serviço”. Nesse sentido, a identidade profissional pessoal de Claudio (o que sou/o que gostaria de ser) lança mão de muitos elementos associados a discursos clássicos de legitimação da profissão. São comprometimentos culturais que ultrapassam questões de técnica e ética profissional e apontam para a organização moral mais ampla da vida democrática (ALEXANDER, 2016). “Eu via o jornalismo com uma função social importante, como um elemento de transformação da sociedade”, afirma.

Cláudio teve na Redação de um jornal impresso sua principal referência identitária, tanto em termos de possibilidade de emprego como de cultura organizacional. Em Redações ele vivenciou seu espaço primordial de socialização, de aprendizagem da cultura de um grupo (“Na minha geração e nas gerações anteriores à minha, você entrava na faculdade, você sabia que aqui [Estado] você iria trabalhar em uma das Redações.”). Numa Redação ele passa pelo momento de reconhecimento da identidade (DUBAR 2005), pautado pelo acesso a responsabilidades em cargos de confiança. É sintomático, portanto, que o preparo para a saída da Redação que marca sua trajetória e na qual recebia um “excelente salário” tenha levado cerca de três anos (“Você tem os laços que você construiu no jornal, o prestígio mesmo, todas essas

coisas pesam na tomada de decisão.”) – um processo de divórcio ou mesmo de morte de uma projeção específica do *self*.

A reconstrução da identidade de Claudio no trabalho busca guarida no discurso da *inovação*, que trata a mudança de modelo de negócio como caminho para a sustentação da vitalidade cultural e institucional do jornalismo – e, conseqüentemente, para a superação de crises (“Dessa crise tem surgido esse movimento, que é uma lógica totalmente diferente.”). Citando dados de sua e de outras organizações, descreve o “ecossistema do jornalismo independente” que cresce e se fortalece financeiramente, tornando-se nesse processo mais “plural” e “diverso”. Vê maior agilidade em “pequenas organizações” que trabalham em rede e que poderiam exercer o papel de âncora ética e moral do “jornalismo pós-industrial”, embora expresse uma visão pragmática sobre a dimensão dos desafios que envolvem a sustentabilidade dessas iniciativas, que ele encara ao lado de colegas “unidos pela experiência de sofrimento” em Redações tradicionais. Para reconstruir sua identidade de futuro, Claudio precisou sair do espaço produtor da identidade passada – mesmo construindo seu futuro em continuidade ao passado, o futuro da instituição, conforme visto por ele, não coincidia com o seu.

A defesa da inovação permite a Claudio se reconectar com discursos tradicionais de legitimação da profissão que alimentam as bases culturais de seu processo de socialização profissional, baseados na normatividade moderna hegemônica que considera o jornalismo como força cívica e de transformação social (“É uma retomada desse sentimento transformador do jornalismo.”). A crise, por vias tortas, permite o reencontro do jornalista experiente de hoje com os ideais do jovem em formação do passado. Ao encontrar novas e satisfatórias bases de exercício da profissão, Claudio também promove uma reconciliação entre as faces complementares do *self*, a “identidade para si”, a história que conta sobre quem é, com a “identidade para o outro”, no sentido de sua relação com o jornalismo como “outro generalizado”, como interiorização de valores, como as histórias que sobre ele são contadas. Outro exemplo dessa reconexão com códigos profissionais arraigados se dá quando Claudio delimita diferenças em relação a outros atores do campo e diz evitar o caminho do sensacionalismo em sua organização (“A gente sabe que se quisesse ter muita audiência é só ajustar um título que você bomba nas redes.”). Como apontam Breese e Luengo (2016), termos como “sensacionalismo” e “viés” frequentemente descrevem forças e atores que ameaçam códigos culturais do jornalismo tradicional, como “objetividade” e “independência”. Marcando essas diferenças, Claudio tece fios narrativos que conformam, nos termos dos tipos de construção identitária no trabalho sugeridos por Ribeiro (2012), uma identidade de *fechamento*,

ao expressar certezas nas escolhas, projetos de futuro e possibilidades de mudança a partir de um diagnóstico de crise.

A tomar formas proeminentes de narrativas na cultura contemporânea tais como definidas por Gergen (1994), aspectos da história laboral de Claudio se aproximam da narrativa de *comédia-romance*, em que situações se tornam gradativamente problemáticas – a gradual desilusão com o jornalismo “industrial” que praticava – até o desfecho em que há uma restauração da felicidade para o protagonista. Sua narrativa de trabalho chama a atenção para o papel dos códigos culturais da profissão, mostrando, como aponta Alexander (2016), que mudanças tecnológicas e abalos econômicos podem ser empregados para sustentar e renovar compromissos culturais com o ofício, e não apenas minimizá-los. A crise em setores da imprensa pode ser econômica, mas é em outros âmbitos que ela subverte suas designações iniciais (“Eu constatei que a mídia tradicional não tinha mais feito e que estava nascendo uma coisa nova.”).

#### **4.10 Silvia, 56 anos: “Existe uma mudança cultural e política em curso que não está sob nosso controle”**

##### ***4.10.1 Relato***

Silvia tem 56 anos, sendo 35 de carreira no jornalismo. É branca, heterossexual, divorciada, com filhos. Tem uma primeira formação universitária uma área distinta do jornalismo, porém ingressou na profissão por meio de um programa de treinamento de um jornal e, posteriormente, também se graduou em jornalismo. Conta que se aproximou da profissão porque tinha amigos que trabalhavam no setor e sugeriram a ela a inscrição nesse programa:

*Foi bem por acaso mesmo. Nunca tinha pensado em ser jornalista. Não tem jornalista na minha família. Não foi um sonho de infância, nada disso. Foi a vida. A vida foi por esse caminho.*

Silvia atuou praticamente toda a carreira na mesma empresa. Embora tenha exercido diferentes funções na Redação, diz se considerar principalmente uma editora. Mesmo quando exerceu funções como repórter, não se via como uma representante “clássica” do ofício, que

“tem faro para achar a coisa que está escondida”, mas como uma profissional que tenta “articular informações e traduzi-las da melhor forma possível” ao leitor. Para ela, ser jornalista é “ser um instrumento” para que “a informação relevante de interesse público chegue ao público” e para “melhorar a capacidade das pessoas de tomar as mais diferentes decisões”.

Não vivenciou situações de desemprego na carreira e considera sua trajetória como um “aclive suave”. Não enfrentou sobressaltos, mas a necessidade de diferentes “recomeços” em funções que nunca havia exercido.

A noção de crise, em sua acepção ampla, remete para ela a aspectos como “dificuldades”, “escassez” e “conflitos” – ou, mais precisamente, a “conflitos por recursos escassos”. No caso dessa noção associada ao jornalismo, ela diz acreditar que seja algo muito ligada à “crise do modelo de negócio” das publicações impressas, ao momento em que “os jornais começaram a perder receita para outros meios”.

Ela diz considerar que o jornalismo esteja em crise por causa dessa perda de receita, que, em sua visão, impacta as empresas do setor. Em decorrência disso, afirma, a “própria forma de pensar o jornalismo, as práticas jornalísticas e os objetivos entraram em discussão”.

Silvia relata que a crise que observa no jornalismo “afeta bastante” seu trabalho, e de diferentes maneiras – tanto pela ótica financeira, do menor volume de recursos disponíveis à atividade, como pelo que descreve como desconexão com o público consumidor. Ela descreve a atividade “sob ataque” do ponto de vista político, e menciona uma redução da confiança da audiência em relação aos produtos jornalísticos:

*Tem um lado mais prático, mais concreto, da crise que afeta o trabalho, porque você tem menos recursos para fazer. E porque você não tem certeza sobre como você chega ao leitor. Afeta o meu trabalho também porque o impacto de o que a gente faz no jornalismo profissional é menor hoje em dia. Por vários motivos. Não só porque tem uma competição maior de outras formas de entretenimento e de outros canais de informação, nem sempre profissionais, mas porque o jornalismo profissional está sob ataque do ponto de vista político, então, isso afeta bastante. O impacto é menor. A confiança, a confiança do público no que a gente faz é menor. Há mais desafios. Mais difícil de fazer hoje.*

Silvia se refere ao “jornalismo profissional” como aquele de qualquer plataforma de comunicação que seja levado a cabo por “jornalistas não necessariamente formados ou sindicalizados, mas que têm a prática jornalística e seguem a ética jornalística que se consolidou ao longo dos séculos”. Ao descrever a queda na confiança da audiência em relação à atividade,

afirma que existem “pesquisas de opinião que mostram isso” e enumera quatro hipóteses para a tendência: a redução do valor relativo do jornalismo profissional em um cenário de “profusão de fontes de informação”, o ataque de “veículos ditos jornalísticos” ou ditos “mídia independente” à mídia tradicional, a “contaminação por ideologia” de alguns “veículos tradicionais de informação” e “campanhas de desvalorização” do jornalismo tradicional por parte de entes políticos.

Ela diz esperar que existam soluções para a crise que identifica no jornalismo, mas que a categoria “não sabe muito bem” quais são. Afirmo que essas possíveis respostas são dependentes só dos jornalistas nem só das empresas, visto que “existe uma mudança cultural e política em curso que não está sob nosso controle”:

*O que é uma solução também? Se você me perguntar se há como voltar ao que era antes, eu acho impossível. Uma solução para a crise seria a gente encontrar uma forma de continuar atingindo o público com informação relevante, crítica, importante, e o público confiar nisso. Possível acho que é, mas não sei prever se vai acontecer ou não.*

Silvia relata que, embora em sua avaliação a crise exista, não é um tema que seja discutido com frequência no dia a dia do trabalho, que acaba consumido por demandas imediatas. Acredita ser difícil comparar a percepção dessa crise entre gerações de profissionais que viveram momentos muito distintos da atividade. “As novas gerações não viram o jornalismo que foi feito antes, não têm uma noção de contexto mais amplo como as antigas gerações”. Ela diz que o cenário de redução de recursos e de queda de confiança que associa ao diagnóstico de crise não afeta sua autoconfiança no trabalho, mas sua “satisfação ao ver o trabalho concluído” (“Menos coisas são concluídas com a qualidade que eu desejaria”). Há, portanto, um sentimento de declínio em relação a padrões mais altos de épocas passadas:

*Faltam repórteres para cobrir como seria desejável temas muito relevantes para o público, todos os dias. Desde investigações de como está sendo gasto o dinheiro público até informações de serviço, como ter acesso a serviço público, como tomar melhores decisões econômicas etc.*

Ela relata que a pandemia de Covid-19 afetou seu trabalho sobretudo em razão do confinamento e da instituição do trabalho remoto, mas que “não sofreu muito” com isso. Diz

ser uma pessoa que “não sente essa falta do convívio assim” e que do ponto de vista noticioso o impacto foi positivo, pois havia muitas informações a serem reportadas. Conta ainda que nunca teve diagnósticos de doenças relacionadas ao trabalho e que também nunca precisou de ajuda terapêutica para lidar com a rotina profissional.

Silvia diz que não se arrepende da escolha da profissão, e faz a ressalva de que “não foi uma escolha”, mas um caminho que a vida abriu. Afirma que teve a oportunidade de fazer muitas coisas interessantes e que se sente “realizada” com o que faz. “Eu gosto realmente”, afirma. Sobre perspectivas de futuro no jornalismo, ela afirma que nunca as teve, e associa essa tendência ao acaso que a aproximou da profissão:

*Eu não tenho exatamente um plano para o futuro. Eu gosto de trabalhar, eu me divirto trabalhando. Eu tenho interesse pelo jornalismo, tenho interesse pelo que eu faço e enquanto estiver sendo divertido e eu achar que eu estou produzindo alguma coisa boa, eu tenho a vontade de fazer, mas não tenho planos para o futuro. Mas não é porque eu acho que já acabou, que já fiz tudo. Eu nunca tive. Então agora também não tenho.*

#### **4.10.2 Análise**

A trajetória de Silvia no jornalismo tem a marca da excepcionalidade – raros são os que passam a carreira na mesma empresa e não vivenciam situações de desemprego. Embora reconheça impactos da crise no setor e dúvidas sobre a sustentabilidade da indústria que subscreve o jornalismo como uma forma de emprego assalariado, expressa sentimentos robustos de autoeficácia – entendidos como a sensação de ser competente e estar “no controle” conforme atua no mundo (SANDSTROM *et al.*, 2016) – que lhe parecem conferir certa “imunidade” contra eventuais impactos significativos dessa crise em sua identidade profissional.

Consequências da crise que identifica – redução de recursos e ataques de cunho político contra o “jornalismo profissional” – não afetam sua autoconfiança no trabalho. A escassez financeira é encarada com resignação (“Menos coisas são concluídas com a qualidade que eu gostaria.”) e campanhas de desvalorização do jornalismo são enquadradas de forma pragmática (“Não me afeta em nada.”).

Há, contudo, o reconhecimento de uma crise econômica real que coloca em jogo as bases comerciais para o jornalismo como ocupação (“Uma solução para a crise seria encontrar uma forma de continuar atingindo o público com informação relevante, e o público confiar nisso. Acho que é possível, mas não sei prever se vai acontecer.”). Nesse sentido, a narrativa de Silvia se aproxima de características do discurso predominante da crise no jornalismo descritas por Breese (2016): as mudanças, segundo a autora, são em geral enquadradas como retrocesso, em meio a um risco de rebaixamento de padrões culturais e operacionais do ofício.

A jornalista manifesta de forma nítida os quatro principais elementos de identificação no trabalho descritos por Becker e Carper (1956): uma designação profissional e sua ideologia associada (“Acho que sou bem mais editora mesmo.”), comprometimento com as tarefas (“Tenho interesse pelo jornalismo, tenho interesse pelo que eu faço.”), comprometimento com organizações particulares ou posições institucionais (“Eu fiz praticamente tudo no jornal”) e atribuição de significado pela sua posição na sociedade ([Ser jornalista] É um instrumento para que a informação relevante de interesse público chegue ao público.”).

Em termos de tipologias de maneiras de ser no trabalho, sua narrativa traz traços de formas identitárias de *mobilização interna* e de *categoria*, nos termos de Dubar (1998, 2016) para tipos de trajetórias marcados, respectivamente, pela busca de ascensão na empresa e pelo reconhecimento do ofício. Ou, segundo a tipologia de Ribeiro (2012), a identidade no trabalho com tintas de *nostalgia* e *fechamento*, pelo apego à estabilidade e pela interpelação a preceitos trabalhistas tradicionais (“Eu tenho interesse pelo jornalismo, tenho interesse pelo que eu faço e enquanto estiver sendo divertido e eu achar que eu estou produzindo alguma coisa boa, eu tenho a vontade de fazer.”).

Sua narrativa laboral, nos marcos das formas básicas de Gergen (1994), é *progressiva* – como define, um “aclive suave”. Diferentes funções e responsabilidades que assume dentro da empresa traçam uma direção incremental unívoca pelo caminho. Uma narrativa que recorre ao discurso metajornalístico e a formas clássicas de legitimação da profissão como uma prática cultural central à sociedade. Busca ancoragem no papel de *gatekeeper* do jornalista, de seleção de dados relevantes para o público, e na existência do “valor-notícia”, da contribuição para a vida cívica de fatos selecionados e expostos como notícia (“[Jornalismo] É um instrumento para que a informação relevante de interesse público chegue ao público, para melhorar a capacidade das pessoas de tomar as mais diferentes decisões.”). Uma narrativa fortemente ligada ao discurso do profissionalismo (HUGHES, 1971) que fomenta a cultura das ocupações.

Tratando de macrocrises que acometem sociedades, Boin *et al.* (2009) analisam casos de disputas de interpretação em público desencadeadas por essas situações emergenciais e concluem que governantes e opositores buscam nesses momentos, em geral, transferir responsabilidades pelas situações, além de consolidar seu capital político e defender as políticas que representam. Jornalistas que exprimem uma defesa forte da profissão, como Silvia, em alguma medida reproduzem esse padrão. A crise de confiança que aponta, por exemplo, tem causas, principalmente, externas – campanhas de desvalorização por entes políticos, ataques de outros veículos à “mídia tradicional” que representa, “contaminação por ideologia” de certos meios –, e a redução do valor do “jornalismo profissional” é relativa, não absoluta, motivada pela multiplicação de emissores.

O próprio uso da expressão “jornalismo profissional” marca um esforço de delimitação de fronteiras no universo informativo na internet. Conceito que ela associa à ética profissional do ofício e a códigos culturais e morais da profissão que tradicionalmente a ancoraram (“Jornalismo feito por jornalistas que seguem a ética jornalística que se consolidou ao longo dos séculos.”).

O nível alto de satisfação no trabalho e a ausência de processos desorganizadores causados por experiências de desemprego podem explicar, em parte, o equilíbrio na narrativa do *self* profissional de Silvia. Não há conflitos aparentes entre os aspectos do “mim”, de interiorização de um espírito de grupo, e o do “eu”, de afirmação pessoal perante o grupo. A identidade para o outro, no sentido das identificações a categorias institucionais e papéis de status (“Eu sou uma editora.”), não se fricciona com a identidade para si, de fragmentos de história pessoal e memória (“A vida foi por esse caminho.”).

Tal equilíbrio atua como uma camada isolante entre o *self* profissional de Silvia e a alegada crise de sua profissão, num arranjo que permite espaço, inclusive, para movimentos de distanciamento do papel (SANDSTROM *et al.*, 2016), aqueles que se constituem quando a narrativa do *self* assume uma forma desapaixonada, mesmo diante de uma trajetória claramente exitosa do ponto de vista organizacional e de modo a comunicar uma percepção de si desatrelada do papel social (“Existe uma mudança cultural e política em curso que não está sob nosso controle.”).

## **4.11 Bruno, 59 anos: “O jornalismo nunca está em crise”**

### ***4.11.1 Relato***

Bruno é um jornalista baseado na região Nordeste do país. Tem 59 anos, sendo 37 de profissão. Sua raça é branca, é heterossexual, divorciado, com filhos. Acumula passagens por Redações de jornais impressos nacionais e regionais, em cargos de reportagem, edição e direção. Hoje dirige seu próprio site de jornalismo, com fontes de financiamento que lhe asseguram uma renda em torno de 5 a 10 salários-mínimos mensais.

Formou-se jornalista “por acaso” – em um momento adolescente de indecisão, seguiu a sugestão de um amigo que admirava sua escrita. Nascido e criado na região Sudeste, ele conta que lia jornais desde criança, porque seu avô levava para casa um jornal da região Sul. A mãe tentou demovê-lo da escolha pelo jornalismo, porque “dizia que não ia dar dinheiro”, mas ele não seguiu o conselho e se graduou por uma faculdade particular.

Ele destaca a importância da formação universitária em sua trajetória, por ter sido um “curso fundamentado na prática”, que o atraiu definitivamente para a profissão. Durante a faculdade fez trabalhos voluntários para um “jornal decadente”, mas que proporcionou a ele a experiência de reportagens na rua. Ainda na graduação, foi aprovado em um processo seletivo e trabalhou em um jornal de esportes. Depois, já formado, teve passagens por um jornal e uma revista de circulação nacional antes de ingressar em um relevante jornal regional.

A entrada nesse jornal regional, de público-alvo mais popular, marcou sua “escolha preferencial pelos mais pobres”, algo que Bruno define como “muito bom” para si. Nesse trabalho ele teve promoções e mudanças de função, ganhou prêmios jornalísticos importantes e chegou ao comando da Redação. Ele destaca que entre o “prestígio” da publicação nacional em que esteve e a possibilidade de “trabalhar para uma população mais carente”, em um “projeto de mudança e qualificação” do jornalismo, escolheu a última. Ali Bruno diz ter vivido o ponto alto de sua carreira, com a busca do “jornalismo popular” e um caminho de ascensão e aprimoramento dentro da empresa, em um período, do final dos anos 1980 ao final dos anos 1990, que coincide com o auge econômico da imprensa escrita no Brasil. “Todo ano uma promoção, todo ano uma mudança de função, aquilo foi extremamente estimulante”, afirma. Após um longo período nessa publicação, Bruno passou por um site de canal de TV a cabo, por uma assessoria de imprensa de órgão público e deu aulas de jornalismo em cursos livres e em

uma faculdade privada. Participou da criação de jornais populares em dois grupos de comunicação e exerceu função de direção em uma associação de classe. Realizou diferentes cursos financiados pelas empresas em que atuou.

Por volta da metade dos anos 2010, Bruno foi demitido do jornal em que exercia um dos postos mais altos na hierarquia da Redação, num corte que envolveu dezenas de profissionais. Foi quando ele decidiu vender um imóvel que tinha para custear a criação de um site de jornalismo, em que atua e exerce a direção até hoje.

Bruno diz que sempre “encarou” o jornalismo “com muita vontade de trabalhar”. Diz que no começo “você é um ponto baixo” porque “ninguém te conhece” e é preciso “correr atrás” do trabalho, mas que após um determinado momento “não teve obstáculos durante um longo período para conseguir um emprego”. Cita que o período sem vínculo empregatício formal após deixar o jornal em que trabalhou entre os anos 1980 e 1990 não foi um “momento de queda”. “Porque continuei fazendo outros trabalhos”.

Sobre períodos de desemprego que tenha vivido, ele cita a saída do último jornal nos anos 2010, em que passou “um período grande sem receber” e após a qual decidiu abrir seu negócio. Para logo trazer à tona, de forma espontânea, o tema da alegada crise na atividade:

*Eu também percebi que o jornal tinha - vou dizer aqui um termo que eu considero -, porque os jornais acabaram para mim, no sentido de que muitos, a maioria, deixaram de cumprir um papel social e fizeram escolhas inadequadas na sua continuidade diante da internet. Ou fizeram opções que trouxeram grandes prejuízos para o país, como apoiar o Bolsonaro. Então todo esse declínio que leva a gente para o buraco que a gente está é um declínio provocado pelas empresas jornalísticas, e não é uma crise do jornalismo, porque a meu ver o jornalismo nunca está em crise. A profissão, o jornalista e o jornalismo. O que está em crise é o modelo de negócios que a gente sempre teve. Durante o período hegemônico, ele não sofreu. Quando ele deixa de ser hegemônico com a chegada de novas tecnologias, ele entra numa crise braba.*

Instado a enumerar expressões ou conceitos que lhe ocorrem ao pensar em jornalismo, Bruno diz que a atividade é “fundamental”. “Ele é algo que deve ser utilizado para servir às pessoas, para ajudar as pessoas a obter alguma coisa. (...) Acho que ele é de serviço e tem que se focar na população que mais precisa”, define. Para ele, independentemente da formação, quem informa e consegue atingir os objetivos de “buscar a verdade” e “melhorar a comunidade” é jornalista. No exemplo que cita: ele, assessor de imprensa, passando histórias para colegas de

confiança em jornais quando não podia divulgar determinado assunto de maneira oficial. “Essa questão vai muito mais de como você enxerga a profissão do que o que está escrito”. Sobre valores e práticas da profissão que avalia como mais importantes, diz que “a primeira coisa é ser honesto em todos os sentidos”. Afirma que os maiores perigos da função são o de “ser manipulado” pela direção das empresas e o de “ser corrompido” por atores externos. Diz que há “várias formas” de isso acontecer e cita exemplos que diz ter observado, como repórteres que recebem benesses de promotores de eventos que deveriam acompanhar de forma crítica e donos de jornais que pautam reportagens para, segundo relata, chantagear empresas.

Crise, para Bruno, é algo ligado à “incompetência” de “pessoas que tinham o dever de evitá-la ou que poderiam ter evitado e por algum caminho, muitas vezes escuso, não fizeram”. Para ele, não há crise na profissão, pois trata-se de “um problema de modelo de negócio” e de “empresas jornalísticas que não conseguiram se encontrar” na era digital. Ele afirma que existe ainda uma “crise das pessoas da minha geração e [das] um pouco mais novas, que se apegaram muito àquele modelo pré-existente e se recusam a ver que aquilo acabou”. São pessoas, diz, que dependem de conseguir *frilas* ou empregos em “pequenas Redações” e “não vão buscar novos caminhos dentro da profissão”:

*Então existem crises que são crises coletivas e pessoais. A partir de uma visão equivocada de que aquele universo de Redações gigantesco e tal um dia pode vir a ser recuperado, e isso nunca mais volta. Uma crise que faz parte dos jornalistas, mas não é uma crise do jornalismo.*

A crise pelo olhar de Bruno não afeta seu trabalho. Porque, diz, ele irá continuar trabalhando e se sente “muito realizado” com o que faz. Fala do prazer em “entrar num ônibus e passar 15 dias na caatinga ou no interior buscando trazer informação a público”. Financeiramente, afirma, luta “como todo mundo” para dar sustentabilidade ao seu negócio, mas reitera que, para ele, o modelo tradicional de financiamento dos jornais é um “poço sem fundo que não vai tirar ninguém de lugar nenhum”. Ele diz considerar que tenha se preparado de certa forma para a crise, por ter observado previamente “sinais de decadência”, e que isso contribuiu para que ele pudesse ter “mais condições de segurar a onda e esperar mais um pouco para encontrar essas soluções que estão aparecendo ou começando a aparecer”. Questionado sobre soluções para a crise que observa no modelo de negócio tradicional da imprensa, enfatiza a distinção que faz entre a profissão e as empresas. Diz não estar preocupado com o futuro dos jornais e que chega a ser criticado por colegas que consideram que a “sobrevivência do

jornalismo e dos jornalistas depende das empresas”. “E não depende”, conclui ele, para quem “o jornal vem se matando sozinho há muitos anos”.

Bruno afirma que sua satisfação no trabalho hoje é a maior possível. Diz que teve que atualizar muitas de suas competências e habilidades na profissão, inclusive depois dos 50 anos:

*Quando eu comecei, eu só precisava de um bloquinho. Hoje eu tenho máquina fotográfica, tripé para filmar, microfone. Tenho que cuidar de várias coisas ao mesmo tempo quando eu estou fazendo matérias. Isso do ponto de vista de conteúdo jornalístico, fora a distribuição desse conteúdo jornalístico, a técnica de fazer chegar às pessoas. Agora é um monte de coisa. Então o que não falta é renovação, inovação e necessidade de novas habilidades nesse mundo que a gente vive hoje.*

Bruno conta que enfrentou períodos de “imenso” estresse na profissão, e que no passado já procurou acompanhamento terapêutico para lidar com a rotina de trabalho. Diagnosticado com hipertensão antes dos 30 anos, chegou a fazer tratamento com ansiolíticos por determinado período. Menciona as demissões coletivas, os “passaralhos” que vivenciou, como “algo que faz parte da profissão” e, ao mesmo tempo, é “muito ruim”. Cita a situação de “muito sofrimento” decorrente da necessidade de opinar sobre quem será demitido nessas situações. “Depois eu abandonei isso porque foi uma coisa que eu não queria”.

O profissional diz acreditar que a preparação dos jornalistas hoje seja melhor do que em sua época de formação, pela maior disponibilidade de informação, de recursos tecnológicos e de possibilidades de desenvolvimento intelectual. Afirma ver sua perspectiva de futuro na profissão “com muita alegria” e a associa a “novas iniciativas que estão surgindo cada vez mais” e “descobrendo novas formas de agir e de buscar recursos”.

#### **4.11.2 Análise**

A narrativa do *self* profissional de Bruno é a de uma travessia. Protagonista que vivencia sua socialização profissional e cresce na hierarquia da carreira durante um período de força dos jornais diários brasileiros – segunda metade dos anos 1980 ao começo dos anos 2000, marcada pelo crescimento recente mais expressivo na circulação média dessas publicações –, experimenta um processo de demissão coletiva e se reconstrói, com investimento próprio, sob

o amparo de seu próprio meio de comunicação digital, enquanto busca novos meios de subsistência em outra margem, por assim dizer, de seu campo de atuação laboral.

Entre os fragmentos de história pessoal que elege ao narrar a identidade para si, Bruno cita a memória afetiva do avô que lhe inculcou o hábito da leitura de jornais, e duas escolhas que se destacam: a opção por cursar jornalismo, a despeito do tio que tentava lhe demover da ideia “de todas as maneiras”, e a “escolha preferencial pelos pobres”, expressa na trajetória em jornais impressos de perfil popular e, posteriormente, em seu próprio veículo jornalístico.

A realização profissional no “jornalismo popular” fortalece sua identidade para o outro, de identificação a categorias institucionais de trabalho, e alimenta a conexão de Bruno com discursos clássicos de legitimação da atividade e com valores tradicionais da profissão, traduzidos na noção de jornalismo público ou jornalismo cívico (FRANKLIN *et al.*, 2005), que reivindica o papel do ofício na promoção e aprimoramento da qualidade da vida em comunidade (“Eu acho o jornalismo fundamental, acho que ele é de serviço e acho que ele tem que se focar na população que mais precisa.”).

O curso superior exerce um papel fundamental na socialização secundária de Bruno (“Fui estimulado por aqueles professores a gostar do jornalismo, eu não quis fazer outra coisa na vida.”). Professores “de mercado” e o “curso fundamentado na prática” o motivam ao trabalho voluntário em um jornal que lhe proporciona a primeira vivência como repórter, passo inicial de uma carreira ascendente na burocracia de Redações tradicionais de veículos originalmente impressos. Experimenta uma rotina intensa em Redações até chegar ao jornal popular em que assumiria a direção com menos de 30 anos, emprego que classifica como “grande marco” de sua carreira (“Todo ano uma promoção, todo ano uma mudança de função. E aquilo foi extremamente estimulante.”), aquele que define sua trajetória.

Após esse “ponto alto” da carreira, Bruno acumula outras experiências na profissão, entre Redações, comunicação institucional e docência, até voltar a um jornal e vivenciar um “passaralho” na segunda metade dos anos 2010. Uma situação em que há descumprimento de direitos trabalhistas e que desencadeia a “travessia” de carreira do jornalista, influenciando sua visão sobre a dita crise na profissão (“Fiquei um período grande sem receber e aí resolvi abrir o meu negócio. Percebi que os jornais tinham acabado para mim, no sentido de que a maioria deles deixou de cumprir um papel social e fizeram escolhas inadequadas na sua continuidade diante da internet.”). Cabe ressaltar que Bruno é um jornalista que encara os “passaralhos” com resignação (“É algo que faz parte da profissão.”), mas também pelo lado de quem demite, o que

para ele foi fonte de sofrimento (“Foi uma coisa que eu não queria, às vezes tinha que dar pareceres sobre colegas que seriam ou não demitidos a partir do parecer.”).

A narrativa de trabalho de Bruno e seu diagnóstico da crise no jornalismo remetem ao discurso da *extinção* – para ele, equivocadamente quem imagina que “aquele universo de Redações gigantescas pode um dia vir a ser recuperado”. Mas sua apropriação desse discurso transcende o âmbito econômico – o declínio é também ético e moral quando empresas perdem a capacidade de operar o jornalismo do modo em que ele acredita.

Nessa modulação do discurso da *extinção* está o fundamento de uma diferenciação que articula o *self* profissional de Bruno e suas construções da noção de crise no jornalismo. A crise não é do jornalismo como profissão (“A meu ver o jornalismo nunca está em crise.”), mas do modelo de negócio até então hegemônico do ofício, e impulsionada pela “incompetência” e por “caminhos escusos” de dirigentes empresariais (“Pessoas que tinham o dever de evitá-la [crise] ou que poderiam ter evitado e por algum caminho, muitas vezes escuso, não fizeram.”). Trata-se, portanto, uma visão endógena da crise, que atribui causas majoritariamente a fatores internos (“O jornal vem se matando sozinho há muitos anos.”).

Na narrativa profissional de Bruno, a crise não lhe afeta. É um fenômeno que viu se aproximar e para o qual se preparou previamente. A crise é dos outros, no sentido do componente geracional que aciona ao identificar colegas da sua geração e até mais novos que “se apegaram muito àquele modelo pré-existente e se recusam a ver que aquilo acabou”. “Então existem crises que são crises coletivas e crises pessoais”, afirma, sem se associar a nenhuma delas.

Bruno recorre ao discurso da *inovação como saída* como um dos fatores a isolar sua trajetória dos caminhos da crise do ofício. Proprietário de uma nova forma organizacional jornalística no ambiente digital, manifesta entusiasmo pelos “novos coletivos” e “sites especializados” que avançam em “áreas em que os jornais nunca pensaram nem quiseram cobrir” e descobrem “novas formas de agir e de buscar recursos”. Os novos meios são também antídotos para sentimentos de sofrimento ético (LELO, 2020) que Bruno expressa em percepções de momentos em que foi testemunha ou partícipe de desvios éticos a códigos deontológicos do campo (“Os dois maiores perigos do jornalismo: ser manipulado e ser corrompido.”).

Na narrativa de Bruno que coloca em cena sua identidade laboral, o novo ecossistema da mídia está ligado a sentimentos de satisfação no trabalho (“Meu grau de satisfação hoje é dez.”) e a novas possibilidades de aprimoramento profissional (“Tem uma série de coisas que

depois dos 50 anos eu tive que aprender.”). Mas ela também reflete a manutenção de tensões entre diferenciação e pertencimento na era digital, porque se ele assume o papel do outro nessa busca por novas habilidades para modular sua atuação, afirma, ao mesmo tempo, não querer se “transformar em refém da busca do Google” (“Eu quero continuar fazendo jornalismo, não buscando cliques. É uma coisa meio heroica.”). Ao que alguém poderia questionar, provocando o embate entre as facetas do “eu” e do “mim” do *self* profissional: na era digital, jornalismo e cliques não seriam uma coisa só?

Pode-se dizer que as construções identitárias de Bruno conformam uma trajetória que passa, segundo a tipologia esboçada por Ribeiro (2012), pelo tipo genérico do *fechamento*, definida por modelos clássicos de identidades profissionais, até se assentar como expressão de *possibilidade*, de realização por meio de projetos articulados individualmente. Para ele, o jornalismo e os jornalistas não estão em crise, a crise é das empresas que tomaram decisões erradas diante do avanço da comunicação digital. Os jornais podem ter acabado para Bruno, mas sua identidade de jornalista, não. Há perspectiva de futuro em sua visão da profissão: “O jornalismo nunca está em crise”.

#### **4.12 Victor, 64 anos: “Crise também pode ser oportunidade”**

##### **4.12.1 Relato**

Victor tem 64 anos de idade e 42 de carreira. É branco, cisgênero, casado e com filhos. Define-se como “jornalista e escritor” da área do conhecimento em que atua. Exerceu diferentes funções como jornalista, sobretudo em Redações tradicionais, com uma passagem curta por assessoria de imprensa no início da carreira. Graduado em comunicação com habilitação em jornalismo por uma universidade pública, intercalou períodos de estudos no exterior durante a carreira profissional e possui doutorado em uma disciplina das ciências humanas, também realizado em instituição pública. Trabalha como colunista em um jornal de circulação nacional baseado na região Sudeste do país, em que já exerceu diferentes cargos, inclusive de chefia, e recebe mais de dez salários-mínimos por mês.

Ele diz acreditar ter se tornado jornalista por “uma circunstância da época”: estava em dúvida entre uma carreira científica e a área de letras, mas tinha um parente decepcionado com essa área e concluiu que “a literatura do futuro seria o jornalismo”. Gostava de escrever,

inclusive poesia, e se interessava pela imprensa alternativa do período e pelo chamado jornalismo narrativo ou literário, de influência norte-americana.

Victor não é favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Diz considerar que o jornalista necessite ser “uma pessoa intelectualizada, precisa ler muito, gostar de escrever, ter talento, ser curioso e organizado”, além de ter “noções de justiça e equilíbrio muito bem desenvolvidas e noções éticas”.

Ele afirma que na época em que prestou vestibular tinha uma “ideia um pouco distorcida” e “talvez até romântica” do jornalismo de verniz literário, a de que talvez fosse “uma boa maneira de entrar na profissão”. Mas sua entrada se deu por outros caminhos. Começou como revisor em um jornal de grande circulação, do qual foi demitido em poucos meses, após ter aderido a uma greve de jornalistas. Trabalhou como revisor em outra publicação, em um jornal de bairro e em uma assessoria de imprensa de órgão público, até ingressar no jornal em que atua há mais de 30 anos. Nessa publicação Victor teve diferentes funções, como repórter, editor, colunista e coordenador. Foi uma das primeiras pessoas da Redação a “se terceirizar”, como define a passagem para contratação via pessoa jurídica, e também a enfrentar um “passaralho” ainda na primeira metade dos anos 2000. Mas após a demissão continuou prestando serviços ao jornal como autônomo, o que conciliou com outros trabalhos como *freelancer*, até ser convidado a retornar à publicação.

Atualmente, já aposentado pelo INSS, diz ter um nível “bastante bom” de satisfação no trabalho, por não ter mais funções executivas na Redação e pela “total liberdade” de viajar e desenvolver outros projetos fora do jornal. “É uma coisa muito mais voltada para as minhas prioridades do que para as prioridades do jornal”, diz. Afirma que as habilidades e competências necessárias ao trabalho mudaram muito ao longo dos anos e que ele nunca parou de aprender ao se dedicar a novos temas:

*É um privilégio você trabalhar em uma profissão que aos 60 anos exige que você comece tudo de novo. Não é que exige, eu poderia continuar acomodado lá onde eu estava, mas me deu a oportunidade de descobrir um assunto novo e se entusiasmar e aprender, continuar aprendendo.*

Sobre mudanças nas condições de trabalho, ele diz que quando entrou no jornal em que atua hoje, há mais de 30 anos, era um momento de crescimento da publicação e de “explosão

do jornalismo”, com progressão salarial rápida e muitas oportunidades na Redação. A partir dos anos 2000, afirma, o cenário se complicou com o advento da internet e as mudanças na economia da imprensa. Sobreveio, diz ele, um quadro de “muita concorrência, cortes, muitos passarálhos” e um processo de “juniorização” das Redações “muito forte”. “Demitia-se muita gente que ganhava bem para contratar gente que ganhava pouco”, afirma. “Eu passei a ter colegas que viviam em repúblicas porque o salário era insuficiente para bancar uma moradia própria. O que é uma coisa impensável na minha época”. Em outro momento da conversa, ele detalha mais o processo que como “uma certa precarização do reportariado”, que associa com uma crise no modelo de negócios da imprensa tradicional:

*Na década de 80 havia uma tendência maior de pessoas mais intelectualizadas entrarem na profissão. Não sei se mudou muito, mas você vê hoje em dia pessoas assinando matéria que você percebe que tem uma relação muito superficial com o conteúdo que está cobrindo, com uma capacidade de análise menor. Esse é o lado ruim. E a crise do modelo de negócios tem muito a ver com isso. Acho que desse ponto de vista os jornais não pioraram por vontade própria, foi mais uma imposição mesmo das condições de sobrevivência como negócio.*

Em acepção ampla, a noção de crise para Victor remete ao “lugar comum” de que “crise também pode ser oportunidade”. Ele exemplifica com a situação que viveu nos anos 2000, em que a demissão do jornal em que atuava ofereceu uma oportunidade de reorientação profissional que se revelou positiva. Ele também menciona, por outro lado, a ideia de “crise crônica”, em referência ao cenário recente na economia e na política no Brasil.

Sobre a ideia de crise no jornalismo, ele afirma ver duas crises que acredita estarem relacionadas, embora nunca tenha pensado em qual seria a “relação estreita” entre elas. A primeira é a “crise do modelo de negócio”, relacionada a uma maior concorrência pela atenção do público em meio à multiplicação de canais de informação. A outra crise, para ele, envolve a “própria noção de opinião pública e do que é informação digna de confiança”, algo que associa ao impacto das redes sociais e ao questionamento do papel de *gatekeeper* da imprensa. Uma “fronteira cinzenta” em que “qualquer um fala o que quer e opiniões se tornaram equivalentes a fatos”, e que lhe traz preocupação e frustração:

*Eu diria que talvez até a maioria das pessoas hoje não confia mais nesse papel mediador do jornalismo profissional. E essa é uma crise talvez até mais profunda que a do modelo de negócios. É muito preocupante e muito frustrante para uma pessoa como eu, da minha geração, com alguns ideais iluministas, por mais que você pense nos limites do jornalismo, mas é muito frustrante, ao fim de mais de 40 anos de jornalismo, você estar se deparando com essa deterioração de uma coisa que, mal ou bem, com todas as suas restrições e manipulações, a gente acredita no fundo. Por que senão ficar na profissão?*

Victor afirma, no entanto, que as crises que identifica no jornalismo não afetam seu trabalho, embora reconheça que sua situação profissional, privilegiada do ponto de vista da trajetória e da liberdade atual de atuação, não seja representativa da “situação que acho que o jornalista médio vive”. A frustração pela mudança na “função social da imprensa em geral”, diz, lhe acomete mais, portanto, como “cidadão engajado nesse processo como jornalista”. Diz não se “preocupar muito” com eventuais soluções por não ser “empresário” nem “homem de negócios”. “Talvez devesse me preocupar mais”, afirma. Mas diz que “você não sai desse buraco se não investir mais”, e que isso passa por aportes em aspectos como “qualificação”, “melhoria dos meios informáticos” e “aumento de equipes”:

*Talvez, pessoas mais jovens do que eu, elas achem que a solução está justamente nas mídias alternativas e no empreendedorismo: criar sites, podcasts, sei lá o quê. Ter uma persona no Twitter ou outra no Instagram, virar influencer. Não sei. Pessoas mais jovens talvez encarem isso como uma solução, e tentar aproveitar essa onda das redes sociais como uma maneira de criar canais novos, mas não para fazer entretenimento. O ideal seria você criar canais novos para fazer jornalismo de verdade. E eu acho que tem uma fronteira cinzenta que acaba sendo confundida. Muita gente que se apresenta como canais de notícias ou de informação na verdade está fazendo opinião ou proselitismo, entretenimento, qualquer outra coisa que não é jornalismo propriamente dito.*

Victor relata que a pandemia de Covid-19 afetou seu trabalho principalmente pela restrição de viagens, mas que também foi um “baque profundo do ponto de vista emocional”. Ele cita a perda de convívio com familiares e colegas, a preocupação com a saúde e com a situação do país, e a constatação de uma perda de relevância do jornalismo no cenário de politização do debate sobre o papel da ciência na pandemia:

*Você sente que não tem repercussão além do círculo de pessoas que já concordam com você. Então nesse aspecto, voltando à questão da frustração,*

*foi muito frustrante desse ponto de vista. De ver, sentir que o peso da opinião, no caso de colunas de opinião, que têm uma opinião que tenta ser mais embasada, racional, com o apoio em evidência, na melhor ciência, acabou pesando muito pouco nessa polarização.*

Os momentos de maior estresse para Victor na profissão ficaram no passado, quanto exerceu funções de coordenação ou de confiança no jornal em que passou a maior parte da carreira. Diz que algumas experiências que teve de estudos no exterior estão ligadas à necessidade de afastamento do “dia a dia estressante” que enfrentava, e que chegou a fazer terapia em duas épocas da vida também por essas questões.

Ele diz não se arrepender da escolha profissional, mas talvez de ter estudado jornalismo – afirma que se pudesse voltar no tempo teria estudado biologia, mas possivelmente teria se tornado jornalista mesmo assim. Afirma que, embora esteja na profissão há mais de 40 anos, não se considera um “entusiasta da vida de jornalista”:

*Nunca fui um repórter investigador, aquela coisa de xereta. Não é muito meu perfil. Então, nesse sentido, não me considero um jornalista mais autêntico, vamos chamar assim. Mas não me arrependo porque fiz muita coisa legal, muito satisfatório, engoli vários sapos.*

Victor afirma que para ele o “desenvolvimento intelectual se confunde” com sua “atividade profissional” e que ele hoje desfruta de uma posição que lhe permite “escolher” o que quer fazer. Sua perspectiva de futuro é “continuar fazendo coisas novas” – cita séries de TV e *podcasts* como possibilidades. “O que sempre torna a vida mais interessante. E não parar de trabalhar nunca provavelmente. É um bom sinal, né? ”

#### **4.12.2 Análise**

Victor é um jornalista com uma trajetória profissional atípica. Soma 30 anos de atuação no mesmo jornal, que resultaram em estabilidade financeira e em liberdade para desenvolver projetos fora da empresa, o que influencia positivamente sua satisfação no trabalho. Sem funções executivas e com flexibilidade de atuação como colunista, longe dos prazos do noticiário diário, ele destaca o fato de o seu trabalho ser algo “muito mais voltado” às suas prioridades do que para as prioridades do jornal.

Ele se descreve como um profissional que não se deixa acomodar. Por descobrir e aprender novos temas, o trabalho ainda lhe é fonte de entusiasmo. Nesse sentido, sua trajetória traça movimentos de rejeição à acomodação que, em geral, são bem-sucedidos. Ainda no início da carreira, passa um período no exterior, em viagens e estudos de um idioma. Perde o cargo, muda de função e experimenta queda de renda após seu primeiro “passaralho”, mas busca meios de complementar a renda como autônomo em outras funções. Após mais de três décadas na mesma Redação, com “momentos de profunda insatisfação” com a empresa, alcança uma estabilidade na relação com o empregador (“Acho que é uma excelente relação, e no passado chegou a ser muito conflituosa.”) que alimenta, de forma mútua, a estabilidade de seu *self* profissional.

Para além de sua trajetória de sucesso na profissão, a construção da estabilidade da identidade profissional de Victor passa também pela expressão de suas noções acerca da crise do ofício – e por uma visão que reconhece diversos aspectos dessa alegada crise, mas procura marcar distanciamentos em relação a ela. Um exemplo disso está no momento da entrevista em que, instigado a detalhar os sentimentos de frustração que dissera experimentar em razão da crise, ele separa o “cidadão” do “jornalista” e diz que seu trabalho em si não é tão afetado pelo problema. A derrocada que aponta na “função social da imprensa”, afirma, é “muito frustrante” para o “cidadão engajado nesse processo como jornalista”. Notam-se aqui elementos tradicionais de legitimação da atividade, como aqueles que remetem ao discurso do “valor-notícia”, e ecos de uma representação do jornal diário como meio profissional e democrático, protagonista de uma cruzada pelo bem público (“A imprensa é, pelo menos tentativamente ou idealmente, um filtro isento de buscar os fatos e a verdade possível de uma maneira equilibrada e objetiva.”).

Embora endosse representações tradicionais acerca da profissão, Victor narra o *self* de jornalista com certa distância do papel profissional, expressando algum desapego em relação ao “outro generalizado”, à comunidade de referência (“Eu não sou um jornalista dos mais convictos, não sou entusiasta da vida de jornalista. Nunca fui um repórter investigador, não é meu perfil. Então não me considero um jornalista mais autêntico.”), o que pode ser analisado como elaboração de um papel coerente com a representação alheia e ao mesmo tempo em sintonia com seus objetivos e preferências pessoais. Instado a se definir profissionalmente, ele opta, por exemplo, pelas expressões jornalista e escritor, não apenas jornalista. Esse movimento de afastamento também se faz notar quanto Victor atribui a donos de jornais a responsabilidade

pelo encaminhamento de possíveis soluções para a crise do ofício (“Não sou empresário nem homem de negócios, então não me preocupo muito, talvez devesse me preocupar mais.”).

Victor identifica uma crise no modelo de negócio da imprensa tradicional, que traz como consequência um processo intenso de “juniorização” das Redações – termo que denota um componente geracional (COSTA, 2021) em sua concepção de crise – e uma decorrente queda na qualidade dos produtos jornalísticos. Ele também vivencia processos de demissão coletiva e indica uma tendência associada de precarização das condições de trabalho no setor. Expressa sentimentos de resignação e de sofrimento ético (LELO, 2020) em relação a essa retração da qualidade, que afasta a prática profissional dos “ideais iluministas” que embasaram sua formação, mas isenta as publicações de responsabilidade por esse desdobramento (“Foi uma imposição mesmo das condições de sobrevivência como negócio.”). Julgamento semelhante ocorre ao comentar a frustração diante daquele que é, em sua opinião, o aspecto mais grave da crise: a deterioração do papel de *gatekeeper*, de mediador da informação, do “jornalismo profissional” (“É muito frustrante você estar se deparando com essa deterioração de uma coisa que a gente acredita no fundo”). Ele pondera, contudo, que tais impactos são de alguma forma minimizados pela situação confortável que vivencia no ponto atual da carreira, cenário que reconhece distante para o “jornalista médio”.

Para ele, a crise mais grave a acometer o jornalismo é, portanto, de credibilidade, de perda do protagonismo na mediação das informações, o que para ele se relaciona com uma crise mais ampla, impulsionada pela massificação das redes sociais na circulação de informações, da “própria noção de opinião pública e do que é uma informação digna de confiança”. Cabe destacar como, em seu relato, a pandemia de Covid-19 exerce o efeito de exacerbar esse sentimento de frustração pela perda de protagonismo (“Você sente que não tem repercussão além do círculo de pessoas que já concordam com você.”).

O jornalista diz acreditar que eventuais soluções para a crise da imprensa “que alguns chamam pejorativamente de imprensa corporativa” passem necessariamente por mais investimentos: em qualificação, pessoal, infraestrutura (“Você não sai desse buraco se não investir mais e tem pouca gente disposta a investir.”). Incorre em um ato de *borderwork* identitário, de delimitação de fronteiras de identidade profissional, quando manifesta reservas em relação a diagnósticos que apostam, como eventuais saídas para a crise, em novas formas organizacionais que se apresentam como veículos jornalísticos, fazendo “qualquer outra coisa” que não seja “jornalismo propriamente dito” (“Muita gente que se apresenta como canais de

notícias ou de informação está, na verdade, fazendo opinião ou proselitismo e entretenimento.”).

Victor perfaz em sua carreira uma trajetória de *fechamento* (RIBEIRO, 2012) em torno de sua identidade profissional. Para ele, aos 60 anos de vida e 42 de carreira, exercer a profissão ainda é um “privilégio” marcado pelo frescor das descobertas. Em paralelo à expressão de uma identidade de *fechamento*, sua trajetória indica também a busca de satisfação a partir de projetos individuais, típicos de uma construção identitária de *possibilidade*. A crise que observa no modelo de negócio tradicional da imprensa abala elementos de legitimação do ofício que lhe são caros, porém sem prejuízo maior à estabilidade do *self* (“A crise também pode ser oportunidade.”).

## 5 DISCUSSÃO

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender como a crise contemporânea do jornalismo, em suas diferentes acepções, aciona processos de negociação e ressignificação identitária de seus profissionais. Em linha com uma nova perspectiva nos estudos sobre o tema (ALEXANDER, 2016), procurou clarificar o problema a partir de suas raízes culturais e discursivas. Identificou e descreveu bases econômicas da transformação do ofício de modo a evitar determinismos tecnológicos e estatísticos, tendo em vista a força e o papel do conceito de crise como um recurso psicossocial, na organização de discursos em circulação sobre a profissão e em dinâmicas de identidade de jornalistas.

O desenho da pesquisa tomou a situação de trabalho como critério primário de seleção dos participantes – metade dos entrevistados atuavam em Redações tradicionais de veículos impressos e a outra metade, em outros ambientes profissionais. Os principais pontos em comum nas entrevistas ultrapassaram, contudo, essa clivagem. Os 12 jornalistas consultados narraram, por exemplo, a existência de uma ou mais crises no jornalismo. Narrativas que, em sua maioria, não expressaram sentidos de crise pessoal na profissão – as crises do ofício não corresponderam, portanto, a crises individuais de seus praticantes. Se por um lado os participantes reconheceram, em geral, desenvolvimentos recentes da profissão descritos por Waisbord (2019) como “vulnerabilidades” de uma “crise multifacetada” na atividade – transformações nos fundamentos econômicos da imprensa comercial, precarização das condições de trabalho, surgimento de forças antidemocráticas e de violência contra a imprensa –, há um intento nas narrativas de proteger suas trajetórias singulares dessa crise.

O critério idade se revelou mais significativo em termos de regularidades entre os grupos estudados. Apenas um quarto dos entrevistados (Mayara, Bruna e Samuel), por exemplo, e todos entre 18 e 39 anos, acionaram sentidos de crise pessoal ao narrarem a crise no ofício. Para Mayara, a constatação de uma crise na profissão marca seu processo – em curso – de socialização profissional e se mistura com a crise do país. A influência do contexto político e econômico também atravessa a narrativa da crise de Bruna, para quem crise define o jornalismo. Na mesma direção, Samuel vê a atividade sob o prisma da crise e expressa insegurança ontológica associada a um histórico de instabilidade financeira durante a carreira. Embora denotem entrelaçamento e retroalimentação entre as narrativas de crise e a identidade profissional de seus sujeitos, são relatos que desafiam a visão essencialista de que o/a jornalista

hoje “corre o risco de perder sua identidade” (COSTA, 2021, p. 98). Pelo paradigma que orientou essa pesquisa e suas escolhas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, parece mais adequado pensar em formas identitárias em transformação do que sujeitos dotados de essência única ou natureza particular sob ameaça de extinção.

Os demais entrevistados narraram as situações do ofício e do *self* profissional de modo a delimitar instâncias e responsabilidades, acionando, em diferentes níveis e medidas, mecanismos de defesa identitária. Joana descreve relatos sobre crise no jornalismo como algo externo a si. Associa a redução de pessoal na Redação a um aumento de “pressão por agilidade e competências”, mas não promove associações diretas entre sua frustração no trabalho e a crise do ofício – sua tensão entre o “mim” e o “eu” no trabalho precede e transcende o contexto imediato. Cátia descreve uma crise financeira, “do papel”, em que a identidade da mídia impressa é que está sob risco. Paula identifica crises do modelo de negócio, de racionalidade e de confiança da imprensa, mas as articula de modo contextual e paralelo ao *self*. Para Leandra, a crise é algo esperado e maus jornalistas também são responsáveis por ela. Bianca também aponta razões endógenas para a crise do jornalismo (desconhecimento sobre “como se posicionar” na contemporaneidade) e diz que a precarização do trabalho no setor não a atinge. Claudio não se associa a um problema de modelo de negócio limitado ao “jornalismo industrial”, algo que, para ele, significa oportunidade de mudança. Silvia expressa sentimentos de resignação e de autoconfiança diante da constatação de uma crise econômica e de confiança no jornalismo profissional. Bruno atribui o declínio do jornalismo às próprias empresas do setor (“O jornal vem se matando sozinho.”). Victor manifesta frustração e algum sofrimento pelo que vê como perda de qualidade dos produtos jornalísticos, mas as crises do ofício não afetam seu trabalho. Em diferentes tons e intensidades, as narrativas desses jornalistas expõem mecanismos de uma dinâmica identitária específica, de busca de estabilidade, de coerência e de imagens favoráveis da profissão, de modo a afastar interpretações de ameaças urgentes à atividade e a refletir a imanência de códigos culturais associados a identidades de ofício (ALEXANDER, 2016; BREESE, 2016).

As narrativas em torno da escolha do ofício fazem parte do processo de negociação da identidade (SANDSTROM *et al.*, 2016), em que situamos a nós mesmos e os outros como objetos sociais em uma determinada situação, e nesse aspecto a pesquisa aponta algumas regularidades. A primeira delas indica a força, nos jornalistas entrevistados, da dimensão biográfica de suas formas identitárias, de reivindicações de história pessoal e fragmentos de memória (DEMAZIÈRE e DUBAR, 2006). Seis dos 12 entrevistados – um na faixa de 18 a 39

anos, quatro entre 40 e 55 anos e um acima de 55 anos; dois em Redações tradicionais, quatro em outros ambientes de trabalho – evocaram reminiscências ainda da fase de socialização primária que sugerem aptidões inatas, uma visão da atividade como destino. Nesse eixo diacrônico da identidade, da identidade para si, Samuel opta pelo jornalismo pelo incentivo dos pais a que ele “sempre” gostasse de ler. Catia diz ter se tornado jornalista por ser “muito curiosa” e “gostar muito de escrever”. Paula relata memórias de uma “excelente aluna” com “ímpeto por dividir e comunicar”. Leandra se define como uma pessoa “questionadora e falante” que “sempre” teve “as características dos jornalistas”. Bianca menciona uma parente próxima que era repórter e que em sua casa “sempre se gostou muito de notícia”. Claudio associa a escolha ao seu hábito adolescente de leitura e escrita.

Outros participantes se afastaram de uma visão da profissão como destino e introduziram elementos circunstanciais e de imprevisibilidade em suas opções. Três dos quatro participantes acima de 55 anos narraram seus processos de escolha profissional nesse tom, perfazendo um movimento de distanciamento do papel (SANDSTROM *et al.*, 2016), das obrigações e expectativas que se aplicam ao status social da profissão, muito embora não tenham deixado de acolher seus papéis como jornalistas. Silvia diz que a escolha se deu “bem por acaso”, mesma expressão empregada por Bruno, que apenas seguiu a sugestão de um amigo. Victor afirma ter se constituído jornalista por “circunstância da época”. As outras três entrevistadas descreveram terem chegado ao jornalismo por meio do interesse em áreas correlatas – Mayara descreve uma “paixão pela comunicação”, embora tenha se formado técnica em outra área, Bruna viu no jornalismo uma oportunidade para “sempre estar aprendendo em diferentes áreas”, e Joana escolheu a profissão porque queria trabalhar como roteirista.

Outro achado da pesquisa foi o predomínio, nas entrevistas, de construções de *fechamento* (RIBEIRO, 2012), marcadas em torno de uma identidade profissional definida e de busca de referências em coletivos e práticas comuns. Ao lado da conclusão sobre a baixa ocorrência de sentidos de crise pessoal em narrativas da crise da profissão, são convergências que indicam que, na batalha simbólica e discursiva em torno da atividade, a “crise do jornalismo” também se materializa em narrativas que reforçam, e não apenas minam, o jornalismo como profissão (BREESE e LUENGO, 2016) e os códigos culturais do ofício. Nove dos jornalistas entrevistados, ou dois terços do total, expressaram esse movimento de *fechamento* em torno de uma identidade profissional: Samuel, Catia, Paula, Leandra, Bianca, Claudio, Silvia, Bruno e Victor. Samuel não imagina um trabalho que não seja “com a palavra”.

Catia pensa “em fazer coisas paralelas”, mas se vê “como jornalista mesmo”. Paula não trabalha mais na imprensa, contudo se define como “jornalista que gosta de reportar e contar histórias”. Leandra não se arrepende da escolha profissional e não pensa em trocar de profissão. Bianca é “uma repórter feliz” no que faz. Claudio construiu um caminho para a carreira no campo das novas formas organizacionais do setor e alimenta projetos de futuro na profissão. Silvia tem uma longa e bem-sucedida carreira dentro de uma Redação e ainda mantém interesse e prazer no trabalho. Após uma longa trajetória em Redações, Bruno montou um projeto jornalístico próprio, que o mantém motivado para projetos atuais e vindouros. Victor desfruta de autonomia após uma carreira bem-sucedida na imprensa e valoriza o fato de poder se dedicar a novas pesquisas e iniciativas na profissão. Tais relatos trazem elementos que endossam a relevância de uma perspectiva sobre as possíveis crises do jornalismo que não se atenha somente às lógicas tecnológicas e de mercado, considerando os códigos que alimentam a identidade profissional e o papel de valores éticos e morais no cotidiano (ALEXANDER, 2016).

Se o critério da situação de trabalho (Redação tradicional e outros ambientes) não revelou diferenças expressivas entre as narrativas em relação a esses dois elementos – acionamento de sentidos de crise pessoal e tipo de construção identitária no trabalho, o critério da faixa etária, como apontado acima, sugere regularidades importantes. No caso do tipo de construção identitária, segundo a classificação de Ribeiro (2012), as três jornalistas que não se aproximaram de uma forma de *fechamento* foram também as mais jovens do conjunto: Mayara, 23 anos, Bruna, 27 anos, e Joana, 35 anos. Mayara narra uma identidade profissional de *possibilidade*, de alguém que se adapta simultaneamente às inseguranças e às oportunidades vivenciadas no trabalho. Bruna vive um momento de crise profissional e expressa *instrumentalidade* nas construções do *self* profissional, de quem passou por experiências de adaptação identitária, mas enfrenta obstáculos nessas articulações, tais como sentimentos de incompletude e de sobrecarga. Joana gosta de ser jornalista, mas está insatisfeita com as condições de trabalho do jornalista. Nesse sentido, ela também atravessa uma crise profissional, e um momento de transição na trajetória que a aproxima de um perfil *instrumental* de identidade.

A prevalência, nas entrevistas, de movimentos de dissociação entre narrativas da crise da profissão e sentidos de crise do *self* não impediu que questões de saúde mental no trabalho aparecessem com regularidade nas entrevistas, atravessando diferentes faixas etárias e situações de trabalho. Dois terços dos jornalistas – oito profissionais – relataram ter adoecido mentalmente em razão de suas funções em algum momento de sua trajetória, sendo três na faixa

de 18 a 39 anos (Bruna, Joana e Samuel), os quatro da faixa 40-55 (Catia, Paula, Leandra e Bianca) e um com mais de 55 anos (Bruno). Em relação à situação de trabalho, três dos seis jornalistas que atuavam em Redações tradicionais de veículos impressos relataram episódios de adoecimento mental, ante cinco dos seis que exerciam a profissão em outros ambientes profissionais, como Redações de veículos online e organizações não-governamentais. Mayara, a mais jovem entrevistada, empregada em um grande jornal, embora não tenha relatado adoecimento mental, descreve um “estado permanente de cansaço” no trabalho. Bruna detalha como o tema assumiu uma dimensão maior em sua vida e carreira após ter passado por uma demissão que vivenciou durante o começo de um tratamento psiquiátrico contra depressão e *borderline*, motivado, entre outros motivos, pelo trabalho. Da experiência da Redação de um jornal de circulação nacional, Joana fala de uma “pressão que vem de todos os lados” que afeta sua “saúde mental e emocional”, e faz acompanhamento psicológico e psiquiátrico para ansiedade e depressão. Samuel considera que a terapia psicológica foi fundamental para lidar com a pressão do trabalho e reduzir o uso do álcool “como automedicação”, mas se sente estressado e ansioso com frequência no trabalho. Cátia relata ter se demitido após um “*breakdown* nervoso” no trabalho, e trata quadros de ansiedade e depressão. Paula narra uma crise de síndrome de *burnout* na pandemia e buscava alternativas para o quadro de “ansiedade moderada” que ameaçava ser seu “novo normal”. Leandra busca atendimento psiquiátrico na pandemia, após um “pré-diagnóstico” de *burnout* – relata que o “balde transbordou” após ter sido insultada e ameaçada por um leitor do jornal. Bianca, que vive um momento “feliz” na carreira, teve diagnósticos de LER e de estresse e precisou de ajuda terapêutica para lidar com a rotina de trabalho. Bruno, em períodos de “imenso” estresse na alta hierarquia de uma Redação, precisou recorrer a tratamento com ansiolíticos. Sete dos jornalistas entrevistados narraram experiências e sentidos de precarização do trabalho jornalístico: todos os da faixa de 18 a 39 anos (Mayara, Bruna, Joana e Samuel), ante três em quatro na faixa de 40 a 55 anos (Paula, Leandra e Bianca) e nenhum na faixa acima de 55 anos. Metade descreveu percepções de ritmo acelerado e sobrecarga de trabalho, sendo três na faixa de 18 a 39 anos (Bruna, Joana e Samuel), dois entre 40 e 55 anos (Paula e Leandra) e um na faixa acima de 55 anos (Silvia).

Nove dos 12 entrevistados (Bruna, Joana, Samuel, Catia, Paula, Leandra, Bianca, Bruno e Victor), ou três quartos do total, sofreram processos de demissão em algum momento da carreira, sendo que sete (Bruna, Joana, Catia, Leandra, Bianca, Bruno e Victor) também vivenciaram episódios de desligamentos coletivos conhecidos como “passaralhos”. As demissões atingiram três dos quatro entrevistados na faixa de 18 a 39 anos, todos entre 40 e 55

anos e dois dos quatro acima de 55 anos, e as demissões coletivas, dois entre 18 a 39 anos, três entre 40 e 55 anos e dois acima de 55 anos. Para Bruna, é a memória de um processo traumático, em que foi desligada enquanto fazia um tratamento psiquiátrico e após cobrar atenção do empregador para a saúde mental dos funcionários. Joana passou pela experiência durante uma curta passagem por uma agência de publicidade e não acionou lembranças de sofrimento durante a entrevista. Após figurar em uma demissão coletiva, Cátia se sentiu injustiçada e ingressou em um período de indefinição e instabilidade do *self* profissional (“Não saia o que e queria fazer.”). Ao visitar, ainda estudante, a rádio em que sonhava trabalhar, Leandra se deparou com um dia de “passaralho” na Redação, episódio que marcou sua percepção do mercado de trabalho. Bianca expressa sentidos de injustiça e sofrimento em relação ao processo de demissão coletiva que viveu (“É a meritocracia te punindo.”). Bruno manifesta resignação (“O ‘passaralho’ é algo que faz parte da profissão do jornalismo.”), mas traz um ponto de vista distinto ao apontar que o processo também é fonte de sofrimento para quem operacionaliza as demissões coletivas, como ele chegou a fazer (“Foi uma coisa que eu não queria, eu às vezes tinha que dar pareceres sobre colegas que seriam demitidos ou não a partir do parecer.”). Victor menciona o baque financeiro pós-demissão num “passaralho” como “paulada”.

As narrativas dos jornalistas entrevistados evidenciaram que suas imagens e expressões do *self* profissional não perfazem um diagnóstico unívoco sobre a alegada crise da profissão. Os jornalistas lançam mão de vocabulários de motivos (SANDSTROM *et al.*, 2016) que incorporam elementos contextuais, de quadros sociais mais amplos – político e econômico, por exemplo – na oferta de explicações para suas ações e interpretações. Mayara não separa os sentimentos em relação à profissão da situação geral do país que lhe causa “ansiedade” e “anestesia”. Bruna incorre em descrição semelhante ao ressaltar como não viveu, no trabalho, “um Brasil que não estivesse à beira de um ataque de nervos”. Samuel atrela seu destino profissional a mudanças no cenário político (“Enquanto a gente não garantir a saída do [então presidente Jair] Bolsonaro, eu não vejo futuro.”). Silvia vê “campanhas de desvalorização” do jornalismo tradicional, promovidas por atores políticos, na raiz da redução de confiança da sociedade na atividade. Relatos que endossam, como apontaram Becker e Strauss (1960), a constatação de que estabilidades na organização do comportamento e do autoconceito são intrinsecamente dependentes de estabilidades na estrutura social.

Maior crise sanitária do século, a pandemia de Covid-19 também moldou percepções de obrigações e expectativas que se aplicam ao comportamento no trabalho, atravessando faixas etárias e situações de trabalho. Para a jovem Mayara, a crise sanitária motivou, além de

sobrecarga de tarefas, insegurança e abalos nas relações interpessoais pela ausência de contato presencial no cotidiano laboral. Bruna agravou sentidos de instabilidade profissional pelo aumento do cansaço e da ansiedade durante o regime de atuação remota instaurado pela pandemia. Joana viu melhoras em sua vida com o trabalho em *home office*, embora tenha atribuído ao novo esquema problemas físicos que passou a ter desde então. Cátia relata que a pandemia agravou seus sentimentos de insegurança no trabalho, e que procurou, durante o período, atendimento psicológico oferecido pela empresa. Paula teve um diagnóstico de síndrome de *burnout* na pandemia. Leandra descreve um pré-diagnóstico da mesma síndrome durante o período e afirma ter sido impactada pessoalmente pela gravidade das notícias que reportava (“Virou tudo uma coisa só.”). Bianca reconhece que o trabalho remoto tornou mais difícil, para ela, delimitar momentos para descanso. Exceção entre os entrevistados, assim como Joana, por apontar impactos positivos da pandemia no trabalho, Silvia ressalta o aumento da demanda por notícias. Victor fala de um “baque emocional profundo” causado pela pandemia de Covid-19 e da constatação da perda de relevância do jornalismo nesse cenário.

As narrativas dos entrevistados indicam que a economia importa quando o assunto são as transformações do jornalismo. Dos 12 participantes, 9 (Joana, Catia, Paula, Leandra, Bianca, Claudio, Silvia, Bruno e Victor) afirmam que a crise que acomete o jornalismo é de fundo econômico e financeiro, sendo que seis (Joana, Paula, Claudio, Silvia, Bruno e Victor) mencionam de maneira específica uma crise do modelo de negócio da imprensa tradicional, notadamente os meios originalmente impressos. O diagnóstico apareceu de forma clara nos relatos de cinco dos seis profissionais empregados em Redações tradicionais e de três dos seis jornalistas que atuam em outros ambientes. Para Joana, a crise se materializa nos espaços vazios que aumentaram na Redação do jornal nos últimos anos. Catia aponta um “achatamento evidente dos salários” no jornal. Paula destaca, entre as várias crises que identifica que afetam a atividade, a “crise do papel” e a crise do modelo de negócio da imprensa tradicional. Para Leandra, a crise se apresenta na forma de “Redações menores”. Bianca descreve uma “crise de sobrevivência dos meios de comunicação” que é “sempre de viés econômico”. Claudio afirma que há uma “crise terminal” de um “modelo do final do século 19” do jornalismo, mas que não afeta o ofício em si, que se vê diante de novos e promissores ecossistemas organizativos. Silvia vê “conflitos por recursos escassos” na origem do conceito de crise, tomado em acepção ampla – no caso do jornalismo, seria uma competição em que o setor perde receita para outros meios. Bruno delimita a crise econômica a empresas que não se adaptaram à digitalização da informação. Victor não vê saída para o fortalecimento do jornalismo profissional que não passe

por investimentos monetários em recursos humanos e tecnológicos (“Você não sai desse buraco se não investir mais.”). Os três profissionais que não mencionam de forma explícita nas entrevistas a questão econômico-financeira como aspecto da dita crise do jornalismo (Mayara, Bruna e Samuel) são da faixa etária mais baixa do conjunto de entrevistados. Nesses três relatos a noção de crise define o jornalismo e a própria situação de país. O que não necessariamente, no caso de Bruna, implica em algo negativo – a jornalista vê a profissão fortalecida nesse contexto.

Um resultado das mudanças no setor, portanto, é que os jornalistas hoje estão mais cientes da economia do setor. Dados de navegação fornecem acesso imediato ao *feedback* da audiência, e profissionais da imprensa podem responder de forma imediata a mudanças percebidas no gosto do público. Isso leva algumas empresas e organizações jornalísticas a priorizar conteúdo que seja compartilhável ou “clicável” – o que gera conflitos para os jornalistas em torno de critérios de julgamento sobre o que é e deve ser notícia. Esse tipo de embate interno aparece nas falas de entrevistados de faixas etárias e locais de trabalho distintos, como no relato de Joana (“A gente dá uma suada para não fazer *clickbait* [caca-cliques, no jargão jornalístico], mas a tentação é grande e acaba fazendo uns títulos que não são exatamente jornalísticos.”). Paula aponta como certas demandas no jornalismo digital impõem perdas de qualidade à atividade. Em uma demonstração de posicionamento hegemônico na construção de produtos noticiosos, descrita por Domingo e Le Cam (2016) entre jornalistas de grandes empresas, Leandra usa termos duros para se referir a quem produz o que define como conteúdo vulgar de entretenimento (“A minha aversão a esse tipo de gente que cruza o nosso caminho no jornalismo beira até o preconceito.”). Bianca considera, por outro lado, que ainda falta ao jornalismo ceder a demandas da audiência em temas como gênero e orientação sexual (“Só assim a gente vai conquistar esse leitor, porque você vai dizer para ele: ‘Estou atento ao que te preocupa’.”). Otimista em relação ao futuro do jornalismo praticado por organizações independentes, como a que coordena, Claudio demarca fronteiras identitárias no trabalho ao defender a recusa ao “sensacionalismo fácil em busca de público”. Silvia diz que uma possível solução para as crises que observa no setor deve buscar formas de “continuar atingindo o público com informação crítica e importante”. Notam-se nessas narrativas elementos de uma cultura ocupacional típica do momento atual da profissão (ANDERSON, 2016), que toma a reportagem original como diferencial e enquadra a audiência como uma entidade monolítica.

Entre outros discursos em circulação na sociedade sobre as alegadas crises do ofício, referenciados nas entrevistas, está o da crise de confiança ou de credibilidade, elaborado por

Paula e Bianca, no grupo entre 40 e 55 anos, e ambas com atuação em outros ambientes profissionais, e por Silvia e Victor, jornalistas empregados em Redações tradicionais e com mais de 55 anos. Paula observa perda de credibilidade dos produtos jornalísticos, situação que considera injusta (“Estão dizendo que nada que o jornalismo faz presta. Isso não é verdade”). Bianca identifica uma crise de credibilidade no jornalismo, mas atribui suas causas a terceiros, isentando sua categoria profissional (“Esse descrédito que se dá ao jornalismo é muito menos pelos nossos erros e muito mais por campanhas de difamação mesmo.”). Silvia menciona que “a confiança do público no que a gente faz é menor”, no entanto, como Bianca, cita a influência de “ataques” de terceiros nesse cenário (“O jornalismo profissional está sob ataque do ponto de vista político.”). Para Victor, a crise de confiança envolve a “própria noção de opinião pública” e está ligada ao impacto das redes sociais no setor. Também há elementos do discurso da crise geracional (COSTA, 2021), que colocaria em lados opostos, dentro das Redações, gerações anteriores e posteriores à internet. Mayara, 23 anos, fala em “choque geracional” e sobre colegas que não conseguem “abraçar” as premissas do jornalismo digital. Joana, 35 anos, vê o jornal em que atua desatualizado diante das demandas do público (“A gente faz um jornal ainda para o leitor dos anos 80, dos anos 90.”). Samuel, 37 anos, indica um conflito de gerações dentro de sua própria organização noticiosa (“Acho que alguns problemas nos debates internos advêm do fato de que os veteranos, a galera mais antiga, nunca fez terapia.”). Catia, 46 anos, também aponta um componente de conflito geracional no jornal em que atua (“Você via muitos jornalistas mais das antigas falando em tom pejorativo de quem produzia jornalismo para internet.”). Bruno, 59 anos, critica colegas que “se apegaram muito àquele modelo pré-existente [de financiamento da imprensa] e se recusam a ver que aquilo acabou”. Victor, 64 anos, manifesta contrariedade diante de um processo que nomeia “juniorização” das Redações e que associa a uma queda na qualidade dos produtos jornalísticos.

Enquadramentos positivos sobre a crise do jornalismo figuram nas narrativas de Mayara, 23 anos, repórter de um grande jornal, que relativiza eventuais impactos negativos dessa conjuntura à luz de sua própria experiência de contratação antes da conclusão do curso superior, e vê com bons olhos a demanda por novas competências e habilidades advinda desse cenário. Bruna, aos 27 anos e empregada em um veículo online de pequeno porte, diz acreditar que o jornalismo esteja se tornando “uma profissão mais importante” diante do embate entre “informação e desinformação” que marca o panorama noticioso atual. Claudio, 52 anos, egresso de Redação e empreendedor em uma organização noticiosa online, enfatiza o surgimento e a consolidação de novas formas no campo (“O jornalismo está muito mais plural e mais

diverso.”). Bruno, 59 anos, também atuando fora de Redação tradicional, com uma iniciativa própria na internet, encara com resignação as mudanças de base econômica no setor, que se recusa a considerar como crise do jornalismo. Exalta alternativas fora dos modelos comuns de financiamento dos jornais (“O que não falta é renovação, inovação e necessidade de novas habilidades nesse mundo de hoje.”). Sobre a necessidade de ampliação de competências e habilidades em um mercado de trabalho em transformação, as entrevistas mostraram posicionamentos distintos. Mayara, por exemplo, descreve essa demanda de forma positiva, assim como Bruna, que afirmou: “Acho que cada vez mais quanto mais se puder oferecer, você é mais competitiva”. Por outro lado, Joana cita um sentido de maior “pressão por agilidade e competências” e Samuel considera que a cobrança por múltiplas habilidades implica em “problemas contraditórios” ao sujeitar o jornalista a cometer mais erros – e ser cobrado por isso. Catia afirma ser uma profissional que “corre atrás” de novas competências, e Bianca assume uma argumentação semelhante ao afirmar ser uma jornalista atualizada em relação a novas habilidades do ofício. Bruno e Victor também descrevem de forma positiva a necessidade de atualização de práticas de trabalho.

Discursos metajornalísticos são indissociáveis do fazer jornalístico, mas também são meios pelos quais jornalistas articulam seus papéis sociais e os limites aceitáveis de suas práticas (CARLSON, 2016). As narrativas dos jornalistas entrevistados neste trabalho procuraram apoio em diferentes discursos metajornalísticos, como o da *inovação* (Mayara, Bruna, Bianca, Claudio e Bruno), da *extinção* (Samuel, Leandra, Bianca, Claudio e Bruno), da *transparência* (Bruna e Paula) e o *gatekeeper 2.1* (Mayara e Silvia). Elementos do paradigma clássico de legitimação da atividade, associado ao discurso normativo da objetividade, figuraram nas narrativas de sete dos 12 profissionais ouvidos, todos acima de 40 anos (Catia, Paula, Leandra, Claudio, Silvia, Bruno e Victor).

O discurso da *inovação* se faz presente na narrativa de dois dos quatro entrevistados na faixa de 18 a 39 anos. Mayara assume a inevitabilidade de mudanças no setor (“Hoje em dia o jornalismo digital é uma coisa muito mais presente.”) e vê na multiplicação dos meios de comunicação social uma possibilidade de democratização do acesso à informação (“Acho que toda crise pode gerar algo bom.”). Bruna diz considerar que o novo ecossistema midiático, com a “mídia independente fortalecida”, fortalece o jornalismo. Ambas, embora acionem neste caso elementos de um discurso basicamente otimista sobre o status atual e o futuro do jornalismo, expressam sentidos de crise pessoal em suas narrativas sobre as alegadas crises da profissão, numa demonstração da complexidade envolvida nos processos de construção do papel

(SANDSTROM *et al.*, 2016). Nesses processos, improvisamos traços do nosso comportamento para construir uma representação do papel que seja compatível com a representação dos outros e, ao mesmo tempo, mantenha sintonia com nossos objetivos e inquietações pessoais. Cabe também ressaltar que Mayara foi a única participante empregada em Redação tradicional que suscitou o discurso da *inovação* – os demais trabalhavam em ambientes profissionais distintos e quatro deles (Bruna, Bianca, Claudio e Bruno) em empreendimentos jornalísticos online, relativamente recentes e de menor porte.

O discurso da *extinção* predominou entre jornalistas atuantes em novas formas organizacionais do ofício (Samuel, Bianca, Claudio e Bruno) e entre profissionais com mais de 40 anos (Leandra, Bianca, Claudio e Bruno). Samuel foi o único, entre os quatro colegas que acionaram esse discurso, que não se alinhou a interpretações associadas ao discurso da *inovação*. Ele critica certas práticas trabalhistas do próprio site que em atua, que em tese seria um exemplo de um novo ator do campo, pela reminiscência de uma cultura de grandes Redações, e não demonstra entusiasmo diante de iniciativas recentes no setor. Nos casos dos outros três profissionais com atuação de novas formas organizacionais do campo (Bianca, Claudio e Bruno), os discursos da *inovação* e da *extinção* atuam de forma complementar, embora no caso de Bianca, diferentemente de Claudio e Bruno, não haja um endosso de uma retórica de aniquilamento nas referências ao jornalismo praticado por grandes jornais e revistas.

O discurso da *transparência*, de defesa da exposição de processos internos do jornalismo como forma de restaurar e substituir o valor normativo da noção de objetividade no ofício, surge apenas nas falas de duas entrevistadas do primeiro grupo etário: Bruna e Paula, ambas fora de Redações tradicionais. Bruna ao afirmar preferir a exposição dos financiadores de seu trabalho, e Paula quando sugere que uma “saída” para o jornalista em um cenário de multiplicação de atores na comunicação social possa ser o exercício de “transparência na maneira como a gente faz o nosso trabalho”. O discurso do *gatekeeper 2.1*, que ressalta qualidades positivas do trabalho de seleção dos fatos pelos jornalistas diante de um novo panorama informacional, surge nas considerações de duas profissionais empregadas em Redações tradicionais, de jornais de circulação nacional: Mayara e Silvia, as duas com perfis etários distintos. Mayara ao afirmar que “o jornalista é um instrumento muito importante ajudar a pensar a nossa realidade” e Silvia quando diz que no atual cenário “o jornalismo se torna uma profissão mais importante”.

Sete entrevistados (Catia, Paula, Leandra, Claudio, Silvia, Bruno e Victor) citaram, em suas narrativas da crise, aspectos do paradigma clássico de legitimação social do jornalismo.

Um modo de se justificar a atividade que remete a concepções liberais de democracia e ao papel do jornalismo na promoção de debates informados e ancorados por valores como interesse público, função social e objetividade. Esses elementos surgiram apenas nas narrativas de profissionais com mais de 40 anos, ou seja, de gerações que consolidaram seus processos de socialização secundária antes da popularização da internet e, portanto, das transformações tecnológicas e econômicas do setor. O que não significa que alguns desses entrevistados não endossassem novos discursos de legitimação da profissão na era digital, como o da *inovação* – como o fizeram Bianca, Claudio e Silvia. Quatro dos entrevistados que recorreram a esses elementos ocupavam cargos em Redações tradicionais, e três, em outros ambientes. Em dois casos, Catia e Paula, a referência a papéis culturais tradicionais do jornalismo se fez acompanhar por uma rejeição do discurso da *extinção*, que adota uma retórica de decadência para descrever o estado dos veículos noticiosos originalmente impressos e, por vezes, do jornalismo como um todo. Catia: “Eu não sou daqueles que pensam que o jornal vai acabar”. Paula descreve a “crise do papel” como uma ideia que não foi efetivada. O discurso normativo da objetividade, que informa o paradigma clássico da profissão, aparece com maior nitidez nas entrevistas de Paula (“A objetividade faz parte da técnica e do método de relatar.”), Catia (ao enumerar valores como “independência”, “responsabilidade” e “verdade” como os mais importantes no exercício da profissão), Leandra (defende valores afins como “caráter”, “honestidade” e “bom senso”) e Silvia (para quem o “jornalismo profissional” é exercido por quem “têm a prática jornalística e segue a ética jornalística que se consolidou ao longo dos séculos”).

Discursos em circulação sobre a crise do jornalismo e discursos metajornalísticos anteriores ou derivados desse cenário de transformações do ofício foram convocados pelos profissionais entrevistados em processos de autoindicação, de definição e atribuição de sentidos às coisas, e de apresentação do *self*, quando em geral buscamos induzir impressões favoráveis sobre nós mesmos e controlar definições das situações (SANDSTROM *et al.*, 2016). Como aponta Carlson (2016), em situações em que atores perdem o controle sobre eventos e condições que afetam seu trabalho, o que emerge são esforços para controlar a narrativa. Nesse sentido, a pesquisa revelou que discursos sobre a existência de uma crise no jornalismo, ainda que pessimistas, podem coexistir, no interior das narrativas que produzem a identidade de trabalho dos jornalistas, com sentimentos de autoeficácia, com autoconceitos positivos e com reafirmações normativas, numa demonstração de que a força cultural da profissão desafia determinismos mercadológicos e tecnológicos. Jornalistas, ainda que em meio a um cenário

descrito como crise, continuam a acolher sua identidade profissional, lançando mão de estratégias que expressam aceitação e apego em relação aos códigos culturais do ofício. Ao mesmo tempo, procuram reconstruir e apresentar essa identidade de modo a embasar imagens favoráveis do *self*.

O fato de a grande maioria dos participantes da pesquisa – 11 dos 12 voluntários que responderam a contatos do autor – ter se declarado da raça branca impediu que o trabalho se debruçasse sobre o papel de questões de raça nos processos de construção identitária no contexto das alegadas crises do jornalismo. Assim como a questão de gênero, esse aspecto merece atenção e deve ser desdobrado em pesquisas futuras, sobretudo quando estudos indicam que jornalistas negros são poucos, ascendem pouco na carreira e ganham menos do que brancos no Brasil<sup>58</sup>. Nesse sentido, é sintomático que a única jornalista negra da pesquisa tenha manifestado desconforto pelo fato de ser uma minoria racial no ambiente de trabalho e descrito seu espaço de atuação profissional como “majoritariamente branco”.

---

<sup>58</sup> A pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira, de 2021, ouviu 1.952 jornalistas que trabalhavam em veículos de comunicação em todos os Estados brasileiros e apontou, entre outros pontos, que 77,6% dos jornalistas brasileiros são brancos, enquanto 20,1% são negros – percentual muito inferior à composição da população, de 56,1% de negros. O levantamento foi realizado em parceria entre publicações especializadas em jornalismo, um instituto e uma empresa de relações públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O sol nas bancas de revista / Me enche de alegria e preguiça / Quem lê tanta notícia”*

*Caetano Veloso – “Alegria, Alegria” (1967)*

Em uma banca de jornais e revistas em Osasco, na Grande São Paulo, uma faixa avisa: “Perfumes importados, maquiagem, bolsas, sapatilhas e cosméticos. Venha conferir!”. Numa outra banca em uma avenida movimentada na mesma cidade, as inscrições “chaveiro” e “faça sua chave aqui” dividem espaço com bebidas e material de escritório, com revistas ao fundo. A poucos quilômetros dali uma banca espaçosa, com o nome no toldo, já não traz revistas nem jornais – o que se vê são pequenos presentes, itens para telefone celular, doces e uma máquina de xerox. Numa banca na Vila Olímpia, na capital, a fachada é dominada por “jornais para pets”, cigarros e lanches industrializados. Outra banca na divisa entre São Paulo e Osasco exibe um anúncio de casa de veraneio e quinquilharias à venda – um adesivo descolorido pelo tempo anuncia um jornal que não se vende mais por ali.

Tais cenas, retratos da ponta da cadeia mercadológica de produtos jornalísticos, se prestam a analogias com as transformações mais amplas do setor. A redução de jornais e revistas à venda expõe uma mudança clara, de cunho econômico-financeiro, que afeta os meios de comunicação que têm ou tinham nas publicações impressas sua principal fonte de receita. Outra amostra dessa reestruturação são as estatísticas acerca desses estabelecimentos: em 2009, a cidade de São Paulo, por exemplo, tinha 3.178 empreendimentos cadastrados na prefeitura como bancas de jornal, número que em 2020 havia diminuído para 2.372, uma queda de 25%<sup>59</sup>. Por outro lado, as imagens das bancas também mostram que, com a mudança no consumo de jornalismo motivada pela digitalização dos conteúdos, esses negócios precisaram diversificar sua oferta de produtos. O que não significa, contudo, que essas bancas estão acabando, mas se reinventando.

Pode-se, portanto, fazer uma analogia entre o que se passa com os jornaleiros e os jornalistas. As transformações estruturais que atingem setores da imprensa causam baixas pelo caminho, mas não são uma via de mão única. Como aponta Alexander (2016), se a alegada crise do jornalismo fosse exclusivamente econômica, a direção dos acontecimentos seria unívoca e

---

<sup>59</sup> <https://www.meioemensagem.com.br/midia/a-reinvencao-das-bancas-de-jornal>

suas consequências sociais seriam impossíveis de deter. A multiplicação de meios digitais de comunicação trouxe, sim, transformações econômicas ao setor, que suprime empregos e a segurança profissional de jornalistas. Mas como os jornaleiros que se recusam a aceitar o desmantelamento de seus negócios e o fechamento de suas bancas, o jornalismo e os jornalistas têm resistido.

Todos os jornalistas entrevistados narraram a existência de crises no jornalismo, mas, na maior parte dos casos, essas narrativas não incorporaram sentidos de crise pessoal em relação à profissão. Sem extrapolar resultados para toda a categoria, a pesquisa indicou, em relação aos participantes, que repositórios culturais e narrativas arraigadas sobre a profissão permanecem fornecendo elementos para a articulação de discursos sobre a preservação e a reafirmação dessa atividade. As entrevistas sugeriram ainda um movimento de *fechamento* (RIBEIRO, 2012) e de resistência em torno de identidades profissionais tradicionais e a relevância de dimensões biográficas do *self* na construção dessas identidades. Muito embora, sob o ponto de vista socioconstrucionista, não haja nenhuma vantagem em si ou demanda intrínseca por coerência ou estabilidade da identidade (GERGEN, 1994), visto que nessa perspectiva a identidade não é uma realização da mente, mas das relações sociais, e pessoas podem se retratar de diferentes maneiras a depender desse contexto relacional. O que se adquire nesses contextos, de acordo com esse modo de análise, não é uma “identidade verdadeira”, mas um potencial de comunicação e apresentação do *self*. Cabe ainda ressaltar que movimentos de *fechamento* em torno de uma identidade profissional, verificados nas entrevistas, também não alteram o fato, apontado por Gergen (1991) ao descrever os processos de saturação social do *self*, de que interpretamos nossas experiências e a nós mesmos de várias formas diferentes e contraditórias, e que nos autoavaliemos de acordo com padrões diferentes e contraditórios (GERGEN apud SANDSTROM *et al.*, 2016), o que por vezes implica em sentimentos de insegurança, inadequação e fragmentação.

Os profissionais reconheceram, de modo geral, os fundamentos econômicos das mudanças no setor, e procuraram, em mecanismos naturais de apresentação do *self*, controlar definições sobre as situações e induzir impressões favoráveis – o que se nota, por exemplo, na responsabilização de terceiros pela alegada crise de confiança ou de credibilidade do ofício e nos enquadramentos positivos promovidos por alguns dos entrevistados diante da noção mais ampla de crise do jornalismo. A presença, na maioria dos relatos, de valores clássicos do ofício sugere que noções como a de objetividade ainda mantenham potencial epistemológico e normativo entre profissionais do setor, embora novos valores, como a transparência, também

estejam sendo reivindicados. A pesquisa também revela que discursos metajornalísticos em circulação são suscitados de maneira ativa pelos jornalistas em suas narrativas, e em combinações variadas, como elementos com poder de conferir coerência e continuidade às apresentações cotidianas do *self*.

Outro achado da pesquisa é a proeminência de questões de saúde mental entre os entrevistados. Oito em 12 participantes relataram adoecimento mental em razão do trabalho, e sete descreveram percepções de precarização da atividade. Independentemente dos esforços de gerenciamento de impressão e de apresentação positiva do *self*, problemas como ansiedade, depressão, cansaço excessivo, síndrome de *borderline* e *burnout* surgiram nas narrativas de uma maneira muito forte, indicando um cenário em que demandas de trabalho demonstram potencial de afetar autoconceitos, autossentimentos e o próprio conceito do *self* profissional. Em alguns casos os problemas foram relacionados ao contexto da pandemia de Covid-19, e em geral não houve associações diretas com as narrativas de crise acerca da profissão, mas os resultados da pesquisa expõem um aspecto que deve ser aprofundado por estudos futuros.

O percurso da pesquisa permite ainda o encaminhamento de recomendações práticas a gestores de recursos humanos de empresas e organizações jornalísticas, a saber: 1) adoção de espaços para discussão e apresentação de informações sobre a situação financeira dos meios, dada a realidade das transformações mercadológicas do setor e a percepção dos impactos por parte dos profissionais; 2) manutenção e/ou ampliação de serviços de atendimento psicológico às Redações, expediente adotado, com bons resultados, por algumas empresas durante a pandemia; 3) reavaliação da prática de demissões coletivas, ou “passaralhos”, durante processos de reestruturação interna, dado o impacto psicológico desses processos sobre os funcionários demissionários e remanescentes; e 4) atenção ao impacto de dinâmicas deletérias da “identidade para o outro”, em que críticas agressivas da audiência podem afetar a saúde mental dos jornalistas – ações possíveis nesse sentido podem envolver mais espaços para contato com *feedbacks* positivos das chefias e do próprio público.

O projeto ético-político desta pesquisa, que nasceu de incertezas do autor em relação aos rumos da profissão, foi oferecer subsídios a jornalistas – incluindo o próprio autor – e a gestores de iniciativas jornalísticas a lidar com inseguranças acerca de consequências das transformações no setor comumente descritas como crise. Partiu-se de uma constatação de que nos debates a respeito do futuro do jornalismo falava-se muito sobre como manter viva a indústria e menos sobre os impactos psicossociais na vida dos profissionais diante do colapso

do modelo de negócio tradicional da imprensa. Ao fim de um percurso por narrativas de construção e reconstrução de formas identitárias de jornalistas em tempos de crise e transição, e diante do panorama diversificado de narrativas do *self* profissional colhidas, parece claro que um norte para a navegação em tempos de crise seja reconhecer a identidade profissional como acreditamos que ela, de fato, seja: movimento e transformação. Como aponta Gergen (1994), quanto mais capazes somos em construir e reconstruir nossas narrativas pessoais, mais nos tornamos aptos a nos relacionar efetivamente em um mundo do trabalho em transformação. Como todos os trabalhadores, os jornalistas não demandam o paraíso, mas apenas uma rotina gentil de trabalho, caminhando contra ou a favor do vento – afinal, por que não?

## REFERÊNCIAS

- ABERNATHY, P. M. **The Expanding News Desert**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2018.
- ABRAMSON, J. **Merchants of Truth: inside the news revolution**. London: Penguin Random House, 2019.
- ABREU, A. A. de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1956 (1973).
- ALBUQUERQUE, A. de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010.
- ALBUQUERQUE, A. de. Journalism and Multiple Modernities: The Folha de S. Paulo Reform in Brazil. **Journalism Studies**, v. 20, n. 11, p. 1546-1562, 2019.
- ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.) **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1996, p. 23-90.
- ALEXANDER, J. C. Journalism, democratic culture, and creative reconstruction. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **The crisis of journalism reconsidered: Democratic culture, professional codes, digital future**. NY: Cambridge University Press, 2016, p. 1-30.
- ALMIRON, N. R.. **Journalism in crisis: corporate media and financialization**. Creskill: Hampton Press, 2010.
- ANDERSON, C. W. *et al.* **Post-industrial journalism: Adapting to the present**. New York: Columbia Journalism School/Tow Center for Digital Journalism, 2012.
- ANDERSON, C.W. Assembling publics, assembling routines, assembling values: Journalistic self-conception and the crisis in journalism. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016, p. 153-169.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, v. 1, p. 44-59, 2012.
- ARAÚJO, P.; CASTRO, J. M.; JORDÃO, F. “Sempre trabalhador, dificilmente empregado”: o “inemprego” como uma dimensão laboral emergente. **Trabalho & Educação**, v. 23, n.3, p. 31-53, 2011.
- BARBOUR, R. S. **Introducing Qualitative Research**. London: Sage, 2008.
- BARROS, C. de B.; OLIVEIRA, T. L. Saúde mental de trabalhadores desempregados. **Saúde Mental e Desemprego**, v. 9, n. 1, p. 86-107, jan/jun. 2009.
- BECKER, H. The Professional Dance Musician and His Audience. **American Journal of Sociology**, v. 57, n. 2, p. 136-144, 1951.

BECKER, H.; CARPER, J. The Elements of Identification with an Occupation. **American Sociological Review**, v. 21, n. 3, p. 341-348, 1956.

BECKER, H.; STRAUSS, A. L. Careers, Personality and Adult Socialization. In: STEIN, M. *et al.* (org.) **Identity and anxiety: survival of the person in mass society**. New York: Free Press, 1960, p. 205-218.

BECKER, H. *et al.* **Boys in White: Student Culture in Medical School**. Chicago: University of Chicago Press, 1992 (1961).

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BECKER, H. “Foi por acaso”: conceptualizing coincidence. **The Sociological Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 183-194, 1994.

BECKER, H. **Mundos da Arte**. Lisboa, Horizontes, 2010.

BERGER, P. L.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, M. M; MARTINS, J. de S. (ed.) **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 200-214.

BERKOWITZ, D. Doing Double Duty: Paradigm Repair and the Princess Diana What-a-Story. **Journalism**, v. 1, n. 2, p. 125–143, 2000.

BEZERRA, A. C. A cultura é autônoma ou serve às elites? Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu. **Plural**, v. 18, n. 1, p. 135-153, 2011.

BIAVASCHI, Magda B. *et al.* A terceirização no contexto da reforma trabalhista: conceito amplo e possibilidades metodológicas. **Caderno CRH**, 34, e021030, 2021.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1998 (1969).

BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. Rethinking the study of political communication. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (ed.) **Mass media and society**. v. 4, London: Hodder Education, 2005, p. 104-121.

BLUSTEIN, D.; MASDONATI, J.; ROSSIER, J. **Psychology and the International Labor Organization: The Role of psychology in the decent work agenda**, 2017. Disponível em: [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---.../wcms\\_561013.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---.../wcms_561013.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

BOIN, A.; HART, P. P.; McCONNELL, A. Crisis exploitation: political and policy impacts of framing contests. **Journal of European Public Policy**, v. 16, n. 1, p. 81-106, 2009.

BOSCO, F. **A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. São Paulo: Todavia, 2017.

BOURDIEU, P. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (ed.) **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005, p. 29-47.

BOYD-BARRETT, J. O. Contra the journalism of complicity. **Journalism**, v. 10, n. 3, p. 296-299, 2009.

BLAIKIE, N. **Designing Social Research**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BREESE, E. B. The perpetual crisis of journalism: Cable and digital revolutions. In: ALEXANDER, Jeffrey C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016, p. 31-42.

BREESE, E. B.; LUENGO, M. Conclusion: News innovations and enduring commitments. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016, p. 264-281.

BROCK, G. **Out of Print**: Newspapers, journalism and the business of news in the digital age. London: KoganPage, 2013.

BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 525-535, 2003.

BURR, V. **Social Constructionism**. London, NY: Routledge, 2015.

CARLSON, M. Telling the crisis story of journalism: Narratives of normative reassurance in Page One. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016, p. 135-152.

CARLSON, M.; USHER, N. News Startups as Agents of Innovation. **Digital Journalism**, v. 4, n. 5: 563-581, 2016.

CHREIM, S. *et al.* Interlevel influences on the reconstruction of professional role identity. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 6, p. 1515–1539, 2007.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

COHEN, N. S.; HUNTER, A.; O'DONNELL, P. Bearing the Burden of Corporate Restructuring: Job Loss and Precarious Employment in Canadian Journalism. **Journalism Practice**, v. 13, n. 7, p. 817-833, 2019.

COOK, C.; SIRKKUNEN, E. What is in a Niche? Exploring the Business Model of Online Journalism. **Journal of Media Business Studies**, v. 10, n. 4, p. 63-82, 2015.

COSTA, C. T. **A Business model for journalism**: How newspapers should embrace technology, social and value-added services. New York/São Paulo: Columbia Journalism School/ESPM, 2013.

COSTA, C. T. Politização, polarização e o futuro do jornalismo profissional. In: COSTA C. T. *et al.* **Tempestade perfeita**: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História Real, 2021, p. 86-160.

COUTINHO, M. C. *et al.* Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2007.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202.

COUTINHO, M. C. *et al.* “Todo dia uma casa diferente”: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica**, v. 12, n. 4, p. 1127-1140, 2013.

CLAYMAN, S. E. Tribune of the People: Maintaining the Legitimacy of Aggressive Journalism. **Media, Culture & Society**, v. 24, n. 2, p. 197–216, 2002.

CREECH, B.; NADLER, A. Post-industrial fog: Reconsidering innovation in visions of journalism's future. **Journalism**, v. 19, n. 2, p. 182-199, 2018.

CUFF, E.C. *et al.* **Perspectives in sociology**. London and New York: Routledge, 2006.

CURRAH, A. **What is happening to our news**: An investigation into the likely impact of the digital revolution on the economics of news publishing in the UK. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2009.

DAHLGREN, P. **Media and political engagement**: citizens, communication and democracy. New York: Cambridge University Press, 2009.

DAHLGREN, P. Professional and citizen journalism: Tensions and complements. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016, p. 247-263.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: The discursive production of selves. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.

DE FINA, A. Narratives and identities. In: DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (ed.) **The Handbook of Narrative Analysis**. Oxford: Wiley, 2015, p. 351-368.

DELLI CARPINI, M. X. Entertainment media and the political engagement of citizens. In: SEMETKO, H. A.; SCAMMEL, M. (ed.). **The SAGE Handbook of Political Communication**. New Delhi: Sage, 2012, p. 9-21.

DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, D. Trajetórias profissionais e formas identitárias: uma teorização. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (org.) **Desemprego**: trajetórias, identidade, mobilizações. São Paulo: Senac, 2006, p. 165-187.

DENZIN, N. K. Notes on the Criminogenic Hypothesis: A Case Study of the American Liquor Industry. **American Sociological Review**, v. 6, n. 42, p. 905-920, 1977.

DESLAURIERS, JP.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* (org.) **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 127-153.

DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, v. 6, n. 4, p. 442-464, 2005.

DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. **Journalism**, v. 19, n. 2, p. 165-181, 2018.

DOMINGO, D.; LE CAM, F. Journalism in dispersion: exploring the blurring boundaries of news making through a controversy. In: FRANKLIN, B. (ed.) **The Future of Journalism**: In an age of digital media and economic uncertainty. New York: Routledge, 2016. posição 5109-5370.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, v. 62, n. 19, p. 13-30, 1998,

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Editora USP, 2009.

DUBAR, C. A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 146, n. 42, p. 351-367, 2012.

DUBAR, C. Classe e identidade: substituição ou mistura? In: SALLUM JR. *et al.* (org.) **Identidades**. São Paulo: Edusp, 2016, p. 173-191.

EKDALE, B. *et al.* Newswork within a Culture of Job Insecurity: Producing News amidst Organizational and Industry Uncertainty. **Journalism Practice**, v. 9, n. 3, p. 383-398, 2015.

ERIKSON, E. H. The problem of ego identity. In: STEIN M. *et al.* (org.) **Identity and anxiety**: survival of the person in mass society. New York: Free Press, 1960, p. 37-87.

ESTRAMIANA, J. L. A. *et al.* Desemprego e bem-estar psicológico no Brasil e Espanha: Um estudo comparativo. **Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 5-16, 2012.

FEITH, R. Tempestade perfeita – sete visões da crise do jornalismo profissional. In: COSTA C. T. *et al.* **Tempestade perfeita**: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História Real, 2021, p. 7-29.

FIGARO, R.; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FINE, G. A. The sad demise, mysterious disappearance and glorious triumph of symbolic interactionism. **Annual Review of Sociology**, v. 19, n. 1, p. 61-87, 1993.

FINE, G. A. **Kitchens**: the culture of restaurant work. Los Angeles: University of California Press, 1996.

FLETCHER, F.; YOUNG, M. L. Political communication in a changing media environment. In: SEMETKO, H. A; SCAMMEL, M. (ed.). **Op cit.**, 2012, p. 36-48.

FONSECA, T. M. G. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: FONSECA, T. M. G. (org.) **Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 13-27.

FOUCAULT, M. The order of discourse. In: YOUNG, Robert (ed.) **Untying the text**: a post-structuralist reader. Boston, London, Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981.

FRANKLIN, B. *et al.* **Key Concepts in Journalism Studies**. London: Sage, 2005.

FULLER, J. **What is happening to news**: the information explosion and the crisis in journalism. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2013 (1983).

GERGEN, K. J. **The saturated self**: dilemmas of identity in contemporary life. New York: Basic Books, 1991.

GERGEN, K. J. **Realities and relationships**: soundings in social construction. London: Harvard University Press, 1994.

GERGEN, K. J. Social Psychology as Social Construction: The Emerging Vision. In: MCGARTY, C.; HASLAM, A. (ed.) **The Message of Social Psychology**: Perspectives on Mind in Society. Oxford: Blackwell, 1996,

GERGEN, K. J. **Social construction in context**. London: Sage, 2001.

GERGEN, K. J. Narrative, Moral Identity, And Historical Consciousness: A Social Constructionist Account. In: STRAUB, J. (ed.) **Narrative, Identity And Historical Consciousness**. New York: Bergahn Books, 2005, p. 99-119.

GIMENEZ, D. M.; KREIN, J. D. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. In: TEIXEIRA *et al.* (org.) **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos – SP, 2016, p. 17-33.

GRUBENMANN, S.; MECKEL, M. Journalists' Professional Identity: A resource to cope with change in the industry? **Journalism Studies**, v. 18, n. 6, p. 732-748, 2017.

GUIMARÃES, T. **A luta pela visibilidade na campanha Ficha Limpa: mídia, movimentos sociais e combate à corrupção política no Brasil contemporâneo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2001.

HANITZSCH, T. Populist disseminators, detached watchdogs, critical change agents and opportunist facilitators: Professional milieus, the journalistic field and autonomy in 18 countries. **The International Communication Gazette**, v. 73, n. 6, p. 477-494, 2011.

HANITZSCH, T.; VOS, Tim P. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism**, v. 19, n. 2, p. 146-164, 2018.

HARRÉ, R., *et al.* Recent Advances in Positioning Theory. **Theory & Psychology**, v. 19, n. 1, p. 5-31, 2009.

HARRÉ, R.; LANGENHOVE, L. V. (ed.) **Positioning Theory: moral contexts of intentional action**. Oxford: Blackwell, 1999.

HODGSON, D. 'Putting on a Professional Performance': Performativity, Subversion and Project Management. **Organization**, v. 12, n. 1, p. 51-68, 2005.

HUGHES, E. C. **The Sociological Eye: selected papers**. London: Transaction Publishers, 1993 (1971).

HYATT, J.; SIMONS, H. Cultural codes: Who holds the key? **Evaluation**. London: Sage Publications, v. 1, n. 5, p. 23-41, 1999.

IÑIGUÉZ, L. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUÉZ, L. (coord.) **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 105-160.

JENKINS, R. Categorization: Identity, Social Process and Epistemology. **Current Sociology**, v. 48, n. 3, p. 7-25, 2000.

KREIN, J. D. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Revista Necat**, v. 3, p. 6-25, 2013.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 2012 (1962).

LEAL, B. S.; JÁCOME, P.; MANNA, N. A "crise" do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. **Líbero**, v. 34, n. 17, p. 145-154, 2019.

LELO, T. V. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias: Uma identidade profissional em risco? **Tempo Social** [online], v. 31, n.2, p. 243-261, 2019.

LELO, T. V. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. **E-Compós**, n. 23, 2019. doi: 10.30962/ec.1843.

LEWIS, J.; NICHOLLS, C. M. Design Issues. In: RITCHIE, J. *et al.* (ed.) **Qualitative Research Practice**. London: Sage, 2014, p. 47-76.

LINS DA SILVA, C. E. Jornalismo. In: PINSKY, J. (org.) **O Brasil no contexto 1987-2017**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 34-51.

LINS DA SILVA, C. E. **Pandemia dá ânimo ao jornalismo, mas acelera o fim de veículos**. 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/pandemia-do-coronavirus-da-animo-ao-jornalismo-mas-acelera-o-fim-de-veiculos/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LUENGO, M. When codes collide: Journalists push back against digital desecration. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016a, p. 119-134.

LUENGO, M. Constructing the crisis of journalism: Towards a cultural understanding of the economic collapse of newspapers during the digital revolution. In: FRANKLIN, B. (ed.) **Op cit.**, 2016b, posição 4204-4457.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **The Spectator, o teatro das luzes** – diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

MACHADO, F. K. S.; GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R. Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. **Psicologia Política**, v. 16, n. 36, p. 227-240, 2016.

MAIA, R. C. M. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. S (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 153-179.

MALO, E. M. Las dimensiones fragmentaria y performativa de las subjetividades de clase. **Universitas Psychológica**, v. 6, n. 11, p. 11-25, 2007.

MANDELBAUM, B. O desemprego em situação: um estudo psicossocial. **Revista ABET**, v. 8, n. 2, p. 46-57, 2009.

MANDELBAUM, B.; RIBEIRO, M. A. **Desemprego: uma abordagem psicossocial**. São Paulo: Blucher, 2017.

MANNA, N.; JÁCOME, P.; FERREIRA, T. Recontextualizações do -ismo: Disputas em torno do jornalismo “em crise”. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, p. 1-20, 2017.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1972 (1934).

MEAD, G. H. **Mente, Self e Sociedade** – edição definitiva. Editado por Charles W. Morris. Petrópolis: Vozes, 2015.

MEYERS, O.; DAVIDSON, R. The journalistic structure of feeling: An exploration of career life stories of Israeli journalists. **Journalism**, v. 15, n. 8, p. 987-1005, 2014.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, J. Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. **Política & Sociedade**, v. 18, n. 43, p. 242-260, 2019.

MICK, J.; CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. P. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021** – características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Posjor/UFSC, 2020.

MILANELLO, H. N. **A metateoria social de Herbert Blumer**: esboço para uma reconstrução metodológica do interacionismo simbólico. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015.

MORRIS, C. W. Introdução – George H. Mead como psicólogo social e filósofo social. In: MEAD, G. H. **Mente, Self e Sociedade** – edição definitiva. Editado por Charles W. Morris. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 19-40.

NIELSEN, R. K. The many crisis of Western journalism: A comparative analysis of economic crisis, professional crises, and crises of confidence. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2016, p. 77-97.

NUNES, J. R. Interacionismo Simbólico. In: SELL, C. E.; MARTINS, C. B. (org.) **Teoria sociológica contemporânea**. São Paulo, Anna Blume, 2017, p. 143-194.

O'DONNELL, P.; ZION, L.; SHERWOOD, M. Where do journalists go after newsroom job cuts? **Journalism Practice**, v. 10, n. 1, p. 35-51, 2016.

ORMSTON, R. *et al.*. The Foundations of Qualitative Research. In: RITCHIE, Jane *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2014, p. 1-26.

PEREIRA, F. H., ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 24, n. 1, p. 38-57, 2011.

PEREIRA, F. H. **As diferentes maneiras de ser jornalista**: um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2018.

PICARD, R. G. A business perspective on the challenges facing journalism. In: LEVY, D. A. L.; NIELSEN, R. K. (ed.) **The changing business of journalism and its implications for democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010, p. 17-24.

PICARD, R. G. Twilight or new dawn of journalism? Evidence from the changing news ecosystem. In: FRANKLIN, Bob (ed.) **Op cit.**, 2016, posição 1006-1638.

POCHMANN, M. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In: TEIXEIRA *et al.* (org.) **Precarização e terceirização**: faces da mesma realidade. São Paulo: Sindicato dos Químicos – SP, 2016, p. 59-68.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology**: Beyond Attitudes and Behaviour. NY: Sage, 1987.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. *et al.* (org.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.215-253.

QUINTANILHA, T. L. Journalists' professional self-representations: A Portuguese perspective based on the contribution made by the sociology of professions. **Journalism**, 2019. doi: 10.1177/1464884919828246.

REINARDY, S. Newspaper journalism in crisis: Burnout on the rise, eroding young journalists' career commitment. **Journalism**, v. 12, n. 1, p. 33-50, 2011.

- REQUENO-ALEMÁN, J. L.; LUGO-OCANDO, J. Assessing the sustainability of Latin American investigative non-profit journalism. In: FRANKLIN, B. (ed.) **Op cit.**, 2016, posição 1998-2288.
- RIBEIRO, M. A. Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 1, p. 75-91, 2007.
- RIBEIRO, M. A. Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. **Psicologia Política**, v. 18, n. 9, p. 331-346, 2009.
- RIBEIRO, M. A. e UVALDO, M. C. C. Possibilidades identitárias contemporâneas em um mundo do trabalho flexibilizado. **Polis e Psique**, v. 1, n. 1, p. 55-79, 2011.
- RIBEIRO, M. A. Las Construcciones Identitarias en el Trabajo en la Contemporaneidad: Retrato de un Grupo de Trabajadores de São Paulo (Brasil). **Psyche**, v. 21, n. 2, p. 61-76, 2012.
- RIBEIRO, M. A. Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 2, n. 4, p. 1-14, 2013.
- RIBEIRO, M. A. **Carreiras: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado**. Curitiba: Juruá, 2014.
- RIBEIRO, M. A. Reflecting upon reality in a psychosocial manner: social constructionist challenges for the fields of Career Guidance and Counseling (CGC) and Work and Organizational Psychology (WOP). In: COLUMBUS, A. M. (ed.) **Advances in Psychology Research**. New York: Nova Science Publishers, 2018, v. 132, p. 113-146.
- RICHARDSON, M. S. Work in people's lives: A location for counseling psychologists. **Journal of Counseling Psychology**, v. 40, p. 425-433, 1993.
- RIESSMAN, C. K. **Narrative Methods for the Human Science**. London: Sage, 2008.
- RITCHIE, J. *et al.* Designing and Selecting Samples. In: RITCHIE, J. *et al.* (ed.) **Op cit.**, 2014, p. 111-146.
- SANDSTROM, K. L. *et al.* **Símbolos, selves e realidade social: uma abordagem interacionista simbólica à psicologia e à sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- SATO, L. Psicologia e trabalho: focalizando as “profissões ignoradas”. In: MEDRADO, B.; GALINDO, W. (org.) **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Abrapso/Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 233-250.
- SCHAPALS, A. K. Australian and British journalists' role in an era of “alternative facts”. **Journalism Practice**, v. 12, n. 8, p. 976-985, 2018.
- SCHUDSON, M. Autonomy from what? In: BENSON, R.; NEVEU, E. (ed.) **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005, p. 214-223.
- SEIBT, T. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- SHERWOOD, M.; O'DONNELL, P. Once a Journalist, Always a Journalist? **Journalism Studies**, v. 19, n. 7, p. 1021-1038, 2018.

- SILES, I.; BOZKOWSKI, P. J. Making sense of the newspaper crisis: A critical assessment of existing research and an agenda for future work. **New Media & Society**, v. 14, n. 8, p. 1375-1394, 2012.
- SINGER, J. Who are these guys?: The online challenge to the notion of journalistic professionalism. **Journalism**, v. 4, n. 2, p. 139-163, 2003.
- SPENCER, L. *et al.* Analysis: principles and process. In: RITCHIE, J. *et al.* (ed.) **Qualitative Research Practice**. London: Sage, 2014, p. 269-294.
- SPLICHAL, S.; DAHLGREN, P. Journalism between de-professionalisation and democratization. **European Journal of Communication**, v. 31, n. 1, p. 5-18, 2016.
- TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 38-46, 2007.
- TONG, J. Journalistic legitimacy revisited. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 256-273, 2018.
- VOS, T. P.; CRAFT, S. The discursive construction of journalistic transparency, **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1505-1522, 2017.
- VOS, T. P.; FINNEMAN, T. The early historical construction of journalism's gatekeeping role. **Journalism**, v. 18, n. 3, p. 265-280, 2017.
- VOS, T. P.; THOMAS, R. J. The discursive (re)construction of journalism's gatekeeping role. **Journalism Practice**, v. 13, n. 4, p. 396-412, 2019.
- USHER, N. Goodbye to the news: how out-of-work journalists assess enduring news values and the new media landscape. **New Media & Society**, v. 12, n. 6, p. 911-928, 2010.
- USHER, N. The constancy of immediacy: From printing press to digital age. In: ALEXANDER, J. C. *et al.* (ed.) **Op cit.** NY: Cambridge University Press, 2016, p. 170-189.
- WAISBORD, S. The vulnerabilities of journalism. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 201-213, 2019.
- WEAVER, D. H.; WILLNAT, L.; WILHOIT, G. C. The American Journalist in the Digital Age: Another Look at U.S News People. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 96, n. 1, p. 101-130, 2019.
- WEISS, A. S. The digital and social media journalist: A comparative analysis of journalist in Argentina, Brazil, Colombia, Mexico and Peru. **The International Communication Gazette**, v. 77, n. 1, p. 74-101, 2015.
- WHITTEMORE, R. D. *et al.* The Life History Approach to Mental Retardation. In: LANGNESS L. L.; LEVINE, H. G. (ed.) **Culture and Retardation: life histories of mildly mentally retarded persons in American Society**. Norwel: Library of Congress, 1986.
- WIJK, J. **Journalism in transition: The professional identity of Sweden journalists**. 2010. Doctoral thesis for PhD degree – Department of Journalism, Media and Communication, Gothenburg, University of Gothenburg, 2010.
- WITSCHGE, T.; NYGREN, G. Journalism: a Profession Under Pressure? **Journal of Media Studies**, v. 6, n. 1, p. 37-59, 2009.
- YEO, A. *et al.* In-depth interviews. In: RITCHIE, Jane *et al.* (ed.) **Qualitative Research Practice**. London: Sage, 2014, p. 177-210.

ZELIZER, B. Terms of Choice: Uncertainty, Journalism and Crisis. **Journal of Communication**, v. 65, p. 888-908, 2015.

## ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Informações sobre a Pesquisa:

Título do projeto (de tese): A ‘CRISE’ DO JORNALISMO EM PERSPECTIVA: uma investigação psicossocial sobre identidades profissionais em transformação

Pesquisador Responsável: Thiago Guimarães

Telefone para contato: (XX) X-XXXX-XXXX

Telefone PST-IP/USP: (XX) XXXX-XXXX

E-mail para contato: [th.guimaraes@usp.br](mailto:th.guimaraes@usp.br)

Na pesquisa proposta, pretende-se investigar como jornalistas atribuem sentido à ideia de crise na atividade à luz de suas trajetórias profissionais e como essa noção se presta à articulação de discursos sobre a profissão. O trabalho envolve entrevistas com 12 jornalistas, sendo seis em Redações de veículos impressos e seis em outros ambientes profissionais. O percurso procurou estabelecer um diálogo entre referências teóricas de matrizes distintas, em busca de uma contribuição original aos estudos sobre como jornalistas vêm organizando e conferindo sentido às suas histórias de vida e trabalho.

A metodologia prevê a realização, de forma remota, de uma entrevista semiestruturada, em que há um roteiro prévio e espaço para interlocução fora do originalmente planejado.

Como em todas as pesquisas que envolvem seres humanos, nesta também há riscos, entre os quais entendemos que os principais sejam o constrangimento diante de indagações sobre assuntos pessoais e distorções involuntárias, mas assumimos a responsabilidade por minimizar eventuais contratemplos. Sua participação é importante para que se possa refletir sobre os objetivos de pesquisa e trará contribuições para o campo da psicologia social e do jornalismo. Serão assegurados a proteção da identidade e o compromisso de não revelar informações confidenciais ou sigilosas dos colaboradores. Ao participar deste estudo você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua colaboração, ficando as informações dadas de sua plena responsabilidade.

Uma vez que a participação neste estudo é voluntária, você pode interromper a entrevista a qualquer momento, sendo que a não-autorização de uso de parte ou de todo material não lhe trará prejuízo algum. Do mesmo modo, caso sinta a necessidade de mais esclarecimentos acerca da pesquisa, você pode solicitá-los ao pesquisador a qualquer momento. Eventuais despesas decorrentes da participação na pesquisa serão ressarcidas integralmente. É garantida indenização em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa. O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado para publicação em livro e/ou revista científica. Nessas publicações será mantido o anonimato, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.

Tal termo de consentimento livre esclarecido foi redigido de acordo com o item IV da resolução 466/2012 e 510/2016 das Diretrizes e Normas Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Para qualquer dúvida, entre em contato com o Departamento de Psicologia

Social e do Trabalho (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 – Bloco A, sala 105, Cidade Universitária, São Paulo, SP – Fone (11) 3091-4184, e-mail [th.guimaraes@usp.br](mailto:th.guimaraes@usp.br) ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IPUSP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco G, sala 27, Cidade Universitária – São Paulo, SP – fone: (11) 3091-4182, e-mail: cep.ip@usp.br).

---

Thiago Guimarães

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Ao concordar com este termo, estou ciente de que fui informada (o) de forma clara e detalhada dos objetivos e da justificativa do presente projeto de pesquisa. Tenho conhecimento que receberei respostas a qualquer dúvida sobre os procedimentos relacionados com a pesquisa. Entendo que não serei identificado e que meus dados de identificação se manterão sob acesso restrito dos pesquisadores, sendo as informações por mim prestadas de caráter confidencial.

Concordo em participar deste estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente desta pesquisa, a utilização das informações obtidas.

Eu, ....., concordo com a minha participação neste estudo, como sujeito. Fui devidamente informada (o) e esclarecida (o) pelos pesquisadores sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo.

Local e data:

Nome do participante:

Assinatura do responsável: